

## 3 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO

### 3.1 – DEFINIÇÃO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO

De acordo com o Termo de Referência apresentado ao Governo da Paraíba pelo Ministério do Turismo, resultante das avaliações procedidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco do Nordeste e pelo próprio Ministério do Turismo, bem como nas normas vigentes contidas no Termo de Referência utilizado para amostra, do Prodetur-II. O Capítulo referente a **Caracterização da Área de Planejamento** atende ao roteiro estabelecido para elaboração do PDITS da Paraíba.

Entretanto, se faz necessário estabelecer uma organicidade na proposta contida no PDITS, sob a ótica do desenvolvimento turístico de todo o território paraibano. Assim, é oportuno explicitar o desenho estratégico que contempla dois espaços programáticos: o litorâneo; e, o do interior.

No que se refere ao espaço litorâneo, vocacionado para o turismo de sol, mar e negócios, 12 municípios (Baía da Traição, Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Lucena, Marcação, Mamanguape, Mataraca, Pitimbú, Rio Tinto e Santa Rita), estão agregados numa faixa de 138 Km de costa e uma população de cerca de um milhão de habitantes. Neste conjunto destacam-se os aglomerados urbanos da Grande João Pessoa e dois segmentos relevantes: o **litoral sul**, com tendência de ocupação urbana acelerada, e oferta de produtos turísticos apoiados nos atrativos do ambiente; e, o **litoral norte**, caracterizado pela presença exuberante da componente ambiental – grandes áreas de preservação permanente, mata atlântica e manguezais, e ainda, as reservas indígenas das comunidades de Camurupim e Tramataia.

No espaço programático do interior, três segmentos são referenciais: a **região do brejo** – tradicional produtora de açúcar, cachaça e doceria, com altiplanos e cachoeiras, onde são encontrados produtos e atrativos em vários municípios, destacando-se Lagoa Grande, Areia, Esperança, Bananeiras, Solanea, Araruna e Guarabira; a **região central**, cuja presença marcante se insere o município de Campina Grande – pólo regional industrial, comercial e de tecnologia da informação, além de centro nordestino de festividades e eventos de massa; e, a **região da caatinga**, contendo na aridez do sertão, sítios arqueológicos, fontes de água mineral e artesanato. Os atrativos dessa região estão presentes em grande número de municípios, dos quais Taperoá, Patos, Pombal, Catolé do Rocha, Souza, Itaporanga e Cajazeiras compõem circuitos atraentes.

Portanto, o desenho estratégico que orienta as ações do Governo da Paraíba para o desenvolvimento do turismo está apoiado nos atributos inerentes a cada região do Estado, realçando seus atrativos e buscando conferir consistência aos produtos turísticos.

Por essa razão, no plano programático se propõe dar ênfase ao fortalecimento de uma área cujas potencialidades se evidenciam – o aglomerado urbano João Pessoa/Cabedelo e o litoral sul, ao tempo em que se criem condições objetivas para a consolidação da exploração de atividades turísticas nas outras regiões. Para tanto, as ações de caráter promocional, identificação de circuitos integrados, apoio a capacitação de recursos humanos e a proteção de ambientes naturais, serão objeto de atenção pelo Governo do Estado. Neste sentido, será dada ênfase ao espaço programático de Campina Grande pela sua capacidade irradiadora, demonstrada na plenitude de sua liderança regional.

O conjunto de referências fotográficas a seguir ilustra as potencialidades e atributos do território paraibano, ao tempo em que reafirmam uma leitura abrangente do espaço programático de ação governamental.

## JOÃO PESSOA

---

Ponto Extremo das Américas



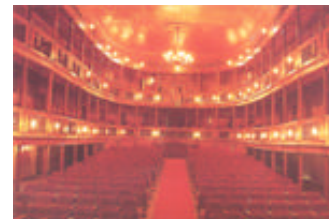
Jardim Botânico



Praia de Tambaú



Teatro Santa Rosa



## LITORAL

---

Praia do Coqueirinho – Conde



Praia do Seixa – João Pessoa



Praia de Tambaba – Conde



Picãozinho



## REGIÃO DO BREJO

---

Planície Brejo paraibano



Alagoinha



Nascer do Sol em Bananeiras



Pq. Estadual da Pedra da Boca/Araruna



## CAMPINA GRANDE

---

O Maior São João do Mundo/Pq. Do Povo



Tropeiros de Borborema



Itacoatiara do Ingá/Ingá



Micarande



## REGIÃO DA CAATINGA

---

Artesanato de Barro



Sumé



Vale dos Dinossauros



Pedra do Capacete/Lago do Pai Mateus/Cabacul



Por outro lado, a partir das diretrizes emanadas do Governo do Estado, foram formulados os eixos condutores do PDITS, a saber:

- prioridade para intervenções voltadas à melhoria de desempenho da cadeia produtiva das atividades afeta ao turismo;
- continuidade do PRODETUR NE-I visando a consolidação das ações realizadas, contemplando a visão estratégica do setor de turismo para economia paraibana.
- Foram ainda consideradas três premissas orientadoras do Plano, que respondem ao objeto final do produto a ser elaborado para instrumentalizar a ação governamental, indicadas a seguir:
  - a) a natureza do presente trabalho resultará na elaboração de um plano essencialmente voltado para o desenvolvimento do turismo na área objeto de intervenção;

- b) a modelagem de uma proposta que contemple, prioritariamente, a integração dos atributos turísticos como fator determinante para a escolha do território, das ações e dos agentes envolvidos;
- c) o caráter de sustentabilidade do conjunto e de cada ação proposta, no que se refere aos recursos naturais, econômicos e sociais.

Os eixos condutores, bem como as premissas orientadoras realçam os aspectos pertinentes a base conceitual de elaboração do PDITS, incorporando critérios definidores do território a ser trabalhado, segundo a caracterização da área de planejamento.

Desse modo, as referências contidas no conjunto de MAPAS TEMÁTICOS a seguir, contemplando o acervo de atrativos e a natureza dos mesmos – naturais, culturais e antrópicos, bem como a caracterização do território – uso do solo, meio ambiente, capacidade de suporte da faixa litorânea e infra-estrutura instalada, orientam a definição da Área de Planejamento. Esta definição se apóia nos eixos condutores, nas premissas orientadoras e ainda, na avaliação do PRODETUR NE-I/PB. Neste aspecto, importa registrar os destaques contidos no Capítulo anterior, quando enfatiza que o volume de recursos em infra-estrutura (saneamento básico e transportes) correspondeu a 84% do total aplicado.

E mais, que estes recursos foram utilizados nos municípios de CABEDELÓ, JOÃO PESSOA, CONDE e PITIMBÚ, compondo uma mancha territorial que apresenta características singulares no que concerne a existência de atrativos relevantes, bem como potencialidades para o incremento de produtos turísticos.

Por outro lado, a localização do Aeroporto Castro Pinto no município de Bayeux enseja a sua inclusão na Área de Planejamento por duas razões: a primeira é referente aos impactos decorrentes da ampliação do Aeroporto – equipamento essencialmente turístico e objeto de intervenções pela INFRAERO; a segunda refere-se a forte conurbação com João Pessoa, de maneira que não há no plano físico qualquer distinção entre os territórios – consagrando-se as evidências de um só tecido urbano.

Neste sentido, cabe estabelecer um paralelo entre o PDITS anterior, objeto de apreciação pelos gestores do Programa (M.Tur/BNB/BID) e a presente definição da Área de Planejamento, posto que a decisão de concentrar espacialmente as ações do Pólo Costa das Piscinas nos cinco municípios citados, enseja uma breve consideração acerca dos elementos técnicos que justificam a manutenção do território contido no PRODETUR NE-I/PB.

Com efeito, explica-se a não inclusão do município de SANTA RITA tendo em vista que as razões que justificariam sua inserção estão superadas – o Aterro Sanitário da Região Metropolitana já foi implantado em SANTA RITA.

No que se refere ao litoral norte, há que se obedecer aos critérios seletivos de utilização dos recursos – naquilo que corresponde aos objetivos de complementar e completar as ações do PRODETUR NE-I/PB. Desta forma, o litoral norte – municípios de MATARACA, RIO TINTO, BAÍA DA TRAIÇÃO, MARCAÇÃO e LUCENA, serão beneficiados pelo efeito transbordamento, pela construção de circuitos de visitação, pela descoberta e valorização de produtos. Numa etapa pós-consolidação do litoral sul, o esforço de dotar o litoral norte se voltará para a infra-estrutura básica (transporte e saneamento), agregando futuramente um novo território ao PÓLO COSTA DAS PISCINAS quando da mobilização de recursos para uma terceira etapa do PRODETUR.

A essencialidade do objeto de trabalho – o turismo, se apresenta, na Área de Planejamento, em condições de mudança de patamar, ancorado nos atrativos e produtos existentes. Com efeito, as potencialidades detectadas suportam uma ação programada capaz de consolidar o destino turístico, gerando renda para a economia paraibana.

Como na maioria dos outros destinos turísticos do Nordeste, os principais atrativos do Pólo estão vinculados ao turismo de lazer, sol e mar. Mas eles encerram algumas singularidades que o especificam e o diferenciam dos outros destinos:

- A combinação de um centro urbano de médio porte, dotado de significativo acervo de atrativos culturais, meios de hospedagem e vida noturna, com praias próximas dotadas ou com potencial de meios de hospedagem que permite a formação de um destino tropical diferenciado;
- A diversidade e a riqueza dos recursos naturais do litoral do Pólo - notadamente, a configuração das praias, o visual propiciado desde a retropraia e a sua ambiência natural – contem o potencial turístico necessário para formatar uma oferta diversificada de produtos vinculados ao turismo de sol e mar;
- As excelentes condições de navegabilidade existentes em áreas especiais do litoral, como a foz do rio Parnaíba, o entorno de Areia Vermelha e as barras dos rios, criam condições de acessibilidade aos melhores recursos naturais do Pólo;
- A existência de áreas livres ou com baixa densidade de ocupação, passíveis de ocupação turística, em praias de elevado potencial turístico, tanto em Cabedelo (praia de Camboinha) e João Pessoa (Cabo Branco), como em numerosas praias dos municípios do litoral sul;

- Uma gastronomia que oferta dentro dos padrões nordestinos, uma variada mesa de cozinha regional já consagrada nacionalmente;
  - O baixo grau de violência verificado em João Pessoa e nos núcleos urbanos dos municípios do litoral sul pode contribuir para a formação de uma imagem diferenciada do destino que o ajude a ser competitivo nos principais centros urbanos do país, submetidos à constante insegurança;
  - Uma macrolocalização que lhe confere vantagens comparativas em relação a outros destinos da região, a saber, a sua posição de centralidade no litoral nordestino, a média distância entre os estados da Bahia, ao sul, e do Maranhão, ao norte, o que lhe poderá facilitar a sua inclusão em roteiros turísticos do Nordeste promovidos desde os principais espaços emissores do mercado nacional.
- Uma análise preliminar pertinente a oferta atual de produtos turísticos permite destacar um elenco consistente que reforçam a decisão de dar continuidade ao PRODETUR na Área de Planejamento proposta, a saber:
- O produto turístico tradicional – Hotel de Tambaú e conjunto de lazer noturno localizado no seu entorno – continua interessante, requerendo uma requalificação urbanística.
  - O conjunto de produtos ou componentes incorporados mais recentemente ao produto principal do destino – praia do Jacaré, Areia Vermelha e Centro Histórico de João Pessoa – o enriqueceram sobremaneira, oferecendo alternativas atraentes para o turista prolongar a sua permanência nele.
  - O novo espaço receptivo de lazer ofertado nas praias de Jacumã e Carapibus, dirigido a um nicho de mercado que procura o turismo do sol e mar numa ambiência mais natural e de menor custo.
  - O tradicional produto de naturismo ofertado na praia de Tambaba, pelo toque de singularidade que confere à imagem do destino.

Os fatores que respondem a justificativa de definição da **Área de Planejamento do PDITS** nos municípios de CABEDELO, JOÃO PESSOA, CONDE, PITIMBÚ e BAYEUX, podem ser percebidos no elenco de informações contidas na avaliação da primeira etapa do Programa e nos atributos identificados no território em questão, contidos nos mapas temáticos apresentados a seguir, cujos destaques são:

- os atrativos turísticos de caráter ambiental – falésias, áreas estuarinas e as áreas remanescentes de Mata Atlântica estão preservados e se mantêm íntegros;
- a existência de uma extensão de 66 Km de costa, contemplando a diversidade de 17 praias e duas formações submarinas com afloração de arrecifes no Oceano Atlântico;
- uma população de 668.071 habitantes, correspondendo a 20% da população do Estado e compreendendo 31.37% do PIB estadual, respondendo aos aspectos de capacidade econômica com evidências de disponibilidade para absorção de atividades ligadas ao turismo;
- a oferta de 2.779 UHs, respondendo por 71% da oferta instalada em todo o Estado, assentada nos fluxos atuais e apresentando potencialidade para expansão;
- a existência de planos diretores de desenvolvimento urbano, regulando o uso do solo nos quatro municípios da Área de Planejamento, o que enseja uma ação de gerenciamento adequada aos objetivos do Programa;
- um sistema viário estrutural – BR-101 e PB-008, em condições de ofertar boa acessibilidade aos fluxos turísticos presentes e futuros;
- a existência de um sistema de saneamento básico que assegura as condições de salubridade e de manutenção da balneabilidade de atrativos notáveis em áreas densamente ocupadas;
- a ocorrência de um fluxo turístico superior a 600.000 pessoas/ano, que indica tratar-se de um território a ser potencializado e ampliado;
- a continuidade do eixo litorâneo de turismo no Nordeste composto pelo PÓLO COSTA DAS PISCINAS, na Paraíba e os PÓLOS de Pernambuco e Alagoas; cuja integração se fará mais presente com a duplicação do trecho Maceió/João Pessoa da BR-101.

### **3.1.1 – Mapas Temáticos**

Os mapas apresentados no anexo específico detalha, em escala adequada, a área de planejamento e os diversos temas o seu diagnóstico. O procedimento de elaboração adotado e respectivo conteúdo são registrados a seguir:

## MAPA 01 – ÁREA DE PLANEJAMENTO

Procedimento de elaboração:

Informações contidas nas cartas SUDENE, escala 1:100.000 e base cartográfica digital IBGE, escala 1:250.000, limites municipais.

Informações:

Limite da Área de Planejamento, hidrografia, limites municipais, sistema viário, nucleações urbanas.

## MAPA 02 – USO DO SOLO I-A

Procedimento de Elaboração:

Através das informações contidas no Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado da Paraíba – Convênio MMA/SUDEMA (Mapa Diagnóstico Sócio Econômico)

Informações:

Uso do Solo e dos recursos naturais: área urbana, expansão urbana, área industrial, área rural, área legalmente protegida.

## MAPA 02 – USO DO SOLO I-B – ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Procedimento de Elaboração:

Informações obtidas junto a CAGEPA e ARCO ENGENHARIA

Informações :

Infra-estrutura de abastecimento d'água

## MAPA 02 – USO DO SOLO I-C – ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Procedimento de Elaboração:

Informações obtidas junto a CAGEPA e ARCO Engenharia

Informações: Infra-estrutura de esgotamento sanitário.

## MAPA 02 – USO DO SOLO I-D – ENERGIA ELÉTRICA

Procedimento de Elaboração:

Agência de Energia Elétrica - AGEEL

Informações: Localização de subestações e linhas de transmissão e distribuição de alta tensão.

## MAPA 03 – USO DO SOLO II

### Procedimento de Elaboração:

Através das informações contidas no Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado da Paraíba – Convênio MMA/SUDEMA (Mapa Diagnóstico Sócio Econômico).

### Informações:

Uso do solo e dos recursos naturais, uso industrial, extrativismo, uso agropecuário e agricultura.

## MAPA 04 – CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL I

### Procedimento de Elaboração:

- a) Áreas Protegidas - Através dos dados obtidos junto ao Setor de Geo processamento /SUDEMA, do Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado da Paraíba – Convênio MMA/SUDEMA (Mapa Limitações aos Usos dos Recursos Ambientais) e Resolução 303 de 20 de março de 2002 do CONAMA.
- b) Tendência Atual do Comportamento da Linha de Costa – Adaptado de NEVES (2003), complementado com informações do Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado da Paraíba – Convênio MMA/SUDEMA (Mapa Diagnóstico Sócio – Ambiental)

### Informações:

Tendência da linha da costa: equilíbrio, estabilizado por obra de engenharia, progadação, erosão marinha, erosão por voçoroca e risco de erosão.

Áreas protegidas: unidades de conservação, remanescente de Mata Atlântica, mangues, restinga, faixa de proteção dos recursos hídricos.

## MAPA 05 – CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL II

### Procedimento de Elaboração:

- a) Enquadramento: De acordo com o Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras – SELAP, segundo a DZS 208/SUDEMA/COPAM;
- b) Índice de Qualidade da Água: Através do Índice de Bascarám (1979) com adaptação na escala de qualidade como segue:

90<IQA<sub>B</sub> 100 → Muito Boa  
 80<IQA<sub>B</sub> 90 → Boa  
 60<IQA<sub>B</sub> 80 → Regular  
 50<IQA<sub>B</sub> 60 → Ruim  
 0<IQA<sub>B</sub> 50 → Muito Ruim

- c) Balneabilidade: Critérios estabelecidos nas Resoluções nº 20 1986 e 274/2000 e qualificação anual de balneabilidade adotado pela CETESB (2003) conforme segue:
  - Ótima → Praias classificadas como EXCELENTES em 100% do ano;

- Boa → Praias PRÓPRIAS em 100% do ano, exceto as classificadas como excelentes em 100% do ano;
- Regular → Praias classificadas como IMPRÓPRIAS em porcentagem de tempo inferior a 50% do ano;
- Má → Praias classificadas como IMPRÓPRIAS em porcentagem de tempo igual ou superior a 50% do ano.

Informações:

Enquadramento dos cursos d'água, índice de qualidade das águas e índice de balneabilidade.

#### MAPA 06 – CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL III

Procedimento de Elaboração:

Através de informações obtidas junto aos órgãos competentes: SUDEMA, IBAMA e CPRM-PB.

Informações:

Monitoramento e fiscalização.

#### MAPA 07 – CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL IV

Procedimento de Elaboração:

Através dos dados obtidos do Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado da Paraíba – Convênio MMA/SUDEMA (Mapa – Macrozoneamento Proposto para o Litoral Sul Paraibano).

Informações:

Macrozoneamento do litoral da faixa litorânea.

#### MAPA 08 – CAPACIDADE DE SUPORTE DA FAIXA LITORÂNEA

Procedimento de Elaboração:

Através de dados levantados em campo, complementados com informações do PRODETUR/ PB-I Pólo Costa das Piscinas (Mapa 07 – Capacidade de Suporte).

Informações:

Áreas urbanas e em processo de urbanização, áreas com vocação turística, áreas passíveis de ocupação turística em praia urbana, área não passível de ocupação.

#### MAPA 09 – ATRATIVOS TURÍSTICOS

Procedimento de Elaboração:

Através de dados levantados em campo complementados com informações do Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado da Paraíba – Convênio MMA/SUDEMA (Mapa Diagnóstico Sócio – Econômico).

Informações:

Atrativos turísticos: antrópicos, naturais e culturais.

### 3.1.2 – Conclusões

A definição da **Área de Planejamento** que corresponde aos municípios de CABEDELO, JOÃO PESSOA, CONDE, PITIMBÚ e BAYEUX está embasada na própria conceituação do PDITS, seja pelos seus referenciais metodológicos, seja pela possibilidade efetiva de respostas aos investimentos já alocados pelo PRODETUR NE-I/PB.

Há na formulação do PDITS uma visão estratégica que contempla a agregação/integração espacial, econômica, social e ambiental. Antecipa dessa maneira, um planejamento que se contrapõe a uma realidade urbana cuja tendência de expansão se dá em direção ao sul, por meio de um modelo expansionista de potencial predador, o que poderia provocar efeitos indesejáveis para os seus atrativos turísticos.

A continuidade do território-programa, consubstanciado na **Área de Planejamento** definida, reforça o PDITS, enseja uma combinação de linhas de ação cujo macro-objetivo reside no fortalecimento do turismo e assegura o retorno desejado (econômico e social) para os investimentos programados.

Dessa forma, a manutenção de **Área de Planejamento** incorpora uma possibilidade de alterar os rumos do Programa, na medida em que será possível agregar um conjunto de ações complementares e ainda, completar segmentos e ou ações que foram implantadas.

Significa dizer que apesar do reduzido impacto para as atividades turísticas decorrentes do PRODETUR NE-I/PB, a caracterização da **Área de Planejamento**, com seus atrativos e potenciais produtos, permite o desenvolvimento de uma nova proposta capaz de incorporar impactos positivos e benefícios diretos a população do território objeto de intervenção. Para tanto, a escolha de focos estratégicos e de intervenções localizadas com capacidade de germinação/dinamização dos fluxos turísticos se faz essencial, bem como a explicitação da marca característica do Pólo Costa das Piscinas e dos mercados emissores a serem trabalhados.

Neste sentido, deve-se observar que a justificativa para a manutenção da **Área de Planejamento** passa pela incorporação das recomendações do Capítulo anterior, decorrente da avaliação realizada sobre o desempenho do Programa na sua primeira etapa, em especial a síntese conclusiva, item 2.8.

## 3.2 – DINÂMICA SÓCIO ECONÔMICA DA ÁREA DE PLANEJAMENTO

O quadro da dinâmica econômica dos Municípios da **Área de Planejamento** foi construído na perspectiva dos três setores da economia: primário, secundário e terciário. Considerando a finalidade turística do PDITS, foram ressaltados os dados relacionados ao turismo, no âmbito do setor terciário. Estimativas para este setor também foram incorporadas, tendo em vista, inclusive, consubstanciar os dados de oferta e demanda futura do turismo, em item específico.

Nesta direção, a análise econômica desenvolveu-se pelos seguintes segmentos:

### **3.2.1 – Evolução Econômica Recente da Área de Planejamento**

Considerando a expansão da economia paraibana em período recente, 1995-2001, verifica-se baixo nível de crescimento em termos de participação relativa regional e nacional. Em 1995, o Produto Interno Bruto paraibano foi de R\$ 5,324 bilhões, representando uma participação relativa de apenas 0,82% na economia nacional e 6,45% na economia regional. Em 2001, os dados da Tabela 1, do Anexo Estatístico revelam que o PIB paraibano praticamente dobrou em termos nominais, passando para R\$ 10,272 bilhões. No entanto, a participação relativa aumentou muito pouco, tanto em relação à economia nacional como em relação à economia regional, 0,86% e 6,53%, respectivamente.

Na realidade esse fraco desempenho da economia paraibana é reflexo do melhor desempenho de outros Estados da Federação, que desde o início da Série das Contas Regionais do Brasil, 1985-2001, vêm liderando a participação relativa. São eles, por ordem decrescente: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Santa Catarina. Outros estados das regiões Centro Oeste e Norte vêm apresentando grandes taxas de crescimento em função da expansão da fronteira agrícola, como por exemplo, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e na região Norte, os Estados do Pará e do Amazonas. Os estados da região Nordeste ainda possuem economias vulneráveis ao comportamento climático, apresentando variações de participação de acordo com o volume de chuvas. Tal comportamento ocorre em função do peso que o setor primário ainda detém sobre a economia regional.

A economia paraibana apresentou uma média de 3% de crescimento nos anos de 1996 e 1997. No ano de 1998, apresentou uma retração de -3,43% em função da grande seca verificada no Estado, acarretando perda na produção agrícola e pecuária. No ano de 2001, foi divulgado o último resultado oficial pelo IBGE e pelos Órgãos Estaduais de Estatística, no caso da Paraíba o IDEME, e os dados revelaram que a economia paraibana cresceu apenas 0,51%.

Com esses resultados, o PIB per capita, a preços de mercado corrente, foi de R\$ 1.619,00, em 1995, e R\$ 3.102,00, em 2002. Em termos reais, o PIB per capita apresentou variação negativa em 1998 de -4,04% e de -0,19% em 2001. **(Tabelas 2 e 3 – Anexo I)**.

A estrutura setorial da economia paraibana, no período 1995 a 2000, é representada pela maior participação do setor de serviços, seguida pela indústria e por último o setor agropecuário. Em 2000, os serviços tiveram uma participação de 49,83%, a indústria de 25,62% e agropecuária de 24,56%. **(Tabela 4 – Anexo I)**.

Na impossibilidade de se obter o PIB municipal a partir dos anos 80, em função da não existência de informações consistentes e comparáveis com o PIB do Estado, o PIB municipal da Área de Planejamento foi calculado pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba - IDEME, com base numa metodologia recentemente desenvolvida pelo IBGE e os Órgãos Estaduais de Estatística. Dessa forma, os resultados para o período 1996-2000 permitem a comparação com o PIB do Estado. De acordo com os dados da **Tabela 5 - Anexo I** o Produto Interno Bruto da Área de Planejamento, em 1996, foi de R\$ 1,821 bilhão, assim distribuídos: Cabedelo com R\$ 177,71 milhões, Conde com R\$ 51,24 milhões, João Pessoa com R\$1,571 bilhão e Pitimbu com R\$20,72 milhões.

Em termos percentuais, em 1996 o PIB total da Área de Planejamento representou 27,81% do PIB do Estado. O município de João Pessoa apresentou a maior participação com 24%, seguindo-se Cabedelo com 2,71%, Conde com 0,78% e Pitimbu, a menor economia da Área de Planejamento, com apenas 0,32%.

No ano 2000, o PIB dos municípios que compõem a área somou R\$2,343 bilhões, apresentando um significativo crescimento nominal em relação a 1996. No entanto, em termos relativos, em 2000 o PIB da Área de Planejamento foi menor 2,45% que em 1996. Enquanto neste ano foi de 27,81%, em 2000 foi de apenas 25,36% (**Tabela 6 - Anexo I**). Esta queda foi resultado do desempenho econômico do município de João Pessoa, a maior economia da Área, que perdeu posição relativa, e comprometeu o resultado da Área de Planejamento no período em análise.

O PIB per capita da Área de Planejamento, com exceção dos valores registrados para o município de Pitimbu, foram maiores que o PIB per capita do Estado. Em 1996, o PIB Per capita da Área de Planejamento foi de R\$3.204 contra R\$1.979, verificado para o Estado. No ano de 2000, o valor do PIB per capita foi de R\$3.844 para Área de Planejamento contra R\$ 2.680 do Estado. O maior PIB per capita foi o do município de Cabedelo com R\$ 4.734 em 1996 e R\$ 6.346 em 2000. (**Tabela 7- Anexo I**).

### **3.2.2 – Perfil Econômico Setorial da Área de Planejamento**

As atividades econômicas da Área de Planejamento apresentam maior peso nos setores industrial e de serviços. Apenas nos municípios de Conde e de Pitimbu, o setor agropecuário apresenta uma pequena relevância.

Os dados do PIB municipal, calculado para os três grandes setores de atividade econômica, ratificam tal afirmativa. Em 1996, o setor agropecuário representou apenas 0,98% do produto total da Área de Planejamento: a participação do setor industrial foi de 41,79% e a do setor de serviços de 57,23%. Em 2000, a participação da agropecuária caiu para 0,72%, da indústria caiu para 40,47%, e dos serviços aumentou para 58,81%. **Tabela 8 e 9 - Anexo I**.

Essa participação crescente do setor de serviços foi verificada para todos os municípios objeto de análise. Já o comportamento participativo do setor industrial foi oscilante no período 1996-2000. A atividade industrial, em 1996, representou 41,79%, em 1999, passou para 52,32% e, em 2000, caiu para 40,47%. Esse comportamento oscilante do setor industrial é decorrente do fato de que o desempenho da indústria estar fortemente relacionado com o desempenho econômico nacional.

A estrutura do valor adicionado, (**Tabela 10 - Anexo I**) no período 1999-2002 (não foi possível conseguir dados anteriores a esse período), aponta também para a supremacia do setor de serviços e da indústria na dinâmica econômica dos municípios que compõem a Área de Planejamento. Mesmo levando-se em consideração as diferenças conceituais entre valor adicionado e PIB, os valores percentuais observados seguem uma mesma tendência.

Deve-se ressaltar apenas os percentuais verificados para o setor industrial no município de Cabedelo, em que a diferença é significativa. Este fato se justifica em função do valor adicionado do ICMS em Cabedelo ser baixo face ao grande volume de saídas e ainda porque muitos produtos industriais são tributados em João Pessoa.

### 3.2.3 – Perfil Econômico Espacial da Área de Planejamento

Neste item procura-se demonstrar a distribuição espacial das atividades econômicas pelos grandes setores econômicos.

Nas tabelas do Anexo I - Estatístico de números **11 a 23** apresenta-se a representatividade e distribuição espacial das atividades do setor agropecuário, nos anos de 2000 e 2002. Consideraram-se apenas esses dois anos recentes por ter ocorrido invernos regulares e, como ficou evidenciado no item anterior, na análise setorial, a atividade agropecuária ter pouca importância econômica na Área de Planejamento.

Desta forma, a possibilidade de expansão dessa atividade é pouco provável, até mesmo porque existem limitações de área, particularmente nos municípios de Cabedelo e João Pessoa onde praticamente não há ocorrência de populações rurais e cuja taxa de urbanização é de 100%.

Nas **tabelas 11 a 23 do Anexo I**, estão registradas informações referentes à área produtiva, segundo os principais produtos, as quantidades produzidas de culturas temporárias e permanentes e o efetivo dos rebanhos, períodos 2000, 2001 e 2002.

#### ● Culturas Temporárias

Tomando-se como referência o ano de 2002, as informações referentes à produção agrícola da área de planejamento mostram que as culturas agrícolas mais importantes são cana-de-açúcar, abacaxi e a mandioca.

A área ocupada com cana-de-açúcar foi de 3.250 ha, 3,35% da área total ocupada no Estado que é de 98.897 ha. A produção total foi de 3.986.815 toneladas, enquanto a produção da Área de Planejamento foi de 161.000 toneladas, representando 4,04% da produção estadual. O município de Pitimbú liderou a produção quase que de forma absoluta, com 150.000 toneladas de um total de 161.000, o que equivale a 93,16% . Vale ressaltar que no município existe uma grande destilaria de álcool. A produção de cana-de-açúcar nos demais municípios em estudo é inexpressiva.

A cultura de mandioca ocupou uma área de 805 ha, em 2002, na Área de Planejamento, o que representou 3,13% de um total de 25.684 ha colhidos no Estado. A produção foi de 7.640 toneladas, 3,52% da produção total. Praticamente toda produção ocorre nos municípios de Conde e de Pitimbú com 3.600 toneladas e 4.000 toneladas, respectivamente.

A produção de abacaxi foi de 4,860 mil frutos na Área de Planejamento, representando apenas 2,41% da produção verificada para o Estado, que foi de 274,208 mil frutos.

### **Culturas Permanentes**

Com relação às culturas permanentes em 2002, merecem destaques: as culturas de coco-da-baía, maracujá e abacate. A área cultivada foi de 3.295 ha com coco-da-baía, 28,42% da área total cultivada no Estado, que foi de 11.529 ha; a área cultivada com maracujá foi de 139 ha, 16,8% da área total de 786 ha, e a área cultivada com abacate foi de 8 ha na Área de Planejamento, representando 6,40% da área total de 125 ha no Estado.

Com relação à produção de coco-da-baía, o município de Conde foi o segundo mais representativo, com 1,400 mil frutos, correspondendo 2,10% da produção da Área de Planejamento. O primeiro lugar na produção de coco foi o município de Pitimbú, 4,590 mil frutos, o que equivale a 6,85% da produção total da Área de Planejamento. O total produzido na área em referência foi de 6.390 mil frutos, equivalente a 9,57% da produção estadual.

Com referência a produção de maracujá, foi verificada a quantidade de 24,464 mil frutos produzidos no Estado, em que a participação da Área de Planejamento foi de 1.494 mil frutos, equivalente a 21,88% da produção total. O município de Pitimbú foi o mais representativo com 990 mil frutos, significando 66,0% da produção da Área.

A produção de abacate em 2002 foi de 141 mil frutos, representando 10,01% da produção total do Estado, que foi de 1,408 mil frutos. O município mais produtivo foi Conde, com 88 mil frutos, 62,5% do total produzido na Área.

## ● Pecuária

A produção pecuária da Área de Planejamento não é expressiva. Segundo informações do IBGE, em 2002, existiam no Estado um efetivo de 951.698 bovinos, dos quais 6.358 se encontravam na Área de Planejamento, representando 0,67% do total do Estado.

O município de Conde possuía o maior rebanho, com 3.065 cabeças. Merecem ainda destaques, na produção pecuária, os rebanhos de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos, com 276.999, representando 5,19% da produção estadual, que foi de 5.336.508, em 2002.

As produções de suíno, caprino, eqüino, asinino e ovino foram registradas em quantidades inexpressivas. Dados da tabela 19 mostram a distribuição espacial da pecuária para os anos de 2000 e 2001, que não diferem significativamente dos resultados obtidos para o ano 2002.

Com relação ao número de vacas ordenhadas, os dados da tabela 22 mostram que em 2002, foram ordenhadas 177.524 cabeças, cabendo a Área de Planejamento apenas 1.158 cabeças, o que representa apenas 0,65% do total do Estado. O município de Conde apresentou o maior rebanho com 650 cabeças, seguido de João Pessoa, com 430 cabeças.

Dados da **tabela 23** retratam a distribuição espacial dos produtos de origem animal da Área de Planejamento. Em 2002, a produção de leite foi de 1.288 mil litros, 1,10% da produção total, que foi de 117,024 mil litros. A maior produção foi verificada no município de Conde, com 1,011 mil litros, seguido pelo município de João Pessoa, com 232 mil litros. A produção de ovos de galinha é praticamente inexpressiva. Já a produção de ovos de codorna, corresponde a 82,61% da produção estadual, 1,410 mil dúzias. Os municípios com maior produção registrada foram Conde, com 621 mil dúzias, e João Pessoa, com 296 mil.

## ● Indústria

A indústria paraibana representa uma pequena, embora crescente, parcela da indústria de transformação nacional. De acordo com pesquisa da Fundação Seade: Pesquisa Atividade Econômica Regional – PAER- 1999, essa participação era de 0,45%, em 1995, passando para 0,59%, em 1998.

Outro aspecto importante na caracterização da indústria paraibana é a relevância do segmento de bens de consumo não duráveis que emprega 69,0% de todo pessoal ocupado, com destaque para os setores têxtil e de couros e calçados (22,0% e 23,0% do pessoal ocupado, respectivamente). Ramo importante também é o de alimentos e bebidas (19,0% do número de estabelecimentos e 16,0% do pessoal ocupado).

Ainda de acordo com a referida Pesquisa, no segmento de bens intermediários, destaca-se a divisão de minerais não-metálicos, com 18,0% do número de unidades e 10,0% do pessoal ocupado. A indústria química e de combustíveis, apesar de pequena participação em número de unidades (4,0%), registra 9,0% do pessoal ocupado. Já as indústrias de bens de capital são pouco expressivas no Estado, representam apenas 4,0% do número de estabelecimentos e 3,0% do pessoal ocupado.

Existem duas concentrações industriais no Estado, uma em João Pessoa e outra em Campina Grande. Nas indústrias situadas no entorno da Capital, que engloba os municípios de Conde e Cabedelo, a maior parte do pessoal ocupado se encontra nos ramos de couro e calçados, com 25,5%, seguido do setor têxtil 22,1%, alimentação e bebidas 15,5% e vestuário 4,3% . Nos municípios de Pitimbu e Conde a atividade industrial é inexpressiva, existindo apenas algumas unidades de produtos alimentares.

Outra importante revelação da Pesquisa é quanto à difusão de tecnologia da informação. Ficou evidenciado que na região de João Pessoa, o percentual do número de empresas que usam computadores é maior do que o verificado para o Estado. Ou seja, na região de João Pessoa 95,92% contra 83,03% para o Estado. Quanto às unidades com acesso a internet, o percentual verificado para a região de João Pessoa foi de 73,41%, contra 59,04% para o total verificado no Estado.

A indústria paraibana é constituída principalmente por unidades de portes pequeno e médio: 75,0% das unidades empregam menos do que 100 funcionários, enquanto que apenas 3,0% delas empregam mais de quinhentas pessoas. O setor têxtil e calçadista apresenta o tamanho médio maior, 52,0% das unidades da indústria têxtil tem de 100 a 499 pessoas ocupadas e 39,0% das empresas de calçados se encontram na mesma faixa.

Na região de João Pessoa se concentram as maiores empresas: 69,0% das unidades estão na faixa de 100 a 499 pessoas ocupadas e 16,0% delas possuem mais de 500 trabalhadores.

De acordo com os resultados apresentados na análise anterior, pode-se observar que o setor industrial da Área de Planejamento é o mais representativo do Estado, tanto em número de indústrias quanto com relação a geração de postos de trabalho e, conseqüentemente, na geração de receitas.

As receitas da indústria paraibana são obtidas principalmente pela venda de produtos aos outros Estados da Federação, 47,0%, em mercados da própria região Nordeste, e os das demais regiões do Estado da Paraíba (25,0% cada), e o mercado externo apenas 3,0% .

Já com relação às receitas das indústrias, situadas no entorno de João Pessoa, o ramo da indústria têxtil se encontra mais integrada com os fluxos do comércio internacional, dessa forma, 19,0% de suas receitas provêm das vendas efetuadas ao exterior.

Os dados mais recentes sobre a distribuição espacial e a estrutura da indústria de transformação do Estado e da Área de Planejamento se encontram na **Tabela 24** do Anexo Estatístico (**Anexo I**).

As informações são do último Cadastro Industrial elaborado pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP. As informações constantes no referido Cadastro destacam apenas o número de estabelecimentos industriais, de forma amplamente desagregada e confirma a supremacia da Área de Planejamento como detentora do maior número de estabelecimentos.

Em ordem decrescente, o maior número de estabelecimentos do Estado foi verificado para a atividade de produtos alimentares, com 1.015 estabelecimentos, correspondendo a 25,43% de um total de 3.991 cadastrados. Na Área de Planejamento o número de estabelecimentos para esse ramo foi de 245, representando 21,32% do total verificado para a área, que foi de 1.149 estabelecimentos.

Um aspecto importante a destacar é que no município de João Pessoa, registrou-se a grande maioria dos estabelecimentos industriais, 1.031, contra 1.149, existentes na Área, o que representa um percentual de 89,73%.

Outro segmento importante relevante é o da construção civil, com 376 estabelecimentos no Estado, equivalente a 9,42% do total. A Área de Planejamento concentra a sua grande maioria com 244 empresas, sendo o município de João Pessoa, a sede de quase todo o universo delas, 232 estabelecimentos.

Em seguida, na ordem de relevância, vem o número de estabelecimentos de confecção e artigos do vestuário com 331 estabelecimentos, representando 8,29% do total registrado no Estado. A Área de Planejamento possui 108 estabelecimentos desse gênero de indústria, todas elas situados na Capital do Estado (**Tabela 23 - Anexo I**).

## ● Serviços

Com relação às atividades de Serviços, deve-se registrar que os dados não estão atualizados para os municípios do Estado. As últimas informações existentes, referentes ao tipo de serviço e número de estabelecimentos por município são do Censo de Serviços de 1985, do IBGE. Dessa forma, a distribuição espacial e estrutural dessa atividade fica comprometida, não sendo possível sua desagregação.

No entanto, da análise setorial da economia paraibana, sabe-se que o Setor de Serviços é responsável, em média, por 50% da geração do Produto Interno Bruto do Estado (tabela 4 do Anexo Estatístico).

Na Área de Planejamento, a participação dos Serviços ficou acima dos 50% da geração do PIB. Em 1995, essa participação foi de 57,22%, aumentando, em 1998, para 58,81%.

No município de João Pessoa, maior economia da Área de Planejamento, os Serviços apresentaram importante participação na geração do PIB, no período de 1996 – 2000. Em 2000, essa participação foi de 57,89%. Neste mesmo ano, a participação do PIB dos Serviços da Área de Planejamento no total do PIB dos Serviços do Estado foi de 29,97%. Ou seja, R\$ 1,379 milhão contra R\$ 4,603 milhões. Já o PIB dos Serviços do município de João Pessoa, isoladamente, representou 25,26% do PIB desse Setor no Estado e 84,33% da Área de Planejamento.

Os últimos resultados do Setor de Serviços que permitem uma análise estrutural dessa atividade constam da Pesquisa Anual de Serviços – PAS, 2001, do IBGE. A PAS estimou que no Estado da Paraíba, em 2001, estavam operando 3.690 empresas nas atividades de serviços não financeiras, ocupando 31.650 pessoas.

Dados da tabela 25, mostram a estrutura por tipo de serviço e a respectiva importância no número de empresas e a relação com o pessoal ocupado.

Em primeiro lugar vêm os serviços de representantes comerciais e agentes do comércio com 21,25% do número de empresas e 4,40% do pessoal ocupado.

Ocupando o segundo lugar, observa-se os serviços de manutenção e reparação de veículos e objetos pessoais e domésticos, com 456 estabelecimentos, equivalente a 12,36% do total, e a participação do pessoal ocupado desse segmento foi de 5,81%.

Em terceiro lugar, em número de estabelecimentos, estão os serviços técnicos profissionais prestados as empresas, com 433 estabelecimentos, representando 11,73% do total e 7,24% da mão-de-obra ocupada.

Em quarto lugar vem os serviços auxiliares de transportes, com 11,52%, ou seja 425 estabelecimentos e 25,23% do pessoal ocupado. Deve-se destacar a importância desse último tipo de serviço na geração de empregos no setor.

### ● **Importância do Turismo na Área de Planejamento**

As informações disponíveis sobre a receita turística e sobre a contribuição do turismo à formação do PIB são escassas, precárias e, às vezes, contraditórias, tanto no nível nacional, como no nível estadual.

O estudo do mercado interno de turismo, realizado pela FIPE, em 2001, estima que o mercado doméstico, neste ano, gerou um receita total de 14,2 bilhões.

O mercado receptivo do estado da Paraíba teve uma participação de 2,39% sobre o total nacional, ou seja, R\$ 339,4 milhões.

Um outro estudo da FIPE/EMBRATUR “avaliação do impacto econômico do turismo pela conta satélite do turismo” estima, para 2001, um consumo turístico doméstico de R\$ 48,4 bilhões para o Brasil, e de 1.154,5 milhões para o estado da Paraíba.

A PBTUR que, mesmo com dificuldades, vem acompanhando a evolução da receita turística gerada no estado, a estima, para o ano 2001, em R\$ 860,8 milhões, considerando a receita direta e indireta.

Assim, considerando a média das três fontes de informações, a receita turística da Paraíba, em 2001, teria sido de R\$ 784,9 milhões e, excluindo os lados da Conta Satélite de Turismo, de R\$ 600,1 milhões.

As informações fornecidas pela PBTUR sobre fluxo e receita turística do estado, permitem estimar a receita gerada na Área de Planejamento em, aproximadamente, 75% da receita turística do estado (71,5% em João Pessoa, e 3,5% no outros municípios). Por tanto a receita turística da Área de Planejamento em 2001, deve ter se situado no intervalo entre R\$ 588,7 milhões (considerando a média das três fontes de informações) e R\$ 450,1 milhões (excluindo a informação obtida pela Conta Satélite de Turismo).

No estudo do impacto econômico do turismo pela Conta Satélite do Turismo, FIPE permite: identificar para o conjunto do mercado doméstico a participação do valor agregado (R\$ 29,5 bilhões) no total da receita gerada (R\$ 48,4 bilhões) que foi de 61%. Extrapolando este mesmo parâmetro para a Área de Planejamento, pode estima-o seu PIB turístico no intervalo entre R\$ 359,1 e R\$ 274,6 milhões.

Como o PIB da Área de Planejamento, em 2001, foi de R\$ 2.605 milhões, a participação do setor turístico na sua formação, se situou no intervalo entre 10,5% e 13,8%.

### **3.2.4 – Análise Social**

#### **3.2.4.1 – População**

##### **● Tamanho e Crescimento**

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2000 –IBGE, elaborados e apresentados na Tabela 33, o Estado da Paraíba possui uma população de 3.443.825 habitantes, distribuída em 223 municípios que agrupam 7,2% do total da população da Região Nordeste. Como unidade da Federação, a Paraíba é formada, por populações com tamanhos municipais de até 20.000 habitantes e que concentram 42,8% da população estadual. Vale ressaltar que João Pessoa, único município do Estado com mais de 500.000 habitantes, abriga, sozinho, 17,4% da população do Estado. Os aspectos demográficos e sociais portanto, apresentam-se como variáveis em função do porte populacional do município.

Os municípios paraibanos que compõem a Área de Planejamento apresentam grande heterogeneidade quanto as classes de tamanho populacional: Conde e Pitimbu estão entre os 23 municípios paraibanos com tamanhos de 10.001 a 20.000 residentes, Cabedelo entre os 19 na faixa de 20.001 a 50.000, Bayeux entre os cinco que compõem a faixa de 50.001 a 100.000 e João Pessoa único na faixa de mais de 500.000 (Tabela 34). A diversidade de características populacionais, decorrentes dessa disparidade de tamanhos municipais, tem a sua equalização marcada na conformação de seus territórios, unidos em prolongamento litorâneo sul, com as características de João Pessoa prevalecendo na caracterização populacional de toda a área tomada como de planejamento.

O tamanho populacional do conjunto das áreas municipais em análise cresceu de 15,24% em 1980 para 22,03% em 1991 e 19,5% na composição da população do Estado. As taxas de crescimento ao ano foram de 3,62% no período 1980-91 e de 2,2% no período 1991-2000 evidenciando o ritmo superior de crescimento populacional experimentado na década de 80 e o resultado da queda nas taxas de João Pessoa que suplanta o forte aumento na taxa de crescimento de Pitimbu. Nas duas séries de anos observadas estas taxas estiveram substancialmente acima das taxas estaduais que foram de 1,3% e 0,8% respectivamente o que atesta a dinâmica populacional positiva da Área de Planejamento.

#### ● Situação Domiciliar

Inicialmente, é importante o registro de que apenas 30 municípios paraibanos (13%) têm grau de urbanização igual ou superior à média estadual, que é de 71 %, registrado em 2000. Observa-se na Paraíba, de uma forma geral, que o grau de urbanização aumenta conforme o porte populacional dos municípios, passando de 42,8%, em média, nos municípios com até 5.000 habitantes para até 100% em João Pessoa.

A distribuição da população pelos espaços urbanos e rurais municipais, tomando a linha de tempo 1980-2000, descreve o movimento da população paraibana na direção da consolidação de processo de urbanização, puxado pelo crescimento de municípios de tamanhos semelhantes aos da Área de Planejamento.

Registre-se que este processo foi fruto do crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração com destino urbano e da incorporação de áreas que em censos anteriores eram classificadas como rurais. Em 2000 71,1% da população do Estado encontrava-se nas áreas urbanas contra 64% em 1991 e 52%, em 1980.

A Área de Planejamento manteve níveis constantes e semelhantes nos três pontos anuais mencionados entre 96% e 98%, evidenciando assim, desde 1980, o caráter urbano dos dois maiores municípios componentes da Área: João Pessoa e Cabedelo. O município do Conde acompanha o movimento estadual de urbanização e Pitimbu, pelo crescimento da sua população rural no ano de 2000, descreveu, naquele ano, uma variação atípica na tendência geral rumo ao crescimento urbano.

## ● Grupos de Idade

A população paraibana contada por grupos de idade (Tabela 35), apresentava a seguinte distribuição em 1980 : o grupo de 0 a 14 anos representava 42,7%, o grupo de 15 a 29 anos 25,6%, o grupo de 30 a 44 anos 14,3%, o grupo de 45 a 64 anos 11,8% e o grupo de 65 anos ou mais 5,6%. Em 1991: o grupo de 0 a 14 anos representava 37,9% , o grupo de 15 a 29 anos 27,4%, o grupo de 30 a 44 anos 15,7%, o grupo de 45 a 64 anos 12,5% e o grupo de 65 anos ou mais 6,5%.E, em 2000: o grupo de 0 a 14 anos representava 31,5%, o grupo de 15 a 29 anos 28,2%, o grupo de 30 a 44 anos 18,5%, o grupo de 45 a 64 anos 14,6% e o grupo de 65 anos ou mais 7,2%.

A população da Área de Planejamento agrupada por idade apresentou o seguinte quadro: em 1980 : o grupo de 0 a 14 anos representava 37,80%, o grupo de 15 a 29 anos 30,1%, o grupo de 30 a 44 anos 16,1%, o grupo de 45 a 64 anos 11,7% e o grupo de 65 anos ou mais 4,3%. Em 1991: o grupo de 0 a 14 anos representava 34,3% , o grupo de 15 a 29 anos 30,52%, o grupo de 30 a 44 anos 18,6%, o grupo de 45 a 64 anos 11,9% e o grupo de 65 anos ou mais 4,7%.E, em 2000: o grupo de 0 a 14 anos representava 28,5%, o grupo de 15 a 29 anos 29,9%, o grupo de 30 a 44 anos 21,8%, o grupo de 45 a 64 anos 14,4% e o grupo de 65 anos ou mais 5,4%.

A dinâmica de crescimento populacional por grupo de idade revela que, para o Estado, a população menor de 14 anos decresceu no tempo e a população de 15 e mais anos aumentou o contingente na participação relativa absorvendo, em distribuição equilibrada, as posições percentuais relativas perdidas pela parcela mais jovem da população total. Este comportamento é compatível com quedas nas taxas de natalidade e fecundidade e aumento da esperança de vida.

A Área de Planejamento, no entanto, apresenta taxas similares e generalizadas no crescimento de todos os segmentos etários no período de 1980-2000, destacando-se que os grupos adultos, formados por pessoas de 30 anos e mais, apresentaram sempre posições relativas superiores àquelas registradas para o Estado. É exatamente no grupo de 65 anos e mais que registrou-se mudança significativa na estrutura da população, reforçando a avaliação de que tal peculiaridade sinaliza para a vigência de continuado padrão populacional qualitativamente melhor, relativamente às demais áreas do Estado.

## ● Projeção Populacional

Com uma leve supremacia quantitativa feminina na composição populacional por sexo, os números projetados na **Tabela 36 - Anexo I**, para o Estado, a Área de Planejamento e para os municípios analisados, guardam nas taxas de crescimento aplicadas, as tendências registradas nas estatísticas básicas levantadas e já referidas.

Esta projeção tem o objetivo específico de propiciar cenários populacionais que serão solicitados pelos projetos decorrentes deste PDITS bem como o domínio de suas metas segundo uma base populacional estimada. Até o ano 2020 espera-se uma população para o Estado de 4.213.876 pessoas quando a Área de Planejamento deverá alcançar a participação relativa de 24,7% do total, correspondendo a 1.040,827 pessoas.

### 3.2.4.2 – Condições de Vida

#### ● Relação Populacional de Dependência

Conforme o estudo “Indicadores Sociais 2000-IBGE”, a razão de dependência que expressa a proporção entre os potencialmente inativos (crianças de 0 a 14 anos e idosos de 65 anos e mais) e os potencialmente disponíveis (população de 15 a 64 anos) para as atividades econômicas é um importante indicador demográfico pela expressão da relação entre as pessoas que trabalham e as pessoas que não trabalham.

A população da Paraíba apresentou uma redução na sua razão de dependência na última década: de 79,9 crianças e idosos para cada grupo de 100 pessoas em idade ativa, em 1991, para uma razão de 63,1%, em 2000.

A capital João Pessoa apresentou razão de dependência bastante inferior à média estadual (49,8 crianças e idosos para cada 100 pessoas em idade ativa), enquanto nos municípios com até 20.000 habitantes, a razão de dependência passa para 71%, em média. A análise por porte populacional demonstra pois, que o grau de urbanização está inversamente relacionado ao indicador de razão de dependência, tendência também observada nacionalmente. No ano de 2000 o quadro era o seguinte:

<b>Paraíba</b>	<b>63,1</b>
Até 5.000	69,6
De 5.001 a 10.000	72,2
De 10.001 a 20.000	71,4
<b>Conde</b>	<b>68,6</b>
<b>Pitimbu</b>	<b>67,0</b>
De 20.001 a 50.000	66,1
<b>Cabedelo</b>	<b>53,0</b>
De 50.001 a 100.000	58,2
De 100.001 a 500.000	57,2
Mais de 500.000	49,8
<b>João Pessoa</b>	<b>49,8</b>

Obs: Razão de Dependência = (Pop0-14 + Pop65+)/ Pop15-64 \* 100

Os municípios da Área de Planejamento apresentam portanto os indicadores de razão de dependência em ordem decrescente à grandeza populacional municipal, ratificando a relação nacional e estadual quanto ao seu comportamento e já referida no parágrafo anterior.

## ● População Economicamente Ativa

Os números da PEA paraibana nos anos 1980, 1991 e 2000 (Tabela 37 - Anexo I) indicam que 30,4%, 33,8% e 40,7% respectivamente, da população total estadual, estavam disponíveis para as atividades econômicas. Estes percentuais indicam um crescimento relativo da PEA no tempo apreciado.

A Área de Planejamento neste cenário de crescimento, respondeu por 16,3% da PEA total em 1980, por 21,6% em 1991 e por 24,1% em 2000. A diferença quanto ao dinamismo positivo está expressa nas taxas de crescimento : em 1991-80 a PEA do Estado cresceu 2,31%/ano e a da Área de Planejamento em 5,1%; em 1991-2000 este crescimento foi de 2,9% /ano para o Estado e de 4,2% para a Área de Planejamento.

## ● População Ocupada

Os dados sobre população ocupada no Estado da Paraíba, aquela que está absorvida pelas atividades econômicas, remunerada ou não, atestam o declínio de posição relativa face a PEA: era de 94,4% em 1980, passou para 96,4% em 1991 e caiu para 85,7% em 2000. Como a PEA cresceu nos mesmos pontos anuais entende-se do aumento de parcela da população fora dos espaços de ocupação ou, no mínimo, da desmobilização de braços nas atividades econômicas.

A Área de Planejamento que representava 16,3%, da população ocupada do Estado, em 1980, passou para 20,8% e 22,9% respectivamente em 1991 e 2000 acompanhando portanto o movimento, descrito no parágrafo anterior, entre PEA e população ocupada.

As taxas anuais de crescimento da população ocupada estadual foram de 2,21% e 1,56% para os períodos 1980-91 e 1991-2000, portanto inferiores às taxas da Área de Planejamento que foram de 4,68% e 2,68% para os períodos 1980-91 e 1991-2000. **(Tabela 38 - Anexo I).**

## ● Rendimento Médio

Segundo o estudo “Indicadores Sociais 2000-IBGE” a Paraíba contava, em 2000, com 849.378 domicílios particulares permanentes, sendo que 74,7% deles sob responsabilidade masculina e 25,3% sob a responsabilidade de mulheres.

A maior proporção de domicílios cujo responsável era mulher (31,7%) foi verificada naqueles de maior porte populacional. Em média, a análise indica um expressivo aumento de 29,6% na proporção de domicílios com responsáveis mulheres no Estado, com crescimentos percentuais diferenciados entre os municípios. É em termos dos rendimentos auferidos pelos responsáveis pelos domicílios que se observam as maiores desigualdades entre os municípios.

A avaliação sobre o rendimento médio do responsável por domicílio demonstra que este oscilou entre R\$ 205 e R\$ 234 nos municípios com até 20.000 habitantes (maioria dos municípios do Estado), enquanto que João Pessoa, com mais de 500.000 habitantes, apresentou o maior rendimento médio (R\$ 890).

O Estado apresentou, ainda, diferenciais entre estes rendimentos, tomando-se como parâmetro o sexo do responsável pelo domicílio: o rendimento médio da responsável mulher representou, no geral, 81,5% do rendimento do responsável homem. Esse diferencial, contudo, é bem inferior ao encontrado em diversos estados brasileiros.

A análise dos rendimentos indica, também, que o rendimento mediano não variou muito entre os municípios. O maior valor foi observado na capital do Estado (R\$ 380), mas na grande maioria dos municípios, metade dos responsáveis recebia até R\$ 151,00 (um salário mínimo de julho de 2000) e a outra metade possuía rendimentos superiores a esse valor.

Cabe chamar atenção para a existência de municípios com rendimento mediano inferior a um salário mínimo. Não se observou diferencial por sexo na análise deste indicador para a grande maioria dos municípios do Estado (189 municípios ou 85%). Nesses casos, o rendimento mediano para ambos os sexos era de R\$ 151, o que demonstra uma situação de pobreza da população.

Para a análise da evolução dos rendimentos entre 1991 e 2000, utilizou-se como referência os maiores contingentes de responsáveis em ambos os sexos, isto é, os responsáveis homens com cônjuge, que representavam 90% do total de responsáveis homens, e as responsáveis mulheres sem cônjuge (85,2% do total de responsáveis mulheres). Assim, de uma forma geral, a Paraíba apresentou uma pequena evolução positiva na distribuição dos responsáveis, de ambos os contingentes, por classes de rendimento, com uma redução da proporção de responsáveis homens com cônjuge e responsáveis mulheres sem cônjuge que recebiam até 1 salário. Essa evolução, contudo, não foi uniforme para todos os portes populacionais.

Os dados da **Tabela 39 - Anexo I** dão conta das mudanças ocorridas na estrutura dos rendimentos médios mensais nos anos de 1991 e 2000.

O principal registro foi o da queda significativa no tamanho do segmento que auferia até 1 salário mínimo, acompanhado pelo crescimento do segmento dos classificados como “sem rendimentos”, para o Estado e para todos os municípios da Área de Planejamento.

O município do Conde segue o crescimento anotado para o Estado quanto ao pequeno mas generalizado crescimento da parcela de pessoas que recebem em todas as faixas que vão de mais de 1 até mais de 5 salários mínimos.

Os municípios de Pitimbú, Cabedelo e João Pessoa descreveram o mesmo movimento de contração de tamanho nas faixas menores de rendimento acompanhado pelo crescimento nas faixas maiores. Quanto maior o município mais esta mudança teve expressão, sinalização para o período forte depressão econômica do País.

### 3.2.4.3 – Dimensão Social

#### ● Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Os Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios da Área de Planejamento informam uma melhoria de posição para todos no período 1980/2000, com destaques para Bayeux (de 0,440 para 0,689), Pitimbú (de 0,382 para 0,594) e Conde (de 0,407 para 0,613) com variações na marca dos 50% e portanto apresentando os melhores desempenhos; João Pessoa (de 0,718 para 0,783) cresceu em 9% e Cabedelo (de 0,656 para 0,757) em 15%. Neste período os índices para o Estado foram de 0,584 em 1991 e 0,678 em 2000.

Este quadro de crescimento positivo dos índices e das proporções desiguais já referidas no parágrafo acima com uma maior ou menor variação estão repetidos nos Índices de renda, longevidade e educação já que são partes do IDH total. Estes indicadores foram observados a partir de bases que somam nas suas caracterizações apresentadas anteriormente, à renda, e a seguir para os outros itens.

#### ● Educação

O estudo “Indicadores Sociais 2000-IBGE” revela que a Paraíba apresentou um contingente de 758.037 analfabetos (27,6% da população residente de 10 anos ou mais de idade). A maior taxa de analfabetismo por porte populacional foi encontrada nos municípios de 5.001 a 10.000 habitantes (37,2%, em média). Ao desagregar este indicador para os grupos de idade, como seria de se esperar, as maiores taxas foram encontradas entre os idosos (58%).

Chama atenção a taxa de analfabetismo entre as crianças de 10 anos de idade (22%), revelando, ainda, atraso no ingresso no ensino fundamental. O analfabetismo funcional (pessoas com menos de quatro anos de estudo completos) apresentou-se de forma mais recorrente nos municípios de até 10.000 habitantes, com uma taxa média de 77% de responsáveis nessa condição, contra 26,6% em João Pessoa. Além disso, tem-se que 11,7% dos responsáveis concluíram o primeiro segmento do ensino fundamental, 4,7% concluíram o fundamental completo e 7,9% o ensino médio.

Houve ainda um crescimento de 32,8% (quase 1 ano) na média de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios no estado, entre 1991 e 2000. Essa melhora é verificada para a totalidade dos municípios, porém de uma forma ligeiramente mais acentuada para as mulheres. As maiores médias

foram encontradas em João Pessoa: 7,5 anos de estudo para os responsáveis homens e 7,2 para as responsáveis mulheres. Contudo, a baixa média de 3,8 anos de estudo no estado mostra que grande parte dos responsáveis sequer possui o primeiro segmento do ensino fundamental.

Observa-se, sobre os municípios da Área de Planejamento, uma queda em torno de 10 % a 20% no segmento de população de 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudos em todos. Observa-se porém que, no mínimo, dobrou o percentual de pessoas com 25 anos ou mais com menos de 12 anos de estudos, a exceção de João Pessoa que experimentou leve aumento, o que sinaliza para um aumento de pessoas no mercado de trabalho com nível de instrução, quanto a anos de estudo, diminuído.

O nível de analfabetismo foi reduzido em todos os municípios com a taxa de alfabetização sendo elevada em 6% em João Pessoa e em 12% a 15 % nos demais municípios.

### **Saneamento Básico**

O estudo “Indicadores Sociais 2000-IBGE” observa que as condições de saneamento básico dos domicílios urbanos e rurais da Paraíba revelam algumas diferenciações importantes. A forma de abastecimento de água se deu predominantemente por meio de rede geral em 89,9% dos domicílios urbanos.

Nos domicílios rurais, o abastecimento de água por essa modalidade é bem mais restrito (10,7%), predominando o uso de poço ou nascente em 33% dos domicílios rurais do estado, com um expressivo número de domicílios (56,2%) ainda utilizando alguma outra forma de abastecimento (reservatório, chuvas, carro-pipa, poço ou nascente localizado fora do terreno ou da propriedade em que o domicílio estava construído).

Em relação ao esgotamento sanitário, prevaleceu, em 43% dos domicílios urbanos do Estado, o uso de escoamento por outras formas de esgotamento (fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e/ou outro escoadouro). Apenas 39,2% dos domicílios urbanos encontravam-se ligados à rede geral de esgoto. Nos domicílios rurais essa situação é ainda mais grave, uma vez que apenas uma pequena parcela de municípios possuía esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica (4,6%). Chama atenção, nesse caso, o fato de 55% dos domicílios rurais do estado não possuírem qualquer tipo de instalação sanitária ou banheiro.

Para finalizar a análise sobre saneamento básico, observa-se que em 88,5% dos domicílios urbanos o lixo era coletado. Essa situação não se repete para os domicílios rurais, onde, de uma forma geral, prevaleceram outras formas de destino do lixo (jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar e/ou outro destino) em 57,6% destes domicílios.

Os municípios da Área de Planejamento tiveram modificados positivamente os percentuais de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, com banheiro e água encanada, com serviço de coleta de lixo e com energia elétrica. As taxas variam e agrupam João Pessoa e Cabedelo em

patamares quase constantes por já terem quase os índices cheios. Os demais apresentam variações de mais de 50% em todos os indicadores sendo particularizado o de coleta de lixo e de água encanada quanto a Conde e Pitimbú, que apresentam um quadro de déficit semelhante ao Estado.

## ● Saúde

Nas Tabelas 43 , 44 e 45 do Anexo I, o quadro referencial de saúde para a Área de Planejamento está expresso em alguns indicadores que revelam o nível de atendimento atual, a saber:

- o número de hospitais em 5 anos 1995-2002 aumentou de 33 para 38; apenas Pitimbú não dispõe de hospitais;
- o número de leitos hospitalares quase não apresentou variações significativas no período: 3638 em 1995 e 3642 em 2002. A relação leito por habitante (fonte: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)) , em dezembro de 2002, foi em Bayeux de 1,9, em Cabedelo de 2,0, em Conde de 2,4, em João Pessoa de 5,8. em Pitimbú não existem registros de oferta de leitos.
- o número de médicos que residem nos municípios , por mil habitantes, aumentou em Cabedelo de 1,41 em 1991, para 2,24 em 2000; em João Pessoa permanece quase o mesmo índice 2,76 em 1991 e 2,78 em 2000. Conde, Pitimbú e Bayeux não registram números para médicos residentes.
- O aumento médio da esperança de vida foi em torno de 3 anos para todos os municípios da Área de Planejamento.
- A queda da taxa de mortalidade infantil foi registrada em todos os municípios da área: quanto menor o município mais intensa foi a queda que variou de 20% a 35%. Esta constatação atesta a diferença entre municípios que constroem índices de melhoria de condições de vida partindo de patamares diversos sobre populações também diversas. O índice de melhoria da taxa de mortalidade infantil foi maior para todos os municípios no segmento de crianças até 5 anos.

### 3.2.5 – Conclusões

A Área de Planejamento apresenta uma dinâmica sócio-econômica semelhante a da Região Nordeste, entretanto, quando comparada no território paraibano, se coloca como pólo de concentração econômica, de serviços e de melhores indicadores de qualidade de vida.

Ainda na própria Área, percebe-se a hegemonia de João Pessoa sobre os demais municípios, embora Cabedelo, face a sua conurbação, se apresente à sua semelhança em vários aspectos.

No conjunto, verifica-se a fragilidade do setor agropecuário, denotando o elevado grau de urbanização e a supremacia dos setores industrial e de serviços. Este fato indica que o território rural, não urbanizado, está em processo de baixo dinamismo econômico, não havendo pressão por expansão de fronteira agrícola e ou de cultivos extensivos. Assim, depreende-se que as condições para proteção/preservação de ambientes naturais – elementos componentes dos atrativos da Área de Planejamento, são favoráveis.

Por outro lado, o incremento das atividades turísticas não irá provocar conflito entre setores econômicos, ao contrário, há espaço para sua ampliação, ensejando, na verdade, um saudável salto qualitativo para o terciário moderno, beneficiando não só a própria cadeia produtiva, mas também, segmentos do setor serviços como a tecnologia de informação e o conhecimento.

Dessa forma, destacam-se os seguintes aspectos na conclusão do presente Capítulo:

a participação do turismo na economia da Área de Planejamento, correspondente a cerca de 8% do PIB do setor de serviços, pode ser ampliada consideravelmente, havendo espaço para crescimento sustentado, como foi demonstrado no capítulo anterior – Avaliação do PRODETUR NE I/PB, ao demonstrar o salto expressivo do setor no município de Conde;

a hegemonia do aglomerado urbano da Grande João Pessoa reforça a decisão de concentrar o PDITS na Área de Planejamento definida, tendo em vista que os indicadores sociais e econômicos situam-se em patamares que suportam uma mudança de perfil sem o esforço que seria necessário em áreas mais críticas – regiões com baixíssimos níveis de qualidade de vida e ausência de vetores geradores de renda;

importa mencionar a evolução da PEA na Área de Planejamento, que na década 1999/2000 cresceu 44% mais que o Estado, e ainda, que o PIB na área em questão cresceu 43% mais que o Estado. Estes indicadores reafirmam uma posição de razoável dinamismo econômico no território, o que reflete uma facilitação para a implantação do PDITS na Paraíba;

a estimativa de que o PIB do setor de turismo na Área de Planejamento é da ordem de R\$ 100,0 milhões, e ainda frágil para a própria economia paraibana. Entretanto, é possível antever uma alteração neste indicador face ao volume de recursos a serem injetados no setor, e mais, pela capacidade de resposta dos investimentos decorrentes do próprio PDITS;

o padrão de média qualificação e escolaridade, aliado a indicadores sociais situados em patamares confortáveis no plano regional, indica ser factível o desenvolvimento da Área de Planejamento, tendo em vista que o suporte de infra-

estrutura básica já está presente, o que denota um espaço consistente para investimentos geradores de emprego e renda permanentes;

as intervenções programadas, focalizadas no turismo e localizadas pontualmente permitem a construção de cenários onde os impactos positivos sobre as populações beneficiadas sejam monitorados. Neste aspecto, a elevação dos indicadores que compõe o IDH dos municípios de Conde e Pitimbu é pré-condição para a projeção de metas socioeconômicas no âmbito do PDITS.

O quadro A apresenta os problemas da Área de Planejamento e suas causas no tocante a sua Dinâmica Socioeconômica:

#### QUADRO A – DINÂMICA SOCIOECONÔMICA – PROBLEMAS E SUAS CAUSAS

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
<b>EVOLUÇÃO ECONÔMICA RECENTE DA ÁREA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.</li> </ul>	
PERFIL ECONÔMICO SETORIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.</li> </ul>	
PERFIL ECONÔMICO ESPACIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A economia, especialmente, ainda se concentra em João Pessoa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco significativos os estímulos econômicos para as áreas litorâneas, despontando o negócio imobiliário (loteamentos) como alternativa mais atraente que o negócio turismo.</li> </ul>
Serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A falta de dados atualizados dificulta uma análise do setor, que tem segmentos importantes para o turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa perspectiva de planejamento e gestão entre os municípios, perpetuando certa indiferença pela pesquisa permanente no setor.</li> </ul>
IMPORTANCIA DO TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A rede hoteleira está envelhecida</li> <li>• O Pólo ainda não iniciou, como outros destinos concorrentes, a oferta de modernos hotéis resort de praia e de pousadas de qualidade.</li> <li>• O fluxo turístico, relevante e significativo, é ainda condicional, com elevada proporção de turistas hospedados em casa de amigos e parentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa capacidade de investimento dos empresários locais.</li> <li>• Articulação/promoção insuficientes para atrair investimentos para o Pólo de fora do estado.</li> </ul>
<b>ANÁLISE SOCIAL – População.</b>		
Tamanho e Crescimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxas elevadas de crescimento populacional na Área (15,24% em 1980; 22,03 em 1991), podendo pressionar os locais mais atrativos para o turismo, com projetos habitacionais (crescimento de loteamentos e de adensados núcleos urbanos espontâneos).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O planejamento regional e os planos diretores municipais não têm desenvolvido a cultura de perseguir uma capacidade de carga das áreas turísticas, evitando que o crescimento demográfico se aproprie desses locais.</li> </ul>
Projeção Populacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As projeções populacionais se revelam em relação aos dados históricos, fato que não apresenta, de pronto, problemas afetando o turismo. Entretanto, no período considerado, em razão da concentração de investimentos em infra-estrutura e turismo, este crescimento tanto pode aumentar quanto ter uma característica de natureza migratória, com efeitos que podem afetar a cultura e as peculiaridades locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O planejamento regional e os planos diretores nunca se detêm no perfil básico da população, no que concerne à sua evolução em crescimento, o que torna essa evolução um processo empírico e exclusivamente espontâneo, em particular quando se observam tendências migratórias, decorrentes da sinalização de grandes concentrações de empreendimentos econômicos.</li> </ul>
<b>ANÁLISE SOCIAL – Condições de Vida</b>		
Relação Populacional de Dependência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.</li> </ul>	

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
População Economicamente Ativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>É proporcionalmente baixa, porque pessoas em idade de trabalhar não procuram trabalho. Decorre de estrutura socioeconômica local. Mas, não tem relação, nem afetam o desenvolvimento da atividade turística</li> </ul>	
Rendimento Médio.	<ul style="list-style-type: none"> <li>É baixo e, como em todo Brasil, decorre da concentração de renda. Para as atividades do setor turístico, no entanto o baixo nível local da remuneração da mão-de-obra é um fator de competitividade vis-a-vis de destinos receptivos do sul do Brasil e do exterior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O fator renda familiar</li> </ul>
<b>ANÁLISE SOCIAL – Dimensão Social.</b>		
Índice de Desenvolvimento Humano.	O IDH baixo revela um quadro crítico das condições da mão-de-obra que será mobilizada pelo processo de desenvolvimento do turismo na Área de Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Precariedade do ensino médio, deficiências naturais, de cunho nutricional e baixa prática, entre os empregadores de mão-de-obra, de programas sistemáticos de treinamento e qualificação.</li> </ul>
Educação.	A taxa de analfabetismo elevada sinaliza uma incipiente qualificação da mão-de-obra a ser recrutada para atender as necessidades do turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Precariedade do ensino médio, deficiências naturais, de cunho nutricional e baixa prática, entre os empregadores de mão-de-obra, de programas sistemáticos de treinamento e qualificação.</li> </ul>
Saneamento Básico.	O quadro de déficits demonstra que esta infra-estrutura ainda se caracteriza como um fator que pode afetar o turismo em curto e médio prazos, dentro da perspectiva de evolução do Programa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dificuldades financeiras para a viabilização de projetos de saneamento básico (sobretudo água e esgoto) numa cadência próxima à esperada concentração de investimentos de natureza turística.</li> </ul>
Saúde	Os serviços de saúde são precários para o atendimento da população e, extensivamente, para as demandas típicas dos fluxos turísticos, principalmente aquelas geradas em locais turísticos mais afastados dos grandes centros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>A acessibilidade a serviços de saúde ainda é, conjuntamente, uma perspectiva remota à medida que territorialmente as demandas se afastam dos grandes centros.</li> </ul>

### 3.3 – TURISMO NA ÁREA DE PLANEJAMENTO

Este capítulo enseja uma análise focada em dois aspectos: as características atuais do território sob a ótica da oferta de atrativos e produtos; e, as condições efetivas de sua exploração a partir do envolvimento do setor privado e das comunidades locais. Neste sentido, devem-se destacar os impactos positivos e os benefícios para a população decorrente do processo de desenvolvimento do turismo.

A identificação de potencialidades e restrições, na análise presente permitirá a construção de estratégias para embasar as propostas de ação que estarão contidas no PDITS.

Para tanto, foram agrupados os atrativos em três categorias: Litoral; Ambientes Naturais Notáveis; Patrimônio Histórico e Cultural. Os atrativos e produtos foram selecionados a partir da realidade atual, decorrente de pesquisas diretas, cujo resultado está explicitado no presente capítulo.

### **3.3.1 – ATRATIVOS E PRODUTOS TURÍSTICOS**

#### **3.3.1.1 – Atrativos**

##### a) Litoral

Objetivando expressar de forma abrangente os recursos turísticos do litoral, o trabalho de campo para pesquisa e observação foi ampliado, incorporando os trechos litorâneos dos municípios de Lucena e Rio Tinto, permitindo assim uma ampla avaliação do conjunto.

Por outro lado, a identificação das potencialidades turísticas desse espaço da Área de Planejamento requer um aprofundamento rigoroso, capaz de orientar o elenco de intervenções futuras no âmbito do PDITS. Dessa forma, foram observados sete componentes relevantes, a saber: qualidade das águas marinhas; qualidade da areia das praias; vegetação da borda do litoral; leitura da ambiência; tipologia da ocupação da retroterra; acessibilidade; e, disponibilidade de áreas para ocupação hoteleira.

Esses componentes estão indicados a seguir, contemplando uma avaliação valorativa referencial para as principais praias do litoral paraibano, objeto da pesquisa que subsidia a elaboração do PDITS.

##### a1) Qualidade das Águas Marinhas

De um modo geral as águas do litoral paraibano sofrem interferência de fatores naturais que inibem a coloração transparente, como por exemplo: frequência de rios e largas barras; pouca profundidade das praias; e, formação de correntes entre os arrecifes e o litoral. Mesmo assim, há ocorrências de locais exuberantes com melhor qualidade, destacando-se:

trecho do litoral de Cabedelo, notadamente a praia de Camboinha

a praia do Bessa, em João Pessoa

trecho do litoral sul que inclui as praias de Jacumã, Carapibus e Coqueirinho.

Ao contrário das áreas mencionadas, existem trechos litorâneos que sofrem influência direta dos rios, dentre os quais as Praias de Barra de Gramame, Tabatinga e Camocim, no litoral sul, e as Praias de Lucena e Barra do Mamanguape, ao norte.

Observa-se na avaliação das águas a presença de dois espaços diferenciados do conjunto constituídos por lamina d'água de características singulares. São elas:

a lamina d'água localizada entre o litoral de Cabedelo e os arrecifes, com largura de variável entre 2 e 3 Km e profundidade entre 1 e 3 metros, cuja coloração da água é azul e transparente, propiciando sua utilização para esportes náuticos, lazer e banho;

a lamina d'água formada pela bacia do Rio Sanhauá, tendo em vista a conjunção dos seguintes fatores: sua grande dimensão; o seu entorno urbano e natural; a ligação fluvial entre Cabedelo e o Centro de João Pessoa; e, a relação com o por do sol.

## a2) Qualidade da Areia das Praias

No conjunto há segmentos com areias brancas e de fina granulação entre faixas litorâneas de cor e textura de qualidade inferior, decorrentes da proximidade das barras dos rios.

No litoral norte, estas características (negativas e positivas) se explicitam ainda mais, com destaque para:

- nas praias de Lucena se combinam trechos de condições negativas (Fagundes e Ponta de Lucena) e trecho extremamente interessante (Bom Sucesso), de 3km de extensão, com areais finas e brancas;
- Fenômeno similar pode ser constatado na Barra de Mamanguape.

No litoral sul, a qualidade da areia, em geral, é melhor, principalmente nas praias de Jacumã, Carapibus, Coqueirinho e Tambaba. Em Praia Bela ao lado dos bares ali instalados, há trecho de praia com areia de elevada qualidade: branca, firme e de fina granulação.

No centro, a qualidade das areias é mais homogênea, cabendo destacar a praia de Camboinha, em Cabedelo, e Bessa e Cabo Branco, em João Pessoa.

Há que se destacar ainda duas ocorrências que oferecem condições especiais, tanto no tocante as areias quanto a água;

- **Areia Vermelha**, plataforma de arrecifes a 0,5 km da praia de Camboinha, interessante, como as Gáleas de Maragogi (AL), os arrecifes de Porto de Galinhas e a Coroa do Avião, em Pernambuco.

- **Ilha da Restinga**, que pela sua dimensão e característica ambiental, além da boa localização, lhe confere potencial turístico a ser destacado.

### a3) Tipologia da Ocupação da Retroterra

A ocupação do litoral é semelhante as manchas urbanas da região nordestina – extensos trechos loteados e não ocupados. O seu potencial de ocupação turística, ainda é considerável tanto nas áreas não loteadas quanto nas áreas loteadas que apresentam baixa ocupação.

Boa parte do litoral é formada por falésias/tabuleiros, (às vezes com elevado grau de erosão), que por um lado dificulta o acesso à praia, e por outro, permite visual excelente, principalmente nas áreas vizinhas às barras dos rios.

A retroterra apresenta pontualmente áreas livres de ocupação, dentre as quais destacam-se:

- No litoral sul: Praias de Coqueirinho, Camocim e Barra de Gramame;
- No litoral norte: Barra de Mamanguape e Praias de Oiteiro e de Campina

Mesmo em praias já ocupadas, como Jacumã e Carapibus, ainda há espaço para equipamentos turísticos – pousadas, hotéis de pequeno e médio porte, bares, restaurantes, centro de comercialização de artesanato, etc.

Deve-se registrar a ocorrência de restrições decorrentes de fatores naturais e antrópicos, que se apresentam como inibidores de aproveitamento do território, como por exemplo:

- a intensa erosão em algumas falésias torna inviável a sua utilização para implantação de meios de hospedagem.
- a forma de ocupação urbana e a precariedade dos acessos às praias de Pitimbú e Acaú, resultam em um conjunto extremamente negativo para a atração turística deste destino;

Os levantamentos em campo identificaram algumas áreas litorâneas notáveis que apresentam uma retroterra peculiar, em especial as descritas a seguir:

- áreas entorno de grandes barras de rio, (notadamente Mamanguape, Ibimirim e Gramame) com um belo visual e um quadro cênico singular.
- outras áreas em cotas altas, sobre as falésias, com visual privilegiado do oceano.

- praias de pequenas dimensões e ambiência agradável, como Praia do Sol e Coqueirinho;
- área do mirador, atrás do rio Sanhauá, com grandiosa visão da bacia de Cabedelo e de João Pessoa.

#### a4) Vegetação da Borda do Litoral

O litoral paraibano é extremamente verde, embora a maior parte da vegetação seja de médio e pequeno porte. A presença de coqueirais não é marcante denotando-se entretanto, excepcionais ocorrências de matas e manguezais em vários trechos.

No litoral sul a presença de vegetação é menor, seja pela intensa erosão das falésias, seja pela ocupação do tabuleiro com a cultura da cana, seja pela densidade de ocupação de algumas praias (Jacumã, Carapibus, e as praias de Pitimbú).

O litoral norte de modo geral, tem maior riqueza de flora que o litoral sul. Parte significativa desse litoral faz parte da APA de Mamanguape. Algumas áreas, com presença de restinga e mata rala teriam dificuldades de ocupação por restrições ambientais como as Praias de Campina, parte da praia de Oiteiro e do lado sul do rio Ibimirim;

Na praia da Barra de Mamanguape e no Pontal norte do município de Lucena as praias tem uma densa e rica vegetação e é constatada a presença de coqueirais.

No centro, em João Pessoa e Cabedelo, as praias urbanas estão intensamente ocupadas (desde o pontal de Cabedelo até a praia de Cabo Branco), com vegetação pontual. Entretanto, no Cabo Branco a vegetação é extremamente densa e extensa com a presença de matas ralas, no primeiro, e manguezais, na segunda.

#### a5) Leitura da Ambiência

No conjunto de atributos, esse é o que se destaca pela combinação de ocorrências naturais que conferem um caráter de beleza cênica de qualidade. Dentre elas, registram-se os seguintes atributos:

- a configuração das barras e a proximidade entre elas;
- a presença quase constante de falésias;
- a intensa vegetação;
- a configuração das praias em forma de baías;
- os freqüentes acidentes geográficos.

Esses atributos se distribuem por todo o litoral, com predominâncias localizadas no litoral sul, praticamente todas as praias do município de Conde oferecem um visual e uma ambiência atraentes para o turismo, em especial as seguintes praias:

- Praia do Coqueirinho e Praia do Sol, pela sua configuração;
- Barra de Gramame, pelo visual da barra;
- Jacumã e Carapibus, pela beleza cênica das suas baías e pela forma da sua retroterra.

No município de Pitimbú a leitura da ambiência apresenta duas partes distintas:

- Praia Bela, Abiaí e Camocim oferecem um belo visual do seu entorno;
- A partir de Pitimbú, até Acaú, pelo contrário, a ambiência não é satisfatória, encontrando-se prejudicada pela desordem da ocupação urbana.

No litoral norte destacam-se as Praias de Barra de Mamanguape, Oitero, Campina e Barra de Ibimirim, e ainda no pontal norte, a Praia de Bom Sucesso, em Lucena.

No Centro – João Pessoa/Cabedelo, as praias urbanas tem bela configuração, mas são essencialmente praias urbanas, razoavelmente ocupadas. A sua forma de baía, de todo modo, permite uma boa visão do ambiente circundante. Dois acidentes geográficos, no entanto, fornecem encantos especiais:

- O conjunto da bacia praieira entre Cabedelo e os arrecifes, com a presença do atrativo de Areia Vermelha, formam uma ambiência notável, onde até o movimento de barcos e de pessoas, no meio do mar, favorece a paisagem;
- A foz do rio Sanhauá, imensa, os manguezais, o seu entorno (de um lado, Cabedelo, do outro lado, Santa Rita) formam um espaço com enorme potencial para o turismo de natureza e contemplativo.

#### a6) Acessibilidade

A importância da acessibilidade para o desenvolvimento do turismo está associada a dois fatores: tempo/distância e conforto. Em geral, os acessos às praias do litoral paraibano (asfaltadas ou não) são dotados de belo visual e de um entorno natural pouco antropizado. Entretanto áreas ocupadas, sem planejamento nem infra-estrutura, degradaram a ambiência dos acessos de Pitimbú e Acaú.

No litoral a implantação da PB-008 alterou significativamente as condições de acessibilidade, incorporando/aproximando João Pessoa das praias de Conde e Pitimbú. Faz-se necessário concluir pequenos trechos entre a via estrutural e algumas praias, como o caso de Coqueirinho, Barra do Abiaí, Gramame, etc.

a7) Disponibilidade de áreas para ocupação hoteleira

Este é um fator viabilizador de futuros empreendimentos turísticos, particularmente, meios de hospedagem. Dessa forma foram mapeadas áreas estratégicas potencialmente interessantes para implantação de unidades hoteleiras. A descrição a seguir retrata a situação em cada município do litoral pesquisado.

**Município de Rio Tinto:**

- Barra de Mamanguape: 4km de praia, livre de ocupação correspondendo a duas fazendas. Área plana com coqueiros e belo visual sobre a barra de Mamanguape;
- Praia do Oitero: 500m de praia, com profundidade de 300m, falésia de baixa altura, toda verde e aconchegante.
- Resto da Praia de Oitero e praia de Campina, com 4km de praia e área de mais de 200 ha, com falésia alta e visão para a barra do rio Miriri.
- Área ao sul da barra Miriri, com cerca de 100 ha.

**Município de Lucena:**

Praia de Bom Sucesso (pontal norte de Lucena) com duas fazendas, e cerca de 3 km de praia (Fazenda Camaçari; 1.6 km de praia e Nossa Senhora do Bom Sucesso 150 ha) apresenta área frontal de restinga formada por areia fina.

**Município de Cabedelo:**

Trechos loteados, mas sem ocupação ou com ocupação sem grande densidade, com potencial para construção de hotéis de cidade/praias.

**Município de João Pessoa:**

Praia do Cabo Branco, e especialmente o espaço destinado ao Complexo Turístico do Cabo Branco.

**Município de Conde:**

- Praia do Sol, com área loteada, mas sem ocupação;
- Barra de Gramame, 50% de área ainda está virgem;
- Tabatinga e Coqueirinho praticamente sem ocupação;
- Área de cana no tabuleiro da Praia de Camucim.

**Município de Pitimbú:**

- Praia Bela, com falésia e visão da barra sem ocupação;
- Praia de Abiaí, sem ocupação;
- Entre Pitimbú e Acaú, área de pouca profundidade, com 1km de frente para o mar, com potencial de ocupação hoteleira.

**b) Ambientes Naturais Notáveis**

No território pesquisado foram identificadas seis ambientes naturais notáveis, com expressiva predominância de áreas verdes ainda em condições de preservação e aproveitamento para o eco-turismo.

No município de João Pessoa encontram-se:

- O Jardim Botânico de João Pessoa, situado na Mata do Buraquinho, que protege o manancial do mesmo nome. Com aproximadamente 500 hectares, é considerada a maior área verde em ambiente urbano do País. Possui uma fisionomia exuberante, apresentando não só espécies típicas de mata atlântica como também, elementos da flora amazônica. O acesso ao local é fácil, próximo ao Campus Universitário.
- O Parque Municipal Arruda Câmara é o Jardim Zoológico da cidade, conhecido popularmente como “a Bica”. O Parque possui 43 hectares de área verde, com espécies remanescentes da Mata Atlântica e abriga a famosa fonte de Tambiá, construída em 1782, que abastecia a cidade em uma época onde a água era transportada em burros. O Parque é visitado por turistas e, principalmente, pelos pessoenses e os moradores do entorno da capital.
- O Parque Sólon de Lucena, localizado no centro da cidade de João Pessoa e popularmente conhecido com “a Lagoa”. É considerado o cartão postal da capital paraibana.

No município de Cabedelo, destacam-se:

- A Mata do Amém, em fase de implantação, como reserva ecológica, apresenta uma cobertura vegetal de mata de restinga. Com 107 hectares, é administrada pelo IBAMA. Nela encontra-se instalada a sede da Polícia Florestal da Paraíba e a sede de uma base do Centro de Pesquisa para Conservação das Aves Silvestres, localizada num pequeno braço de rio dando acesso ao estuário. É um ótimo local para a prática de trilhas, ciclismo e caminhadas ecológicas.

- A Mata do Estado, área de preservação ecológica, apresenta uma cobertura vegetal de mata de restinga. Com 56 hectares, sua gestão está a cargo da Administração do Porto de Cabedelo, mas encontra-se em processo de transferência para a Prefeitura do Município de Cabedelo.
- A Ilha da Restinga, localizada junto à desembocadura do Rio Paraíba. É uma área com resquícios de Mata Atlântica, mas o que predomina é a mata de restinga e o manguezal. Sua área é de aproximadamente 6 km<sup>2</sup>. É um verdadeiro paraíso ecológico. Local de grande potencial para a exploração do eco-turismo.

Conforme se evidencia, esses ambientes naturais – áreas verdes exuberantes, ainda não se constituem em produtos turísticos, com infraestrutura desenvolvida para este fim. No entanto, as suas características de conservação, de acesso e de beleza natural, denotam um atrativo a ser trabalhado visando sua apropriação para uso de atividades ligadas ao turismo.

### c) Patrimônio Histórico e Cultural

Os atrativos culturais referenciam um patrimônio material e imaterial, cujo levantamento em campo destacam quatro segmentos: monumentos históricos; monumentos arquitetônicos; museus; e, reservas indígenas.

#### c1) Monumentos Históricos

A área de planejamento é bem dotada de sítios e de monumentos interessantes, tanto pela arquitetura, como pela beleza do local, ou pela própria história da Paraíba. Eles se localizam no centro histórico de João Pessoa, em torno do estuário (nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Lucena e Santa Rita) e no município de Pitimbu.

#### c2) Monumentos Arquitetônicos

No conjunto do patrimônio notável, destacam-se quatro monumentos arquitetônicos que merecem análise especial e possível inserção no elenco de atrativos, a saber:

- **Espaço Cultural** - O espaço cultural José Lins do Rego em João Pessoa é dotado de um teatro, um museu, uma sala de cinema, uma estação Ciência, um teatro de arena, uma biblioteca e um planetário, além de diversas salas e espaços para exposições. É palco de eventos culturais, shows, feiras regionais ou nacionais, exposições e congressos. Localizado no bairro de Tambauzinho situa-se entre o centro de João Pessoa e a orla marítima.

- **Farol do Cabo Branco**, na ponta do Cabo Branco, inaugurado em 21 de abril de 1972. Delimita nos mapas náuticos o ponto mais oriental da América Latina. É ponto de visitação de todo turista que vem a João Pessoa. Neste espaço desfruta-se de uma visão encantadora sobre o mar, no local existem lojas de artesanato e restaurante.
- **Hotel Tambaú** – uma das mais belas constru es da cidade, localiza-se em Tambaú, praia central da cidade de João Pessoa e ponto de atra o da juventude e do lazer noturno. Suas linhas arrojadas concebidas pelo arquiteto Sergio Bernardes o tornam famoso. Além da forma circular que se harmoniza com a linha da praia, as águas do Atlântico batem na base de sua porão leste, proporcionando ao hóspede daquela ala do hotel a sensa o de estar dentro d’ gua. Possui parque aquático, quadra de t nis, bar, restaurante e salão de conven es com diversas salas. O seu jardim interno, tropical,   visitado mesmo por quem não se hospeda.
- **Mercado de Artesanato da Paraíba** - localizado próximo ao Hotel Tambaú, apresenta uma bela constru o em tijolos aparentes. Abriga mais de 120 lojas de artesanato e possui infra-estrutura de bares, restaurantes, bancos e correio.

### c3) Museus

João Pessoa abriga diversos museus, dos quais os mais visitados são o museu do Centro Cultural São Francisco, no Convento de São Francisco, o museu José Lins do Rego no Espaço Cultural, o museu de fotografias Walfredo Rodriguez, na Casa da Pólvora e o Museu da Funda o Casa de José Américo.

Em frente de Cabedelo, acessível por barco ou pela balsa que atravessa o estuário da Paraíba, encontra-se o museu da Baleia, no povoado de Costinha. Nesta vila de pescador, sobre o estuário, desenvolvia-se a pesca intensiva   baleia até a sua proibi o na década de 80.

### c4) Eventos Culturais, Religiosos e Outros Eventos

#### i - Em João Pessoa

O carnaval fora de época, a **MICAROA**   um evento que a cada ano se solidifica, proporcionando um marco no calendário festivo da cidade. Dentro do mesmo espírito de divertimento, tem-se a **Folia de Rua** na semana que antecede o carnaval. Durante esta semana vários blocos desfilam nos bairros de João Pessoa, despontando como o maior deles, **Muri ocas do Miramar** que arrasta uma multidão de mais de 250 mil pessoas na Quarta-feira de Fogo,

antecipando a Quarta-feira de cinzas, ultimo dia de carnaval. Em junho, o **São João da Lagoa** está se fortalecendo cada vez mais e já pode ser incluído entre os grandes eventos turísticos da cidade. Um pavilhão junino é montado no Parque Sólon de Lucena – Lagoa para uma semana de festas bem ao estilo forró pé-de-serra. A festa de Nossa Senhora da Neves, que comemora o aniversário da cidade, no dia 5 de agosto, faz parte da tradição dos pessoenses. É celebrada durante vários dias nas ruas da cidade antiga e na Lagoa. O Festival Nacional de Arte – FENART, evento anual que acontece no Espaço Cultural José Lins do Rego, traz a arte de todo Brasil e exterior para a cidade. Em Novembro ocorre uma peregrinação religiosa do centro da Cidade até o Santuário da Praia da Penha, conhecida como a festa de Nossa Senhora da Penha.

ii – Em Cabedelo

Destaque para o grupo folclórico de Nau Catarinete que se apresenta no mês de Dezembro nas comemorações da Festa do Atum.

iii – No Conde

Destaque para o grupo folclórico Jacoca, que mantém as tradições e raízes locais.

### 3.3.1.2 PRODUTOS TURÍSTICOS

O Pólo Costa das Piscinas, delimitado na Área de Planejamento, é um destino turístico que, como será assinalado na análise de demanda turística atual, voltado para o mercado interno, notadamente para os estados da Região Nordeste. Percebe-se, no entanto, que não há uma imagem reconhecida com nitidez nos principais pólos emissores. A carência de uma imagem de marca no mercado decorre, precisamente, da falta de um produto ou produtos turísticos marcantes capazes de determinar a natureza do próprio destino. No passado, o mais próximo do que hoje se denomina imagem de marca do destino, era o de um espaço receptivo original e luxuoso – o Hotel Tambaú – localizado num entorno urbano, mas exótico e tranquilo. Hoje, mesmo continuando em bom estado de conservação, este espaço já não projeta o mesmo esplendor, em face do surgimento de modernos e atraentes hotéis de cidade e de praia em vários estados do país.

No presente, podem ser identificados, como balizadores de construção de imagem, oito tipos de produtos principais ofertados no destino, de natureza e importância bastante distinta:

a) Espaço Receptivo

O primeiro e mais abrangente produto turístico ofertado no Pólo Costa das Piscinas é o espaço receptivo de João Pessoa formado, basicamente, pelo meio de hospedagem - do mais simples ao sofisticado - atividades de lazer, durante o dia (praias) e/ou durante a noite (bares/restaurantes) e realização de roteiros de visita a atrativos próximos.

## b) Espaços de Visitação Cultural

- O centro histórico de João Pessoa que, com os investimentos do PRODETUR I se tornou um sub-destino turístico da cidade, atraindo bares, restaurantes, lojas de artesanato e atrações musicais. Pode ser considerado um produto ou, pelo menos, um componente significativo do produto anterior. Deve ser ressaltada a importância específica do Convento Igreja de São Francisco que, pela sua beleza, depois da sua restauração, recebe visitantes de todo o país.
- A fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, restaurada e com fluxo crescente de visitantes. Em 2002 foi visitada por 20.000 turistas da região do sul/sudeste e do exterior. Tem fácil acesso e é dotada de suporte logístico razoável.
- Igreja Nossa Senhora da Guia, tem acesso de excelente qualidade e grande estacionamento que lhe permite receber visitantes do estado e dos estados vizinhos.
- O espaço cultural José Lins do Rego que funciona, provisoriamente, como espaço de eventos e convenções.

## c) A Praia do Jacaré

Localizada no estuário do Rio Paraíba, é o atrativo natural do Pólo que mais se aproxima do conceito de produto. No presente, já é um complexo de bens tangíveis (bares, restaurantes, comércio artesanal, marina, late Clube) e serviços (entre eles, o espetáculo deslumbrante do pôr do sol ao som do Bolero de Ravel) que atrai numerosos turistas hospedados em João Pessoa. Para torná-lo um produto completo falta-lhe a implantação de meios de hospedagem no seu entorno próximo. Quando completamente formatado, constituirá um notável produto contemplativo e de lazer náutico recreativo.

## d) O Parque Estadual Marinho Areia Vermelha

Trata-se de um banco de areia que aflora durante os períodos de maré baixa. Pela sua notável localização e proteção, atrai pessoas e barcos para as suas piscinas naturais, para mergulhos, luau e pesca. É um atrativo consolidado e organizado que mais do que produto turístico, pode ser considerado componente fundamental do produto turístico de lazer de João Pessoa.

e) Espaço Receptivo e de Lazer das Praias do Município do Conde

É o produto turístico de formatação mais recente ofertado no Pólo Costa das Piscinas. Ele compreende, basicamente, hotéis e pousadas localizados nas praias de Jacumã e Carapibus, a gastronomia ofertada nos próprios meios de hospedagem e em outros bares e restaurantes e as atividades de lazer diurnas propiciadas no turismo de sol e mar. Pode ser considerado como produto turístico autônomo, com bom potencial de crescimento, mas poderá se tornar produto complementar aos produtos turísticos ofertados na capital.

f) Espaço Receptivo e de Lazer das Praias do Município de Pitimbu

É um produto de natureza similar ao anterior, mas com duas diferenças importantes: os meios de hospedagem são constituídos, essencialmente, de residências particulares e são destinados, basicamente, a veranistas, visitantes e turistas do vizinho estado de Pernambuco. É um produto turístico já tradicional mas que, no presente, se encontra em condições precárias de infraestrutura requerendo de intervenções para re-qualificação do seu espaço urbano.

g) O Naturismo

Este produto, ofertado na praia de Tambaba, já é tradicional e tem ajudado a dar um toque de distinção ao destino “vis-a-vis” dos outros destinos do Nordeste.

h) Roteiros de Visitação

É uma categoria de produto que ainda está em processo de formatação. No momento, ele se estrutura apoiado em alguns atrativos/produtos já citados (Centro Histórico de João Pessoa, praia do Jacaré e Areia Vermelha), da visita de curta duração ao Farol do Cabo Branco e, com menor frequência, da visita a atrativos culturais localizados fora da Área de Planejamento, como a Igreja Nossa Senhora da Guia, em Lucena, e a reserva indígena localizada na área de Mamanguape.

### 3.3.1.3 PERCEPÇÃO DOS TURISTAS

Atualmente os turistas que visitam o Pólo Costa das Piscinas são atraídos, essencialmente, pelos atrativos naturais, e mais especificamente, pelas praias.

Segundo pesquisa realizada pela PBTUR, a maioria dos entrevistados (78%) qualificou como ótimas ou boas, tendo apontado, para tanto, diversos aspectos positivos como beleza natural, dotação de infra-estrutura, qualidade e temperatura das suas águas, a areia e outros. No entanto, na Área de Planejamento, 40% dos entrevistados apontaram como aspectos negativos as sujeiras da praia e das ruas que lhes dão acesso. Esta percentagem variando pouco de um município para outro.

Na visão dos turistas pesquisados pela PBTUR, e dos responsáveis (proprietários ou gerentes) de diversos empreendimentos voltados aos serviços turísticos, como hotéis, restaurantes e agências de viagem pesquisados no âmbito deste estudo, os turistas consideram que as áreas urbanas de João Pessoa e Cabedelo apresentam boa infra-estrutura de hospedagem, alimentação e comércio, com destaque para o mercado de artesanato em Tambaú. No entanto, 28% dos entrevistados reclamam do atendimento nos restaurantes.

No caso das praias do litoral sul, resultados similares são encontrados relativamente à infra-estrutura da praia de Carapibus, no município do Conde. Nas demais praias, a amostragem não permite emitir conclusões similares, a infra-estrutura de apoio ao turista sendo bem menos densa. No caso específico dos restaurantes nas áreas de praia, mais de 80% dos entrevistados consideram que é a localização do empreendimento próximo à praia que atrai o cliente. Apenas 9% dos interessados apontam a culinária como fator de atração.

#### **3.3.1.4 Conclusões**

O turismo na Área de Planejamento se apresenta em condições de mudança de patamar, ancorado nos atrativos e produtos existentes. Com efeito, as potencialidades detectadas suportam uma ação programada capaz de consolidar o destino turístico, gerando renda para a economia paraibana. De outra parte, as restrições atuais podem ser objeto de intervenção visando sua minimização, o que será perseguido com a implantação do PDITS.

##### ● Potencialidades Turísticas

###### I – Dos Atrativos

Como na maioria dos outros destinos turísticos do Nordeste, os principais atrativos do Pólo estão vinculados ao turismo de lazer sol e mar. Mas eles encerram algumas singularidades que o especificam e o diferenciam dos outros destinos:

- A diversidade e a riqueza dos recursos naturais do litoral do Pólo - notadamente, a configuração das praias, o visual propiciado desde a retropraia e a sua ambiência natural – contem o potencial turístico necessário para formatar uma oferta diversificada de produtos vinculados ao turismo de sol e mar.

- As excelentes condições de navegabilidade existentes em áreas especiais do litoral, como a foz do rio Paraíba, o entorno de Areia Vermelha e as barras dos rios, criam condições de acessibilidade aos melhores recursos naturais do Pólo.
- A existência de áreas livres ou com baixa densidade de ocupação, passíveis de ocupação turística, em praias de elevado potencial turístico, tanto em Cabedelo (praia de Camboinha) e João Pessoa (Cabo Branco), como em numerosas praias dos municípios do litoral sul.
- O significativo acervo de atrativos culturais concentrado em João Pessoa e no entorno próximo.
- Uma macrolocalização que lhe confere vantagens comparativas em relação a outros destinos da região, a saber, a sua posição de centralidade no litoral nordestino, a média distância entre os estados da Bahia, ao sul, e do Maranhão, ao norte, o que lhe poderá facilitar a sua inclusão em roteiros turísticos do Nordeste promovidos desde os principais espaços emissores do mercado nacional.

## II – Dos Produtos Turísticos Atuais

- A combinação de um centro urbano de médio porte, dotado de atrativos culturais, meios de hospedagem e vida noturna, com praias próximas dotadas e/ou com potencial de meios de hospedagem que configura um destino tropical diferenciado.
- O conjunto de produtos ou componentes incorporados mais recentemente ao produto principal do destino – praia do Jacaré, Areia Vermelha e Centro Histórico de João Pessoa – o enriqueceu sobremaneira, oferecendo alternativas atraentes para o turista prolongar a sua permanência nele.
- O novo espaço receptivo de lazer ofertado nas praias de Jacumã Carapibus, dirigido a um nicho de mercado que procura o turismo do sol e mar numa ambiência mais natural e de menor custo.
- O já tradicional produto de naturismo ofertado na praia de Tambaba, pelo toque de singularidade que confere à imagem do destino.
- O baixo grau de violência verificado na Área de Planejamento confere ao Pólo Costa das Piscinas um diferencial competitivo em relação a outros destinos concorrentes do Nordeste e do Sul/Sudeste do Brasil.

### ● Limitações e Deficiências

- Os atrativos naturais do litoral têm um certo grau de limitação em relação às exigências da demanda do segmento turístico de sol e mar em função da coloração das suas águas marinhas e das areias de suas praias, e ainda, da pouca densidade de coqueirais na retropraia de trechos do seu litoral, na medida em que se pretenda associar a imagem de “destino tropical de sol e mar” aos padrões das praias do Caribe.
- Os atrativos culturais do Pólo têm relevância para o mercado regional e, em menor grau, para o mercado nacional. O seu potencial de atração turística, mesmo que relevante, perde em competitividade quando comparado com o potencial de atração de outros destinos concorrentes, como Salvador, Recife e São Luis.
- Concentração, em João Pessoa, dos meios de hospedagem do Pólo. Não surgiram, ainda, neste destino, modernos empreendimentos de turismo receptivo, como hotéis resort e privês residenciais para veranistas e turistas, já presentes em outros destinos turísticos do Nordeste.
- Porte insuficiente - sobretudo no nível prospectivo - de grandes infra-estruturas de apoio ao turismo, como aeroporto, centro de convenções, e ausência de produtos geradores de demanda, como campo de golf, marina de porte e parque temático.
- Carência de imagem de marca do destino, dificultando a sua identificação e penetração nos principais espaços emissores do mercado nacional.

#### ● Estratégias Sugeridas

- Estratégia de reestruturação, diversificação e ampliação da oferta de produtos turísticos do destino, a partir do aproveitamento do potencial turístico dos seus atrativos e da superação das suas deficiências e carências atuais.
- Construir uma imagem de marca do destino que consiga traduzir as principais qualidades dos seus atrativos e produtos e diferenciá-lo em relação aos destinos concorrentes do Nordeste.

No que diz respeito aos atrativos e produtos turísticos da Área de Planejamento, o quadro B abaixo apresenta seus problemas e causas:

**QUADRO B – OFERTA DE RECURSOS TURÍSTICOS NA ÁREA DE PLANEJAMENTO:  
ATRATIVOS E PRODUTOS TURÍSTICOS.**

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
<b>ATRATIVOS: LITORAL</b>		
Qualidade das Águas Marinhas.	Somente em alguns locais a transparência e a coloração das águas marinhas são reconhecidamente atraentes.	Frequência de rios, barras largas, pouca profundidade das praias e formação de correntes entre os arrecifes e o litoral.
Qualidade da Areia das Praias	Cor e textura da areia, diminuem a sua qualidade.	Proximidade das barras dos rios.
Tipologia da Ocupação da Retroterra.	Faixas inutilizadas para implantação de meios de hospedagem.  Locais pouco atraentes para o turista.	Intensa erosão em algumas falésias.  A forma de ocupação urbana e acesso as às praias de Pitimbu e Acaú.
Vegetação da borda do Litoral.	Riscos de o processo de ocupação causar danos irreversíveis à vegetação natural, degradando a paisagem turisticamente apreciada.	Indisponibilidade de planos regionais e locais tratando sobre a capacidade de carga e a ocupação territorial urbana para fins de lazer e turismo sustentáveis.
Leitura da Ambiência.	As praias urbanas detêm um quadro de perspectivas paisagísticas menos exultantes.	A ocupação territorial urbana nas proximidades das praias.
Acessibilidade.	A ocupação com fins turísticos de algumas praias ainda revela muita precariedade em termos de acessos.	A inexistência de trechos rodoviários ligando a PB-008 (construída pelo PRODETUR-NE I) e essas praias.
Disponibilidade de Areas para Ocupação Hoteleira.	Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.	
<b>ATRATIVOS: AMBIENTES NATURAIS NOTÁVEIS</b>		
	Baixo aproveitamento, como produtos turístico, dos grande parques existentes.	Precariedade ou inexistência de infra-estrutura para apoio e acolhida aos turistas.
<b>ATRATIVOS: PATRIMONIO HISTÓRICO</b>		
Monumentos Históricos.	Os locais históricos, no Brasil, não têm se revelado atraentes de grandes fluxos turísticos, sendo sempre associados a uma linha de recursos complementares à motivação turística principal, como sol e praias, por exemplo.	Fatores culturais e de marketing promocional.
Monumentos Arquitetônicos.	Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.	
Museus.	Os museus, à semelhança dos locais históricos, no Brasil, não têm se revelado atraentes de grandes fluxos turísticos, sendo sempre associados a uma linha de recursos complementares à motivação turística principal, como sol e praias, por exemplo.	Fatores culturais e de marketing promocional.
Eventos Culturais e religiosos.	Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.	
<b>PRODUTOS TURÍSTICOS</b>		
Espaço receptivo de João Pessoa.	Hotelaria velha  Carência de hotéis e pousadas modernas localizadas sobre a linha de praia	Reduzida capacidade de investimento dos empresários locais.  Articulação/promoção insuficientes para atrair investimentos/cadeias hoteleiras de fora.
Espaços de Visitação Cultural.	Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.	
Espaço receptivo de Cabedelo	Carência de hotéis e pousadas no entorno próximo dos atrativos dos municípios (Jacaré e Areia Vermelha), prejudicando a receita turística do município.	Falta de empreendedorismo para aproveitar esta oportunidade de investimento.

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
A Praia do Jacaré	Apesar de muito freqüentado, pela sua beleza paisagística, o turista ainda se ressentido com o desconforto da precária infra-estrutura.	Não há, entre os empresários e os agentes gestores, uma sólida consciência de negócio turístico, capaz de dar viabilidade para a consolidação dos meios infra-estruturais, necessários à consagração, definitiva, dessa atração.
O Parque Estadual Marinho Areia Vermelha.	Os altos riscos ambientais deste atrativo continuam desafiando a boa norma de utilização sustentável do local.	Agentes ambientais e turísticos ainda muito passivos quanto às determinações sobre a capacidade de carga do atrativo e as boas normas de sustentabilidade da exploração turística.
Espaços Receptivos e de Lazer das Praias do Município do Conde.	Os meios de hospedagem são novos. Mas, o entorno urbanístico/turístico ainda não está consolidado. A integração destes espaços com o pólo de lazer noturno de João Pessoa ainda está muito incipiente.	O crescimento destes espaços receptivos iniciou-se recentemente. Ainda persiste a ambivalência do destino entre "receptivo turístico" e "receptivo de veranistas" (estes destinos, que geral, são mais depredadores).
Espaços Receptivos e de Lazer das Praias do Município de Pitimbu.	Acessibilidade precária. Infra-estrutura e mobiliário urbano deteriorados. Espaço receptivo em processo de decadência.	Espaço receptivo antigo formado, basicamente por residências secundárias de veranistas de Pernambuco que freqüentam com baixa freqüência. Ausência de políticas e ações da Prefeitura nos espaços receptivos do município.
O Naturismo.	Insipiência do marketing promocional negligência uma fatia de mercado em alta.	Fatores culturais
	Desconforto decorrente da precariedade dos serviços e da infra-estrutura	Conflitos culturais e de vizinhança conspiram contra a consolidação de Tambaba no mercado nacional do naturismo, dentro da visão que envolve o turismo na categoria de negócio econômico.
Roteiros de Visitação.	Muita insipiência e reduzida qualificação promocional.	Conflitos de natureza empresarial, que demora a perceber a perspectiva econômica de uma programação organizada e atraente, para a ocupação dos turistas, nos interregnos da utilização das praias.
PERCEPÇÃO DOS TURISTAS.	A marca "sol e praia" trazida, espontaneamente pela maioria dos turistas que freqüentam a Área, concentra, demasiadamente, neste contexto, a perspectiva do dia-a-dia do turista, em detrimento de outros valores complementares, indispensáveis em locais com as características da Área de Planejamento.  A promoção da Área feita pelo próprio turista tende a perpetuar a marca "sol e praia" e tornar outros produtos eventuais surpresas aos visitantes.	Falsa idéia de que, espontaneamente, o processo de complementaridade entre os produtos turísticos venha favorecer os atrativos, produtos e destinos, sem as características de sol e praia.  A marca turística da Área está imprópria, não permitindo que aos mercados potenciais cheguem a informação completa e verdadeira sobre a natureza do destino turístico.

### 3.3.2 – QUALIDADE E OFERTA DE ALOJAMENTO E OUTROS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

Este item compreende uma análise sobre a oferta e qualidade de alojamentos e outros equipamentos turísticos para a Área de Planejamento do PDITS na Paraíba. Por alojamentos entende-se os diversos meios de hospedagens disponíveis para o turismo tais como, hotéis, pousadas, flats, resorts, campings e casas e apartamentos de aluguel por temporada. Os outros equipamentos turísticos analisados aqui são: restaurantes, bares, agências de viagens de receptivo e operadores de “tours”, locadoras de transportes turísticos, lojas de artesanato e locais de animação e entretenimento.

Para a análise dos alojamentos e outros equipamentos turísticos foram pesquisados documentos da PBTUR, da EMBRATUR, das Juntas Comerciais dos municípios pertencentes à Área de Planejamento, e da última edição do Guia 4 Rodas. Foi realizada, também, uma ampla pesquisa de campo, através da aplicação de questionários, junto aos responsáveis pelos vários tipos de equipamentos turísticos citados.

#### 3.3.2.1 – Meios de Hospedagem

De acordo com levantamento da PBTUR (2001), existem cadastrados em parte da Área de Planejamento (nos municípios de João Pessoa e Cabedelo) 76 meios de hospedagens, divididos entre hotéis, pousadas, flats e apart hotel. Os números de estabelecimentos de hospedagem, na Área de Planejamento, registrados na EMBRATUR, no Guia 4 Rodas e nas Juntas Comerciais são inferiores aos dados registrados pela PBTUR.

Com o levantamento da pesquisa de campo, realizada em toda a Área de Planejamento, detectou-se 112 equipamentos de hospedaria (ver relação no **Quadro 1** do **anexo 2**), incluindo também os estabelecimentos desativados nos últimos anos. Esta amostra é mais completa e atualizada, comparada às dos órgãos antes mencionados. Por este motivo os dados da pesquisa de campo são, prioritariamente, considerados nas análises aqui realizadas sobre a oferta e qualidade dos alojamentos, considerando, também, que os dados da pesquisa de campo contém as informações disponíveis nos documentos dos órgãos já citados.

De acordo com os dados do **Quadro 2** do **anexo 2**, entre os estabelecimentos de hospedagem pesquisados na Área de Planejamento, 77 (68,75 %) iniciaram suas atividades até o ano de 2001, 4 (3,57 %) foram abertos em 2002, 11 (9,82) em 2003 e 3 (2,68 %) em 2004 (17 estabelecimentos não responderam). Observa-se que houve um incremento na capacidade de hospedaria de 5,19 % de 2001 para 2002 e de 14 % de 2002 para 2003.

Entre os estabelecimentos atualmente existentes (ver **Quadro 3 do anexo 2**), a distribuição por tipo é: 28 (25,00 %) hotéis, 53 (47,32 %) pousadas, 5 (4,46 %) apart hotéis, 3 (2,68 %) flats, 2 (1,79 %) hospedaria e 1 (0,89 %) resort (20 estabelecimentos não responderam a esta questão). Destes estabelecimentos pesquisados, 70,54 % estão localizados no município de João Pessoa, 20,54 % no de Conde, 4,46 % em Cabedelo e 4,46 no município de Pitimbu (ver **Quadro 4 do anexo 2**). Mais de 80 % dos estabelecimentos estão situados nas principais praias dos municípios da Área de Planejamento.

Entre os meios de hospedagem da categoria hotéis (ver **Quadro 5 do anexo 2**), quinze (51,72 %) são de duas estrelas, seis (20,69 %) de três e sete (24,14 %) de quatro. O Hotel Tambaú (localizado na praia de Tambaú), que era classificado como de cinco estrelas, agora está na categoria de resort, segundo a EMBRATUR. A classificação de hotéis em número de estrelas não mais se aplica perante a EMBRATUR. No entanto, esta classificação foi mantida aqui, já que ela ainda serve como parâmetro de comparação para o Brasil e para o exterior.

Acrescenta-se que 11 estabelecimentos de hospedagem (9,82 %) pertencem a cadeias nacionais, e um estabelecimento (0,89 %) possui vinculação a cadeia internacional. Do total pesquisado, 24 estabelecimentos (24,43 %) estão vinculados a alguma associação de classe, 23 (20,54 %) possuem convênio com operadoras de turismo, e 29 (25,89 %) participam de pacotes de agência de turismo. Em termos de utilização de tecnologia da informática, 48 estabelecimentos (42,86 %) possuem página na internet e 37 (33,04 %) possuem disponibilidade de reserva "on line". Com relação à disponibilidade de prospectos turísticos 35 estabelecimentos (31,25 %) dispõem de um número suficiente e 29 (25,89 %) dispõem de pouca informação (o restante não respondeu ou não dispõem de prospectos turísticos em suas instalações).

No **Quadro 6 do anexo 2**, encontram-se os dados sobre ocupação nos estabelecimentos de hospedaria pesquisados, desde o ano de 2001. Observa-se que o número total de UH's disponíveis em 2001 era de 2482, passando para 2588, em 2002, e 2890 em 2003, correspondendo a um aumento de 4,3 % de 2001 para 2002, e de 11,7 % de 2002 para 2003. Há uma média de 30,67 UH's por alojamento. Enquanto ao número de leitos havia 4929 em 2001, passando para 5310 em 2002 e 6122 em 2003. O índice da taxa de ocupação no mês de máxima demanda, ao longo dos últimos três anos, foi ligeiramente superior a 80 %, enquanto que a taxa de ocupação média se situa em torno de 47 %. A média de permanência, em dias, foi de 3,80 em 2001, de 3,81 em 2002 e de 3,67 em 2003. Vale a pena destacar que a média de permanência dos turistas estrangeiros chega a ser próxima de 4 dias.

Em se tratando de custo da diária, conforme apresentado no **Quadro 7 do anexo 2**, pôde-se verificar que para os estabelecimentos de três estrelas o valor médio de um apartamento (categoria standard duplo) foi de R\$ 84,00, em 2001, R\$ 86,00 em 2002 e R\$ 101,33 em 2003. Para os de quatro estrelas, para o mesmo tipo de apartamento (standard duplo) os custos médios foram de R\$ 129,67 em 2001, R\$ 139,83 em 2002 e R\$ 161,71 em 2003. Com relação

às pousadas os valores médios praticados foram de R\$ 48,70 em 2001, R\$ 51,33 em 2002 e R\$ 52,12 em 2003. Mediante os valores antes apresentados pode-se observar que não houve aumento significativo nos custos das diárias ao longo dos últimos três anos.

Com relação à qualidade das instalações de todos os tipos de alojamentos pesquisados pôde-se constatar que 65,18 % necessitam de algum tipo de melhoria.

Comparando com os Estados vizinhos observa-se que os preços das diárias dos estabelecimentos de hospedaria, na Área de Planejamento do PDITS não são significativamente diferentes dos praticados nos similares hotéis e pousadas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará.

No **Quadro 8 do anexo 2**, encontra-se uma estatística sobre a clientela de turistas dos estabelecimentos de hospedaria analisados. Verifica-se que em 17 estabelecimentos pesquisados (15,18 % dos que responderam) a clientela de turistas é superior a 83 % dos hóspedes e que em 14 hospedarias (12,50 %) esta clientela é inferior a 17 %. A proporção média de turistas é de 49,87 % dos hóspedes. Há estabelecimentos de hospedagem, onde a clientela é, praticamente, de turistas, como é o caso de algumas pousadas situadas nas praias de Carapibus (município do Conde). Por outro lado, há hotéis onde a clientela de turistas é pequena.

Dos turistas que se hospedam nos estabelecimentos, 15,77 % são provenientes do próprio Estado, 31,17 % do vizinho estado de Pernambuco, 9,41 % do Rio Grande do Norte, 10,35 % de outros estados do Nordeste, 7,40 % da região Sul, 8,19 % do Sudeste, 5,92 % de outros estados do Brasil e 6,23 % de outros países.

A oferta de outros tipos de alojamentos não convencionais, tais como Camping e casas (ou apartamentos) de aluguel para turistas, não é das mais significativas na Área de Planejamento. Existe um camping, localizado na praia de Cabo Branco (João Pessoa), com uma capacidade de acomodação de 100 equipamentos (barracas, trailers, etc), havendo uma taxa de ocupação de 50 % no mês de máxima demanda (dezembro), que permanece inalterada desde 2001. A taxa média de permanência é de quinze dias. O camping pertence a uma cadeia internacional, possui convênio com operadora de turismo e participa de pacotes de agência de turismo. O custo da diária é de R\$ 4,80, para sócio, e de R\$ 14,40, para não sócio. A clientela média do camping é de: 10 % oriundos do próprio Estado, 20 % de Pernambuco, 10 % do Rio Grande do Norte, 30 % do Sul e Sudeste, 20 % de outros países e 10 % de outros estados do Brasil. As instalações do camping são antigas e precisam de modernização.

No que diz respeito à oferta de casas e apartamentos de aluguéis para turistas, a disponibilidade destes imóveis na Área de Planejamento foi de 1841 unidades em 2001, 1969 em 2002 e 2144 em 2003 (dados obtidos junto às empresas imobiliárias). A taxa de ocupação média é baixa ao longo do ano (30 %), chegando a 70 % nos meses da temporada de verão (dezembro, janeiro e

fevereiro). O valor médio da mensalidade cobrada na temporada de verão de 2004 foi de R\$ 2000,00 para imóveis (casas ou apartamentos) com mobília e de R\$ 1.000,00 para imóveis sem mobília. Este valor cobrado foi quase o mesmo dos praticados nas temporadas de 2001, 2002 e 2003. A grande maioria dos imóveis estão localizados nas praias de Tambaú, Cabo Branco e Manaíra (município de João Pessoa), Intermares e Cambinha (Cabedelo) e Carapibus (Conde). A clientela de turista para este tipo de estabelecimento não difere muito da clientela de turistas dos diversos tipos de hospedarias, cuja estatística está mostrada no **Quadro 9 do anexo 2**. Na opinião dos agentes imobiliários o que mais atrai o turista de temporada é o baixo custo do aluguel.

### 3.3.2.2 – Restaurantes e Bares

Com relação à oferta de restaurantes e bares, que funcionam como estruturas de serviço ao turista, a pesquisa de campo foi realizada para uma amostra de 87 estabelecimentos, situados na Área de Planejamento. Destes estabelecimentos, 63,22 % estão localizados no município de João Pessoa, 12,64 % em Cabedelo, 12,64 % em Pitimbú e 11,49 % no município do Conde (ver **Quadro 10 do anexo 2**). Os restaurantes e bares pesquisados estão localizados, predominantemente, nas praias dos quatro municípios e, de maneira geral, atendem aos turistas por estarem situados em posições com vistas ao mar e por disporem de uma gastronomia atrativa (frutos do mar e comidas regionais).

De acordo com os dados do quadro 10, entre os restaurantes e bares pesquisados, 49,43 % foram abertos até o ano de 2001, 17,24 % em 2002, 25,29 % em 2003 e 3,45 % em 2004 (4,59 % não responderam).

A capacidade total de atendimento dos estabelecimentos da amostra é de 12.284 lugares sentados (média de 148 lugares/estabelecimento), sendo que 40 % dos bares e restaurantes dispõem de menos de 100 lugares, havendo 7 estabelecimentos com capacidade acima de 400 lugares. Cinquenta e cinco por cento dos estabelecimentos têm planos de expansão de suas instalações e 45 % não pretendem aumentar suas capacidades. Sessenta e oito por cento dos restaurantes e bares precisam de reforma física em suas instalações, enquanto os 38 % restantes não precisam de melhoramentos.

A caracterização gastronômica dos estabelecimentos está repartida da seguinte maneira (ver **Quadro 11 do anexo 2**): 47,13 % pescados e frutos do mar, 36,78 % comida regional (sertaneja), 11,49 % churrascaria, 13,79 % cozinha internacional, 3,45 % pizzaria, e o restante são de comidas variadas. Onze por cento dos estabelecimentos são de franquia nacional, 1,15 % são de franquia internacional e os demais são de marca própria (ver **Quadro 12 do anexo 2**). A proporção de turistas nos bares e restaurantes pesquisados é de 54,48 %.

### 3.3.2.3 – Agências de Viagem de Receptivo e Operadores de “tours”

Na Área de Planejamento há um total de quarenta e duas agências de viagem, que operam de acordo com as seguintes características (ver **Quadro 13 do anexo 2**): 11 estabelecimentos (26,19 % da amostra) são receptivos e operadores de tours, 35 (83,33 %) são emissivos nacional, dos quais 31 (73,81 %) são também emissivos internacionais, 7 estabelecimentos (16,67 %) possuem representação de operadoras ou produtos turísticos, 7 (16,67 %) operam diretamente com produtos turísticos, existindo também uma agência que opera com câmbio de divisas. Destes empreendimentos (ver **Quadro 14 do anexo 2**) 80,95 % foram abertos até o ano de 2001, 9,53 % iniciaram suas atividades em 2002 e 4,76 % em 2003 (duas agências não responderam a esta questão). Todas as agências de viagem, existentes na Área de Planejamento, estão situadas na cidade de João Pessoa. Vinte e oito agências (66,67 %) pertencem a associações de classe e duas agências (4,76 %) pertencem a rede de franquia.

O **Quadro 15 do anexo 2**, mostra os tipos de serviços oferecidos pelas agências. Das agências pesquisadas 41 % trabalham com a venda de roteiros turísticos para a Área de Planejamento e para o restante do Estado da Paraíba, 28 % realizam serviços de organização de eventos (praticamente para a cidade de João Pessoa) e 30 % realizam reserva de hotéis para a Área de Planejamento e o restante do Estado.

Dos roteiros turísticos oferecidos e vendidos pelas agências de viagem, para a Área de Planejamento e demais partes do estado da Paraíba, destacam-se as praias do litoral sul (Carapibus, Tambaba, Coqueirinho, etc), do litoral norte (Lucena, Barra de Camaratuba, Baía da Traição, etc), Cabedelo (Camboinha, ilha de Areia Vermelha, praia do Jacaré, etc), city tour para João Pessoa e Cabedelo, e destinos do interior do Estado (cidades de Campina Grande, Areia, Ingá (pedra de Itacoatiara) e Souza (parque dos Dinossauros)). Destes roteiros, o das praias do litoral sul é o mais procurado (35,71 % das agências o elegeram como o de maior prioridade), 14,29 % das agências responderam que os roteiros das praias do litoral norte está na segunda prioridade, em terceira prioridade está o roteiro das praias de Cabedelo (11,9 % das agências o classificaram nesta ordem), em seguida aparece o city tour (parte histórica) para as cidades de João Pessoa e Cabedelo, e por último está o roteiro das cidades do interior do estado (35,71 % das agências o colocaram na última prioridade). O **Quadro 16 do anexo 2**, cita os roteiros, por ordem de prioridade.

Das 42 agências, 8 (19,05 %) possuem até dois empregados, 16 (38,10) possuem entre três e cinco, 8 (19,05) entre seis e dez, e 2 (4,76) possuem acima de 15 empregados. Duas agências (4,76 %) não responderam sobre o número de empregados da empresa (ver dados do **Quadro 17 do anexo 2**). A grande maioria das agências (81,95 %) manifestou interesse em aumentar o seu negócio.

O **Quadro 18 do anexo 2**, mostra as receitas médias mensais das agências de viagem pesquisadas. Pode-se constatar que uma média de 24 agências (57,14 %) possui receita mensal inferior a cinquenta mil reais, sete (16,67 %) possui receita média mensal entre 50 e 200 mil reais, três (7,14 %) possui renda média mensal entre 200 e quinhentos mil reais, enquanto que oito agências (19,05 %) não quiseram fornecer este dado.

#### 3.3.2.4 – Locadoras e Transportadoras

Há, na Área de Planejamento, dezenove empresas que trabalham com serviços de transporte para o turismo (ver **Quadro 19 do anexo 2**), dentre as quais 73,68 % trabalham com aluguel de carros de passeio, 26,32 % com o transporte em ônibus, 10,53 % operam com aluguel de barcos, 26,32 % com aluguel de Vans, além de outros serviços (motoristas, venda de passagens aéreas, etc). Seis empresas (31,58 %) pertencem a redes nacionais e uma (5,26 %) a uma rede internacional. Das empresas pesquisadas quatorze (73,68 %) foram abertas até o ano de 2001, duas (10,53 %) em 2002, duas (10,53 %) em 2003 e uma (5,26 %) no presente ano (2004) – ver **Quadro 20 do anexo 2**. Todas as empresas estão localizadas na cidade de João Pessoa.

O **Quadro 21 do anexo 2**, mostra a frota de veículos das empresas, ao longo dos últimos três anos, onde se pode destacar que no ano de 2003 a frota estava assim distribuída: 330 carros de passeio, 20 carros de luxo, 19 ônibus, quatro Vans e um barco. O **Quadro 22 do anexo 2**, apresenta o número médio anual de locações desde o ano de 2001. Para o ano de 2003 observa-se que houve um número de 5.606 locações de carros de passeio standard, 564 de carros de passeio de luxo, 2004 locações de ônibus, 42 de Vans e nenhuma de barco.

No **Quadro 23 do anexo 2**, estão os valores médios anuais do aluguel cobrado pelas empresas de transporte turístico (por dia e por quilometragem), desde o ano de 2001. Observa-se que para o ano de 2003 estes valores foram: passeio standard (50 R\$/dia e 0,60 R\$/Km), passeio de luxo (75 R\$/dia e 3,93 R\$/Km), Vans (60 R\$/dia e 1,60 R\$/Km) e ônibus (275 R\$/dia e 2,20 R\$/Km). Os preços antes apresentados não diferem, significativamente, dos praticados nos vizinhos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará.

O **Quadro 24 do anexo 2**, mostra as receitas médias mensais das empresas de transporte turístico pesquisadas. Pode-se constatar que 13 empresas (68,42 %) possuem receita mensal inferior a cinquenta mil reais e três (15,79 %) possuem receita média mensal entre 50 e 200 mil reais (três agências não quiseram fornecer este dado).

Das 19 empresas pesquisadas, no ano de 2003, onze (57,89 %) possuem até cinco empregados, cinco (26,32 %) possuem entre seis e dez, e duas (10,53 %) possuem acima de 11 empregados. Uma empresa não respondeu sobre o número de empregados (ver dados do **Quadro 25 do anexo 2**). A grande maioria das agências (81,95 %) manifestou interesse em aumentar o seu negócio.

### 3.3.2.5 – Lojas de Artesanato

Foram analisadas 128 lojas de artesanato, localizadas no mercado de artesanato da cidade de João Pessoa. Os municípios de Cabedelo, Conde e Pitimbu quase não possuem lojas de artesanato. Das lojas pesquisadas 82,03 % foram abertas até o ano de 2001, 6,25 % iniciaram seus negócios em 2002, 7,03 % em 2003 e 2,34 % no presente ano (3 lojas não responderam à pergunta). Sessenta e seis lojas (51,56 %) pertencem a associações de classe. (Quadro 20 do anexo 2).

O **Quadro 27 do anexo 2**, apresenta a relação e a proporção dos produtos comercializados pelas lojas, no qual observa-se uma predominância de confecções artesanais, artigos para decoração e artigos de madeira.

Com relação às receitas dos empreendimentos, 95,44 % das lojas possuem receitas médias mensais inferiores a 50 mil reais e as demais possuem receitas médias mensais situadas entre 50 e 200 mil reais.

### 3.3.2.6 – Locais de Animação e Entretenimento

Na Área de Planejamento não há locais de animação e entretenimento turístico significativo, tais como parques aquáticos ou algum outro parque temático. Em meados da década passada foi construído um parque aquático, de médio porte, no município de Cabedelo, denominado “Water Park”, e que foi desativado após poucos anos de funcionamento.

Há na cidade de João Pessoa três “shoppings centers” de médio a grande porte, que dispõem de salas de jogos (games), havendo um boliche localizado em um dos shoppings.

### 3.3.2.7 – Conclusões

Da análise realizada, pode-se elencar os aspectos positivos e negativos relevantes, bem como o impacto da oferta de alojamento no destino. Deve-se reiterar a necessidade de construir uma nova estratégia para reduzir os fatores negativos e auxiliar no processo de desenvolvimento em curso.

- Aspectos Positivos
  - aparentemente, a oferta de alojamento disponível no Pólo Costa das Piscinas é importante, em termos quantitativos, pois os meios de hospedagem locais, na média do ano, mantêm uma capacidade em torno de 50%.
  - o principal hotel do Pólo, o hotel Tambaú, possui uma localização e um partido arquitetônico ainda hoje diferenciado.

- nas praias do município de Conde está-se processando um fenômeno novo de implantação de pousadas, diversificando assim o espaço receptivo do Pólo.
- Início de um processo de investimentos privados na ampliação da rede hoteleira de João Pessoa (oito novos hotéis em construção)
- Aspectos Negativos

No conjunto dos meios de hospedagem existem graus de deficiências:

- a rede hoteleira, em geral, é velha;
- é extremamente concentrada, ainda, no espaço urbano de João Pessoa;
- a sua natureza não se coaduna com as tendências recentes do mercado turístico, notadamente do seu segmento mais importante do turismo de lazer, de sol e praia.
- Impacto sobre o destino

Como os meios de hospedagem constituem, possivelmente, o componente tangível mais importante dos produtos turísticos de qualquer destino, as deficiências assinaladas, podem:

- transferir para o Pólo a imagem negativa da sua hotelaria, tirando-lhe parte da sua atratividade e, portanto, diminuindo-lhe a sua capacidade de competitividade diante dos outros destinos do Nordeste.
- consolidar o Pólo Costa das Piscinas como um destino secundário do macrodestino do Nordeste.
- A construção de uma nova estratégia

Para mudar o atual quadro, minimizar as suas fragilidades e superar os obstáculos encontrados, é necessário definir e implementar uma estratégia específica para os meios de hospedagem do Pólo que permita a sua modernização, a sua diversificação e a sua redistribuição espacial. Para tanto, sugere-se:

- o apoio à implantação de complexo hoteleiro de lazer de grande porte e/ou de modernos hotéis resort no litoral do Pólo, neste sentido, há que se priorizar o Pólo de Cabo Branco;
- apoio à consolidação do processo iniciado nas praias do município do Conde, com a implantação de hotéis/pousadas de pequeno e médio porte dotados de bom estilo arquitetônico e com oferta de serviços de qualidade;

- o apoio a implantação de meios de hospedagem em áreas próximas aos principais atrativos/produtos do Pólo (Areia Vermelha, Jacaré e Foz do Paraíba);
- o apoio à reestruturação do espaço receptivo de Pitimbú, com a construção de modernos condomínios privês destinados a veranistas e turistas do próprio estado e dos estados vizinhos.

O quadro C apresenta os problemas vinculados a qualidade e oferta de alojamento e outros equipamentos turísticos na área de planejamento:

**QUADRO C – QUALIDADE E OFERTA DE ALOJAMENTO E OUTROS EQUIPAMENTOS.**

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
MEIOS DE HOSPEDAGEM.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades encontradas para o conhecimento do universo de meios de hospedagem em operação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incipientes cadastramento e sistemática de acompanhamento da evolução dos meios de hospedagem.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As demandas fora de João pessoa encontram menos opções que na capital.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande concentração de hotéis em João Pessoa (70,54%) causando baixo equilíbrio à oferta de alojamento, na Área de Planejamento como um todo.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É baixa a permanência média em dias de turistas (3,67 dias em 2003 e 4 para turistas estrangeiros).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflitos de natureza empresarial, que demora a perceber a perspectiva econômica de uma programação organizada e atraente, para a ocupação dos turistas, nos interregnos da utilização das praias.</li> <li>• Competitividade entre os Estado vizinhos.</li> <li>• A área de Planejamento ainda é considerada um destino complementar às motivações oferecidas em Estados vizinhos.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As condições de conforto e acolhida são sofríveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cerca de 65,18% dos alojamentos necessitam de algum tipo de melhoria.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É baixa a taxa de ocupação em camping (50% no mês de dezembro, onde ocorrem as maiores demandas).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As instalações do camping são antigas e precisam de modernização.</li> </ul>
RESTAURANTES E BARES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.</li> </ul>	
AGÊNCIAS DE VIAGEM DE RECEPTIVO E OPERADORES DE "TOURS".	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os registros disponíveis revelam negócios voltados, apenas, para os deslocamentos de turistas ("tours") dentro da Área de Planejamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Há sinais de que os turistas se deslocam por sua iniciativa própria, pois não há registros sobre pacotes atraindo turistas para a Área, oferecidos por agências atuando fora do Estado.</li> </ul>
LOCADORAS E TRANSPORTADORAS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.</li> </ul>	
LOJAS DE ARTESANATO.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram detectados problemas afetando, diretamente, o turismo.</li> </ul>	
LOCAIS DE ANIMAÇÃO E ENTRETENIMENTO.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os tradicionais locais de animações (entorno do hotel Tambaú e Jacaré) tem infraestrutura e equipamentos insuficientes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O tempo e o crescimento dos fluxos receptivos exauriu a capacidade receptiva destes locais</li> </ul>

### **3.3.3 – CAPACITAÇÃO DO SETOR PRIVADO ENVOLVIDO COM O SETOR TURÍSTICO**

#### **3.3.3.1 – Evolução das Empresas**

As informações a seguir apresentadas foram obtidas através de pesquisa direta por amostragem, realizada pela SCIENTEC, em março de 2004, nos cinco municípios que compõem a Área de Planejamento.

A pesquisa teve como foco principal as empresas do segmento de meios de hospedagem mas levantou, também, três outros segmentos relevantes do setor turístico: bares e restaurantes, agências de viagem, locadoras e pequenos negócios.

##### **a) Evolução do número de estabelecimentos**

Até o ano 2001, a PBTUR não mantinha um cadastro completo do número de meios de hospedagem implantados no Pólo. A única informação relevante da PBTUR, diz respeito ao número de meios de hospedagem disponíveis no município de João Pessoa, que se manteve praticamente estável desde 1995 (75 estabelecimentos) até 2001 (73 estabelecimentos).

A partir de 2001, a PBTUR passou a registrar os meios de hospedagem disponíveis, também, nos outros municípios do Pólo. Em 2002, o número total de estabelecimentos do Pólo foi de 114, 74 na capital e 40, nos outros municípios (com realce para o município do Conde, com 19 estabelecimentos). Em 2003, o Pólo registrou 115 estabelecimentos: João Pessoa perdeu 2 e Conde ganhou 3 novos estabelecimentos.

A pesquisa de campo realizada em março de 2004 identificou 112 estabelecimentos, número que rebate aproximadamente, os dados registrados na PBTUR. Deles, 28 são hotéis e 57, pousadas.

##### **ii - Início das atividades dos estabelecimentos**

A pesquisa de campo permitiu identificar:

- 77 estabelecimentos (68,75% do total) iniciaram as suas atividades até o ano de 2001, e 18 (16,07% do total) iniciaram as suas atividades depois de 2001 e 17 (15,17%) não deram esta informação.

- Como os estabelecimento que não forneceram informação sobre o início das suas atividades devem ser bastante antiga, pode-se inferir que a maioria dos meios de hospedagem do Pólo (84%0 iniciaram as suas tividades até 2001.

- Comparando as informações levantadas através da pesquisa (112 estabelecimentos) com os dados da PBTUR (75 estabelecimentos, em 1995), pode-se inferir que 67% dos atuais meios de hospedagem do Pólo tem 10 anos ou mais.

### iii – Evolução do Porte dos estabelecimentos

Um a informação nova identificada pela pesquisa direta diz respeito ao porte dos meios de hospedagem construídos mais recentemente no Pólo, conforme pode se observar no quadro a seguir.

#### Área de Planejamento

Evolução do número de estabelecimento, segundo número de UH's  
2001/2003

<b>Categoria de Estabelecimentos (Por número de UH's)</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Com menos de 30	51	55	67
De 30 a 58	17	17	17
De 59 a 87	3	3	4
De 88 a 116	2	2	3
De 117 a 145	3	2	2
De 146 e mais	1	2	2
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>81</b>	<b>95</b>

Estas informações revelam que 16 dos 18 novos estabelecimentos implantados nos três últimos anos, tem menos de 30 UH's, ou seja, a expansão dos meios de hospedagem teve-se processado através das ofertas de pequenos estabelecimentos.

#### b) Bares e Restaurantes

Só foi possível levantar o número de bares e restaurantes, na Área de Planejamento, para o período de 2001 a 2004.

#### Área de Planejamento

Evolução do número de bares e restaurantes

<b>ANO</b>	<b>Número</b>				
	<b>Área de Planejamento</b>	<b>João Pessoa</b>	<b>Cabedelo</b>	<b>Conde</b>	<b>Pitimbu</b>
2001	43	21	8	6	8
2002	58	31	10	9	8
2003	80	51	11	9	9
2004	87	54	11	10	11

Nestes últimos quatro anos, o crescimento do número de bares e restaurantes, no conjunto da Área, foi ainda maior do que o crescimento dos meios de hospedagem (102%, contra 45%).

A distribuição espacial deste crescimento, no entanto, foi diferente daquela observada em relação aos meios de hospedagem. Foi no município de João Pessoa que se deu o maior crescimento (157%), consolidando uma tendência histórica. Em 2004 o município de João Pessoa concentra 63% dos bares e restaurantes da Área de Planejamento.

### c) Agências de Viagem

O número de agências de viagem também teve um significativo crescimento, na Área de Planejamento, passando de 34, em 2001, para 42, em 2004. Cabe assinalar que todas as agências de viagem se concentram na capital, João Pessoa, ponto de chegada e de saída dos turistas que visitam o Pólo.

### d) Pequenos Negócios

Os pequenos negócios vinculados ao setor turístico são formados, na sua maioria por lojas de artesanato e a sua evolução, no período 2001/2004, foi bastante dinâmica. O seu número passou de 101 pequenos negócios, em 2001, para 146, em 2004, com crescimento de 39%.

### e) investimentos

Os investimentos privados no setor não são contabilizados em fontes oficiais ou associações, ficando no espaço da percepção e ou das hipóteses de alocação de recursos. Na pesquisa, este item não obteve consistência, sendo portanto desprezado. Entretanto, os investimentos concedidos pelo BNB às empresas vinculadas ao setor turístico, constituem um dos poucos indicadores existentes para aferir este item. No período 1994/2001, os financiamentos concedidos pelo Banco alcançaram um valor próximo a R\$ 67 milhões. É um valor relativamente pequeno (em média, pouco mais de R\$ 7 milhões por ano) e concentrado, basicamente, nos anos 1997/2000.

Investimentos concedidos pelo BNB ao setor privado, na Área de Planejamento

<b>ANO</b>	<b>Número de Contratos</b>	<b>Valor (R\$ 1.000)</b>
1994	3	722
1995	14	991
1996	27	1.347
1997	34	26.356
1998	147	18.936
1999	88	9.891
2000	137	8.370
2001	58	284
2002	3	73
2003	4	107
<b>Total</b>	<b>515</b>	<b>67.077</b>

### 3.3.3.2 – Organização e Cultura Empresarial

A presente caracterização e avaliação da organização empresarial das empresas do setor privado, vinculadas ao setor turístico, têm por base as informações levantadas junto ao segmento empresarial de meios de hospedagem, por ser este o mais representativo e importante dos

componentes empresariais e por ter sido, nas suas empresas, onde se conseguiu apreender um maior número de informações.

A seguir são apresentadas as principais constatações reveladas pela pesquisa de campo:

- Perfil Empresarial

A maioria dos estabelecimentos hoteleiros da Área de Planejamento é de propriedade de empresários locais. Apenas 11 são vinculados a cadeias nacionais (9,8%) como Xênus, Solemar Hotéis, RW empreendimentos e Rede Tropical e a cadeia internacional (0,9%), a Water Park.

- Associativismo e Organização

Os estabelecimentos associados à ABIH-PB e ao Sindicato dos Hoteleiros, representam, apenas 24% dos estabelecimentos hoteleiros pesquisados. Existe, ainda, a ASCONTUR – Associação dos Comerciantes do Litoral Sul, e outras associações de porte menor, como a Associação das Pousadas de Jacumã.

- Dependência de Fornecedores Locais

As compras dos estabelecimentos são efetuadas, preponderantemente (69%), no município de João Pessoa. Entre os fornecedores de fora do estado, destacam-se Pernambuco e São Paulo. Na avaliação sobre os fornecedores, os entrevistados declararam estar regularmente satisfeitos (62%) e não satisfeitos (18%).

- Dependência Externa na sua Comercialização

Na comercialização dos seus produtos, 21% dos estabelecimentos possuem convênio com operadoras de turismo e 26% participam de pacotes turísticos comercializados por agências de turismo. No entanto, na prática, apenas 17% das vendas são realizadas através das operadoras de turismo, com nível de satisfação declarado de regular a bom.

Por outro lado, apenas 31% dos estabelecimentos dispunham de prospectos turísticos de divulgação e 26% dispunham de pouca informação para divulgação turística no seu espaço físico.

- Qualificação da Mão-de-obra

A mão-de-obra empregada nos estabelecimentos tem escolaridade de 1º a 2º grau . 23% dos estabelecimentos declararam oferecer cursos de capacitação para os seus empregados, notadamente nas áreas de atendimento ao turista e de aprendizagem de novas línguas. Os cursos de capacitação são ofertados pelo SENAC, SEBRAE e PBTUR.

- Tecnologias de Informática

Quase metade dos estabelecimentos (43%) possui “home page” e um terço (33%) disponibilizam reservas “on line”. Mas, na gestão do próprio empreendimento, apenas 24% estão plenamente informatizados e 29%, só parcialmente.

- Articulação com os Gestores Públicos

Quase dois terços dos hoteleiros (65%) não participam de qualquer ação ou programa coordenado pelo órgão oficial estadual de turismo, a PBTUR. A sua participação em reuniões oficiais de formulação de políticas locais para o desenvolvimento do turismo também é baixa - 63% deles participam desses encontros.

- Conhecimento do PRODETUR

Em Relação ao PRODETUR, 72,3% tinham impressão positiva, indicando que os seus investimentos tiveram algum tipo de impacto positivo sobre os seus negócios. Mas, surpreendentemente, porcentagem semelhante dos empresários (73%) declararam não conhecer bem o PRODETUR. De todo modo, se constata a percepção dominante de 65% a 78% de que os negócios do turismo poderão ser afetados positivamente pelas ações do poder público em infra-estrutura (expansão de Aeroporto, melhoria dos acessos, construção do Centro de Convenções) e divulgação do destino.

- Previsão de Investimentos

Na expectativa de alteração positiva do cenário turístico gerada pelas ações do poder público, 62% dos estabelecimentos hoteleiros declararam intenções de investir para ampliar e/ou melhorar as suas instalações e 66%, para a aquisição de novos equipamentos.

- Principais Problemas Empresariais

Foram apontados como principais problemas empresariais: a gestão financeira do negócio, a comercialização e o gerenciamento fiscal e trabalhista. Não foram realçados os problemas de gestão administrativa e de baixa qualificação da mão-de-obra.

Por outro lado, foi constatado que 87% dos estabelecimentos não tem um programa de controle de qualidade. Mas entre aqueles que o adotaram, declararam estar satisfeitos e estimulados com os resultados alcançados.

### **3.3.3.3 – Conclusões**

A expectativa criada pelo PRODETUR sobre o futuro do setor turístico tem conseguido sensibilizar empreendedores locais, aumentando significativamente o número de empresários envolvidos nas atividades do setor turístico, constatando-se que:

- a quase totalidade dos novos empreendedores incorporados ao setor turístico é de procedência local, isto facilitará a implementação de uma estratégia voltada ao reforço do caráter inclusivo do desenvolvimento turístico do Pólo;
- boa parte dos novos empreendimentos se tem localizado nas praias de Jacumã e de Carapibus. É importante que os poderes públicos forneçam um apoio ativo à organização do trading turístico do destino emergente nas praias do município de Conde;

ainda não se conseguiu inserir o Estado da Paraíba no processo de implantação de novas e modernas unidades hoteleiras destinadas a um público exigente de maior qualidade, como tem ocorrido em outros estados do Nordeste como Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Portanto, torna-se necessário formular uma estratégia de promoção de oportunidades de investimento com o objetivo de atrair, em parcerias com a iniciativa local ou de maneira autônoma, investidores hoteleiros e não hoteleiros dos principais espaços emissores para o destino;

os maiores problemas declarados pelos empreendedores – gestão financeira, problemas fiscais e trabalhistas - tem a sua origem nas deficiências de comercialização dos próprios negócios e em definitivo, do próprio destino: a capacidade ociosa dos hotéis é extremamente elevada e a clientela trazida via operadora é ainda marginal. O problema não se limita, apenas à falta de material publicitário ou à insuficiente promoção do destino. O problema maior reside na frágil vinculação dos agentes locais com os agentes promotores dos mercados emissores (operadoras e agências).

Para superar este quadro, será necessário formular e implementar estratégias voltadas para:

- a formação de parcerias com cadeias hoteleiras nacionais (e se possível, internacionais) vinculadas aos espaços emissores e com experiência exitosa em destinos turísticos de natureza similar;
- a formação de parcerias com operadoras de razoável porte que atuem nos principais mercados emissores, de modo a potencializar a venda do destino e dos seus produtos, principalmente os meios de hospedagem, através da sua rede capilar de agências.

Outro problema identificado – apesar de pouco citado, talvez pela descrença na sua possibilidade de solução - é constituído pela escassez e, sobretudo, pelas condições de financiamento para as atividades do setor turístico do país. A natureza e características intrínsecas do setor hoteleiro exigem um longo prazo para o retorno financeiro dos seus investimentos. Portanto, estão a exigir, também, condições de financiamento de longo prazo, assim como taxas de juros compatíveis com aquelas praticadas no mercado internacional em cujo mercado, de modo direto ou indireto, deverão competir os meios de hospedagem locais.

É sobremaneira incompreensível o desconhecimento que os empresários do setor turístico têm sobre as iniciativas do Poder Público focados, justamente, no apoio ao desenvolvimento dos seus negócios. Este desconhecimento se manifesta, de maneira explícita, em relação ao PRODETUR. Será fundamental, portanto, que o Poder Público desenvolva uma estratégia de parceria intensa e permanente com os agentes privados e as suas organizações.

Estratégia esta que deverá devolver ao PRODETUR o caráter participativo com que foi concebido. Participação, de modo especial, dos agentes empresariais que lhe darão sustentação empreendedora.

No bojo do processo embutido na estratégia apontada será necessário realizar, também, um trabalho profundo de capacitação. Ele deverá ter, como base, a sensibilização e o empoderamento dos agentes empresariais alcançados no processo participativo do PRODETUR. Mas deverá aprofundar-se, de modo a conectar os empresários do setor turístico com as modificações e novas tendências verificadas no mercado turístico nacional e internacional, assim como com os novos métodos de gestão hoteleira.

O quadro D apresenta os problemas e causas da Área de Planejamento no tocante a capacitação do setor privado envolvido com o turismo.

#### QUADRO D – CAPACIDADE EMPRESARIAL

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa capacidade empreendedora</li> <li>• Ausência de iniciativas turísticas estruturadoras (novos hotéis modernos, equipamentos turísticos etc)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maioria de empreendedores novos, de pequeno porte</li> <li>• Reduzida capacidade de investimento com recursos próprios</li> <li>• Escassez e condições inadequadas das fontes de financiamento para o setor</li> <li>• Reduzida capacitação funcional</li> <li>• Baixo grau de associativismo e de articulação com gestores públicos.</li> </ul>

### 3.3.4 – CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O TURISMO

Neste segmento do PDTIS são abordadas duas questões distintas, mas complementares, para apreender o grau de capacitação atual da população da Área de Planejamento para participar, ativamente no processo do seu desenvolvimento turístico: a educação das comunidades locais para o turismo, e; a capacitação profissional da mão-de-obra local para trabalhar nas atividades turísticas.

#### 3.3.4.1 – Educação da População para o Turismo

As informações apresentadas neste apartado foram levantadas através de pesquisa direta, por amostra (193 entrevistas), em domicílios (77,2%) e estabelecimentos comerciais (22,8%) dos quatro municípios incluídos na Área de Planejamento. Os resultados detalhados desta pesquisa podem ser observados, em anexo.

## a) Perfil da População

- Vinculação com o território

A população entrevistada da Área de Planejamento apresenta uma grande parcela de migrantes (55%) na sua origem mas o elevado tempo de permanência no município e a propriedade de imóvel residencial (3/4 das famílias) asseguram o necessário sentido de vinculação com o local onde residem.

- Nível de renda

A sua renda média declarada se situa nos intervalos de 1 a 20 salários mínimos, com distribuição quase uniforme para todos os intervalos intermediários considerados.

- Instrução formal

Possui um nível elevado de instrução formal (apenas 1% sem instrução e 23% com curso superior completo) e com ocupação principal declarada (50%) de trabalhadores autônomos e empregados assalariados. Outros 25% são formados por servidores públicos e aposentados e pensionistas. O outro 1/4 da população é composto por empresários, estudantes e pessoas com atividades domésticas (8%).

- Acesso aos serviços públicos

As pessoas entrevistadas têm acesso, praticamente universal, aos serviços públicos de eletricidade, água tratada e coleta de lixo. As maiores restrições, principalmente nos municípios de Conde e Pitimbú, dizem respeito ao sistema de esgotamento sanitário e aos serviços de telefonia.

- Pessoas vinculadas a atividades turísticas

Entre os entrevistados, uma parcela significativa (17%) exerce atividades relacionadas ao turismo. E entre estas pessoas, 2/3 avaliam que houve melhoria nas condições de trabalho nos últimos três anos.

## b) Avaliação do PRODETUR

As pessoas entrevistadas reconhecem a importância dos investimentos realizados pelo PRODETUR I para a vida das pessoas dos municípios beneficiados com as obras, destacando os seguintes aspectos:

- a construção da PB-008 é muito importante (65%) e pouco importante (21%);

- as obras de esgotamento sanitário no Bairro de Intermares (município de Cabedelo) são muito importantes (39%) e pouco importantes (18%);
- as obras de esgotamento do bairro Valentina Figueiredo (município de João Pessoa) são muito importantes (30%) e pouco importantes (18%);
- as obras de abastecimento d'água no bairro de Cabo Branco (João Pessoa) são muito importantes (37%) e pouco importantes (11%);
- as obras de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa são muito importantes (38%) e pouco importantes (25%);

Como corolário desta avaliação, os entrevistados emitiram a sua opinião sobre o crescimento do turismo na Área de Planejamento nos últimos cinco anos:

- cresceu muito, para 12% e pouco para 46%;
- diminuiu pouco, para 5% e muito, para 4%

#### c) Avaliação das Condições de Vida

A avaliação dos entrevistados sobre a evolução de sua condição de vida, nos últimos três anos, evidencia leituras distintas em relação aos seus diferentes componentes.

i - Os componentes relativos à oferta de serviços públicos tiveram, em maior ou menor grau, uma evolução média positiva:

- educação: melhorou para 47% e piorou, para 12%;
- saúde: melhorou, para 38% e piorou, para 27%;
- habitação, melhorou para 26% e piorou, para 18%;
- segurança, piorou para 30% e melhorou apenas, para 18%;
- mesmo assim, a convivência comunitária melhorou, para 34% e piorou, para 17%;

ii – Os componentes que traduzem o desempenho econômico e o conseqüente poder aquisitivo dos entrevistados tiveram uma evolução negativa:

- o emprego piorou, para 44% e melhorou, apenas, para 25%;
- a renda piorou, para 49% e melhorou, apenas, para 24%;

iii – As ações públicas necessárias para melhorar as condições de vida da população, apontadas pelos entrevistados, mantêm coerência com a avaliação anterior. Aparecem em primeiro lugar (com 29%), as ações voltadas para a geração de emprego e renda.

#### d) Avaliação do Turismo

##### i – Benefícios trazidos para o município

Para os entrevistados, os principais benefícios trazidos pelo turismo, por ordem decrescente de importância, são:

- geração de empregos (61%)
- geração de renda (36%)
- ativação do comércio (23%), e;
- divulgação da cidade e do estado (11%)

##### ii – Pessoas que se beneficiam com o turismo

Indagados se concordaram com a afirmativa de que “somente os empresários (donos de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, agências de viagem e taxistas) se beneficiam com o turismo”, 89% dos entrevistados responderam negativamente e apenas 6% responderam positivamente.

##### iii – Problemas trazidos pelo turismo

Parcela significativa dos entrevistados (26,5%) preferiu não opinar sobre os problemas que o turismo traz para o município onde residem. Para 10%, ainda, o turismo não gera problemas. Entre os outros, os principais problemas apontados, por ordem decrescente de importância, são:

- aumento da violência (19%)
- prejudica a limpeza de praias e ruas (18%)
- elevação do custo de vida (11%)

#### e) Avaliação do Comportamento da População com os Turistas

##### i – Como a população deve tratar o turista:

- “as pessoas devem dar toda a atenção ao turista que pede informações nas ruas”, segundo 83% dos entrevistados;
- “o turista deve receber o melhor tratamento das pessoas que estão prestando algum serviço para ele”, segundo 96% dos entrevistados;
- diante da afirmativa de que “somente as pessoas que lucram diretamente com os turistas tem a obrigação de tratá-lo com gentileza”, 90% dos entrevistados não concordaram com ela;

- a maioria dos entrevistados (88%) concorda com a afirmativa de que um turista mal tratado não volta jamais à cidade e contribui para que outros turistas também não venham;
- a maioria dos entrevistados (87%) discorda da afirmativa de que “o turista é uma pessoa como outra qualquer e não há razão para tratá-lo tão bem”.

ii – Como a população se comporta, de fato, com o turista:

- para os entrevistados, a maioria das pessoas que conhecem, trata o turista “bem” (77%), “muito bem” e “mal” (5%);
- a avaliação muda um pouco de configuração quando a questão é colocada de modo mais amplo e objetivo: apenas 54% dos entrevistados opinam que “a maioria da população do município tem atitudes favoráveis ao desenvolvimento do turismo”. Entretanto, 45% opinam o contrário;
- a mesma divisão de opiniões se verifica perante a pergunta “a maioria da população comporta-se educadamente nos locais públicos que são freqüentados por turistas?”, 51% opinam que sim e 42% opinam que não;
- a avaliação se torna francamente negativa quando são focadas questões específicas. Diante da pergunta “a maioria da população mantém limpas as praias, as ruas, as praças, os terrenos vazios e os locais que são freqüentados pelos turistas?”, 36% dos entrevistados respondem que sim, mas a maioria (68%) responde que não;
- avaliação similar é verificada em relação à consciência sobre o meio ambiente. Dos entrevistados, apenas 36% opinam que a maioria da população tem consciência de conservar o meio ambiente, evitando a poluição da águas, do solo e do ar, e 62% opinam que não;
- a avaliação do tratamento que o turista recebe das pessoas que vendem algum produto para ele ou que lhes prestem algum serviço (quanto aos preços cobrados) é bastante dividida: 14% avaliam que todos cobram um preço justo; 34%, que a maioria cobra um preço justo e uma minoria procura tirar proveito; 45%, que apenas uma minoria cobra preço justo e a maioria explora, e 6%, que todos cobram mais caro pois o turista pode pagar mais;
- avaliação similar é realizada em relação à qualidade dos produtos vendidos ao turista: 20% opinam que todos entregam produtos de melhor qualidade e uma minoria procura enganar o turista; 45%, que uma minoria entrega produtos de melhor qualidade e a maioria procura enganar o turista, e 3% que todos tentam enganar o turista entregando produtos de baixa qualidade.

f) Papel dos Atores Locais no Desenvolvimento do Turismo:

- diante da pergunta “somente o governo tem a obrigação de promover o turismo no município” apenas 6% dos entrevistados opinam que sim. Mas a imensa maioria (91%) opina que não;
- avaliação similar é verificada quando se incorporam os atores diretamente vinculados ao turismo: diante da afirmação de que “somente devem se preocupar com o desenvolvimento do turismo aqueles que dele se beneficiam diretamente, ou seja, Governo e empresários”, apenas 11% dos entrevistados respondem afirmativamente e 87%, negativamente;
- coerentemente com as respostas anteriores, a maioria dos entrevistados (85%) concorda com a afirmação de que “o desenvolvimento do turismo é uma tarefa de todos. Cada pessoa tem uma contribuição a dar, por menor que seja” e, apenas, 4% dos entrevistados discordam dela;
- a imensa maioria dos entrevistados (94%), finalmente, concorda que “o Governo deve promover campanhas de conscientização da população para que esta participe do desenvolvimento do turismo no município”.

### 3.3.4.2 – Capacitação do Profissional para o Turismo

Antes de apresentar o atual quadro de emprego nos segmentos de setor turístico do Pólo, convém salientar duas dificuldades encontrados nas pesquisas de campo, em todos os referidos segmentos:

A primeira diz respeito à composição do pessoal ocupado nos estabelecimentos pesquisados: não foi possível discriminar, com rigor, entre o pessoal ocupado e o pessoal empregado. Assim, na categoria de pessoal ocupado, são incluídos tanto os trabalhadores assalariados, com ou sem carteira assinada, como os proprietários e seus familiares que prestam serviços no estabelecimento, com ou sem remuneração direta.

A segunda diz respeito ao período de realização das pesquisas (final do 1º trimestre do ano). É um período de baixa estação e além do mais, o litoral sofreu uma intensa precipitação pluviométrica, frustrando o desempenho operacional dos meios de hospedagem e, portanto, reduzindo o volume de mão-de-obra utilizado.

As informações detalhadas levantadas nas pesquisas podem ser encontradas em anexo.

#### a) Meios de Hospedagem

Das 122 empresas de meios de hospedagem existentes na Área de Planejamento (segundo a PBTUR), foram entrevistadas 99 (as outras, ou não quiseram responder, ou não foram localizadas). Delas, 35 são hotéis; 60, pousadas e 4, apart hotéis.

### i – Emprego:

- o número de pessoas ocupadas no segmento, no período da pesquisa, foi de 1.384;
- o número médio de pessoas ocupadas, por estabelecimento, foi de 14,4 pessoas;
- 42% das empresas empregavam até cinco pessoas;
- apenas 2 empresas empregavam mais de 100 pessoas.

### ii – Distribuição do emprego por áreas de trabalho:

- foram identificados 32 tipos de ocupação;
- as ocupações que mais pessoas empregavam, por ordem decrescente, foram: camareira (213 pessoas), recepcionista (180), serviços gerais (129), garçom (126), gerente (91), cozinheiro (73) e lavadeira (56).

### iii – Qualificação profissional:

- segundo informação fornecida pelas empresas pesquisadas no conjunto das pessoas ocupadas, 330 (24%) eram qualificadas; (possuíam treinamento específico).
- as ocupações com maior percentual de pessoas qualificadas, foram, por ordem decrescente de importância: organizador de buffet (80%), recepcionista de eventos (67%), organizador de eventos (64%), promotor de eventos e auxiliar de escritório (ambas com 60%) e chefe do departamento de pessoal e recepcionista (ambos, com 45%);
- na avaliação dos entrevistados, não há facilidade de obter no mercado do trabalho do município, pessoas para ocupações de: maitre, administrador de governança, cozinheiro, organizador e realizador de eventos, gerente, governante, garçom, chefe de departamento de pessoal, profissional de manutenção, chefe de cozinha, administrador de compras e estocagem, barman, planejador e organizador de buffet, recreador e animador turístico e recepcionista de eventos;
- do ponto de vista da escolaridade formal do pessoal ocupado nas empresas de meios de hospedagem, 67% tem segundo grau completo, 33% tem curso superior e apenas 11% não tem qualquer grau de instrução.

Mesmo assim, para todas as ocupações, os entrevistados avaliam a necessidade de qualificação do pessoal que atualmente está trabalhando em suas empresas.

iv – Práticas de qualificação:

- das empresas pesquisadas, apenas em 25% ocorreu alguma ação de qualificação nos últimos 12 meses;
- as qualificações mais comuns foram realizadas nas seguintes áreas: idiomas, recepcionista, atendimento ao público, camareira, mensageiro, qualidade no atendimento ao cliente, qualidade total e reservas.
- os principais locais de realização das qualificações, foram: no próprio trabalho (52%), no SEBRAE (35%), no SENAC (9%) e na PBTUR (4%);
- os cursos de qualificação considerados mais importantes para as empresas do segmento apontados pelos entrevistados foram: idiomas (68%), camareira (61%), informática (60%), cozinheiro (48%), gerenciamento hoteleiro (45%) e gerencia de hotel (42%);
- os cursos de formação de mão-de-obra para o setor turístico foram avaliados positivamente pelos entrevistados: ótimos (28%), bons (43%), regulares (57%) e insatisfatórios (12%);
- a avaliação específica sobre os cursos de formação gerencial oferecidos pelo SEBRAE foram igualmente bem avaliados: ótimos (21%), bons (64%), regulares (10%), e insuficientes (5%).

b) Bares e Restaurantes

Foram pesquisados 86 bares e restaurantes, a partir de uma lista obtida nos cadastros da PBTUR e das prefeituras municipais 54 destas empresas se localizam em João Pessoa e 32, nos outros três municípios.

i – Emprego:

- as empresas pesquisadas empregavam 967 pessoas. Portanto, a média de pessoas ocupadas, por estabelecimento, foi de 11,8;
- 3 empresas (pouco mais de 27%) empregavam até 5 pessoas;
- só 1 empresa empregava mais de 10 pessoas.

ii – Distribuição do emprego por área de trabalho:

- foram identificados até 31 tipos de ocupação;

- As ocupações que mais pessoas empregavam, foram: garçom (257), atendente de lanchonete (119), cozinheiro (102), caixa (69), balconista (63), auxiliar de cozinha (60), gerente (55), auxiliar de limpeza (38) e chefe de cozinha (30).

### iii – Qualificação profissional:

- no conjunto das pessoas ocupadas, 181 (17%) eram qualificadas;
- as ocupações com maior percentual de pessoas qualificadas, foram: telefonista (100%), maitre (63%), chefe de cozinha, contador e nutricionista (todos, com 50%), pizzaiolo (42%) e fritador (40%);
- na avaliação dos entrevistados, não há dificuldade de conseguir, no mercado de trabalho local, pessoas para ocupações de: motoboy, telefonista, auxiliar de serviços gerais, controlador de estoques, atendente de lanchonete, balconista, auxiliar de limpeza, auxiliar de escritório, chapeiro, ajudante de cozinha, copeiro, motorista e caixa;
- do ponto de vista da escolaridade formal, o quadro é mais deficiente do que nos meios de hospedagem. Neste segmento, 54% das pessoas ocupadas tem segundo grau completo; 6% tem curso superior e 14% não tem instrução;
- os entrevistados consideram necessário a qualificação das pessoas que atualmente trabalham em quase todas as ocupações.

### iv – Práticas de qualificação:

- das empresas pesquisadas, apenas 26% tinham participado de alguma ação de qualificação nos últimos 12 meses;
- as qualificações mais comuns foram realizadas nas seguintes áreas: cozinheiro (30%), garçom (20%), atendimento ao público (20%), atendimento ao cliente (15%), qualidade total (10%) e barman (10%);
- os principais locais de realização dos cursos de qualificação, foram: no próprio trabalho (33,33%), no SENAC (29%) e no SEBRAE (29%);
- os cursos de qualificação considerados mais importantes para as atividades dos bares e restaurantes, foram: garçom (66%), cozinheiro (55%), atendimento ao público (52%), atendente/balconista (47%), auxiliar de cozinha (45%) e caixa (42%);

- as empresas do segmento avaliaram positivamente os cursos de formação de mão-de-obra ofertados. Para 31%, foram ótimos; para 45%, bons; para 13%, regulares e para apenas 11%, insatisfatórios.

### c) Agências de Viagem

Foram pesquisadas 40 empresas (das quais, 39 ofereceram informações) todas localizadas em João Pessoa. A lista destas empresas foi obtida nos cadastros da PBTUR e na Prefeitura de João Pessoa.

#### i – Emprego:

- as 39 empresas que forneceram informações empregavam 268 pessoas, ou seja, uma média por empresa de 6,2 pessoas;
- 54% das empresas empregavam até 5 pessoas;
- o menor tamanho de empresas deste segmento se reflete no fato de que nenhuma delas empregava mais de 20 pessoas.

#### ii – Distribuição das pessoas ocupadas por áreas de trabalho:

- foram identificados 19 tipos de ocupação, dentro do segmento;
- as ocupações que mais pessoas empregavam, foram: agentes de viagens (80), emissão de bilhetes nacionais (34), motorista (23), gerente (21), emissão de bilhetes internacionais (20), promotor de vendas (17) e emissões de bilhetes locais (16).

#### iii – Qualificação profissional:

- no conjunto das pessoas ocupadas, 125 eram qualificadas, alcançando um percentual (quase 47%) bastante superior ao observado nos dois segmentos anteriores;
- as ocupações onde ocorre um maior percentual de pessoas qualificadas, são: operador de turismo nacional, guia do turismo internacional e organizador de eventos (todas com 100%), emissões de bilhetes internacionais e locais (75%) e de bilhetes nacionais (74%), motorista (57%), e guia de turismo regional, operador de câmbio e segurança (todas, com 50%);
- as maiores dificuldades de seleção e recrutamento, no mercado local, se concentram nas ocupações de guia de turismo internacional, operador de turismo nacional, operador de turismo receptivo e organizador de eventos;
- do ponto de vista da escolaridade formal das pessoas ocupadas, as empresas deste setor apresentam um perfil muito elevado: 87% possuem nível superior e nenhuma pessoa carece de instrução;

- no entanto, de igual modo que nos outros dois segmentos, os entrevistados consideram a necessidade de qualificar as pessoas que trabalham na maioria das ocupações identificadas;

iv – Práticas de qualificação:

- a maioria das empresas deste segmento (74%) participa de ações de qualificação nos últimos 12 meses, percentual significativamente superior ao observado nos outros dois segmentos anteriores;
- as qualificações mais freqüentes foram realizadas nos tipos de “sistema de reservas Amadeus” (35%), emissão de passagens aéreas (20%) e qualidade no atendimento ao cliente (10%);
- os principais locais de realização dos cursos de qualificação foram: na ABAV (51%), no SEBRAE (32%), no próprio trabalho (24%), no SENAC (22%) e na PBTUR (14%). Esta distribuição é mais uma evidencia do caráter diferenciado das empresas deste segmento;
- os cursos de qualificação considerados mais importantes para as agências de viagem, foram: idiomas (citado por 100% das empresas), agentes de viagem (87%), informática (84%), emissor de bilhetes nacionais (76%), promotor de vendas (66%) e marketing (61%);
- as empresas do segmento avaliam positivamente os cursos de formação de mão-de-obra ofertados, mas em menor grau do que o observado nos outros dois segmentos já analisados: para 11%, são ótimos; para 55%, são bons; para 5%, são regulares e para percentual significativamente elevado (29%), são insatisfatórios;
- A avaliação específica sobre os cursos de formação gerencial oferecidos pelo SEBRAE é mais positiva: ótimos (29%), bons (54%), regulares (6%) e insatisfatórios (11%).

d) Locadoras de Veículos e Transportadoras Turísticas

Foram pesquisadas 19 empresas, todas localizadas em João Pessoa.

i – Pessoas ocupadas:

- as empresas pesquisadas tinham 128 pessoas ocupadas;
- em média, as empresas do segmento ocupavam 6,7 pessoas.

## ii – Distribuição por áreas de trabalho:

- foram identificados, ao todo, 13 tipos de ocupação;
- as ocupações que ocuparam mais pessoas foram: promotor de vendas (28), recepcionista (16), motorista (11) e gerente (10);
- 53% das empresas ocuparam até 5 pessoas;
- nenhuma empresa ocupava mais de 16 pessoas.

## iii – Qualificação profissional:

- de todas as pessoas ocupadas, 19 (apenas 15%) tinham recebido algum tipo de qualificação. Estas pessoas se concentravam nas ocupações de promotor de vendas (6), recepcionista (5) e gerente (4);
- a maioria das empresas deste segmento (67%) revela não ter dificuldades para recrutar as pessoas de que precisam no próprio mercado local;
- o grau de escolaridade formal das pessoas ocupadas é relativamente satisfatório: 63% das empresas ocupam pessoas com nível de instrução de 2º grau completo e curso superior;
- pouco mais da metade dos empresários (57%) achava que era necessário promover a qualificação do seu pessoal ocupado. Apenas em três ocupações (promotores de vendas, recepcionistas e gerentes) consideravam que as pessoas ocupadas já estavam suficientemente qualificadas.

## iv – Práticas de qualificação

- das empresas pesquisadas, 42% tiveram participação em ações de capacitação, nos últimos 12 meses;
- os cursos de capacitação foram realizados, no próprio trabalho (32%), no SEBRAE (16%), no SENAC (11%) e em outras instituições;
- os cursos de qualificação considerados mais importantes para as empresas deste segmento, foram: idiomas (citado por 63% dos entrevistados), informática (por 58%), promotor de vendas (também, por 58%), marketing, gerencia de negócios e mecânico de manutenção (cada um dos três citados por 42%);

- entre os empresários do segmento, 10% avaliam os cursos de formação de mão-de-obra como ótimos; 47%, como bons; 28%, como regulares e 5%, como insatisfatórios;
- a avaliação específica sobre os cursos de formação gerencial oferecidos pelo SEBRAE é ainda mais positiva: para 10%, são ótimos; para 53%, bons; para 16%, satisfatórios e para 5%, regulares.

#### e) Lojas de Artesanato

Foram pesquisadas 127 lojas de artesanato, todas localizadas no município de João Pessoa.

##### i – Ocupação:

- as empresas pesquisadas ocupavam 236 pessoas o que representa uma média de menos de duas pessoas por empresa. Trata-se, por tanto, dentre os segmentos analisados, daquele composto por empresas de menor porte;
- a tipologia de pequeno negócio que caracteriza as empresas deste segmento se ratifica pelo fato de que nenhuma das 127 empresas pesquisadas ocupa mais de 5 pessoas.

##### ii – Distribuição, por áreas de trabalho:

- dada a simplicidade destes pequenos negócios, só foram identificados 6 tipos de ocupação;
- dos seis tipos de ocupação, duas apenas, são relevantes: a de vendedor, que ocupa 126 pessoas (57% do total) e gerente, que ocupa 84 pessoas (38% do total).

##### iii – Qualificação profissional:

- das pessoas ocupadas, 36 fizeram curso profissionalizante para desempenhar a ocupação que hoje exercem, o que representa, apenas, 15% do total;
- das 36 pessoas treinadas, 22 eram gerentes e 13 eram vendedores;
- segundo a maioria dos entrevistados, existe muita facilidade para conseguir mão-de-obra local nas ocupações de vendedor e de gerente;

- na avaliação dos entrevistados, a mão-de-obra local é boa (37%) ou muito boa (62%), para a ocupação de gerente e boa (47%) ou muito boa (45%), para a ocupação de vendedor;
- o grau de escolaridade do pessoal ocupado pode ser considerado de razoável, no contexto social da Área de Planejamento: 64% possuem curso superior; 61%, 2º grau completo; e apenas 3% não tem instrução;
- a maioria dos entrevistados considera necessário promover a qualificação do pessoal ocupado como gerente (80%) e como vendedor (74%).

#### iv – Práticas de qualificação:

- das empresas pesquisadas, apenas 10 (8%) participaram de alguma ação de capacitação, nos últimos 12 meses;
- apenas 12 cursos de capacitação foram realizados, com realce para a de atendimento ao cliente (2 vezes) e atendimento ao público (também, 2 vezes);
- os principais locais de realização dos cursos de qualificação foram: SEBRAE (52%) e no próprio trabalho (14%);
- entre os cursos de qualificação citados como importantes para as atividades das empresas do segmento salientam-se quatro: técnicas de vendas (5 citações), atendimento ao turista (5 citações), atendimento ao cliente (4 citações) e idiomas (2 citações);
- entre as ocupações necessárias ao comércio de artesanato, carentes de qualificação, os entrevistados citam: atendimento ao cliente (20,3% do total de citações), idiomas (16,5%), atendimento ao turista (13,9%) e técnicas de vendas (12,7%);
- a avaliação dos entrevistados sobre os cursos de formação de mão-de-obra específica para as atividades vinculadas ao turismo, é positiva: para 29%, são ótimos, para 61% são bons; para 3%, são regulares e para 2%, são insatisfatórios;
- a avaliação específica sobre os cursos do SEBRAE para os empreendedores do turismo é, também, francamente positiva: ótimos (30%), bons (61%), regulares (8%) e insatisfatórios (1%).

### 3.3.4.3 – Conclusões

#### a) A educação da comunidade para o turismo

- A população evidencia que tem conhecimento da importância do turismo para o município, pelas oportunidades de emprego e de renda que gera no âmbito local. E, portanto, revela boa disposição para acolher o turista. A população revela, igualmente, ter consciência do papel do cidadão no processo de desenvolvimento do setor, da necessidade das práticas de “boa educação” e dos valores éticos que devem permear a relação justa e correta com os visitantes.
  
- Mas a população tem consciência, também, que na prática cotidiana:
  - não segue na prática da “boa educação” em espaços públicos visitados pelos turistas, e
  - boa parte das pessoas que vendem produtos ou prestam serviços aos turistas tem comportamentos pouco éticos para com eles.
  
- Dessa forma, as campanhas a serem promovidas pelo poder público, em parceria com a iniciativa privada, para melhorar o nível de educação da comunidade para o turismo deverão:
  - evitar ou minimizar aspectos genéricos, já amplamente absorvidos pela população;
  - focá-las em conteúdos temáticos específicos (lixo, barulhos, preços, etc), para públicos alvo específicos (população que visita espaços comuns com os turistas, taxistas, vendedores e prestadores de serviços aos turistas) visando mudanças comportamentais .

#### b) Capacitação do Profissional para o Turismo

- Na média, a capacitação profissional das pessoas que trabalham em atividades vinculadas ao turismo não é inferior à das pessoas que trabalham em outros setores econômicos da Área de Planejamento:
  - especificamente, o nível de instrução formal das pessoas ocupadas nas atividades dos segmentos da população;
  - com diferenças de um segmento para outro, em todos eles existe uma preocupação e uma prática de capacitação de pessoal já ocupado nas suas empresas;

- o nível de instrução e de qualificação é notadamente diferenciado no segmento de Agências de Viagem. Mas é necessário anotar que, infelizmente, estas empresas estão fundamentalmente vinculadas ao turismo emissor e só marginalmente ao turismo receptor. Portanto, nem o nível elevado de qualificação da sua mão-de-obra é decorrente do porte e/ou evolução do turismo no Pólo, nem agregará valores determinantes para o desenvolvimento turístico do setor.
  
- No entanto, são significativas a carência e a deficiência de capacitação das pessoas ocupadas nas atividades vinculadas ao turismo da Área de Planejamento:
  - é baixo o percentual de empresas que vem participando de ações de capacitação;
  - é unanimidade, entre os entrevistados, a necessidade de qualificar as pessoas já nas atividades das empresas pesquisadas.
  - mas, sobretudo, é fundamental, para transformar a Área de Planejamento, num destino turístico de porte nacional, transformar a natureza e a qualidade e o grau de universalidade das atuais práticas de capacitação.
  
- Em termos gerais, portanto, os programas de capacitação profissional em apoio ao desenvolvimento turístico do Pólo, deverão propiciar uma melhoria de qualidade na oferta dos serviços de capacitação e um maior grau de universalização, em termos específicos, convém salientar o seu foco temático e a sua clientela prioritária.
  - os programas de capacitação deverão ter um duplo foco temático: o foco funcional, vinculado à natureza específica das atividades, para que elas sejam corretamente desempenhadas e o foco turístico, vinculado tanto à natureza das relações a serem mantidas com os turistas, quanto ao sistema de preferências deles em relação a bens, serviços, horários e outros;
  - na escolha da clientela para fins de capacitação, deveria ser priorizado, primeiro, as pessoas ocupadas nos meios de hospedagem porque será nos seus espaços que os turistas permanecerão, por mais tempo e receberão maior número de serviços durante a sua estadia no destino. Em segundo lugar, as pessoas ocupadas em atividades envolvidas na visitação de atrativos/produtos do destino, por razões similares;
  - deve-se destacar, neste contexto, a capacitação dos proprietários/administradores de hotéis e de outras empresas vinculadas ao turismo e

até de empreendedores que, não atuando no setor, tem potencial para vinculação futura com atividades turísticas.

- As instituições de capacitação e treinamento existentes notadamente o SEBRAE, o SENAC, a PBTUR e instituições privadas têm capacidade para desenvolver os programas de capacitação a serem propostas, mas será necessário programar algumas ações de apoio às mesmas.

O quadro E apresenta os problemas e causas da Área de Planejamento no tocante a capacitação da população para o turismo.

#### QUADRO E – CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Os turistas, às vezes, são enganados.</li> <li>● Segmentos da população não sabem tratar adequadamente, os turistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Parte da população não segue as práticas da boa educação, nos espaços públicos visitados pelos turistas</li> <li>● Pessoas que vendem produtos ou prestam serviços aos turistas tem revelado comportamento pouco ético</li> <li>● A natureza, a qualidade e o grau de universalidade das práticas atuais de capacitação, são insuficientes</li> <li>● As instituições de capacitação do Pólo tem pouca experiência no desenvolvimento de um destino turístico</li> </ul>

### 3.3.5 – PERFIL DO TURISTA

Existe uma disponibilidade significativa de fontes de informações secundárias que permitem uma caracterização detalhada dos turistas que visitam a cidade de João Pessoa. As pesquisas da FINEPE/EMBRATUR de 1998 e 2001 que, mesmo sendo de âmbito nacional, tem o mérito de identificar certos componentes do turismo não captados nas outras pesquisas. As pesquisas da CTI realizadas em janeiro e julho de 1999 e 2000 para todos os estados do Nordeste, o que permite uma boa comparação entre as características dos fluxos turísticos receptivos dos diferentes estados da região. As pesquisas da PBTUR, algumas por amostragem e outras realizadas no universo dos hotéis classificados de João Pessoa. E a pesquisa mais recente, realizada pela SCIENTEC, para o presente estudo, em 2004.

Neste capítulo são apresentadas, de modo sintético, as informações mais relevantes sobre a natureza e as características dos turistas que visitaram o destino em passado recente. As tabelas completas, com estas e outras informações, se encontram em Anexo.

Convém assinalar que alguns aspectos sobre a natureza e as características do fluxo turístico receptivo da Área de Planejamento são abordados, também, no estudo sobre a demanda atual e potencial do destino.

### 3.3.5.1 – Procedência dos Turistas

Segundo as pesquisas da CTI, em média, 98,5% dos turistas que visitaram João Pessoa, nos anos 1999/2000, faziam parte do mercado doméstico. E destes, 58,5% procediam dos estados do Nordeste, com importância especial para o vizinho estado de Pernambuco, com participação de 22%. As outras regiões tiveram uma participação média de 40%, com importância especial para o estado de São Paulo, com participação de 13,9%. Ou seja, trata-se, de um turista nacional – com ênfase do mercado regional - e que deve refletir, em grande medida, as características do mercado emissor doméstico.

As pesquisas da PBTUR, em hotéis classificados, não mudam substantivamente o perfil apresentado. Apenas o acentua mais ainda: dos turistas hospedados em hotel, em 2001, 28,75% procediam de Pernambuco e 20,60%, de São Paulo. Dos turistas estrangeiros (2%), quase um terço procedia de Portugal.

### 3.3.5.2 – Identificação dos Turistas

As pesquisas por amostragem realizadas pela PBTUR em 1999 e 2003 permitem identificar o perfil básico dos turistas, indicado a seguir:

- Por sexo, os homens representam 3/5 partes do fluxo turístico.

Sexo	Jan/99	Mai/99	Média 1999	Jul/03	Dez/03	Média 2003 (%)
Masculino	54,43	67,61	61,02	60,98	61,39	61,18
Feminino	45,57	32,39	38,98	39,02	38,61	38,82

- Por idade, mais de dois terços dos turistas se situam nas faixas entre 26 a 50 anos. Porém, o segmento de 36 a 50 anos é o mais representativo.

Faixa Etária	Jan/99	Mai/99	Média 1999	Jul/03	Dez/03	Média 2003 (%)
18 a 25	15,06	16,85	15,96	16,86	18,86	17,86
26 a 35	35,46	30,63	33,05	26,83	26,46	26,65
36 a 50	39,56	37,75	38,66	40,91	36,70	38,81
51 a 65	9,44	13,02	11,23	12,46	14,76	13,61
+65	0,48	1,75	1,12	2,94	3,22	3,07

- Por escolaridade, metade dos turistas tem nível superior e mais de 30% têm nível médio.

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>2003 (%)</b>
Pós-graduado	7,37
Superior	50,14
Médio	32,19
Fundamental	8,66
Outros (cursos incompletos, técnicos, phd)	1,64

- Por atividade econômica, as ocupações de empregados nos setores público e privado representam quase 60% do fluxo. São seguidos por profissionais liberais e empresários (mais de 17%).

<b>ATIVIDADE ECONÔMICA</b>	<b>2003 (%)</b>
Empregado Setor Privado	36,34
Empregado Setor público	22,60
Profissional liberal	10,59
Empresário	6,44
Outros:	24,03

- A renda média mensal e individualizada dos turistas que visitaram a cidade se situa em torno de 11 salários mínimos.

<b>Renda Média Individual Mensal</b>	<b>Jan/99</b>	<b>Mai/99</b>	<b>Média 1999</b>	<b>Jul/03</b>	<b>Dez/03%</b>	<b>Média 2003 (%)</b>
R\$ 1	2.163	2.435	2.299	2.781	2.598	2.690

### 3.3.5.3 – Caracterização da Viagem

- **Motivos da Viagem**
  - Pelas pesquisas da PBTUR, os motivos principais da viagem foram: negócios, (35% em 1999 e 35%, em 2003), visita a parentes e amigos (36,6% e 30,7%) e passeio (23,8% e 27,5%)
  - Nas pesquisas da CTI (1999/2000), a importância relativa dos motivos é um pouco diferente. Na média, o motivo mais importante foi a visita a parentes e amigos (41%), seguido por passeio (27,8%) e negócios (26,3%).

Convém salientar que o perfil de motivação da visita à João Pessoa é bastante similar ao encontrado no conjunto dos espaços emissores do mercado doméstico nacional.

- Fator decisório

- Segundo as pesquisas da CTI, para 76,6% dos turistas entrevistados, o fator decisório da visita foi “os atrativos naturais” do destino.
- Resultado similar foi encontrado nas pesquisas da PBTUR em relação à importância do fator “atrativos naturais” (77,8%, em 1999 e 70,6%, em 2003).

- Organização da viagem

A forma de viajar ressalta a pouca importância das agências de viagem na sua organização. Em parte pela própria composição do fluxo, onde o motivo de passeio somente responde por um quarto do total. Mas este indicador pode também estar revelando, indiretamente, a pouca importância atribuída pelas agências de viagem a este destino. Pode significar ainda que o destino não faz parte dos pacotes turísticos para o Nordeste vendidos pelas agências de viagem nos principais centros emissores dos mercados nacional e regional.

Forma de Viagem	Jan/99	Mai/99	Média 1999	Jul/03	Dez/03	Média 2003 (%)
Organizada por Agência	9,25	16,52	12,89	14,37	10,94	12,65
Não Org. por Agência	90,75	83,48	87,11	85,63	89,06	87,35

- Meio de transporte utilizado

Quanto ao meio de transporte utilizado, a prevalência do transporte rodoviário é compatível com a origem geográfica do fluxo turístico do destino. Mas é importante salientar que o percentual de turistas que viaja de avião ao destino, é muito superior à média identificada no conjunto do mercado doméstico, pela pesquisa da FIPE (9%)

Meio de Transporte	Jan/99 (%)	Mai/99 (%)	Média 1999 (%)	Jul/03 (%)	Dez/03 (%)	Média 2003 (%)
Ônibus	42,23	27,46	34,85	30,30	37,70	34,00
Automóvel	30,12	35,56	32,84	24,61	30,36	27,48
Avião	27,26	36,87	32,07	41,68	30,50	36,09
Outros	0,38	0,11	0,25	3,41	1,44	2,43

- Vinculação com as viagens a outros destinos

Dos turistas que chegam a este destino, 19,89% vêm de visitas a outras cidades . São cidades nordestinas na sua maioria (73%), o que reforça a suspeita levantada sobre a ausência de João Pessoa nos pacotes turísticos para o Nordeste vendidos no centro sul do país.

<b>OUTRAS CIDADES VISITADAS NE</b>	<b>2003 (%)</b>
Fortaleza	5,39
Maceió	5,03
Natal	27,70
Recife	31,29
Salvador	3,96
Outras	26,63

- Viagem em grupo

O turista viaja principalmente sozinho (55%) e em grupos (45%) de família ou de amigos. Os grupos são fundamentalmente formados por familiares.

<b>COMO VIAJA</b>	<b>2003 (%)</b>
Sozinho	54,50
Em grupo	44,78
Com amigos	10,73
Com família	34,05
Outros	0,72

#### 3.3.5.4 – Estadia no Destino

- Meios de Hospedagem Utilizados

- Pelas pesquisas da CTI (1999/2000) 57% dos turistas que visitaram João Pessoa se hospedam em casas de parentes e amigos e apenas 21,8% em hotéis.
- Na pesquisa da PBTUR, em 2003, o percentual de turistas hospedados em casas de parentes e amigos foi de 49% e de 34,3%, o de hospedados em hotel.

Cabe assinalar que este quadro é bem melhor, do ponto de vista dos gastos turísticos no destino, do que aquele prevalecente no conjunto do mercado doméstico. Segundo a pesquisa da FIPE, 66% dos turistas do mercado doméstico se hospedaram em casa de parentes e amigos e apenas pouco mais de 10% se hospedaram em hotéis.

- Permanência média no destino
  - Segundo as pesquisas da CTI, no período 1999/2000, a permanência média dos turistas, em João Pessoa, foi de 10,3 dias, similar à média observada nos destinos receptivos do mercado doméstico.
  - Na pesquisa da PBTUR, a permanência média do turista, em João pessoa, em 2003, foi de 8,2 dias.
  - Considerando apenas os turistas hospedados em hotéis, a sua permanência média no destino cai significativamente (para algo em torno de 3 dias).

### 3.3.5.5 – Percepção do Destino pelo Turista

a) Pelos turistas pesquisados pela PBTUR, em João Pessoa

A pesquisa realizada pela PBTUR, em 2003, junto aos turistas de João Pessoa, revela a seguinte avaliação do destino:

- Avaliação dos Preços

A avaliação que o turista faz dos preços (83%) aprova os valores praticados pelo setor turístico e comercial local

<b>AVALIAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>2003 (%)</b>
Baixo	18,00
Normal	64,59
elevado	17,41

- Principal Atrativo

O espaço é reconhecido, pelos turistas, no seu maior atrativo de sol e mar: as praias.

<b>ATRATIVO FUNDAMENTAL</b>	<b>2003 (%)</b>
praia	92,64
demais	7,32

- Avaliação dos atrativos

Na avaliação dos atrativos sobressai o componente natureza.

<b>ATRATIVOS</b>	<b>Otimo (%)</b>	<b>Bom (%)</b>	<b>Regular (%)</b>	<b>Ruim (%)</b>	<b>Péssimo (%)</b>
Natureza	46,83	48,14	4,16	0,61	0,26
Patrimônio Histórico	24,61	50,00	22,55	1,55	1,29
Manifestações populares	22,78	47,00	24,46	3,84	1,92
Equipamentos de lazer	18,85	55,73	20,39	3,77	1,26
Passeios	22,42	55,16	18,39	2,24	1,79
Geral	30,25	50,86	15,76	2,06	1,08

- Avaliação de infra-estrutura e serviços

Os turistas e entrevistados forneceram a seguinte avaliação das infra-estruturas e serviços da Cidade:

<b>INFRA-URBANA</b>	<b>ótimo</b>	<b>bom</b>	<b>regular</b>	<b>ruim</b>	<b>péssimo</b>
Terminal rodoviário	6,67	43,72	32,40	8,68	8,53
Marítimo-balsa,ferryboat	18,63	52,80	21,12	5,59	1,86
Aeroporto	9,54	50,87	28,78	9,06	1,75
Transporte urbano	18,00	57,72	19,69	3,40	1,19
Limpeza pública	14,93	46,99	27,21	7,66	3,21
Segurança pública	13,34	47,40	27,64	7,97	3,64
Sinalização urbana	11,88	54,75	24,79	6,11	2,46
Comunicações	14,45	67,37	12,35	3,61	2,21
Serviços médicos	18,30	50,00	22,77	4,46	4,46
Serviços de táxi	20,61	57,42	15,30	4,24	2,42
Comércio	13,46	62,05	20,78	2,83	0,88
Bares e restaurantes	21,68	62,95	12,44	1,90	1,04
Diversões noturnas	6,67	43,72	32,40	8,68	8,53
Geral	19,66	49,09	22,41	4,73	4,12

- Avaliação dos serviços turísticos

Os serviços especificamente turísticos foram assim avaliados.

<b>INFRA-TURÍSTICA</b>	<b>ótimo</b>	<b>bom</b>	<b>regular</b>	<b>ruim</b>	<b>péssimo</b>
Empresas receptoras	21,12	53,88	17,23	5,34	2,43
Hospitalidade da população	49,13	43,19	5,48	1,37	0,84
Informações turísticas	17,24	44,41	27,72	6,34	4,28
Sinalização turística	14,48	43,07	29,57	8,47	4,42
Guias turísticos	21,72	39,82	27,60	6,33	4,52
Meios de hospedagem	23,03	58,07	15,89	1,88	1,13
Segurança do turista	13,96	54,50	22,01	5,50	4,03
Urbanização das áreas turísticas	15,95	54,88	21,51	5,19	2,47
geral	24,67	49,05	19,02	4,57	2,69

- Aprovação e recomendações do destino

- A aprovação ao destino se sustenta no alto número de declarações quanto à vontade de retorno do turista (96%).

<b>PENSA EM VOLTAR</b>	<b>2003 (%)</b>
Sim	95,76
Não	1,72
Não sabe	2,52

- A aprovação ao destino também é ratificada pela declaração de recomendá-lo (96%) a terceiros para a sua visita.

<b>RECOMENDARIA</b>	<b>2003 (%)</b>
Sim	95,60
Não	2,31
Não sabe	2,09

b) Pelos turistas pesquisados pela SCIENTEC, na Área de Planejamento

A pesquisa desenvolvida pela SCIENTEC, em 2004, para os objetivos específicos do presente estudo, foi realizada em meios de hospedagem, bares e restaurantes, agências de viagem, locadoras e pequenas lojas de artesanato envolvidas com o setor turístico. Ela permite ter um conhecimento da avaliação mais específico do conjunto da área.

- Avaliação dos turistas entrevistados em Meios de Hospedagem
  - No conjunto da área, os principais problemas apontados são: Sinalização Turística, Informação Turística, Limpeza das Praias, Segurança Pública e Limpeza das ruas.
  - Para João Pessoa são apontadas deficiências, principalmente quanto, e por ordem de registros: Sinalização Turística, Informação Turística, Limpeza das Praias, Atendimento em restaurante, Segurança Pública e Poluição Sonora.
  - Em Cabedelo os grandes problemas são: Limpeza das praias, Limpeza das ruas e Segurança pública.
  - Em Pitimbú salientam-se: Limpeza das praias, Limpeza das ruas e Sinalização Turística.
  - Informações e sinalizações turísticas são problemas destacados em todos os espaços municipais observados. Em João Pessoa e Conde, no entanto, eles se avultam.

<b>Discriminação</b>	<b>Na área</b>	<b>João Pessoa</b>	<b>Cabedelo</b>	<b>Conde</b>	<b>Pitimbú</b>
Segurança pública	28,57	22,78	80,00	43,48	40,00
Limpeza das praias	36,61	29,11	100,00	78,26	80,00
Limpeza das ruas	28,57	16,46	100,00	69,57	80,00
Poluição sonora	10,71	20,25	-	13,04	-
Sinalização turística	39,29	53,16	20,00	56,52	60,00
Informação turística	37,50	49,37	20,00	69,57	40,00
Qualidade de transporte coletivo	7,14	2,53	20,00	17,39	20,00
Custo de táxi	10,71	16,46	20,00	8,70	-
Atendimento taxista	4,46	-	-	8,70	-
Atendimento em hotel	6,25	8,86	-	4,35	-
Atendimento em restaurante	14,29	24,05	-	21,74	-
População	7,14	11,39	-	-	-

- Avaliação fornecida em bares e restaurantes

Esta avaliação valida as observações anteriores. Os principais problemas apontados são: Informação turística, Limpeza das praias, Sinalização Turística, Segurança Pública e Limpeza das ruas.

Discriminação	Na área	João Pessoa	Cabedelo	Conde	Pitimbu
Segurança pública	52,87	49,09	63,64	72,73	40,00
Limpeza das praias	57,47	41,82	72,73	100,00	80,00
Limpeza das ruas	45,98	23,64	81,82	90,91	80,00
Poluição sonora	22,99	25,45	27,27	18,18	10,00
Sinalização turística	55,17	60,00	63,64	9,09	70,00
Informação turística	59,77	69,09	54,55	36,36	40,00
Qualidade de transporte coletivo	5,75	5,45	9,09	-	10,00
Custo de táxi	9,20	9,04	18,18	-	10,00
Atendimento taxista	8,05	5,45	27,27	-	10,00
Atendimento em hotel	13,79	18,18	9,09	9,09	-
Atendimento em restaurante	14,94	21,82	9,09	-	-
População	14,94	23,64	-	-	-
Preço	25,29	29,09	18,18	18,18	20,00

- Avaliação fornecida em lojas, agências de viagens e locadoras

Os segmentos de lojas, agências de viagens e locadoras confirmam como principais problemas, entre outros citados: Informação Turística, Limpeza das praias, Sinalização Turística, Segurança Pública apenas sobrepondo o item Preço ao de Limpeza das ruas.

Discriminação	Lojas	Agências	Locadoras
Segurança pública	23,44	16,07	15,79
Limpeza das praias	15,63	30,95	36,84
Limpeza das ruas	8,59	26,19	26,32
Poluição sonora	7,03	16,67	15,79
Sinalização turística	43,75	47,62	84,21
Informação turística	56,25	73,81	68,42
Qualidade de transporte coletivo	2,34	2,38	5,26
Custo de táxi	5,47	4,76	5,26
Atendimento taxista	6,25	28,57	26,32
Atendimento em hotel	7,81	26,19	36,84
Atendimento em restaurante	7,81	47,62	52,63
População	3,91	16,67	15,79
Preço	13,28	14,29	31,58

### 3.3.5.6 – Conclusões

#### a) O perfil Atual do Turista

Todas as informações disponíveis apontam para o fato de que o perfil do fluxo turístico recebido tem características gerais similares às do conjunto do mercado turístico doméstico, entre as quais cabe destacar:

- viagens turísticas relativamente curtas entre a origem e o destino, ou seja, elevada participação, no conjunto do fluxo turístico, dos turistas que visitam destinos localizados no próprio estado ou nos estados da própria região;
- alto percentual de turistas que viajam por motivo de visita a parentes e amigos e/ou se hospedam em casa de parentes ou amigos;
- ambas as características assinaladas refletem uma outra característica determinante no conjunto de mercado turístico doméstico: o baixo nível de renda da maioria dos turistas;
- e, portanto, dadas todas essas especificidades, a imensa maioria dos turistas do mercado turístico tem pouca ou nenhuma vinculação com os principais agentes que operam no mercado turístico, como operadoras e agências de turismo, hotéis, companhias de aviação, etc.

Mas a análise apresentada das informações disponíveis evidencia, também, algumas características do destino que o diferenciam do conjunto do mercado turístico doméstico, entre as quais cabe destacar, pelo menos, três principais:

- a importância relativa dos atrativos naturais como fator decisório de viagem, muito maior na escolha da Área de Planejamento da Paraíba, do que no conjunto do mercado doméstico;
- a importância do avião, como meio de transporte, significativamente maior entre os turistas que visitam a Paraíba do que entre os turistas que visitam o conjunto dos outros destinos do mercado interno;
- o maior percentual de turistas hospedados em hotéis e pousadas, na Área de Planejamento, do que no conjunto dos outros destinos do mercado doméstico.

#### b) Perfil do Turista Esperado

O perfil do turista esperado no destino, a médio e longo prazos, dependerá da estratégia que será adotada para o desenvolvimento turístico do destino e da capacidade local de implementar esta estratégia, de modo exitoso. A priori, no entanto, podem ser sinalizadas duas hipóteses alternativas:

Perfil esperado com base na evolução recente do mercado turístico doméstico, e na hipótese de que o Pólo consiga manter a sua atual participação no fluxo receptivo total do referido mercado. Esta projeção leva em conta as conclusões da análise realizada no estudo da demanda atual e potencial:

- aumentará, no destino, a participação relativa dos turistas à procura de turismo de lazer;
- aumentará, em proporção, o número de turistas que viajarão de avião, até o destino. Ou seja, aumentará, proporcionalmente, o percentual de turistas do centro sul do país;
- diminuirá, de modo significativo, a importância relativa dos turistas que viajarão por motivo de visita a parentes e amigos, assim como dos turistas que se hospedarão em casa de parentes e amigos;
- aumentará a importância relativa do componente de turistas hospedados em hotéis, pousadas e outros meios de hospedagem similares;
- aumentará, mesmo que de maneira lenta e gradual, o nível de renda dos turistas recebidos no destino.

Perfil adicional do turista esperado no destino com a implantação de uma estratégia adequada para o desenvolvimento turístico que consiga, entre outros resultados, a ampliação e diversificação da sua oferta de produtos:

- clientela com maior poder aquisitivo e maior grau de exigência, atraída para o destino por modernos meios de hospedagem sintonizados com as novas tendências de mercado, principalmente hotéis e pousadas de lazer providos de serviços de qualidade;
- aumento da permanência média dos turistas hospedados em hotéis/pousadas, em decorrência do fortalecimento do Pólo Costa das Piscinas como destino, e não apenas, de visita rápida e pontual.
- aumento do segmento turístico de congressos e convenções, como decorrência da oferta de produtos específicos para ele;
- caracterização crescente do Pólo como destino de turismo familiar, em função da difusão da sua imagem de destino vocacional tranquilo e de reduzida violência;
- vinculação crescente do fluxo receptivo do destino com os principais agentes que atuam no mercado turístico: operadoras e agências de viagem, hotelaria e outros meios similares de hospedagem, companhias de aviação, empresas de aluguel de carro, empresas promotoras de produtos e/ou roteiros turísticos, etc.

O quadro F apresenta os problemas e causas da Área de Planejamento no tocante a capacitação da população para o turismo.

#### QUADRO F – PERFIL DO TURISTA

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo nível de renda média dos turistas</li> <li>• A maioria se hospedam em casa de amigos/parentes.</li> <li>• Reduzida permanência média, no destino dos turistas que se hospedam em hotéis.</li> <li>• Pouca importância relativa dos turistas de congresso/convenção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A maioria dos turistas procedem do mercado regional.</li> <li>• Parte significativa dos turistas é composta por antigos moradores que voltam para rever a família.</li> <li>• Reduzida oferta de produtos turísticos ofertados no destino.</li> <li>• Carência de um moderno e eficiente Centro de Convenções no Pólo.</li> </ul>

#### 3.3.6 – GASTOS TURÍSTICOS

São significativas as dificuldades encontradas para verificar o valor e a composição dos gastos realizados pelos turistas, durante a sua estadia no espaço receptivo da Área de Planejamento, pelas seguintes razões:

- a extrema heterogeneidade dos grupos que constituem o perfil da atual demanda pelo destino, seja desde o ângulo da sua procedência, do seu nível de renda, dos motivos da viagem, dos meios de hospedagem utilizados e da sua permanência média no destino;
- o caráter pontual/temporário das diferentes iniciativas levadas a cabo para inferir estes dados;
- a própria natureza dos instrumentos utilizados para a sua aferição – entrevistas com chefes de famílias - e as suas circunstâncias – com defasagem de tempo de até um ano, em relação à data da viagem.

São estas dificuldades que explicam a discrepância verificada freqüentemente entre as informações disponíveis, que são:

- as pesquisas diretas realizadas pela CTI, nos estados do Nordeste, em janeiro e julho de 1999 e em janeiro e julho de 2.000;
- os estudos do mercado interno nacional realizados pela FIPE, em 1998 e 2001;
- o estudo do SEBRAE, realizado para o município de João Pessoa, em 2000; e,
- os estudos/pesquisas realizados de maneira mais sistemática, mas com maior carência de meios, pela PBTUR.

As consultas realizadas junto a empresários do setor forneceram informações pontuais e incompletas e, no seu conjunto, não contribuíram para aprofundar o conhecimento do objeto em questão.

a) Valor e evolução do Gasto por Turista

Como 95% dos gastos turísticos da área se concentram em João Pessoa, os valores referidos a seguir podem ser considerados perfeitamente representativos do conjunto da área.

- As pesquisas realizadas pela CTI, para o município de João Pessoa, revelaram um gasto médio por turista de R\$ 256,00 e R\$ 250,00, em janeiro e julho de 1999 e de R\$ 324,00 e R\$ 247,00, em janeiro e julho de 2.000 (ver tabelas em Anexo).
- No pequeno componente de turistas internacionais, o gasto médio por turista foi maior e, também, mais irregular: R\$ 362,00 (janeiro/99), R\$ 528,00 (julho/99), R\$ 200,00 (janeiro/2.000) e R\$ 633,00 (julho/2.000).
- No mercado turístico nacional, convém ressaltar os estados da Paraíba, de Pernambuco e de São Paulo por serem, por ordem decrescente de importância, os principais espaços emissores para o destino de João Pessoa. O gasto médio por turista, na média das quatro pesquisas, foi de R\$ 135,00, para os turistas do estado da Paraíba, de R\$ 172,00, para os turistas do estado de Pernambuco e de R\$ 376,00 para os turistas do estado de São Paulo.
- De modo geral, observa-se uma correlação proporcionalmente direta entre o nível de renda dos estados de procedência dos turistas e o volume de gasto destes.
- Deve ser realçado que o gasto médio por turista observado em João Pessoa é similar ao observado no conjunto do mercado doméstico brasileiro: R\$ 253,50, em 2001, segundo a pesquisa da FIPE.

b) Gasto por Dia de Permanência

- O Gasto Médio Diário Individual – GMDI – no espaço receptivo de João Pessoa, encontrado nas pesquisas da CTI foi de R\$ 26,44 e R\$ 33,37, em janeiro e julho de 1999 e de R\$ 28,89 e R\$ 19,13, em janeiro e julho de 2.000. Na média deste período, portanto, o GMDI alcançou um valor de R\$ 27,00.
- Este valor é extremamente baixo quando comparado aos verificados nos principais destinos receptivos do mercado turístico internacional. Mas, ainda é superior ao GMDI do mercado interno brasileiro que é de apenas R\$ 23,45 (R\$ 253,20 de gasto por turista, com permanência média de 10,8 dias), segundo a pesquisa realizada pela FIPE, para o mercado doméstico, em 2001.

- Para o reduzido segmento de turistas internacionais, o GMDI médio do período foi sensivelmente mais alto (R\$ 54,44) mas, mesmo assim, ainda extremamente baixo para os padrões internacionais.
- O GMDI dos turistas procedentes dos três principais espaços emissores foi, na média do período, inferior ao GMDI médio do fluxo receptivo total: R\$ 21,80, para os turistas procedentes da Paraíba, R\$ 21,20, para os turistas procedentes de Pernambuco e R\$ 25,50, para os turistas procedentes de São Paulo.
- Observa-se, por outro lado, uma evolução irregular e inconstante do GMDI identificado para os turistas da maioria dos estados do Brasil que deve refletir a pouca fidelidade da clientela doméstica aos destinos turísticos do mercado nacional mas, também, as distorções resultantes de tamanho insuficiente das sub-amostras pesquisadas por estado de procedência.

c) Gasto Turístico segundo Motivo da Viagem

A análise do gasto turístico, segundo os motivos da viagem, ajuda a compreender algumas das razões do baixo gasto turístico no espaço receptivo da área. As pesquisas realizadas pela CTI, nos anos 1999/2000, evidenciam:

- Na média do período, o GMDI dos turistas que visitaram o destino por motivo de visita a parentes ou amigos foi de apenas R\$ 19,00. Como este componente representa quase metade do fluxo turístico total, ele teve contribuição determinante na diminuição do GMDI geral.
- Inversamente, o componente de turistas que viajaram por motivo de congresso/convenção teve um GMDI de R\$ 79,28, três vezes superior ao GMDI do fluxo turístico total. Mas, infelizmente, este componente tem uma participação marginal na formação do fluxo turístico do destino (na média do período, apenas 2,5%).
- Incluindo na análise o tempo médio de permanência do turista na área, esse diferencial se reduz bastante. Assim, o gasto total por turista se situa em R\$ 393,67, no componente “congresso/convenção” e em R\$ 267,68, no componente “visita a parentes e amigos”: A permanência média do turista na área foi de apenas 4,97 dias, no primeiro componente, e de 14,07 dias, no segundo.
- Dois outros componentes importantes para o destino, as viagens por motivo de “passeio” e de “negócios” (cada um deles responsável por um quarto do fluxo turístico total) tiveram, na média do período, um GMDI superior ao do conjunto total dos turistas: R\$ 33,72 e R\$ 39,07, respectivamente. São, portanto, componentes importantes na formação de receita turística da área e que devem ser estimulados.

#### d) Gasto Turístico, segundo tipo de Hospedagem

Os motivos de viagem e o nível de renda são os dois principais fatores que determinam o tipo de hospedagem utilizado pelos turistas e, como consequência, o valor de seus gastos turísticos.

- Os turistas que se hospedaram em casas de parentes/amigos tiveram um GMDI, na média do período analisado, de R\$ 18,35, quase 50% inferior do GMDI geral do destino. Como este componente de turistas representou, no mesmo período, 57,15% de todo o fluxo turístico, ele teve influência determinante na diminuição do GMDI geral.
- O GMDI mais alto, naturalmente, foi o do componente de turistas que se hospedaram em hotel, R\$ 73,12, na média do período, quase três vezes mais do que o GMDI geral. Como este componente representou 21,83% do fluxo turístico total, na média do período, ele teve uma importância fundamental na elevação do GMDI geral, assim como na formação da receita turística da área. É, portanto, um componente que deve estar no foco da estratégia de desenvolvimento turístico do destino.
- Os turistas hospedados em pousadas (9,8% do fluxo turístico total, na média do período) tiveram um GMDI de 42,77, na média do período, ou seja, o seu gasto médio diário foi de pouco mais da metade do gasto médio diário dos turistas hospedados em hotel.

#### e) Composição dos Gastos Turísticos

A pesquisa sobre o mercado doméstico realizada pela FIPE, em 2001, consegue identificar a composição dos gastos turísticos em todo o mercado emissor nacional e em cada uma de suas regiões:

- Considerando os gastos totais (inclusive aqueles referentes aos pacotes turísticos) o item “transporte” é o mais relevante, com 35,6% dos gastos totais. Seguem-se, em ordem decrescente de importância, os itens “alimentação” (com participação de 25,4%), “pacote turístico” (14,3%), “hospedagem” (10,1%), compra de “lembranças/souvenir” (8,1%) e “outros” (6,4%).
- Considerando, apenas, os turistas que não usaram pacote, a sua composição de gastos sofre modificações: o item “transporte” se eleva para 43,9%; o item “alimentação”, para 28,9%; a “hospedagem”, para 12,4%; “lembranças/souvenir”, para 8,2% e “outros”, para 6,6%.

Estes dados revelam, pelo menos, dois aspectos importantes. O primeiro, é a elevada participação do custo de transporte nos gastos turísticos do mercado doméstico, reflexo da enorme dimensão territorial do país e da distância significativa entre os principais mercados emissores e alguns dos espaços receptivos claramente caracterizados como destinos de férias. O segundo, é a reduzida participação dos custos com hospedagem na composição dos gastos turísticos evidenciando, mais uma vez, o elevado número de turistas do mercado doméstico que não utiliza os meios de hospedagem hoteleiros.

A pesquisa da FIPE para 2001, infelizmente, não fornece os dados necessários para identificar a composição dos gastos turísticos nos diferentes espaços receptivos do país. Eles são encontrados, no entanto, na pesquisa que a FIPE realizou em 1998. Para o turismo receptivo da Paraíba, a composição de gastos encontrada, foi a seguinte:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (%)</b>
Transporte	5,53
Hospedagem	5,54
Alimentação	40,08
Lembranças	12,05
Outros Gastos	36,80
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

As diferenças manifestadas nos resultados das duas pesquisas da FIPE devem ter como causa principal, a diferença de abrangência e de enfoque entre elas: na primeira, foram entrevistadas as unidades familiares do país e teve como um dos seus objetivos principais identificar todos os gastos familiares envolvidos nas viagens (o custo de transporte, neste caso, é um componente muito importante). Na segunda, foram entrevistados os turistas que se encontravam em visita no destino turístico da Paraíba. E estes turistas, possivelmente, só explicitaram seus gastos no destino (o que explicaria a pouca relevância dos gastos com transporte).

Pesquisa mais recente (2001/2002) realizada pelo SEBRAE, para o espaço receptivo de João Pessoa, revela uma composição de gastos significativamente diferente:

- No grupo de turistas que tiveram de pagar a hospedagem, a participação deste item no total dos gastos, na média do período, foi de 40,5%. “Alimentação” teve uma participação média de 26,2%, vindo a seguir, “compras” (12,5%), “transporte” (10,7%) e “diversão” (9,1%).
- No grupo de turistas que não tiveram de pagar hospedagem, a composição dos gastos teve uma distribuição mais homogênea: Em primeiro lugar, as “compras” (34,4%). Logo, a “alimentação” (26,6%), a “diversão” (19,9) e, em último lugar, o “transporte” (19,1%).

#### f) Gastos Turísticos Totais

Pelo estudo referido da FIPE, o consumo doméstico turístico foi estimado em R\$ 14,2 bilhões, para todo o Brasil. E, para o estado da Paraíba (2,39%), em R\$ 339,4 milhões. Um outro estudo da FIPE/EMBRATUR “Avaliação do Impacto Econômico do Turismo pela Conta Satélite de Turismo” estimou em R\$ 48,4 bilhões, o consumo turístico doméstico no Brasil e, para o estado da Paraíba, portanto, em R\$ 1.154,5 milhões. Este último estudo tem sido considerado apropriado, para as contas do turismo doméstico total, mas exagerado para as contas estaduais.

A PBTUR vem estimando, sistematicamente, a receita gerada no estado pelo turismo receptivo. Em 2001, considerando a receita direta e indireta, ela foi estimada em U\$ 366,3 milhões, ou seja, R\$ 860,8 milhões.

Assim, considerando a média das três fontes de informação, a receita turística da Paraíba, em 2001, teria sido de R\$ 784,9 milhões e, excluindo a informação conseguida pela Conta Satélite de Turismo, de R\$ 600,1 milhões.

Em 2001, segundo a PBTUR, o município de João Pessoa recebeu 71,5% do fluxo turístico da Paraíba. Na pesquisa direta realizada pela SCIENTEC, em 2004, os municípios de Conde, Pitimbú e Cabedelo, no seu conjunto, receberam 14% dos turistas hospedados em hotéis e pousadas do Pólo. Considerando, no entanto, que a participação dos três municípios nas outras categorias de hospedagem (especialmente, na categoria “em casa de parentes e amigos”), deva ter sido muito reduzida, estima-se que a sua participação conjunta no turismo receptivo do estado deva ter se situado em torno de 3,5%. Portanto, a área do PRODETUR deve ter recebido 75% do turismo receptivo total da Paraíba, ou seja, R\$ 588,7 milhões, considerando a média das três fontes de informações, e R\$ 450,1 milhões, excluindo a informação conseguida pela Conta Satélite de Turismo.

#### g) Contribuição à Formação do PIB da Área

Do total do consumo doméstico no Brasil, estimado pela Conta Satélite de Turismo, em 2001 (R\$ 48,4 bilhões), a FIPE estimou a sua contribuição ao PIB do País em 2,5%, ou seja, R\$ 29,5 bilhões. Portanto, o PIB turístico do mercado doméstico representava 61% do consumo turístico interno. Extrapolando este mesmo parâmetro para o destino receptivo da área do PRODETUR-II, pode-se estimar o seu PIB turístico entre R\$ 359,1 e R\$ 274,6 milhões.

Como o PIB da Área de Planejamento, em 2001, foi estimado em R\$ 2.605 milhões, a participação do setor turístico na sua formação, se situou no intervalo entre 10,5% e 13,8%. Esta participação, aparentemente elevada, é compatível com a participação do turismo no PIB do Nordeste, estimada pela FIPE em 6,3%, já que se trata de uma área caracterizada como pólo turístico receptivo. O PIB turístico da Área de Planejamento, por outro lado, é significativamente maior do que o PIB do setor primário (mais de 16 vezes) e contribui com mais de 20% ao PIB do setor terciário.

### 3.3.6.2 – Conclusões

#### ● Informações relevantes

- O gasto médio por turista, na Área de Planejamento (R\$ 269,00) é similar ao verificado no conjunto do mercado doméstico, o GMDI do turista, na Área de Planejamento (R\$ 27,00) é superior ao observado na média do mercado doméstico (R\$ 23,45).

- O valor médio do GMDI esconde, no entanto, gastos significativamente distintos entre os diferentes segmentos que compõem o fluxo turístico do Pólo: entre os turistas que o freqüentam por motivo de visita a parentes e amigos, o GMDI é de R\$ 19,00. Entre os que o freqüentam por motivo de participação de congresso/convenção, o GMDI é de R\$ 79,00 (quatro vezes superior). Esta diferença se observa, também, entre os turistas que se hospedam em casa de parentes/amigos (R\$ 18,00) e os que se hospedam em hotel (R\$ 73,00).

- A composição dos gastos turísticos observada no Pólo é significativamente distinta daquela observada no conjunto do mercado doméstico. Esta diferença é explicada, em grande parte, pela própria diferença no foco utilizado num e noutro. No conjunto do mercado doméstico são focadas todas as despesas da viagem (e nelas, evidentemente, o transporte tem um peso elevado). No Pólo, são focados, apenas, os gastos realizados no destino (e neles, o transporte tem reduzido importância).

- No Pólo são gerados 75% das receitas turísticas do estado da Paraíba (entre R\$ 450 e R\$ 589 milhões) e o seu PIB turístico (entre R\$ 275 e R\$ 359 milhões) tem uma participação entre 10,5% e 13,8% sobre o PIB dos seus municípios e em torno de 20% sobre o seu setor de serviços.

- Conclusões

- O Pólo Costa das Piscinas já constitui, no presente, um território marcadamente turístico. Este destino concentra o turismo receptivo do estado e nele, a participação do setor turístico na formação do PIB (mais de 10%) é maior do que no Brasil (2,5%) e na região Nordeste (6,32%).

- A análise dos gastos turísticos, no entanto, ainda evidencia algumas características que atrofiam o poder de alavancagem do setor turístico sobre a economia dos municípios que compõem o Pólo: GMDI extremamente baixo do maior segmento do fluxo turístico receptivo do Pólo (o de turistas que se hospedam em casa de parentes e amigos), participação marginal, no fluxo turístico receptivo, do segmento com maior GMDI (o de turistas que participam de congresso/convenção) e baixa permanência média, no destino, dos turistas que se hospedam em hotéis.

- Estratégias Sugeridas

Para elevar a receita turística do Pólo, além da estratégia geral voltada para o desenvolvimento e consolidação deste destino turístico, sugerem-se duas estratégias específicas:

- A primeira, voltada para a mudança da atual composição do fluxo turístico, priorizando a atração de turistas dos segmentos do mercado com maior potencial de GMDI (o de turistas que viajam em avião, o de turistas que se hospedam em hotel e o de turistas de congresso/convenção)

- A segunda, voltada para a elevação da permanência média, no destino, dos turistas que se hospedam em hotel.

O quadro G apresenta os problemas e causas da Área de Planejamento no tocante os gastos turísticos.

#### QUADRO G – GASTOS TURÍSTICOS

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo GMDI média do turista</li> <li>• Baixo gasto médio do turista</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzido GMDI do segmento turístico que se hospeda em casa de amigos/parentes.</li> <li>• Reduzida presença do segmento turístico do congresso / convenção que tem um GMDI elevado.</li> <li>• Reduzida permanência média no destino do segmento do turistas que se hospedam em hotel.</li> <li>• Baixo nível de renda média do fluxo turístico recebido no Pólo.</li> </ul>

#### 3.3.7 – INVESTIMENTOS FUTUROS DO SETOR PRIVADO

As previsões de demanda e adequação da oferta de serviços, em especial a infra-estrutura (água/esgotamento sanitário) e a acessibilidade, serão fundamentadas a partir de três componentes dos estudos de elaboração do PDITS: o engajamento do setor privado no processo de desenvolvimento do turismo; a capacidade de suporte do território; e, as metas a serem alcançadas no período projetado para implantação do PDITS.

No item pertinente a **capacitação do setor privado vinculado ao setor turístico** foram tratadas informações relativas ao quadro evolutivo das empresas do setor na Área de Planejamento que denotam características relevantes para a presente análise.

Por exemplo, os meios de hospedagem apresentaram, recentemente um quadro de crescimento, mais detalhado adiante, significando que a atividade está em processo dinâmico de evolução. No que se refere a bares e restaurantes, nos últimos quatro anos (2001/2004) ocorreu um crescimento de 102%. Da mesma forma, fato semelhante vem ocorrendo com agências de viagens e pequenos negócios vinculados ao setor turístico.

Este desempenho reforça e justifica a intenção de investir para ampliar e ou melhorar os seus negócios, alcançando mais de 60% dos empresários instalados na Área de Planejamento.

Por outro lado, o crescimento alcançado no plano físico pelo setor privado que opera no ramo do turismo na Área de Planejamento, demonstrado anteriormente, não foi traduzido em investimentos individualizados de porte.

O registro da multiplicação de empreendimentos menores nos segmentos enfocados – hotelaria, alimentação e outros empreendimentos turísticos, é positivo na composição da oferta de produtos requeridos para a

composição do destino. Entretanto, não é suficiente para a geração de atratividade – tanto de fluxos, quanto de novos empreendimentos, em escala representativa capaz de alterar o perfil atual.

Por essa razão assume relevância a caracterização do setor privado e sua inserção no processo de desenvolvimento em fase de formulação. Até porque, como nos demais destinos turísticos do Nordeste, os empresários não possuem, em grau suficiente, o conhecimento do mercado e a capacidade para investimentos, que lhes permita, isoladamente, desempenhar o papel desejável de protagonistas na transformação do Pólo Costa das Piscinas em um destino turístico de caráter regional consistente.

O que se percebe neste contexto é de que dentro de suas possibilidades, os empresários têm flexibilidade e habilidade para desenvolver ações que resultem na oferta de novos produtos. Mas, dificilmente haverá reação/planejamento/antecipação para uma demanda potencial. Significa dizer que a sua postura em face aos mercados será passiva, de resposta, e não ativa, de conquista. Assim, há que se promover uma consistente mobilização do setor, apoiada numa estratégia de aproximação/convencimento/participação dos agentes privados para sua incorporação aos objetivos do PDITS.

### 3.3.7.1 – Capacidade de Suporte para Implantação de Hotéis

Foram abordados dois itens no presente capítulo que embasam a análise da capacidade de suporte para implantação de empreendimentos hoteleiros, a saber: **a disponibilidade de áreas para ocupação**; e, **a tipologia para ocupação da retroterra**. Em ambos, verifica-se uma efetiva condição para a localização de empreendimentos turísticos, especialmente o segmento de meios de hospedagem.

Com base nos levantamentos realizados, pode-se aferir, de maneira referencial, qual o estoque de terras disponíveis para receber empreendimentos hoteleiros, subsidiando os quadros prospectivos que serão elaborados no capítulo seguinte.

Neste contexto, é possível afirmar que o litoral paraibano ainda apresenta um baixo grau de ocupação, embora o trecho do aglomerado urbano da capital – João Pessoa e Cabedelo se encontre plenamente urbanizado na sua franja litorânea. Nos 66Km de extensão da Área de Planejamento, a costa litorânea oferece alternativas atraentes para implantação de empreendimentos, destacando-se no conjunto de áreas pesquisadas, as seguintes:

trechos loteados ainda não plenamente ocupados no município de Cabedelo;

o Centro Turístico Cabo Branco – espaço vocacionado para o turismo, no município de João Pessoa;

as praias do Sol e Barra de Gramame, parcialmente loteadas, no município do Conde;

as praias de Tabatinga, Coqueirinho, e o tabuleiro da praia de Camucim, ainda sem ocupação, no município de Conde;

alguns trechos das praias de Jacumã e Carapibus, em acelerado processo de ocupação, no município do Conde;

as praias Bela e Abiaí, ainda sem ocupação, no município de Pitimbú.

Importa registrar que dentre o conjunto de áreas potencialmente disponíveis para uso hoteleiro, destaca-se o Centro Turístico Cabo Branco, espaço vocacionado para implantação de empreendimentos turísticos, dispondo de 517 hectares de terras para instalação de meios de hospedagem e demais equipamentos complementares. O programa de zoneamento do Centro contempla 4 Zonas Turísticas, uma Zona de Eventos e Zonas de Preservação Ambiental. Pela sua expressão – seja do ponto de vista locacional, seja pelas condições de infra-estrutura instalada, o Centro deve ser objeto de atenção prioritária nos estudos do PDITS.

A partir da análise das alternativas de oferta no território e objetivando o dimensionamento referencial da capacidade de suporte, consideram-se dois aspectos condicionantes, capazes de orientar uma apropriação consistente, são eles: a caracterização da ocupação do litoral; e o efetivo potencial de suporte.

No que se refere a caracterização da ocupação, os 66 Km de extensão do litoral da Área de Planejamento configuram quatro categorias de ocupação, a saber:

- litoral urbanizado e semi-urbanizado:  $\cong$  30 km.
- litoral em processo incipiente de urbanização:  $\cong$  15 km.
- litoral livre e não parcelado:  $\cong$  10 km.
- litoral com restrições físicas ou ambientais:  $\cong$  11 km.

Importa observar que a grande extensão de litoral classificado como urbanizado, semi-urbanizado ou em processo de urbanização não significa, necessariamente, que esteja ocupado por assentamentos residenciais. Significa, apenas, que está formalmente loteado e que dispõe de algum tipo de infra-estrutura.

Considerando uma profundidade média de até 1 km de distância do mar como a área litorânea com capacidade de atrair veranistas/turistas para a sua ocupação, a Área de Planejamento disporia das seguintes áreas potenciais para ocupação:

- área com algum tipo de urbanização:  $\cong$  6.500 ha.
- área completamente livre e não loteada:  $\cong$  1.000 ha.

No que se refere ao potencial de suporte, há que se definir uma hipótese de trabalho que estabeleça a quantidade de metros quadrados de construção admissíveis para empreendimentos hoteleiros.

Assim, dois grupos de terras devem ser analisados: as que correspondem a áreas livres, e as áreas parcialmente ocupadas.

#### potencial de suporte hoteleiro nas áreas livres

Como o baixo preço de terra constitui uma vantagem comparativa do litoral do Estado da Paraíba em relação aos preços da terra praticados no litoral dos Estados vizinhos, é possível e conveniente que a densidade de ocupação hoteleira do litoral do Pólo seja significativamente baixa, contribuindo como um diferencial positivo em relação a outros destinos de praia do Nordeste.

Os parâmetros sugeridos como hipótese de trabalho, a seguir, constituem, aproximadamente, metade do potencial de construção admitido para o Centro Turístico de Guadalupe, destino turístico do vizinho Estado de Pernambuco, planejado para o mercado turístico internacional, e objeto de ação do PRODETUR-I/PE.

#### Indicadores do CT Guadalupe

- 
- Área frontal "non aedificandi": 100 metros
  - Taxa de ocupação máxima do terreno: 10%
  - Coeficiente de utilização do terreno - CUT: 16%
- 

Deste modo, o potencial hoteleiro do litoral livre e ainda não loteado que em princípio, seria destinado prioritariamente à implantação de novas unidades hoteleiras, comportaria cerca de 20.000 apartamentos, decorrentes da seguinte configuração:

- 
- Área bruta total: 10.000.000 m<sup>2</sup>
  - (-) Área "non aedificandi": 1.000.000 m<sup>2</sup>
  - (=) Área líquida total: 9.000.000 m<sup>2</sup>
  - Área máxima de ocupação: 900.000 m<sup>2</sup>
  - Área total de construção: 1.440.000 m<sup>2</sup> (utilizando o CUT)
  - Área média construída por apartamento (UH's): 70 m<sup>2</sup>
  - Capacidade de suporte hoteleiro: 20.571 UH's
- 

#### potencial de suporte das áreas parcialmente ocupadas

Como as áreas do litoral livres e não loteadas comportarão uma oferta hoteleira muito superior à demanda efetiva, no horizonte do presente Programa, as outras áreas, em tese, poderiam ser destinadas a ocupação residencial, comercial e de serviços. Na prática, as áreas já loteadas têm ainda um baixo grau de ocupação, permitindo a localização de empreendimentos hoteleiros de menor porte dirigidos à demanda regional.

A título de simulação, dimensiona-se, a seguir, o potencial construtivo a ser obtido pelo conjunto das áreas já loteadas (urbanizadas/semi-urbanizadas e em processo de urbanização):

- 
- Áreas totais: 45.000.000 m<sup>2</sup>
  - (-) Área pública dos loteamentos (50%): 22.500.000 m<sup>2</sup>
  - (=) Área líquida dos loteamentos: 22.500.000 m<sup>2</sup>
  - (-) Área já ocupada ( $\pm$  10%): 2.250.000 m<sup>2</sup>
  - (=) Área livre para ocupação: 20.250.000 m<sup>2</sup>
  - CUT médio do lote: 30 %
  - Potencial de área a construir: 6.075.000 m<sup>2</sup>
- 

As áreas loteadas mais ainda não ocupadas do litoral, portanto, possuem um potencial construtivo de quase seis milhões de metros quadrados. Considerando uma área construída média de 125 m<sup>2</sup> por unidade residencial de veraneio, estas áreas poderão comportar até 48.600 novas unidades residenciais para veranistas.

### 3.3.7.2 – Investimentos realizados na área

Apoiado nos registros do principal órgão financiador do setor turístico na Área de Planejamento o Banco do Nordeste, o levantamento pertinente aos investimentos realizados foram apropriados com base nos números e valores de contratos. Esse método permitiu a montagem de um quadro referencial da evolução dos investimentos por item de aplicação dos recursos no período 1994/2003, a saber:

Número de empreendimentos financiados na Área	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Meios de Hospedagem	2		2	2	3				2	
Bares, Lanchonetes e Restaurantes		9	18	21	98	25	110	49	1	
Entretenimento	1	1	6	7	10		8	1	1	1
Artesanato			1	1	4		5	8		
Lojas de Artesanato										2
Outros		4		3	32	63	14			2
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>27</b>	<b>34</b>	<b>147</b>	<b>88</b>	<b>137</b>	<b>58</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

Limitado ao alcance das informações, pode-se afirmar a hegemonia de João Pessoa na demanda por investimentos na Área de Planejamento. Entretanto, aqui se confirma a inserção de Conde e de Cabedelo no novo mapa de ocupação do espaço de investimentos na direção do litoral sul e norte, respectivamente. A participação de Bayeux ficou ao item alimentação/entretenimento e Pitimbú não foi alcançado por qualquer ação de inversão financeira.

Concentração (%) dos Investimentos realizados	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
João Pessoa	66,67	100,0	100,0	99,96	97,69	100,0	98,69	93,10	100,0	100,0
Cabedelo	33,33	-	-	-	0,55	-	0,80	6,90	-	-
Conde	-	-	-	0,04	0,92	-	0,04	-	-	-
Pitimbú	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bayeux	-	-	-	-	0,84	-	0,47	-	-	-

O volume de investimentos decorrentes de contratos com o Banco do Nordeste no período 2002/2003 é de R\$ 200.000.000, ainda baixo se comparado com o esforço do PRODETUR NE-I/PB. Entretanto, há que se reconhecer iniciativas privadas oriundas de outras fontes de financiamento, inclusive de recursos próprios, fato que justifica a diferença dos quadros do Banco do Nordeste e o levantamento de campo que identificou a instalação de novos empreendimentos. Neste aspecto, cabe registrar a recusa por parte dos empresários locais de informar o montante dos investimentos realizados.

### 3.3.7.3 – Inversões em Curso

A SCIENTEC realizou pesquisa de campo para identificar e caracterizar projetos em fase de execução na área de planejamento.

Foram registradas 09 iniciativas em meios de hospedagem , 08 em João Pessoa e 01 no Conde.

<b>Localização Municipal do Empreendimento</b>	<b>Denominação</b>	<b>Endereço</b>
João Pessoa	Imperial Flat	Av. Almirante Tamandaré s/n
João Pessoa	BOULEVARD	Av. Cabo Branco, s/n
João Pessoa	Hotel Village	Av. Epitácio Pessoa, 4851
João Pessoa	Flat Verde Mar	Av. João Maurício, 801
João Pessoa	-	Av. Almirante Tamandaré, 440
João Pessoa	Home Service	Rua São Gonçalo, s/n
João Pessoa	Atlantis Praia Flat	Av. Almirante Tamandaré
João Pessoa	Marinas Praia Flat	Av. Cabo Branco, 1116
Conde	Chalés TÔ À TOA	Carapibus - Conde

Os empreendimentos foram caracterizados como de padrão de construção médio, luxo e superluxo, identificados como flat, na sua maioria (06) hotel (02) e chalé (01) e apenas um (01) compõe rede de hotéis. Somam 14.382,77m<sup>2</sup> de áreas de terrenos e 36.997,50m<sup>2</sup> de áreas construídas em pavimentos ou em unidades chalés.

Localização Municipal do Empreendimento	Padrão	Categoria	Cadeia de hotéis	Área do Terreno (m <sup>2</sup> )	Área construída (m <sup>2</sup> )	Pavimentos
João Pessoa	Super-luxo	Flat	Não	2600,00	7000,00	5
João Pessoa	Luxo	Flat	Não	1818,77	5380,00	4
João Pessoa	Luxo	Hotel	Village	1750,00	5200,00	8
João Pessoa	Médio	Flat	Não	750,00	1890,00	4
João Pessoa	Luxo	Hotel	Não	1250,00	3712,50	4
João Pessoa	Médio	Flat	Não	750,00	7500,00	8
João Pessoa	Luxo	Flat	Não	624,00	2409,00	4
João Pessoa	Luxo	Flat	Não	1840,00	3536,00	4
Conde	Médio	Chalés	Não	3000,00	370,00	8

Estes projetos, representam investimentos estimados da ordem de mais de R\$ 29.000.000,00 e aumento da capacidade instalada da rede hoteleira em 683 unidades habitacionais.

Localização Municipal do Empreendimento	Valor/Invest.	Nº de UH (apt.)
João Pessoa	6.240.000,00	147
João Pessoa	4.139.292,75	102
João Pessoa	3.996.250,00	80
João Pessoa	1.320.000,00	29
João Pessoa	2.853.437,50	84
João Pessoa	4.125.000,00	48
João Pessoa	1.743.975,00	45
João Pessoa	3.091.200,00	108
Conde	1.685.000,00	40
<b>Total</b>	<b>29.000.000,00</b>	<b>683</b>

Estes novos empreendimentos apresentam características variadas, enquanto oferta de atividade e serviços, como indica o quadro a seguir:

Município	Estabelecimento	Bar	Lanchonete	Rest. a La Carte	Escrit. Virtual	Sala de reuniões	Sala de convenções	Salão de eventos	Apto c/ vista p/ Mar	Piscina	Quadra de esporte	Sala de Jogos	Sala de TV ou Estar	Salão de Festas
João Pessoa	Imperial Flat	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
João Pessoa	BOULEVARD	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
João Pessoa	Hotel Village	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
João Pessoa	Flat Verde Mar	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
João Pessoa	-	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
João Pessoa	Home Service	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
João Pessoa	Atlantis Praia Flat	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
João Pessoa	Marinas Praia Flat	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Conde	Chalés TÔ À TOA	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não

No que se refere a serviços de apoio, estes novos empreendimentos oferecem:

Município	Estabelecimento	Som	Sauna	Hidr	ginás	Estacion. c/manob	Estacion. s/manob	Rouparia	Lavanderia
João Pessoa	Imperial Flat	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
João Pessoa	BOULEVARD	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
João Pessoa	Hotel Village	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
João Pessoa	Flat Verde Mar	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
João Pessoa	-	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
João Pessoa	Home Service	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
João Pessoa	Atlantis Praia Flat	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
João Pessoa	Marinas Praia Flat	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Conde	Chalés TO À TOA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não

#### 3.3.7.4 – Intenções de Investimentos

Na pesquisa direta levada a efeito pela SCIENTEC, em fevereiro de 2004, os diversos segmentos ouvidos do setor privado turístico, declararam uma franca disposição em investir. Este dado, quando questionado acerca da razão de investir, denota o clima positivo decorrente da ampliação do Aeroporto e do próprio crescimento da demanda nos espaços potenciais criados pelos investimentos públicos do PRODETUR. O quadro abaixo demonstra a posição do setor privado local com relação a ampliação dos seus negócios por segmento:

Intenção declarada em realizar investimentos	Na Área de Planejamento (%)
Meios de Hospedagem	55,36
Bares e Restaurantes	54,02
Agências de Viagens	80,95
Locadoras de Veículos	89,47
Lojas de Artesanato	40,63

No tocante a investimentos futuros, existem três projetos turísticos de grande porte programados (encontrando-se em processo de negociação) para serem implantados no litoral do Pólo, a saber:

**Gramame Beach Resort**, localizado na praia Barra de Gramame, município de Conde, possui uma área de 43 ha e está prevista a oferta de 555 apartamentos (350 na primeira etapa). O empreendimento tem a participação de empresários canadenses.

**Pitimbu Complete Destination Resort**, também localizado no litoral sul, na praia de Pitimbu, possui uma área de 350 ha. Deverá ser implantado um complexo turístico imobiliário formado por três hotéis de 5 estrelas com oferta próxima a 1.000 UH's; três hotéis de tipo pousada, com oferta aproximada de 165 apartamentos, empreendimentos do tipo "flats", envolvendo uma oferta em torno de 800 UH's, lotes de terreno em condomínio e campo de golf. (Projeto)

**Hotel Resort Conde**, entre as praias de Jacumã e Pitimbu, área de 45 ha, com projeto de R\$40.000.000,00, com oferta de 320 leitos. Com projeto destinado ao **Banco do Nordeste ou Banco do Brasil** o grupo é formado por empresários paraibanos e paulistas.

### **3.3.7.5 – Conclusões**

A análise realizada para a elaboração do presente capítulo encerra duas constatações: a primeira reflete um quadro de razoável dinamismo no setor turismo na Área de Planejamento; a segunda demonstra uma relevante disponibilidade de espaço territorial vocacionado para a exploração da atividade turística.

Neste sentido, importa registrar que o dinamismo apresentado é animador, configurando-se no Conjunto, uma tendência de implantação de empreendimentos de pequeno e médio porte, tratando-se de meios de hospedagem, sem uso dos mecanismos clássicos de financiamento.

Outro aspecto pertinente diz respeito aos financiamentos do Banco do Nordeste, que no período 1994/2003 apresenta no perfil de tomadores de recursos, mais de 1/3 dedicados a exploração de bares, lanchonetes e restaurantes e, apenas 1% votados para hotelaria.

Com efeito, é provável que a redução dos juros e melhores condições de financiamento ampliem consideravelmente a participação do setor privado paraibano no processo de desenvolvimento do turismo. Até porque, os que já estão na atividade demonstram a intenção de ampliar seus negócios – sinalizando pela capacidade de resposta do setor, mesmo em período adverso no plano macroeconômico.

Deve-se observar que na disponibilidade de áreas para implantação de empreendimentos, dois fatores são atraentes para a continuidade do processo de instalação de meios de hospedagem e equipamentos complementares: a dimensão das áreas não ocupadas; e, o baixo preço da terra. Assim, a capacidade de suporte – enquanto estoque de terra bruta responde positivamente, ofertando 2.400 hectares de área, significando uma potencialidade de recepção de 50.000 novas UH's.

Dessa forma o desenho estratégico para a dinamização dos investimentos futuros do setor privado deve considerar os seguintes aspectos:

- promover uma ação consistente e continuada visando, por um lado apresentar as potencialidades das atividades turísticas – atrativos e disponibilidade de terras e, por outro, demonstrar os impactos positivos decorrentes do PRODETUR II;
- estimular o setor privado através da mobilização para atuar no segmento turístico, envolvendo-o efetivamente no Programa em curso;
- acelerar a modelagem de um produto específico – o Centro Turístico do Cabo Branco, objetivando dispor de um diferencial competitivo enquanto espaço estruturado e pronto para ser ofertado a investidores externos – nacionais e internacionais.
- atentar para a proteção e uso futuro de áreas notáveis, vocacionando as praias de Tabatinga, Coqueirinho e o tabuleiro da praia de Camucim para empreendimentos de grande porte;
- identificar o estágio de negociações entre os investidores dos projetos turísticos de porte em Gramame, Pitimbú e Conde, objetivando a conquista e implantação desses empreendimentos.

O quadro H apresenta os problemas e causas da Área de Planejamento no tocante os investimentos futuros do setor privado.

#### QUADRO H – INVESTIMENTOS FUTUROS DO SETOR PRIVADO

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>● baixa propensão dos hoteleiros locais para a procura de financiamentos.</li> <li>● Dificuldade de atrair investimentos de fora para aplicar nas atividades turísticas do Pólo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Juros elevados e condições inadequadas dos financiamentos ao setor turístico, no Nordeste.</li> <li>● Reduzido conhecimento das oportunidades de investimentos oferecidas no Pólo, nos mercados externos de investimento turístico.</li> <li>● Vantagens comparativas – maior promoção e maior conhecimento dos destinos turísticos concorrentes do Nordeste (BA, PE, CE, RN)</li> </ul>

### 3.3.8 – DEMANDA ATUAL E POTENCIAL

#### 3.3.8.1 – Demanda Atual

##### 3.3.8.1.1 – Posição no Mercado Doméstico

- O estado da Paraíba é um mercado caracterizadamente receptivo. Em 2001, a sua participação no fluxo turístico interno era de 1,89%, como espaço emissor, e de 2,02%, como espaço receptivo. Esta característica se revelava mais nítida no âmbito da receita turística: recebeu 2,39% da receita turística do mercado doméstico e gastou, apenas, 1,6% da mesma.

- Pelas pesquisas da FIPE, entre 1998 e 2001, o estado diminuiu a sua participação no número de turista recebidos do mercado doméstico (de 2,60%, para 2,02%), mas, aumentou a sua participação na receita turística (de 2,16%, para 2,39%). Portanto, em termos comparativos com outros destinos, aumentou o gasto médio dos turistas que visitaram o estado.
- No contexto da região Nordeste, o destino turístico da Paraíba tem melhorado a sua posição relativa. Tanto em número de turistas, como em receita gerada, superou o destino de Alagoas e, agora, ocupa a quinta posição no ranking regional.

#### **3.3.8.1.2 – Porte, Evolução e Distribuição Sazonal da Demanda**

- Em 2001, pelas estimativas da FIPE, 835.096 turistas do mercado interno viajaram ao estado da Paraíba. Como, em média, estes turistas viajam 1.32 vezes ao estado, o fluxo turístico total recebido pelo estado foi de 1.106 mil turistas e, portanto, entorno de 830.000, para a Área de Planejamento.
- Pelas pesquisas da CTI, a permanência média dos turistas, no biênio 1999/2001, foi de 10,3 dias. Isto significa que, em 2001, o fluxo turístico gerou 11,4 milhões de pernoites no espaço receptivo da Paraíba dos quais mais de 8,5 milhões, na Área de Planejamento.
- Entre os anos de 1993 e 2002, pelas estimativas da PBTUR, o fluxo turístico da Paraíba teve um crescimento de 188% (397.082, em 1993, e 908.709, em 2002). Crescimento quase similar foi estimado para o município de João Pessoa (283.630, em 1993, e 642.960, em 2002). Deve-se anotar que as pesquisas da PBTUR não captam, com similar amplitude, certos componentes turísticos identificados na pesquisa da FIPE, o que justifica a diferença no número de turistas encontrada entre as duas fontes.
- A análise da distribuição do fluxo receptivo, ao longo do ano, revela o caráter sazonal do turismo doméstico estadual (similar ao regional e ao nacional). A sazonalidade, no entanto, se vincula mais ao período de férias (com o pico nos meses de janeiro e julho) do que às estações climáticas do ano.

#### **3.3.8.1.3 – Mercados Emissores**

- As pesquisas da CTI põem em evidência que a maioria dos turistas que visitam a cidade de João Pessoa procede de mercado regional: na média do período 1999/2000 a sua participação foi de 58,5%. Os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte foram os principais mercados emissores: 22,01%, 14,10% e 10,37%, respectivamente. Na média deste período, o mercado doméstico de fora da região teve uma participação de 40%, com destaque para os estados de São Paulo (13,9%), Rio de Janeiro (9,25%) e Distrito Federal (7,30%). O mercado internacional, durante o período analisado, teve uma participação marginal de apenas 1,5%.

- No componente mais específico dos turistas hospedados nos hotéis classificados do município de João Pessoa, foi possível identificar a procedência dos turistas, através do levantamento das FNRH'S. O seu perfil, na verdade, não difere muito daquele encontrado através das pesquisas da CTI: Pernambuco, São Paulo, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro são, também, os cinco principais mercados emissores para o destino receptivo de João Pessoa. Do mercado internacional (com participação de 2% no fluxo turístico total), se destacam os mercados de Portugal, Estados Unidos e Argentina, com participação média de 39,5%, 12,9% e 9%, respectivamente.

#### **3.3.8.1.4 – Caracterização da Demanda**

Para definir uma estratégia de crescimento sustentado do destino turístico, é necessário identificar os componentes do fluxo turístico atual, as suas motivações e o seu comportamento no destino.

- As informações levantadas pela pesquisa da CTI, em convênio com a PBTUR, não permitem identificar, diretamente, as viagens de lazer e as viagens de não lazer. Permitem, no entanto, confirmar a enorme importância que tem o motivo de “visita a parentes/amigos”. Entre os turistas que visitaram João Pessoa, nos anos 1999/2000, 41,03% deles o fizeram por este motivo. Os outros dois grandes motivos da viagem, no referido período, foram “negócio” (26,25%) e “passeio” (27,83%). Seja por lazer ou seja por obrigação, o elevado percentual de turistas que visita a cidade por motivo de visita a parentes/amigos constitui uma vantagem (fidelidade ao destino) e uma desvantagem (se aproxima do conceito de viagem rotineira e, em geral, tende a ser um componente turístico de baixo gasto durante a estadia no destino). A importância do componente de turistas que viajaram a João Pessoa por motivo de negócio não deve ser superestimada, pois envolve categorias de turistas bastantes distintas e, dentre elas, uma grande parte é composta por pessoas com baixo poder de gasto no destino. Cumpre ressaltar, finalmente, o baixo percentual de turistas motivados por congresso/convenção (2,47%, na média do período).
- Uma informação relevante levantada nesta pesquisa de demanda turística é o fator decisório da visita no conjunto de todos os seus componentes de motivação. Na média do período, o fato decisório apontado foi “atrativos naturais” (com 76,60%). Manifestações populares e patrimônio histórico tiveram um registro marginal.
- Chama a atenção o elevado percentual de turistas que usa o avião para visitar o destino (30,9%, na média do período), muito superior à média identificada no conjunto do mercado doméstico (9%). Este percentual chega, na média, a 66,1% nas viagens por motivo de congresso/convenção. Ele é, também, bastante elevado entre os turistas procedentes dos principais mercados emissores do Sul e Sudeste do Brasil.
- Na média do período 1999/2000 as pesquisas da CTI revelam que 57,25% dos turistas que visitaram João Pessoa se hospedaram em casas de parentes/amigos, 21,83%, em hotéis e 9,80%, em pousadas. Este dado é

extremamente revelador e evidencia, infelizmente, o pequeno aporte econômico de uma parte significativa do fluxo turístico receptivo do destino. Mas, este dado não é distintivo de João Pessoa ou da Paraíba. Os dados da FIPE revelam que, no conjunto do mercado turístico nacional (doméstico), os turistas que se hospedam em casa de parentes/amigos chegam a 66%. E, segundo esta mesma pesquisa, apenas 10,4% total de turistas nacionais se hospedam em hotéis, portanto, menos da metade do que no destino turístico de João Pessoa.

- A escolha do meio de hospedagem, evidentemente, está correlacionada ao nível de renda do turista. No período 1999/2000, a renda média dos turistas hospedados em hotel era de R\$ 3.783,00, enquanto a renda média dos turistas hospedados em casa de parentes/amigos era de R\$ 1.359,00. Esta correlação explica, também, o maior percentual de turistas estrangeiros hospedados em hotel (46,5%, na média do período).
- A permanência média do turista no destino de João Pessoa, conforme já assinalado, foi de 10,3 dias, no período 1999/2000. A permanência média dos turistas do mercado interno foi similar (10,2 dias). No conjunto do mercado doméstico brasileiro, pelos dados da FIPE, ela foi de 10,8 dias, em 2001.
- Não existe, aparentemente, uma correlação entre o tempo de permanência no destino e a origem de turista. De uma pesquisa a outra, aparecem mudanças aleatórias no tempo de permanência média dos turistas procedentes dos diferentes estados do Brasil. As diferenças na permanência média dos turistas, por motivos de viagem, são pequenas. Na média do período, foi de 11,40, para os turistas em visita a parentes/amigos; de 9,76% para os turistas a passeio; e de 9,43%, para os turistas a negócios.
- Existem, entretanto, diferenças significativas na permanência média dos turistas no destino, entre os grupos dos diferentes tipos de hospedagem. Ela é extremamente alta, no componente de turistas hospedados em casa/apartamento alugado (32,76 dias, na média do período); similar à do conjunto do fluxo turístico, no grupo de turistas hospedados em casa de parentes/amigos (11,11 dias) e de apenas 5 e 5,5 dias, para os grupos de turistas hospedados, respectivamente, em pousada e hotel. Ou seja, a permanência média no destino é menor nos grupos que habitualmente tem um gasto turístico diário maior.

#### **3.3.8.1.5 – Fluxo Turístico nos Hotéis de João Pessoa**

Dada a importância econômica para o destino, a componente do fluxo formado por turistas hospedados em hotel merece uma análise adicional.

- Na década passada, o fluxo de hóspedes nos hotéis classificados de João Pessoa teve um crescimento de 39%, passando de 56.913 hóspedes, em 1990, para 79.149, em 2000. Este lento ritmo de crescimento foi provocado pelo baixo desempenho da rede hoteleira, na primeira metade da década (em 1994, o número de hóspedes foi inferior ao de 1990). Na segunda metade da década (1994/2000), o fluxo de hóspedes cresceu 66%.

- Quanto à distribuição dos hóspedes, ao longo do ano, assim como para os outros componentes turísticos, para o componente de turistas hospedados em hotel, o mês de janeiro representa o pico da demanda. É verão e é o mês por excelência de férias. Logo a seguir, entretanto, vem o mês de julho que mesmo sendo um período de inverno (não propício para o turismo de praia), coincide com as férias escolares do meio do ano, em todo o país. Inversamente, os meses de outubro, novembro e fevereiro, mesmo sendo de verão e, portanto, propícios para o turismo de praia, não tem impacto sobre a demanda hoteleira.
- A permanência média observada nos hotéis classificados de João Pessoa, na década passada, foi baixa e decrescente, passando de 2,89 dias, em 1990, para 2,60, em 2000, significativamente inferior à permanência média identificada pela CTI no componente de turistas hospedados em hotel (algo mais de 5 dias).
- Assim, o número de diárias produzidas nos hotéis classificados de João Pessoa foi sensivelmente baixo na década passada, passando de 167.650, em 1990, para 204.793, em 2000. Neste último ano, o número de diárias representou em torno de 18% do total de pernoites dos turistas hospedados em hotéis de João Pessoa (pelas estimativas da CTI) e apenas 2,5% do número de pernoites de todos os turistas recebidos em João Pessoa (estimado em, aproximadamente, oito milhões).

### **3.3.8.2 – Demanda Potencial**

Neste estudo são considerados dois mercados potenciais: o mercado doméstico brasileiro e o mercado internacional. Não se considerou necessário distinguir, dentro do mercado doméstico, o regional e o das outras regiões, na medida em que não existem diferenças essenciais entre eles.

#### **3.3.8.2.1 – Mercado**

##### **a) Mercado Doméstico**

Os estudos do mercado interno de turismo, em 1998 e em 2001, permitem delimitar, com certo grau de precisão, a dimensão e a composição do mercado doméstico, contemplando o mercado atual e projetado.

Em 2001, com uma população superior a 172 milhões de pessoas, o Brasil teve um mercado turístico doméstico de 41,3 milhões de turistas que geraram um fluxo turístico total de 57,9 milhões, conforme explicitado no seguinte quadro:

<b>CLASSES DE RENDA (EM S.M.)</b>	<b>POPULAÇÃO (EM 1.000)</b>	<b>PROPENSÃO A VIAJAR (%)</b>	<b>NÚMERO DE TURISTAS (EM 1.000)</b>	<b>FLUXO TURÍSTICO GERADO (EM 1.000)</b>
0 a 1	33.873,8	-	-	-
1 a 4	90.209,5	24,04	21.684,4	30.358
4 a 15	41.183,0	38,28	15.764,6	22.070
+ de 15	7.119,5	54,83	3.903,3	5.465
<b>TOTAL</b>	<b>172.385,8</b>	<b>24,0</b>	<b>41.352,3</b>	<b>57.893</b>

Fonte: FIPE/EMBRATUR

Em 2020, o mercado turístico doméstico deverá mais do que duplicar, alcançando um fluxo total de 135 milhões de pessoas, gerado pelas viagens de 77 milhões de turistas brasileiros, conforme indicado no quadro a seguir:

<b>CLASSES DE RENDA (EM S.M.)</b>	<b>POPULAÇÃO (EM 1.000)</b>	<b>PROPENSÃO A VIAJAR (%)</b>	<b>NÚMERO DE TURISTAS (EM 1.000)</b>	<b>FLUXO TURÍSTICO GERADO (EM 1.000)</b>
0 a 1	33.000	-	-	-
1 a 4	110.000	30	33.000	58.000
4 a 15	66.000	55	36.000	63.000
+ de 15	11.000	75	8.000	14.000
<b>TOTAL</b>	<b>220.000</b>	<b>35</b>	<b>77.000</b>	<b>135.000</b>

### Hipóteses Adotadas

- A população foi projetada com base na taxa de crescimento demográfico verificada no presente (1,36% a. a.), arredondada ligeiramente para baixo, na expectativa da sua evolução levemente decrescente.
- Na estimativa da distribuição da população, por faixa de renda, espera-se um decréscimo relativo das duas primeiras faixas (para 15 e 50%) e um aumento relativo da terceira (de 23,9%, para 30%) e da quarta faixa (de 4,1% para 5%).
- A propensão a viajar do total da população foi projetada, para 2020, em 36%, com um incremento de 2% a. a., taxa bastante inferior à verificada no período (1998/2001) entre as duas pesquisas da FIPE, que foi de 3,6% a. a.
- Por faixa de renda, estima-se que, em 2020, a propensão a viajar seja de 30%, na segunda, de 55%, na terceira, e de 75%, na faixa mais alta.

- Em relação ao número médio de viagens domésticas dos turistas, espera-se que passe de 1,44 vezes, em 2001, para 1,75 vezes, em 2020, com um incremento de 25%, em 19 anos, proporcionalmente bastante inferior ao observado entre 1998 e 2001 (com incremento de 15% em apenas 3 anos).

### Projeção do Mercado Doméstico, por Segmentos

A projeção, por segmentos, do mercado doméstico, permite visualizar aspectos relevantes para o futuro do destino, conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir.

DISCRIMINAÇÃO	2001		2020		FLUXO INCREMENTAL SELETIVO
	Nº (EM 1000)	%	Nº (EM 1000)	%	Nº (EM 1000)
<b>Meio de Transporte</b>					
• Avião	5.210	9,0	19.440	14,4	14.230
• Outros	52.683	91,0	115.560	85,6	-
<b>Motivação</b>					
• Visita Parentes/Amigos	23.850	41,2	28.755	21,3	-
• Descanso/Atrativos Turísticos/Veranismo	19.052	32,9	64.800	48,0	45.748
• Congresso/Feira	1.000	1,7	3.500	2,6	2.500
• Negócios	6.252	10,8	14.580	10,8	-
• Outros	7.759	13,4	23.365	17,3	-
<b>Tipo de Hospedagem</b>					
• Hotéis	8.684	15,0	42.660	31,6	33.976
• Pousadas	2.895	5,0	10.800	8,0	7.905
• Parentes/amigos	38.209	66,0	55.080	40,8	-
• Outros	8.105	14,0	26.460	19,6	-
Mercado Doméstico	57.893	100,00	135.000	100,00	77.107

Conforme pode ser observado, são realçados cinco componentes turísticos:

- Dada a distância do destino em relação aos centros emissores do sul do país e, portanto, dada a importância do transporte aeroviário no seu receptivo turístico (30,3% dos turistas atuais o usam), é relevante constatar que o transporte por avião terá um crescimento elevado. No conjunto do mercado doméstico, a sua participação aumentará de 9%, em 1991, para 14,4%, em 2020, gerando um fluxo turístico adicional de mais de 14 milhões de pessoas. Estas projeções foram alcançadas utilizando uma taxa de crescimento na participação do transporte de avião (2,5% a. a.) bem inferior à verificada no período 1998/2001 (quase 10% ao ano).

- O conjunto formado pelos motivos de viagem “fuga da rotina-descanso/atrativos turísticos e veranismo”, ou seja, aqueles mais diretamente vinculados ao turismo de férias terço, também, um crescimento elevado, ocupando o espaço deixado pela estagnação que já se observa na motivação “visita a parentes/amigos”. Este conjunto foi projetado prevendo um incremento de 2% a. a. sobre a sua atual participação no conjunto do mercado doméstico, passando de 32,9%, em 1991, para 48%, em 2020. O fluxo incremental gerado por ele (45,7 milhões de pessoas) deverá constituir o principal mercado potencial da Área de Planejamento e nele deverá focar a sua estratégia de captação, em acirrada disputa com os outros destinos de lazer do Nordeste e do Sul/Sudeste do país.
- O porte do segmento “congresso/feira” identificado pela FIPE, em 2001, parece não corresponder com os diferentes dados que sinalizam a sua crescente importância no mercado turístico doméstico. Ele foi projetado considerando a hipótese de que, até 2020, elevará em 50% a sua participação no mercado doméstico (de 1,7%, em 1991, para 2,6%, em 2020), gerando um fluxo turístico incremental de 2,5 milhões de turistas. Apesar do seu porte reduzido, a conquista de uma parte dele terá um valor estratégico para o destino objeto do PDITS.
- O segmento de turistas hospedados em hotéis, entre 1998 e 2001, teve um crescimento de 9% a. a. na sua participação no mercado doméstico. Por prudência, a taxa utilizada na sua projeção foi de 4% a. a.. Mesmo assim, este segmento deverá aumentar significativamente a sua participação no mercado doméstico, passando de 15%, em 2001, para 31,6%, em 2020. Este avanço corresponderá ao decréscimo esperado no segmento de turistas hospedados em casa de amigos e parentes (já verificado no presente). O fluxo incremental de quase 40 milhões de turistas constituirá o melhor e mais disputado mercado potencial, entre os diferentes destinos e agentes turísticos do país, pela sua natureza e características diferenciadas.
- O segmento de turistas hospedados em pousadas foi projetado prevendo uma taxa de crescimento de 2,5% a. a. na sua participação sobre o mercado nacional que deverá passar de 5%, em 2001, para 8%, em 2020. O fluxo incremental deste segmento, de quase 8 milhões de pessoas, também deverá ser focado de maneira especial na estratégia de desenvolvimento turístico da Área, notadamente dos municípios do seu litoral sul (Conde e Pitimbú).

#### b) O Mercado Internacional

Dentro do mercado internacional, dois segmentos compõem o seu mercado potencial: o de longo percurso (notadamente da Europa) e o de médio percurso (essencialmente, os países do Cone Sul).

##### b1) Projeção do fluxo Turístico Internacional para o Brasil

Antes do atentado terrorista das torres gêmeas, a OMT projetou o fluxo turístico internacional para o Brasil. Em 2010, seriam em torno de 9 milhões de turistas dos quais, 4,8 do Cone Sul e 4,2 dos outros mercados. Apesar dos

estragos realizados pelo referido atentado sobre o segmento turístico de longo percurso, no curto prazo, espera-se que, a médio e longo prazos, as projeções da OMT se mantenham válidas.

#### b2) O Segmento Turístico de Férias Sol/Mar

Pela natureza e características do destino, é este componente genérico que constituirá o seu potencial referencial mais amplo. A hipótese adotada é que este componente terá uma participação no fluxo projetado do turismo internacional da ordem de 25%, em relação aos turistas do Cone Sul, e de 15%, em relação aos turistas dos outros mercados.

#### b3) Fluxo Turístico para o Nordeste

O mercado potencial específico para o destino será constituído, na verdade, pelos turistas do segmento turístico de férias sol/mar que, por diferentes razões, venham a escolher os destinos tropicais do Nordeste. A hipótese adotada é que entre os turistas deste segmento, visitarão o Nordeste 20% dos turistas provenientes do Cone Sul e 50% dos turistas provenientes dos outros mercados.

#### b4) Quadro Prospectivo

No quadro a seguir são projetados os fluxos turísticos do mercado internacional para o Brasil, o seu componente de férias sol/mar e a parte deste que se direcionará para o Nordeste. É esta parte do fluxo turístico que pode ser considerada, a rigor, como mercado potencial a ser atraído. Ele é estimado, em 2020, em 869 mil turistas, dos quais, 44% provenientes do Cone Sul e 46% dos outros mercados internacionais.

(Em 1000)

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>	<b>2020</b>
<b>FLUXO TURÍSTICO INTERNACIONAL</b>	9.042	11.500	14.120
• Cone Sul	4.860	6.200	7.630
• Dos Outros Mercados	4.182	5.300	6.490
<b>COMPONENTE DE FÉRIAS SOL/MAR</b>	1.842	2.345	2.881
• Do Cone Sul	1.285	1.550	1.908
• Dos Outros Mercados	627	795	973
<b>FLUXO TURÍSTICO PARA O NORDESTE</b>	557	708	869
• Do Cone Sul	243	310	382
• Dos Outros Mercados	314	398	487

### 3.3.8.3 - Projeção da Demanda

#### 3.3.8.3.1 – Mercado Doméstico

- Cenários Alternativos

Para estimar a demanda potencial do mercado doméstico em relação ao Pólo Costa das Piscinas foram construídos três cenários alternativos:

- O primeiro cenário foi construído com base nas informações registradas pela PBTUR. A demanda foi projetada a uma taxa de crescimento de 4,4% a. a., que foi a taxa média anual de crescimento verificada no destino turístico de João Pessoa entre 1993 e 2002.

- O segundo cenário foi construído com base nas informações da FIPE. A demanda do mercado doméstico pelo Pólo Costa das Piscinas foi projetada estimando que o destino manterá, até 2020, a mesma participação que detinha em 2001 sobre o total do mercado doméstico, ou seja, 1,4325%. Esta hipótese envolve um crescimento do fluxo turístico do destino de 4,55% a. a., mas sobre uma base inicial, em 2001, mais elevada.

- O terceiro cenário foi construído em cima da mesma base informacional, mas adotando a hipótese de que o estado da Paraíba, por conta do PRODETUR, conseguirá elevar a sua participação no mercado doméstico em 25%, passando de 1,91%, em 2001, para 2.385%, em 2020. E, também, a hipótese de que, até o horizonte do programa, o destino receberá 80% do turismo receptivo do estado e a sua participação no mercado doméstico, portanto, se elevará, de 1,4325%, em 2001, para 1,91%, em 2020. Este cenário envolve um crescimento do fluxo turístico do destino de 6,15% a.a..

O quadro a seguir explicita a evolução da demanda doméstica pelo destino, nos três cenários construídos.

EM MIL

CENÁRIOS	2001	2010	2015	2020
CENÁRIO 1	625	920	1.142	1.416
CENÁRIO 2	830	1.238	1.547	1.934
CENÁRIO 3	830	1.420	1.914	2.580

- Composição da Demanda Esperada

O primeiro cenário parece subestimar a demanda futura do mercado doméstico, porque o ponto de partida (fluxo registrado pela PBTUR) não consegue captar a dimensão total do fluxo turístico atual.

O terceiro cenário é perfeitamente compatível com o potencial receptivo do litoral e plausível, no cenário de uma implementação exitosa do PRODETUR NE-II.

O segundo cenário, no entanto, é aquele que aparece com maior grau de probabilidade de efetivação. Apesar de aparentemente conservador, por manter estável a sua atual participação no mercado doméstico, ele envolve uma taxa de crescimento anual – 4,55% - razoavelmente elevada, numa perspectiva de longo prazo. Assim sendo, foi projetada a composição da demanda prevista neste cenário, segundo os segmentos de maior interesse para os objetivos estratégicos do destino, conforme o quadro a seguir.

DISCRIMINAÇÃO	FLUXO PROJETADO (EM 1.000)			
	2001	2010	2015	2020
<b>POR MOTIVAÇÃO</b>				
• Visitação a Parentes/Amigos	411,0	449,5	472,4	496,0
• Descanso/Atrativos Turísticos/Veranismo	272,9	487,5	673,0	930,0
• Congressos/Feira	19,1	34,5	48,0	66,7
• Negócios	89,6	133,2	165,9	207,0
• Outros	37,4	133,3	187,7	234,3
<b>POR MEIO DE TRANSPORTE</b>				
• Avião	122,4	228,8	324,0	456,8
• Outros	707,6	1.009,2	1.223,0	1.477,2
<b>POR TIPO DE HOSPEDAGEM</b>				
• Casa de Parentes/amigos	603,5	721,2	796,3	870,0
• Hotel	87,2	185,5	282,2	430,0
• Pousada	41,5	77,5	109,0	155,0
• Outros	97,8	253,8	359,5	479,0
<b>FLUXO TOTAL</b>	<b>830,0</b>	<b>1.238,0</b>	<b>1.547,0</b>	<b>1.934</b>

- O percentual de turistas que visitará o destino por motivo de visita a parentes e amigos decrescerá sensivelmente de 49,5%, em 2001, para 25,6%, em 2020. O percentual deste último ano, contudo, ainda será maior do que no conjunto do mercado doméstico (21,3%). De todo modo, a perda de importância deste segmento trará ganho de qualidade para o fluxo turístico do destino.
- O conjunto dos segmentos turísticos motivados por descanso, atrativos turísticos e veranismo ocupará o espaço perdido pelo segmento anterior, aumentando a sua participação no fluxo turístico do destino de 32,9%, em 2001, para 48%, em 2020. Esta projeção tem por base o próprio crescimento deste conjunto de segmentos, no mercado doméstico.

- O segmento turístico motivado por congressos e feiras foi projetado a partir da sua participação constante de 1,91% no conjunto do mercado doméstico, admitindo-se a hipótese de que este segmento, assim como o seu crescimento, se concretizará totalmente, dentro da Paraíba na Área de Planejamento.
- O número de turistas que usarão o avião como meio de transporte terá uma significativa taxa de crescimento (7,2% a. a.), aumentando a sua participação no fluxo receptivo total de 14,9%, em 2001, para 23,6%, em 2020. Pelas pesquisas da CTI, este percentual já era de 30,3%, no período 1999/2000 (mas tinha como base referencial um fluxo turístico menor).
- Outro sinal positivo evidenciado na projeção da composição do fluxo receptivo do destino é o decréscimo relativo estimado no percentual de turistas que se hospedarão em casa de parentes/amigos (de 72,7%, em 2001, para 45%, em 2020).
- Inversamente, a participação conjunta dos turistas hospedados em hotéis e pousadas aumentará de 15%, em 2001, para 30,2%, em 2020, contribuindo, de maneira determinante, para potencializar a receita turística gerada no destino.

### 3.3.8.3.2 – Mercado Internacional

Dadas as características da oferta turística do Pólo Costa Piscinas, assim como o reduzido fluxo atual de turistas estrangeiros, estima-se que a demanda pelo destino alcance 4%, 4,5% e 5% do fluxo turístico internacional para o Nordeste, nos anos 2010, 2015 e 2020, respectivamente, ou seja, 22.000, 32.000 e 43.000 turistas, nos referidos anos. Em relação a 2001, este último número representa um crescimento de 6,7% a. a.

### 3.3.8.3.3 – Demanda Total Projetada

Conforme se pode observar no quadro a seguir, a demanda total projetada para o PDITS, em 2020, será de 1.977 mil turistas, dos quais, apenas 2,2% provenientes do mercado internacional, mesmo assim, com percentual de participação maior do que em 2001 (1,5%).

EM (1.000)

DISCRIMINAÇÃO	2001	2010	2015	2020
NACIONAL	830	1.238	1.547	1.934
INTERNACIONAL	12	22	32	43
TOTAL	842	1.260	1.579	1.977

Para apreender melhor o significado e o alcance deste quadro prospectivo, convém assinalar dois pontos:

- Em 2020, em torno de 625 mil turistas (incluindo os estrangeiros) se hospedarão em hotéis e pousadas do destino, representando um fluxo incremental de quase 500 mil turistas, em relação ao ano de 2001.
- Apesar do volume significativo da demanda incremental por hospedagem em hotéis e pousadas, ele exigirá um aumento na oferta hoteleira de 1.785 UH's (ou 3.570 camas, considerando um taxa média da ocupação anual entorno de 50%) que representa menos de 10% da capacidade de suporte das áreas não loteadas do litoral do Pólo Costa das Piscinas (20.000 UH's).

#### **3.3.8.4 – Conclusões**

- Demanda Atual

A partir dos elementos contidos neste segmento do estudo, pode-se aferir um conjunto de conclusões que servem de balizamento para a definição das estratégias e ações que serão objeto do PDITS. Com efeito, destacam-se os segmentos pontos:

- O estado da Paraíba já é o quinto destino turístico do Nordeste. Entre 1998 e 2001 decresceu a sua participação no fluxo turístico do mercado doméstico. Em compensação, aumentou a sua participação na receita gerada neste mercado.
- A Área de Planejamento representa, em termos aproximados, 3/4 do turismo receptivo do estado. Ele se concentra, essencialmente, em João Pessoa. Mas os outros três municípios começam a se mover; Conde, como receptivo de lazer alternativo; Pitimbú, como destino de veranistas de Pernambuco e Cabedelo, como roteiro de lazer, entretenimento e contemplação. Nos últimos dez anos, os fluxos turísticos receptivos da Área e do estado tiveram um crescimento superior a 100%, acompanhando o forte ritmo de crescimento do mercado turístico do Nordeste.
- O mercado regional é o principal emissor para o destino turístico (quase 60%). Mas, curiosamente, o estado da Paraíba tem uma participação menor do que o estado de Pernambuco (14% e 22%, respectivamente). O mercado internacional tem uma participação marginal.
- A importância relativa dos motivos da viagem dos turistas que visitam João Pessoa é similar à do conjunto do mercado doméstico, com grande participação das viagens por motivo de visita a parentes/amigos. Chama a atenção, no entanto, o reduzido componente de turistas que viajam ao destino por motivo de congresso/convenção (menos de 2,5%).

- O comportamento dos turistas no destino é similar ao padrão encontrado no conjunto do mercado doméstico: grande proporção de turistas hospedados em casas de amigos/parentes (mais de 57%), permanência média no destino relativamente elevada (10,3 dias), mas com grandes diferenças entre os componentes de turistas hospedados nos distintos meios de hospedagem.
- O fluxo turístico registrado nos hotéis classificados de João Pessoa teve um desempenho medíocre durante a década passada (com crescimento de 39%), fruto da estagnação ocorrida na sua primeira parte. A partir de 1995, entretanto, apresentou um crescimento vigoroso.
- De modo mais amplo, pode-se dizer que o fluxo turístico de hotelaria ainda não deslanchou no destino, na proporção e expectativas geradas a partir do PRODETUR NE-I por três razões:
  - a carência, no litoral do destino, de novas unidades hoteleiras do tipo resort, não lhe permitiu promover o desenvolvimento do turismo de lazer de praia alcançado em outros estados do Nordeste;
  - a ausência de um Centro de Convenções de porte impediu o desenvolvimento do segmento turístico de negócios, feiras e convenções para o qual o destino tem uma vocação natural;
  - a insuficiência da política de promoção do destino não permitiu, ainda, a sua incorporação ao grupo dos destinos turísticos do Nordeste com imagem consolidada no mercado nacional.

- Demanda Potencial

Em face da natureza específica do estudo de demanda e conforme orientação sugerida nos Termos de Referência, esta síntese conclusiva inclui além de uma síntese das projeções realizadas, as oportunidades e riscos que poderão interferir no processo de desenvolvimento turístico do Pólo.

- Demanda Projetada

A demanda turística projetada para o Pólo Costa das Piscinas, em 2020, é de quase 2 milhões de pessoas e será constituída, essencialmente, por turistas do mercado doméstico. O mercado internacional deverá ter uma participação marginal (pouco mais de 2%) nas composições do fluxo receptivo do destino.

Para o Pólo, mais importante ainda do que o crescimento do fluxo turístico, será a profunda mudança prevista na sua composição. Em 2020, 625 mil turistas se hospedarão em hotéis e pousadas do destino, representando um fluxo incremental, neste segmento específico, de quase 500 mil turistas em relação ao ano de 2001.

Apesar do volume significativo da demanda incremental por hospedagem em hotéis e pousadas, ele representará um reduzido percentual (entorno de 15%) da capacidade de suporte receptivo do litoral do Pólo Costa das Piscinas.

- Oportunidades

A estabilidade econômica do país nos últimos dez anos e a perspectiva da sua continuidade, o baixo preço dos produtos e serviços ofertados no mercado interno “vis-a-vis” dos mercados internacionais e a retração do turismo emissor do Brasil por conta das ameaças do terrorismo internacional, estão gerando condições excepcionais para o crescimento do fluxo turístico de destinos que, como o Pólo da Costa das Piscinas, estão voltados para o turismo de lazer do mercado doméstico.

O crescimento da violência, em anos recentes, em destinos concorrentes do Nordeste – como Bahia, Pernambuco e Ceará – e a elevação do custo da terra nesses mesmos destinos, conferem vantagens competitivas ao estado da Paraíba e lhe abrem a oportunidade de atrair novos investimentos em meios de hospedagem e equipamentos turísticos, no Pólo Turístico Costa das Piscinas.

- Riscos

A agressividade das iniciativas que vem assumindo destinos concorrentes do Nordeste – Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte – tanto na promoção dos seus destinos turísticos como no trabalho de captação de novos investimentos da iniciativa privada, em meios de hospedagem e equipamentos turísticos, podem comprometer o desenvolvimento turístico do Pólo Costa das Piscinas, relegando o estado da Paraíba, de modo definitivo, a ator secundário do mercado turístico receptivo do Nordeste.

O rápido processo de parcelamento do litoral da Costa das Piscinas e a sua crescente ocupação por residências secundárias para veranistas da Paraíba e de Pernambuco, assim como a fragilidade das estruturas organizacionais para o monitoramento dos Planos Diretores, podem comprometer os seus recursos turísticos e, em última estância, destruir o seu atual potencial turístico.

O quadro I apresenta os problemas e causas relativos ao mercado na Área de Planejamento.

#### QUADRO I – MERCADO

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
O turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fluxo turístico de porte médio</li> <li>Baixo nível de renda dos turistas que visitam o destino.</li> <li>Baixo valor do GMDI dos turistas que visitam o destino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dotação de recursos turísticos com características diferentes das que caracterizam os destinos tropicais do mercado internacional.</li> <li>Mercado receptivo atual composto, na maioria, por turistas de âmbito regional.</li> <li>Mais da metade dos turistas que visitam o Pólo, atualmente, se hospedam em casa de parentes e amigos.</li> <li>Baixa permanência média no Pólo, dos turistas que se hospedam em hotel.</li> </ul>

### 3.4 – DIAGNÓSTICO DA INFRA-ESTRUTURA, DRENAGEM E URBANIZAÇÃO DA ORLA

#### 3.4.1 – Infra-estrutura

O diagnóstico das condições físicas e operacionais dos serviços de infraestrutura de suporte às necessidades do setor de turismo na Área de Planejamento está apoiado na avaliação qualitativa e espacial da sua área de cobertura, contemplando assim a população atendida, sua projeção de crescimento e a localização do território.

##### 3.4.1.1 – Energia Elétrica

O atendimento ao mercado consumidor da Área de Planejamento é realizado pela SAELPA, empresa distribuidora de energia elétrica que é suprida pela CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, empresa geradora que atende a quase todo o Nordeste. O quadro a seguir apresenta os números referenciais relativos ao suprimento de energia elétrica na área em estudo.

Município	Nº de domicílios/2000			Nº de Ligações realizadas	Nº de novas ligações realizadas	Nº de novas ligações realizadas	Ano Previsto para universalização
	Com energia	Total	Índice de atendimento (%)	2001	2002	2003	
Cabedelo	10.820	10.865	99,59	1.591	1.556	838	2004
Conde	3.699	3.868	95,63	437	430	471	2006
João Pessoa	151.711	151.729	99,88	7.494	5.353	7.018	2004
Pitimbu	2.984	3.302	90,37	528	504	331	2006
Bayeux	21.214	21.287	99,66	1.503	1.585	1.620	2004

Pelo exposto, conclui-se que é satisfatória a situação atual em que se encontra a oferta de energia elétrica na Área de Planejamento. As metas previstas para a universalização do atendimento estão de acordo com os critérios estabelecidos no art.10 da resolução ANEEL n.º 223 de 2003 e proposto pela concessionária, nos termos do art.10, § 4ª da mesma resolução.

### 3.4.1.2 – Abastecimento D'água

Os sistemas de abastecimento d'água são geridos pela CAGEPA, uma empresa pública estatal, superavitária, que atende os municípios integrantes da Área de Planejamento.

A sua condição financeira permite que a empresa tenha capacidade de investir em manutenção dos equipamentos que compõe o sistema, e ainda, ampliar a sua rede de distribuição.

Para atender a demanda da Área de Planejamento do Pólo Costa das Piscinas, especificamente **João Pessoa, Bayeux e Cabedelo**, a CAGEPA se utiliza de grandes barragens para captação d'água nos rios Gramame e Mamuaba, das barragens dos rios Marés e Mumbaba e de várias dezenas de poços, sendo que muitos deles apenas estão abertos compondo um sistema de reserva, podendo ser ativado quando necessário.

O sistema é convencional com duas estações de tratamento, várias estações elevatórias, reservatórios e aproximadamente 1.000 km de rede.

A área compreendida pela região do litoral sul – município de Conde e Pitimbú, também dispõe de aquíferos subterrâneos que fornecem água de excelente qualidade e em grande quantidade.

Essa oferta garante a viabilidade de quaisquer investimentos que demande suprimento de água: (indústria de bebidas, parques aquáticos, clubes de lazer, hotéis de grande porte e outros equipamentos turísticos).

O sistema de abastecimento d'água do **Conde** é composto por quatro poços rasos que alimentam um poço de reunião, uma estação elevatória, uma adutora, um reservatório elevado e uma rede de distribuição, com tubos de tipos variados, atendendo a 1.769 ligações prediais.

O sistema de **Pitimbú** conta com dois poços tubulares, duas estações elevatórias, um reservatório elevado e uma rede de distribuição com 1.397 ligações prediais.

O quadro abaixo apresenta a situação atual da população da Área de Planejamento atendida pela CAGEPA. Estes dados traduzem a situação em que o sistema de abastecimento se encontrava conforme o Censo de 2000.

<b>Município</b>	<b>População Urbana</b>	<b>Nº de ligações</b>	<b>População atendida</b>	<b>Taxa (em %) de atendimento</b>
Cabedelo	48.865	12.553	44.956	92
João Pessoa	626.701	156.346	589.099	94
Conde	8.498	1.769	5.604	66
Pitimbú	8.306	1.397	3.990	48
Bayeux	48.865	22.893	75.890	84

Vale ressaltar que na zona litorânea prevalece a existência de residências de veraneio, onde muitas delas são abastecidas por poço próprio. Bem como, áreas com assentamentos de populações de menor poder aquisitivo, onde moram principalmente os nativos, neste caso o abastecimento se faz por poços rasos, tipo cacimba.

Em Pitimbú, a Prefeitura explora o aquífero subterrâneo chegando a atender a uma população até maior do que a que é beneficiada pelo sistema de distribuição da CAGEPA, no entanto, a operacionalização desse sistema é bastante precária já que a distribuição da água não é realizada através de rede canalizada.

Existe ainda, um sistema da CAGEPA de captação d'água do riacho Engenho Velho, com boa capacidade de produção d'água potável, que se encontra desativada porque o riacho ficou poluído em face da ocupação urbana desordenada, e sem esgotamento sanitário, ao longo de seu curso. Quando se implantar um sistema de coleta e tratamento dos esgotos esse sistema poderá ser reativado e incorporado ao suprimento existente.

Conforme elementos extraídos do Relatório do Programa Pro-água elaborado pela SCIENTEC para o BIRD – Banco Mundial, datado de setembro de 2000, a situação de vazão regularizada / manancial é a seguinte:

<b>Manancial</b>	<b>Vazão regularizada (L/s)</b>
Buraquinho	117
Marés	300
Mumbaba	600
Gramame/Mamuaba	2.420
Poços(18)	848
<b>TOTAL</b>	<b>4.285</b>

Essa vazão total permite que o sistema atual atenda até 1.851.120 habitantes, hoje esse sistema beneficia apenas 635.055 habitantes. Os dados demonstram que o sistema atual trabalha normalmente com apenas 30% de sua capacidade.

Emergencialmente pode-se ativar alguns outros poços e fortalecer a capacitação do rio Mamuaba. Sendo assim o quadro é acrescido com os valores abaixo, o que permite atender a mais de 128.736 habitantes.

<b>Manancial</b>	<b>Vazão regularizada (L/s)</b>
Mamuaba	70
Poço Polinovo	112
Poço marés	56
Poço Castelo Branco	30
Poço José Américo	30
<b>TOTAL</b>	<b>298</b>

A projeção do aumento da capacidade atual de abastecimento d'água poderá dispor dos sistemas abaixo relacionados, segundo estudos e dimensionamento já realizados e beneficiar a uma população de quase 1.0 milhão de habitantes.

Considerando esses sistemas, suas ampliações e complementações com a entrada em funcionamento de novas captações, em 20 anos ele terá capacidade de abastecimento d'água para atender 3,0 milhões de habitantes.

Se a população atual beneficiada pelo sistema existente crescer em média 3%/ano em 20 anos terá cerca de 1.150,000 de habitantes, pelo exposto conclui-se que o sistema ainda terá um saldo de atendimento da ordem de 62% de sua capacidade.

<b>Manancial</b>	<b>Vazão Regularizada (L/s)</b>
Mambaba	1200
Transposição o Abial/Papocas	1000
<b>TOTAL</b>	<b>2200</b>

É importante destacar que os dados referidos não incluem Conde e Pitimbú que são abastecidos, atualmente por poços que captam água do aquífero Beberibe. Esse aquífero se estende de Pernambuco ao Rio grande do Norte.

### **3.4.1.3 – Esgotamento Sanitário**

A situação física e operacional do sistema de esgotamento sanitário dos municípios que compõe a Área de Planejamento do Pólo Costa das Piscinas melhorou sensivelmente com a implantação dos projetos componentes do PRODETUR NE-I/PB, notadamente os municípios de João Pessoa e Cabedelo. Conforme já mencionado, foram concluídos ou parcialmente implantados os seguintes sistemas: Camboinha, Areia Dourada e Intermares (Cabedelo), que beneficiaram mais de 67.755 pessoas. É importante salientar que a operacionalização desses sistemas está evitando o lançamento diário de 8.485,00 litros de esgotos em córregos, rios e praias de João Pessoa e Cabedelo.

Apesar dos investimentos realizados, os municípios que integram o Pólo em questão, apenas João Pessoa se encontra numa situação de razoável cobertura. O quadro a seguir apresenta a posição atual de atendimento por município através da CAGEPA:

Município	População	Nº de ligações	População atendida	Taxa de atendimento (%)
Cabedelo	48.865	453	11.278	4,00
João Pessoa	626.701	66066	302.976	48,00
Conde	8.498	-	-	
Pitimbú	8.306	-	-	
Bayeux	90.366	2.275	9.196	10,00

Nos municípios de Conde e Pitimbú, que não dispõe do serviço, a forma mais utilizada pela população para o esgotamento sanitário é a fossa séptica rudimentar e ou ligação direta nas redes de águas pluviais.

#### 3.4.1.4 – A Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA é uma sociedade por ações de capital fechado, em regime de economia mista, vinculada à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Paraíba, constituída nos termos da Lei Estadual Nº 3.459 de 31 de dezembro 1966, alterada pela Lei Nº 3.702, de 11 de Dezembro de 1972.

Ela tem por finalidade específica formular a política geral de saneamento básico do Estado. E, por objetivos: planejar, implantar, modernizar, complementar, ampliar e operar os serviços de água e esgotos implantados pelo Estado e por entidades públicas federais nos municípios.

Na Área de Planejamento a CAGEPA tem firmado os seguintes contratos de concessão, para operação dos serviços de água e esgoto:

- Município de Cabedelo – vencido em 1989
- Município de João Pessoa – em vigor até 2012
- Município do Conde – vencido em 1996
- Município de Pitimbú – em vigor até 2005
- Município de Bayers – vencido em 1989

Deve-se registrar que os contratos vencidos estão em fase final de negociação para a renovação dos mesmos, não havendo contrapartida nessas concessões.

Com relação aos aspectos comerciais da CAGEPA tem-se como referência dados de 2003, onde o nível de consumo médio faturado de água foi de 14,36m<sup>3</sup>/economias, enquanto que em 2002 verificou-se 14,25m<sup>3</sup>/economias, demonstrando um crescimento relativo de 0,76%.

Quanto ao quadro tarifário, conforme estudos realizados no mês de março, próximo passado, encontrou-se uma defasagem no custo global de 18%, o que é aceitável levando-se em consideração as condições operacionais e tarifárias das concessionárias de serviços públicos que atuam na Região. Algumas trabalham com defasagem tarifária superiores a 20%.

O peso das despesas das áreas administrativas e comercial (custeio) da empresa, no seu conjunto, é de R\$ 83.372.360,00, correspondendo a 47,86% do custo total composto pelas despesas liquidas e operacionais.

Quanto aos aspectos financeiros a avaliação da CAGEPA (realizada em 2003) ver **anexo VIII**, pode ser realizada pelos seguintes indicadores:

- Receitas operacionais = R\$ 185.348.586,00;
- Despesas operacionais = R\$ 174.206.025,00;
- Resultados operacionais = R\$ 2.709.200,00;
- Resultados não operacionais = R\$ 455.559,00;
- Resultados antes do Imposto de Renda = R\$ 3.164.759,00;
- Origens dos recursos = R\$ 96.803.265,00 (operações, acionistas, terceiros e outros);
- Aplicações de recursos = R\$ 47.701.302,00; e,
- Aumento do capital circulante = R\$ 19.759.277,00.

Atualmente o direcionamento estratégico da CAGEPA fundamenta-se na construção da Excelência Empresarial e está focada em cinco princípios:

Na Gestão Corporativa;  
Na Satisfação dos Clientes;  
Na Valorização dos Colaboradores;  
Na Postura de Empresa socialmente responsável; e,  
Na Satisfação do Acionista.

O 1º foco – **Gestão Corporativa**, tem como estratégia mudanças corporativas, melhorias do processo produtivo e eficácia nos resultados.

O 2º foco - **Cliente e Mercado**, tem como estratégia a satisfação do cliente e a universalização dos serviços.

O 3º foco – **Sociedade**, cuja estratégia é a de ser uma empresa socialmente responsável.

O 4º foco – **Colaborador**, tem como estratégia o comprometimento, motivação e satisfação.

O 5º foco - **Acionista**, tem como estratégia a sustentabilidade e a imagem institucional positiva.

Um dos Programas em aplicação é o de Desenvolvimento Institucional, que se destina a atender o controle da produção de água e redução de perdas físicas e de faturamento. Os recursos para implementação do Programa estão

assegurados através de financiamento da Caixa Econômica Federal, do BNDES (em fase final de análise) e de recursos próprios. As áreas de atuação são:

- a. Macromedição;
- b. Micromedição;
- c. Automação de Sistemas;
- d. Cadastro de Consumidores; e,
- e. Cadastro Técnico.

#### ▪ Futuros investimentos na Área de Planejamento

Finalizando apresentamos a seguir, um quadro de investimentos em infra-estrutura de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, por localidade e fonte de financiamento, que traduz o relevante esforço que o Governo do Estado vem realizando para ampliar a oferta desses serviços públicos, implantados e geridos pela CAGEPA.

Intervenções	Municípios	Investimentos totais	Fonte de financiamento	População atendida(habitantes)
Ampliação do sistema de abastecimento d'água de Valentina Figueiredo e adjacências	João Pessoa	4.340.000,00	CEF	8.627
Ampliação do sistema de abastecimento d'água	Cabedelo	1.730.000,00	CEF	42.789
<b>Total</b>		<b>6.070.000,00</b>		<b>51.416</b>
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário	Cabedelo	5.000.000,00	BNDES	11.289
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário do bairro do Bessa	João Pessoa	6.000.000,00	BNDES	4.044
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos bairros: Cristo, José Américo e Jardim Cidade Universitária	João Pessoa	7.000.000,00	BNDES	61.600
Implantação do sistema de esgotamento sanitário no bairro de Manaíra	João Pessoa	2.250.000,00	CEF	6.280
Implantação do sistema de esgotamento sanitário no bairro Padre Zé	João Pessoa	2.000.000,00	CEF	7.053
Implantação do sistema de esgotamento sanitário do bairro do Altiplano de Cabo Branco	João Pessoa	3.270.000,00	CEF	5.694
Implantação do sistema de esgotamento sanitário do bairro de Cruz das Almas	João Pessoa	2.570.000,00	CEF	7.830
Implantação do sistema de esgotamento sanitário dos bairros de Cristo e Funcionários	João Pessoa	5.000.000,00	CEF	23.800
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário	Bayeux	6.200.000,00	CEF	19.585
<b>Total</b>		<b>39.290.000,00</b>		<b>147.175</b>
<b>Total Geral</b>		<b>45.360.000,00</b>		<b>198.591</b>

### **3.4.1.5 – Limpeza Urbana**

Até o ano de 2003, a maior parte do lixo produzido na região metropolitana de João Pessoa tinha por destinação um lixão a céu aberto, localizado numa área de preservação, compreendendo aproximadamente 16 ha, em parte do manguezal do rio Paraíba, no Baixo Roger, provocando de forma bastante acentuada a degradação ambiental do ecossistema local.

Em agosto de 2003, foi iniciada a operacionalização de um Aterro Sanitário localizado a 5,00 km da BR-101, sentido João Pessoa/Recife, na divisa dos municípios de João Pessoa e Santa Rita. Esse aterro, que tem vida útil prevista de 20 anos foi projetado para atender as cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Conde, Lucena e Cruz do Espírito Santo. A sua operação está a cargo de uma empresa concessionária – a Rimus Construções Ltda.

O Aterro Sanitário recebe atualmente 895 toneladas/dia, sendo 780 de João Pessoa, 35 de Cabedelo e 80 de Bayeux.

É importante destacar que a sua entrada em operação possibilitou a desativação do lixão do Roger, acima referido, situado na capital João Pessoa contíguo ao Centro Histórico dessa cidade, que já estava com sua capacidade de absorção esgotada a dezenas de anos.

O município de Conde, que produz cerca de 12t/dia de lixo ainda não está utilizando esse aterro sanitário, mas a sua adesão ao contrato de concessão está em processo de finalização.

O município de Pitimbú, por não fazer parte da Região Metropolitana de João Pessoa deverá ter seu aterro sanitário próprio. Atualmente a coleta é realizada pela Prefeitura e a destinação do lixo é feita em terrenos baldios, aleatoriamente.

### **3.4.1.6 – Infra-estrutura de transportes**

#### **a) Rodoviário**

A Área de Planejamento do Pólo Costa das Piscinas é beneficiada por uma malha rodoviária que tem um sistema viário principal constituído por rodovias com características de excelentes padrões, as: BRs 101 e 230 e a PB-008.

A duas rodovias federais citadas, são vias de grande importância para a região. A BR-230 nasce em Cabedelo, se desenvolve ao longo de seu território, entra em João Pessoa e intercepta a BR-101 na região das “Três Lagoas”. Seu pavimento é de boa qualidade e sua seção transversal é composta de 2 pistas de tráfego, uma em cada sentido.

A BR-101, por sua vez, corta João Pessoa, também, com pistas duplas, desde o Distrito Industrial, logo após a sua travessia sobre o rio Gramame até a sua interseção com a rodovia de ligação João Pessoa/Campina Grande.

A PB-008, rodovia que tem por função realizar as ligações intramunicipais, litorâneas, localizadas na Área de Planejamento, tem início no Centro Turístico de Cabo Branco, liga o município de João Pessoa a Pitimbú. As suas características físicas e operacionais são suficientes para atender a demanda existente, com nível de serviço "A".

Com a existência da ligação direta entre João Pessoa e Jacumã, em Pitimbú, proporcionada pela PB-008, a demanda de tráfego do setor de turismo, dentro da expectativa do Programa, foi correspondida, notadamente nos finais de semana.

O único trecho que merece especial atenção por parte do DER/PB, que é o Órgão estadual responsável por essa rodovia, é a travessia de Jacumã. Em certos períodos que antecedem ou precedem grandes feriados é comum a ocorrência de engarrafamentos nesse trecho da PB-008. Para solucionar esse problema o DER/PB já elaborou um Projeto Executivo para a pavimentação do "Contorno de Jacumã".

Destaca-se que os acessos às praias localizadas ao sul de Carapibus são em terra e geralmente não apresentam boas condições de trafegabilidade, decorrentes da presença de buracos no verão e piso escorregadio, com atoleiros no inverno.

É importante destacar que o DER/PB já elaborou os projetos básicos de engenharia dos acessos às praias de : Barra de Gramame (1º acesso = 0,69 km e 2º acesso = 2,01 km), Carapibus (0,90km), Tabatinga (0,97 km), Coqueirinho (1,75 km), Bela (1,39 km), Barra do Abiaí (3,42 km) e do contorno de Jacumã (4,75 km), e pretende implantá-los brevemente.

Em sua totalidade a PB-008 proporciona viagens seguras e confortáveis a seus usuários, sem interrupção de tráfego, agregado a um tempo reduzido de deslocamento. A abertura ao tráfego se deu em meados de 2002. A sua conservação rotineira, atualmente, custa ao DER/PB aproximadamente R\$ 3.000,00/mês, especialmente, com a operação tapa-buracos.

O DER/PB, também, executa intervenções isoladas para reparação de problemas que são causados por chuvas intensas e, também, decorrentes da própria implantação da Via. Essas ocorrências foram identificadas e estão sendo sanadas. Em resumo, referem-se a recuperação de cortes e aterros, jazidas e empréstimos e travessia de trechos já habitados, a exemplo de Jacumã que já tem projeto executivo para a implantação do contorno rodoviário de seu núcleo urbano, conforme já citado acima.

#### b) Aeroviário

O Estado da Paraíba, em especial, João Pessoa, conta com uma boa estrutura aeroviária proporcionada pelo aeroporto Castro Pinto que se situa a menos de 1,0 km da BR-101, no trecho em que a BR-101 se superpõe a BR-230. Com relação ao centro de João Pessoa o Aeroporto dista 8,0 km. Sua

pista de pouso possui 2.550 m de comprimento, com 44,00m de largura, proporciona pouso e decolagem para aeronaves de padrão internacional.

A INFRAERO está promovendo a execução de obras de ampliação do Aeroporto, constando de reforço na pista, reforma da estação de passageiros que terá, também, sua área ampliada de 6.000,00 m<sup>2</sup> para 9.460,00 m<sup>2</sup>, melhoria das pistas de rolamento dos acessos, dos pátios das aeronaves e outras obras complementares, correspondendo a investimentos da ordem de R\$ 37.889.608,33, com previsão de conclusão para 08/2005. com estas obras, é previsto que o Aeroporto receba 399 mil passageiros em 2005 e até 1.256 milhões de passageiros em 2020, data do horizonte do projeto de reforma/ampliação do Aeroporto Pinto Castro.

A sua movimentação média atual de passageiros é da ordem de 260 mil passageiros/ano.

#### c) Portuário

O porto do estado da Paraíba está localizado em Cabedelo, situado na margem direita do rio Paraíba, a 18,00 km do centro de João Pessoa.

Trata-se de um porto natural, com excelentes características para manobras em razão da profundidade de seu calado e largura do rio Paraíba, no trecho onde se localiza. É servido por uma ferrovia e uma ótima rodovia, a BR-230 que tem seu “marco zero” em suas imediações.

Esse Porto poderá desempenhar importante papel no incremento do turismo no Estado da Paraíba, uma vez que é uma das principais portas de entrada dos cruzeiros marítimos que demandam a região.

Para receber adequadamente navios de passageiros o Porto necessita de investimentos no sentido de tornar suas instalações mais modernas e confortáveis. Há necessidade, por exemplo, de dependências para a Polícia Federal, a Receita Federal e a Vigilância Sanitária.

### **3.4.1.7 – Comunicações**

#### a) Transmissão de dados de alta velocidade

A Telemar é uma empresa privada que opera serviços de comunicação de informações por voz ou dados de alta velocidade, operando no estado da Paraíba. Em João Pessoa e Cabedelo já está disponível o VELOX que possibilita acessos à internet em alta velocidade – até 512 Kbps. Nos municípios de Conde e Pitimbu, a Telemar, atende através do sistema de telefonia à convencional.

## b) Telefonia convencional

A Telemar disponibiliza para os municípios da Área de Planejamento os seguintes terminais:

Municípios	Terminais Individuais		Terminais uso público	
	Instalados	Em serviço	Instalados	Em serviço
Bayeux	11.733	9652	622	622
Cabedelo	10.631	9364	449	449
João Pessoa	174.294	969	162	162
Conde	1.240	158.502	6.446	6.446
Pitimbu	826	618	117	117

Nos municípios mencionados a Telemar cumpre a todos os requisitos do PGMU – Plano Geral de Metas para a Universalização e ao PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade, conforme Contrato de Concessões da Anatel. Dessa forma, tem-se a garantia de que o sistema de telecomunicação está habilitado para atender a demanda presente e futura, podendo acompanhar o crescimento de população e ampliação das atividades econômicas, em especial o turismo, conforme está definido, na Regulamentação das Telecomunicações e todos os requisitos constantes do referido Contrato de Concessão da Anatel.

#### 3.4.1.8 – Conclusões

O diagnóstico da infra-estrutura de serviços públicos na Área de Planejamento demonstra que o território do estudo apresenta situações de pleno atendimento e também, de ausência de infra-estrutura – áreas sem qualquer oferta de serviço, destacam-se em boas condições as orlas de Cabo Branco e Tambaú e João Pessoa, e Manaíra em Cabedelo.

Concluindo, pode-se afirmar que as condições atual e projetada dos serviços públicos de infra-estrutura básica apresentam elementos suficientes, conforme exposto neste sub-item 3.4.1-infra-estrutura, para garantir o atendimento às demandas geradas pelo crescimento vegetativo da população da Área de Planejamento, como, também pela implantação de equipamentos relacionados ao desenvolvimento de atividades turísticas, tendo em vista as razões a seguir: a) as empresas privadas que tem as concessões para a exploração dos serviços de suprimento de energia elétrica e telefônica tem, por “Contrato de Concessão”, metas bastantes rígidas para a universalização dos citados serviços em prazos reduzidos. Ressalta-se que as metas pré-estabelecidas para esse fim, vem sendo cumpridas antecipadamente. É oportuno registrar que existirá uma reserva da capacidade potencial desses sistemas para atendimento a demandas não previstas, segundo os planos da ANEEL e ANATEL; b) com referencia ao abastecimento d’água e esgotamento sanitário, foi demonstrado que a CAGEPA é uma empresa superavitária que atende

satisfatoriamente a demanda atual de seus serviços e permanece em constante desenvolvimento técnico e material para ampliar sua capacidade operacional potencial, para esse fim, inclusive, tem contratado junto a CEF e BNDES diversos financiamentos. Ressalta-se que na zona litorânea do Estado da Paraíba não há razões físicas naturais que impossibilitem a oferta de água potável à população da Área de Planejamento; c) quanto ao sistema viário é afirmativo concluir que a malha viária que atende a Área de Planejamento é plenamente suficiente para o desenvolvimento de atividades turísticas, salvo pequenas complementações (a pavimentação de alguns acessos a determinadas praias) que apenas vem aumentar o grau do atendimento rodoviário; d) a inauguração do aterro sanitário localizado a 5,00 km da BR-101, sentido João Pessoa/Recife, tem as condições necessárias para receber todo o lixo produzido na Área de Planejamento nos próximos 20 anos; e) as infra-estruturas Aeroportuárias e Portuárias, também, estão sendo ampliadas. A primeira tem suas obras já em execução aumentando a sua capacidade de operacionalização para um horizonte de 20 anos e o Porto de Cabedelo deverá em breve passar também por uma reforma para abrigar um terminal de passageiros.

Em resumo, a infra-estrutura instalada “atual e futura” pelo exposto, não é empecilho para o desenvolvimento do turismo na Área de Planejamento.

No conjunto de áreas de interesse para o turismo, o quadro a seguir destaca a oferta dos serviços segundo quatro categorias: bom, regular, ruim e inexistente.

Serviços	Municípios				
	João Pessoa	Cabedelo	Conde	Pitimbu	Bayeux
Energia elétrica	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Abastecimento d'água	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Esgotamento sanitário	Regular	Ruim	Inexistente	Inexistente	Ruim
Coleta de lixo	Bom	Bom	Regular	Regular	Bom
Destino final de lixo	Bom	Bom	Bom	Inexistente	Bom
Acessibilidade-vias	Bom	Bom	Regular	Regular	Bom
Telefonia	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Comunicações (radio/TV)	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom

Considerando que os espaços atraentes do ponto de vista do estudo se localizar ao longo do litoral – aglomerado urbano de João Pessoa e litoral sul, há que se analisar o estágio de oferta/suprimento de infra-estrutura nas áreas consideradas estratégicas para a implantação de novos empreendimentos turísticos.

Com efeito, o quadro a seguir contempla o elenco de praias relevantes e sua posição diante da infra-estrutura:

Praias	Serviços							
	EE	AA	ES	CL	DF	AV	T	C
<b>CABEDELO</b>								
Miramar	B	B	-	B	B	B	B	B
Ponta de Matos	B	B	-	B	B	B	B	B
Formosa	B	B	-	B	B	B	B	B
Areia Dourada	B	B	-	B	B	B	B	B
Camboinha	B	B	-	B	B	B	B	B
Poço	B	B	-	B	B	B	B	B
Ponta de Campina	B	B	-	B	B	B	B	B
Intermares	B	B	B	B	B	B	B	B
<b>JOÃO PESSOA</b>								
Bessa	B	B	-	B	B	B	B	B
Manaíra	B	B	RE	B	B	B	B	B
Tambaú	B	B	RE	B	B	B	B	B
Cabo Branco	B	B	B	B	B	B	B	B
Ponta do Seixas	B	B	-	B	B	B	B	B
Penha	B	B	-	B	B	B	B	B
Arraial	B	B	-	-	-	B	B	B
Jacarapé	B	B	-	-	-	B	B	B
Camurupim	B	B	-	-	-	B	B	B
Sol	B	B	-	-	-	B	B	B
Barra do Gramame	B	B	-	-	-	RU	B	B
<b>CONDE</b>								
Jacumã	B	B	-	B	B	B	B	-
Carapibus	B	B	-	B	B	B	B	-
Tabatinga	B	B	-	B	B	RU	B	-
Coqueirinho	B	B	-	B	B	RU	B	-
Tambaba	B	B	-	-	-	RU	-	-

Praias	Serviços							
	EE	AA	ES	CL	DF	AV	T	C
Barra do Graú	B	B	-	-	-	RU	-	-
<b>PITIMBÚ</b>								
Bela	B	-	-	-	-	RU	-	-
Abiaí	-	-	-	-	-	RU	-	-
Camucim	-	-	-	-	-	RU	-	-
Pitimbú	B	B	-	B	RU	B	B	-
Maceió	B	B	-	B	RU	B	B	-
Guarita	B	B	-	B	RU	RU	B	-
Azul	B	B	-	B	RU	RU	B	-
Santa Rita	B	B	-	B	RU	RU	B	-
Praia dos Coqueiros	B	B	-	B	RU	RU	B	-
Acaú/Pontinha	B	B	-	B	RU	RU	B	-

**Legenda serviços**

EE – energia elétrica  
AA – abastecimento d'água  
ES – esgotamento sanitário  
CL – coleta de lixo  
DF – destino final do lixo  
AV – acessibilidade/vias  
T – telefonia  
C – comunicação

**Legenda avaliação**

B - Bom  
RE – Regular  
RU – Ruim  
I - Inexistente

**3.4.2 – Drenagem****3.4.2.1 – Drenagem Urbana**

Nas planícies costeiras (terraços marinhos planos e baixos) verifica-se que a baixa declividade dos terrenos e a ocupação desordenada ou inadequada dos loteamentos são os principais fatores que agravam a situação no período chuvoso ou mesmo em períodos isolados de ocorrência de chuvas intensas, prolongando o tempo em que essas áreas permanecem inundadas. Ainda, pode-se citar que os aterros indiscriminados contribuem fortemente para a degradação dos ambientes e o desequilíbrio do sistema natural de drenagem, redirecionando as águas para outros sítios que passam a ficar também alagados. Como se pode observar em Pitimbú. Neste contexto, outros problemas são associados como a formação de voçorocas, destruição de aterros de vias públicas, alagamento de edificações, ocorrências registradas em parte do município de Cabedelo.

Uma outra questão referente às áreas costeiras decorre da falta de informação para a ocupação do solo urbano tendo em vista que os loteamentos quase sempre são liberados e licenciados sem se considerar os processos que ocorrem na dinâmica marinha. Por exemplo, em João Pessoa na praia do

Bessa, os traçados de galerias de águas pluviais passam a acompanhar a ocupação urbana no litoral que avança quase sempre na direção da linha de costa. Tais traçados ficam sujeitos à ação das marés, provocando entre outras conseqüências o desgaste e a rápida destruição das estruturas hidráulicas de lançamento. Em Tambaú e Manaíra, principalmente, ligações clandestinas de esgoto em componentes do sistema da drenagem pluvial, provocam condições indesejáveis de balneabilidade em trechos de praia e confundi-se com problemas decorrentes de deficiência do sistema de drenagem.

### **3.4.2.2 – A problemática da drenagem urbana nas áreas de tabuleiros de orla**

Nas áreas de tabuleiro, com cotas mais altas (quase sempre acima de 5 metros até 40), não são freqüentes problemas significativos advindos do escoamento superficial, haja vista que as declividades maiores ou medianas mais observadas, e a constituição do solo e a vegetação existente minimizam as possibilidades de acúmulo de água e de erosão. Destaque-se que são áreas geralmente menos ocupadas, talvez devido às dificuldades naturais de acesso às praias. Entretanto, quando da ocupação urbana feita de forma inadequada, com o desmatamento e a execução incorreta de cortes e aterros, ocorrem problemas de erosão, com o aparecimento de ravinas e voçorocas. É o caso das orlas de Carapibus e Tabatinga, no município de Conde por serem ocupadas em baxios dos tabuleiros costeiros, apresentam processos de erosão.

O Quadro a seguir, apresenta de forma sistematizada o diagnóstico relativo aos problemas de drenagem com a identificação, em cada orla urbanizada, não urbanizada ou em urbanização na Área de Planejamento, dos graus de importância das questões da drenagem de águas pluviais e problemas associados. Para tanto foi adotada uma escala de três níveis de relevância:

- **nível 1:** problema de destaque, significando um grau de gravidade que requer pronta intervenção;
- **nível 2:** problema de importância, mas que não requer emergência/urgência no seu equacionamento;
- **nível 3:** problema secundário, de pouco destaque ou irrelevante.

Este modelo de análise, baseado na metodologia de listagens de controle escalares de AIA - Avaliação de Impacto Ambiental, permite diagnosticar os principais problemas decorrentes da drenagem urbana nas diferentes áreas e orlas da Área de Planejamento. Possibilita ainda, a hierarquização dos problemas segundo cada trecho dos municípios estudados, assegurando uma tomada de decisão eficaz enquanto estratégia de intervenção futura.

Quadro – Síntese dos problemas de drenagem na Área de Planejamento

Município	Orla	Principais problemas de drenagem urbana e associados				Observações
		Alagamentos frequentes (nível do problema)	Ocorrência de processos erosivos (nível do Problema)	Poluição da praia por ligações clandestinas de esgotos à rede de drenagem existente (nível do Problema)	Canalização com impermeabilização de cursos d'água (nível do Problema)	
CABEDELO	Miramar	1	2	1	1	Orla urbanizada
	Ponta de Matos	1	3	3	3	Orla urbanizada
	Formosa	1	1	3	3	Orla urbanizada
	Areia Dourada	2	2	3	3	Orla urbanizada
	Camboinha	1	2	3	3	Orla urbanizada
	Poço	1	3	2	3	Orla urbanizada
	Ponta de Campina	1	3	3	3	Orla urbanizada
Intermares	1	1	3	3	Orla urbanizada	
JOÃO PESSOA	Bessa	1	2	3	1	Orla urbanizada; Sistemas de macro e microdrenagem parcialmente implantados
	Manaíra	3	3	1	3	Orla urbanizada; Sistemas de macro e microdrenagem implantados
	Tambaú	3	3	1	3	Orla urbanizada; Sistemas de macro e microdrenagem implantados
	Cabo Branco	3	2	3	3	Orla urbanizada; Sistemas de macro e microdrenagem implantados
	Ponta do Seixas	2	3	3	3	Orla em processo de urbanização
	Penha	3	2	2	3	Orla em processo de urbanização
	Arraial	3	3	3	3	Orla não urbanizada
	Jacarapé	3	3	3	3	Orla não urbanizada
	Camurupim	3	3	3	3	Orla não urbanizada

nível 1: problema de destaque, significando um grau de gravidade que requer pronta intervenção;

nível 2: problema de importância, mas que não requer emergência/urgência no seu equacionamento;

nível 3: problema secundário, de pouco destaque ou irrelevante.

Quadro – Síntese dos problemas de drenagem na Área de Planejamento (CONTINUAÇÃO)

Município	Orla	Principais problemas de drenagem urbana e associados				Observações
		Alagamentos frequentes (nível do Problema)	Ocorrência de processos erosivos (nível do Problema)	Poluição da praia por ligações clandestinas de esgotos à rede de drenagem existente (nível do Problema)	Canalização com impermeabilização de cursos d'água (nível do Problema)	
JOÃO PESSOA	Sol	3	3	3	3	Orla não urbanizada
	Barra do Gramame	3	2	3	3	Orla em processo de urbanização
CONDE	Jacumã	3	2	3	3	Urbanização fragmentada
	Carapibus	3	1	3	3	Orla em processo de urbanização
	Tabatinga	3	1	3	3	Orla em processo de urbanização
	Coqueirinho	3	1	3	3	Orla em processo de urbanização
	Tambaba	3	1	3	3	Orla não urbanizada
	Barra do Grau	3	2	3	3	Orla em processo de urbanização
	Bela	3	2	3	3	Orla em processo de urbanização
PITIMBÚ	Abiaí	3	3	3	3	Orla não urbanizada
	Camucim	3	3	3		Orla não urbanizada
	Pitimbú	1	1	1	2	Orla urbanizada
	Maceió	2	2	3	3	Orla em processo de urbanização
	Guarita	3	3	3	3	Orla em processo de urbanização
	Azul	2	2	3	3	Orla em processo de urbanização
	Santa Rita	2	2	2	3	Orla em processo de urbanização
	Praia dos Coqueiros	3	3	3	3	Orla em processo de urbanização
	Acaú/Pontinha	2	2	2	3	Orla em processo de urbanização

nível 1: problema de destaque, significando um grau de gravidade que requer pronta intervenção;  
nível 2: problema de importância, mas que não requer emergência/urgência no seu equacionamento;  
nível 3: problema secundário, de pouco destaque ou irrelevante.

### 3.4.2.3 – Síntese conclusiva do diagnóstico da drenagem

Nos municípios da Área de Planejamento, as orlas urbanizadas inseridas em planícies costeiras são a maioria. Destacam-se as áreas urbanizadas dos municípios de João Pessoa e Cabedelo, enquanto Pitimbu se apresenta em menor escala.

Em áreas já urbanizadas, a maioria dos problemas apresentados seria minimizada através da implantação de projetos de drenagem de águas pluviais com ações corretivas às inadequações do parcelamento do solo porventura ocorridas.

No diagnóstico realizado, as orlas compreendendo as áreas urbanizadas dos municípios de Pitimbu e Cabedelo são as mais afetadas por problemas de drenagem e associados, requerendo portanto atenção prioritária.

No município de João Pessoa, o bairro do Bessa conta com a implantação parcial do sistema de macrodrenagem e uma pequena parcela do sistema de microdrenagem. No entanto, são estruturas ainda com cobertura insuficiente para atenuação satisfatória dos problemas de drenagem. Nas orlas de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, que contam com sistemas eficientes de drenagem pluvial não se observam problemas de alagamento ou erosão.

### 3.4.3 – Urbanização do Litoral na Área de Planejamento

A paisagem na área de planejamento apresenta praias estreitas com falésias, muitas vezes longas e retilíneas, além de planícies costeiras oriundas de sedimentos dos rios Paraíba e Goiana. Ainda pode se encontrar alguns trechos de matas. Além da região estuarina do Rio Paraíba e Goiana, o litoral sul apresenta coleções d'água significativas no contexto da construção de cenários representativos da interação dos ambientes urbano, natural e cultural, apropriado para o lazer e turismo de qualidade. Destacam-se três rios principais, que possuem bacias médias e de pequenos portes: Gramame, Graú e Abiaí.

O Litoral Sul possui sua linha da costa ocupada por urbanização em níveis diferenciados de classificação e que estão mostrados no **Quadro 3**. Apenas Cabedelo e Pitimbu, tiveram suas sedes municipais instaladas na orla desde o início do processo de ocupação de seus núcleos urbanos. Neste contexto, os primeiros loteamentos se configuraram a partir de Jacumã, município do Conde, até Pitimbu e passaram a serem vendidos na década de setenta, atendendo a uma demanda de pessoas de outros locais e estados, principalmente, de Pernambuco. Essa demanda foi gerada devido à vizinhança de Pitimbu com as praias pernambucanas.

O município de Conde não teve sede administrativa municipal instalada na orla marítima, assim como João Pessoa, que iniciou o processo de ocupação a partir das margens do rio Sanhauá, onde está localizado seu Centro Histórico.

Ao longo do litoral do Estado paraibano, configura-se uma paisagem diversificada, com algumas singularidades naturais decorrentes das intervenções humanas. Também se pode observar que atividades antrópicas e ocorrência de eventos naturais têm produzido mudanças no nível de qualidade visual e ambiental preexistente. Contudo, essas alterações não são graves, nem chegam a prejudicar a qualidade visual e ambiental da paisagem como um todo.

O **Quadro 1** demonstra que a maioria da população litorânea é urbana, dando mostras da preferência pelas cidades, mesmo quando estas são pequenas sedes municipais. Os municípios conurbados a João Pessoa, tais como Santa Rita, Bayeux e Cabedelo são os que apresentam maior densidade demográfica, sempre crescente desde a década de setenta.

A análise pertinente a caracterização do processo de urbanização dos municípios da Área de Planejamento pressupõe uma visão de cada município, bem como do estágio atual de ocupação do litoral, com destaque para os trechos notáveis da orla marítima.

### ● **Município de CABEDELLO**

Cabedelo possui uma área territorial de 33 Km<sup>2</sup> e uma população essencialmente urbana. Trata-se do município onde está instalado o único porto do Estado. Possui uma estrutura urbana já consolidada e integrada à malha de João Pessoa. A ocupação da linha da costa foi ocorrendo na medida em que João Pessoa se expandia para a praia. As vilas de pescadores foram sendo substituídas pelas residências de veraneio.

No município existe um dos principais patrimônios históricos do Estado, o Forte de Santa Catarina, do século XVI.

Na sua franja litorânea destacam-se sete praias que apresentam características próprias, a saber:

- **Orla de Miramar** - observa-se a presença do terminal portuário ao longo de seu entorno, verificando-se, por conseqüência impactos negativos específicos de áreas localizadas próximas a instalações deste porte. Há transporte aquaviário para passageiros e veículos, feito em balsa, através do Rio Paraíba até a praia de Costinha no município de Lucena. Do ponto de vista urbanístico, a mancha urbana possui casario simples e a sede municipal está instalada neste local. As ruas e praças, em geral são pequenas. A balneabilidade desta praia é regular. Denota-se um processo de invasão de áreas do Patrimônio da União, através da instalação de barracas. A presença de tanques de derivados de petróleo, instalados na circunvizinhança da Fortaleza Santa Catarina é uma ameaça a edificação histórica.
- **Orla de Ponta de Matos** – apresenta um parcelamento do solo reticulado, observando-se a falta de ordenamento do espaço interno, existência de ruas estreitas, algumas não pavimentadas, resquícios de uma ocupação anterior aleatória, fruto de invasões em terras do Patrimônio da União.
- **Orla de Formosa** - praia protegida pelos arrecifes, presença de coqueirais e remanescentes de comunidades tradicionais. O traçado urbano estabeleceu-se ao longo da primeira avenida que teve sua ocupação original feita pelos caiçaras e posteriormente transformou-se em residências de veraneio de médio padrão. O modelo de urbanização estabelecido é aleatório, semelhante a Ponta de Matos onde muitas ruas ainda estão sem pavimentação, carecendo de tratamento paisagístico.

- **Orla de Areia Dourada** - praia protegida pelos arrecifes. A ocupação urbana estabeleceu-se ao longo da praia por meio de residências de veraneio de médio padrão. Não existe a primeira avenida – em frente ao mar, o acesso às edificações existentes é realizado pelos fundos de quintais através da BR-230 ou vias perpendiculares abertas entre quadras. Isto porque neste trecho de orla as quadras existentes são compridas, possuindo a frente de seus lotes a beira-mar e fundos virados para a BR-230. Neste trecho de praia é comum a presença de jardins e quintais nas edificações além da existência de garagens para barcos.
  
- **Orla de Camboinha** - uma das melhores praias do município, protegida pelos arrecifes. Seu entorno caracteriza-se pela ocupação linear da faixa de beira mar, seguida de quadras dispostas em tabuleiro reticulado, ruas internas e principais não pavimentadas. O acesso é feito através da BR-230. Ressalte-se a importância do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, localizado em frente à praia de Camboinha.
  
- **Orla do Poço** – a urbanização está consolidada. Seu entorno caracteriza-se pela ocupação linear da faixa de beira mar, seguida de quadras dispostas em tabuleiro reticulado a partir da 2ª. Avenida que é paralela à faixa litorânea e funciona como um dos eixos viários principais de acesso ao bairro. Outro eixo de acesso importante, menos sujeito a congestionamento durante feriados é a BR-230. O acesso à beira mar é precário, a quase totalidade das ruas internas não estão pavimentadas. Observa-se o crescimento de atividades do setor terciário ligadas ao lazer e turismo como a presença de restaurantes tradicionais, apesar da desorganização do espaço em alguns pontos localizados devido a invasão de áreas da beira mar por barracas rústicas.
  
- **Orla de Ponta de Campina** - a 2ª avenida da faixa litorânea é asfaltada e funciona como eixo viário principal. A partir dessa 2ª avenida, paralela à faixa litorânea vem ocorrendo a abertura de loteamentos com ruas secundárias ainda sem pavimentação. Neste quadro ressalta-se a presença de ruínas do Convento do Almagre, importante marco do Patrimônio Histórico, edificado no século XVI.
  
- **Orla de Intermares** - caracteriza-se pelo processo de verticalização intenso com edificações, de médio e alto padrão de construção. É a única praia do município que possui calçadão à beira mar. Internamente, quase todas as ruas do bairro não são pavimentadas. Há considerável presença de “segundas residências” de proprietários oriundos de outros municípios do Estado. Em geral, a população de residentes permanentes exerce atividades em João Pessoa.

- **Município de JOÃO PESSOA**

Na condição de capital do Estado da Paraíba, João Pessoa com 210,8 km<sup>2</sup>, está entre os municípios, que apresentam as maiores taxas de urbanização registradas desde o Censo Demográfico(1991). Sua população foi considerada essencialmente urbana.

A principal característica de João Pessoa é sua cobertura vegetal constituída de porções de matas nativas como Mata Atlântica, Manguezais, Cerrados e Restingas. Somadas a estas matas, a massa de vegetação que compõe os espaços livres públicos e privados representados pelos parques, praças, avenidas e ruas, jardins e quintais residenciais, favorece a qualidade ambiental e visual da paisagem.

Nos anos setenta, a capital expande-se para sul e sudeste, leste e nordeste. Neste contexto incorpora os bairros de Cruz das Armas e Tambaú à sua malha urbana. No litoral, destacam-se seis trechos de orla que apresentam características peculiares, conforme descrição a seguir.

- **Orla do Bessa** – a urbanização está consolidada ao longo da beira-mar sem calçadas e marcada por diversos pontos de invasão de áreas do Patrimônio da União. A 2ª. avenida litorânea é asfaltada e paralela à beira mar, é considerada avenida principal. Funcionou como eixo viário principal e de expansão acelerada do bairro para o interior do continente. Observa-se em todo bairro a abertura de loteamentos sem planejamento adequado. Neste sentido, não foram levadas em conta as ligações intra-urbanas com os demais loteamentos, outros bairros e o município vizinho. A aleatoriedade dos modelos e traçados e a falta de controle quanto a ocupação de áreas com fragmentos de ecossistemas litorâneos ainda existentes na malha urbana produz impactos negativos na qualidade de vida do bairro.
- **Orla de Manaíra** - a urbanização do bairro encontra-se consolidada. A primeira avenida litorânea é dotada de calçada, de via asfaltada e edificações compostas por residências unifamiliares, edificações multifamiliares, hotéis, flats, bares, restaurantes, shopping center, estabelecimentos comerciais diversos, quadra de esportes. Há ocorrência de problemas de tráfego. A rede de esgotamento sanitário é apenas parcialmente implantada. Em trechos do calçamento de Manaíra são encontrados quiosques para venda de coco verde que foram inadequadamente adaptados para funcionarem como bares, provocando problemas de conflitos de uso devido a invasão do espaço público destinado ao passeio de pedestres, além da precariedade das instalações sanitárias.
- **Orla de Tambaú/Orla do Cabo Branco** – a urbanização do bairro encontra-se consolidada. A partir da avenida Rui Carneiro, na beira mar e no calçamento, algumas intervenções provocaram impactos negativos na paisagem costeira, devido a presença do mercado de peixe e concentração de barracas que oferecem serviços diversificados. O bairro está com todas as ruas pavimentadas. Nestas orlas, o espaço público urbano coletivo livre de edificações como ruas, calçadas, ciclovias e praças, caracteriza-se pela falta de tratamento paisagístico e de ordenamento das praias.
- **Orla da Ponta do Seixas, Orla da Penha** - urbanização em processo lento. Presença de comunidades tradicionais. Ruas não pavimentadas, salvo pequeno trecho e acesso do Seixas. Presença significativa de construções irregulares em áreas de Patrimônio da União. Presença de patrimônio histórico religioso.
- **Orla do Arraial, Orla do Jacarapé, Orla de Camurupim e Orla do Sol** - processo lento de urbanização. Caracteriza-se pela presença de comunidades tradicionais, e 2ª residência. O acesso principal às praias é feito através de via pavimentada, e secundárias em vias carroçáveis. Presença do Parque Estadual

de Jacarapé, criado apenas por lei mas ainda sem unidade administrativa instalada.

- **Orla da Barra do Gramame** – Processo lento de urbanização. Ausência de vias pavimentadas. Presença de construções irregulares e áreas loteadas com pouca ocupação.

- **Município do CONDE**

O município do Conde possui uma área territorial de 144 Km<sup>2</sup> e uma população rural maior do que a urbana. Sua sede urbana localiza-se fora do litoral no interior. Na sua paisagem natural nota-se a presença de falésias, de piscinas naturais formadas nos arenitos. As áreas semi-selvagens são dotadas de muitos coqueirais e trechos de matas nativas remanescentes.

- **Orla de Jacumã** – a urbanização consolidada segundo traçado aleatório e caótico que causa aspecto visual desagradável. Urbanização fragmentada. Ocorrência de aterramento de áreas de manguezais na malha urbana. Predominância da 2ª residência, caracterizando uma área de veraneio.
- **Orla de Carapibus, Orla de Tabatinga e Orla de Coqueirinho do Sul** – Processo de urbanização lento. Estas praias estão inseridas na APA de Tambaba. Caracterizam-se pela presença de condomínios horizontais utilizados como 2ªs. residências, pousadas, bares e restaurantes. Conservam áreas sem ocupação, mas que se encontram bastante loteadas. Algumas das comunidades tradicionais estão sofrendo mudanças de costumes diante das transformações espaciais ocorridas. O acesso ao local é misto, feito através de rodovia pavimentada, a PB-008, e vias secundárias não pavimentadas.
- **Orla de Tambaba** – o processo de urbanização é lento. Trata-se de uma praia reservada aos praticantes do naturismo. Com a criação da APA de Tambaba, ficou proibida a instalação de qualquer empreendimento ou atividade que não esteja de acordo com a filosofia naturista. Acesso principal em via pavimentada (PB 008).
- **Orla da Barra do Graú** – a urbanização em processo lento. Presença de comunidades tradicionais e 2ª residência. Vias não pavimentadas e urbanização fragmentada.

- **Município de PITIMBÚ**

O município de Pitimbú possui uma área territorial de 119 km<sup>2</sup> e a população urbana maior do que a rural. Sua sede urbana localiza-se na linha da costa. Diversas áreas do município foram transformadas em loteamentos para residências de veraneio, predominantemente segundas residências. A ocupação urbana é fragmentada, mais concentrada na sede do município, com modelos urbanos inadequados ao suporte físico. No centro urbano de Pitimbú encontra-se um setor degradado devido a poluição das águas do Riacho Engenho Velho, repercutindo na balneabilidade da

praia, em virtude da ausência de sistema de tratamento de esgoto. Na parte da APA de Tambaba pertencente ao município, existem loteamentos projetados na década de setenta, incompatíveis com a topografia e ainda sem licenciamento ambiental.

- **Orla de Bela** – em processo de urbanização, ainda rarefeita. Acessos não pavimentados e precários.
- **Orla de Abiaí/Orla de Camucim** – semi-selvagem, sem urbanização. Constatase a presença de plantações de cana de açúcar.
- **Orla de Pitimbú/ Maceió** – a urbanização caracteriza-se por mancha urbana contínua convencional ocupando porção do território ao longo da praia em traçados urbanos aleatórios. Presença de trecho de rio canalizado com ligações de esgoto clandestino que comprometem a balneabilidade de boa parte da praia. Presença de comunidades tradicionais, e 2ª residência em sua maioria. Presença de construções irregulares. Vias internas não pavimentadas em grande parte. Em épocas chuvosas há interrupção do trânsito por destruição de trechos dos aterros das vias.
- **Orla de Guarita** – a urbanização se dá em fragmentos, caracterizada por loteamento com baixa ocupação, 2ª residência e construções irregulares. Vias internas e acesso não pavimentados. Alagamentos frequentes com interrupção do trânsito em épocas chuvosas.
- **Orla de Azul/Santa Rita** – a urbanização em geral e os acesso às praias são dotados de belo visual e de um entorno natural pouco antropizado. No entanto, muitas áreas são ocupadas sem planejamento e quase sem infra-estrutura e as vias não são pavimentadas.
- **Orla Coqueiros** – processo lento de urbanização (pequena vila) com entorno ainda com vegetação nativa e vias não pavimentadas.
- **Acaú/ Pontinha** – Pequeno núcleo com loteamentos ainda pouco ocupados, presença marcante de 2ª residência, traçado convencional, ruas não pavimentadas.

O quadro 1, a seguir, apresenta a síntese da ocorrência de problemas no litoral sul, retirados do Plano de Gestão do Litoral Sul do GERCO/PB. O quadro 2 mostra na mesma ótica, os problemas da Região Metropolitana de João Pessoa.

Em seguida é apresentado o **Quadro 3**, onde são fixadas as características de urbanização das orlas da Área de Planejamento, obedecendo a uma metodologia adaptada do **Projeto Orla**. Em apoio à leitura do Quadro 3, foram elaborados os Quadros 4 e 5 (referente ao **suporte físico** e **tipo urbanístico** – coluna 1), o **Quadro 6** (referente as colunas 2, 3, 4, 5, 6 e 7), e ainda, o **Quadro 7**, contendo observações qualitativas – coluna 8.

Quadro 1 - PROBLEMAS DA ZONA COSTEIRA DO LITORAL SUL DA PARAÍBA

OCUPAÇÃO	DESMATAMENTO	VALORES SÓCIO-CULTURAIS	POLUIÇÃO HÍDRICA	OUTROS
Áreas urbanas não planejadas. Traçados incompatíveis com o suporte físico	Desmatamento desordenado	Perda de valores e costumes das populações tradicionais	Poluição das praias Destruição de fontes e nascentes	Lixo urbano nas praias, rios, estuários.
Invasão de áreas de manguezais	Desmatamento e destruição dos mangues		Poluição das águas de maceiós	Erosão e assoreamento
Construção de edificações em áreas de Mata Atlântica	Retiradas de fragmentos de matas e espécies ainda não estudadas	Perda: pesquisas e conhecimento científico	Poluição marinha constatada no monitoramento	Desenvolvimento de processos de erosão
Invasão de área de praias e de Patrimônio da União	Desmatamento da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados		Poluição por esgoto domésticos e industriais	Falta de saneamento básico das áreas ribeirinhas
Loteamentos inadequados	Desmatamento dos mangues	Destruição da paisagem	Poluição dos rios	Falta de fiscalização dos órgãos ambientais
Instalação de barracas sem infraestrutura e sem condições sanitárias adequadas	Destruição dos recursos turísticos,	Destruição da paisagem e valores cênicos Populações tradicionais de caiçaras e pescadores transformando-se em barraqueiros.	Poluição de corpos d'água no entorno	Falta de cumprimento das regras de ocupação da Zona Costeira. Falta de educação ambiental
Privatização de praias				Falta de consciência da sociedade para com os valores do patrimônio.
Comprometimento da paisagem dos Centros Históricos		Degradação dos sítios históricos e recursos turísticos ambientais e urbanos.		Falta cumprimento da legislação Falta adequação dos Planos Diretores dos Municípios.

<b>Quadro 2 - PROBLEMAS DA ZONA COSTEIRA DA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA</b>				
<b>OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO</b>	<b>ASPECTOS BIÓTICOS</b>		<b>POLUIÇÃO E INFRA-ESTRUTURA</b>	
Crescimento urbano desordenado	Ocupação desordenada do solo	Contaminação por agrotóxico	Efluentes domésticos lançados "In natura" nos corpos d'água	Lançamento do esgoto sanitário nas galerias pluviais
Especulação imobiliária	Ocupação de loteamentos nas áreas de preservação		Infra-estrutura deficiente agravada no verão	Tráfego acentuado próximo a praia
Ocupação de áreas de risco e de ecossistemas frágeis	Edificações ou invasões de áreas "Non aedificandi" Loteamentos irregulares		Extração mineral inadequada  Morte iminente do Rio Jaguaribe e assoreamento	Esgotamento sanitário insuficiente Poluição das Praias de Tambaú e Manaíra
Desobediência à legislação municipal	Loteamentos inadequados		Poluição dos espelhos d'água	Problemas operacionais na rede de esgotos (tambaú, manaíra, e mangabeira)
Deficiência / ineficiência da legislação	Construções inadequadas e tráfego de bugres na linha de praia (marinha fluvial)			

Quadro 3 – SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DE URBANIZAÇÃO DE ORLAS NA ÁREA DE PLANEJAMENTO								
MUNICÍPIO / ORLA	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	Coluna 8
	SUPOORTE FÍSICO TIPO URBANO	COMUNIDADES TRADICIONAIS	SEGUNDA RESIDÊNCIA	COBERTURA URBANA	PRESENÇA DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES	FORMAS DE ACESSOS	PRESSÃO IMOBILIÁRIA	
<b>CABEDELO</b>								
Miramar	C5/C13	A	A	B	C	B	B	
Ponta de Matos	C5/C3	C	B	B	A	B	B	
Formosa	C5/C2	C	B	B	A	A	B	
Areia Dourada	C5/C2	C	C	B	A	B	B	
Camboinha	C5/C3	C	C	A	B	B	C	
Poço	C5/C3	C	B	B	B	B	B	
Ponta de Campina	C5/C2	C	C	A	A	B	B	
Intermares	C2/C3	C	A	C	A	C	C	
<b>JOÃO PESSOA</b>								
Bessa	C2/C3	C	A	C	A	B	C	
Manaíra	C2/C3	C	A	C	A	C	C	
Tambaú	C2/C3	C	A	C	A	C	C	

Quadro 3 – SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DE URBANIZAÇÃO DE ORLAS NA ÁREA DE PLANEJAMENTO

MUNICÍPIO / ORLA	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	Coluna 8
	SUPORE FÍSICO TIPO URBANO	COMUNIDADES TRADICIONAIS	SEGUNDA RESIDÊNCIA	COBERTURA URBANA	PRESENÇA DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES	FORMAS DE ACESSOS	PRESSÃO IMOBILIÁRIA	
Cabo Branco	B5/B7	C	A	A	A	C	C	
Ponta do Seixas	B5/B7	C	A	A	B	B	C	
Penha	A5/A5	A	A	A	C	B	A	
Arraial	A5/A5	A	A	A	A	B	A	
Jacarapé	A5/A5	A	A	A	A	B	A	
Camurupim	A5/A6	A	A	A	A	B	A	
Sol	A5/A5	A	A	A	A	B	A	
Barra do Gramame	B5/B6	B	A	B	B	B	A	
<b>CONDE</b>								
Jacumã	B5/B7	C	B	B	B	B	B	
Carapibus	A1/A7	B	B	A	B	B	B	
Tabatinga	A1/A7	B	B	A	B	B	B	
Coqueirinho	A1/A7	A	B	A	B	B	B	
Tambaba	A1/A1	A	A	A	A	B	A	

Quadro 3 – SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DE URBANIZAÇÃO DE ORLAS NA ÁREA DE PLANEJAMENTO								
MUNICÍPIO / ORLA	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	Coluna 8
	SUPORTE FÍSICO TIPO URBANO	COMUNIDADES TRADICIONAIS	SEGUNDA RESIDÊNCIA	COBERTURA URBANA	PRESENÇA DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES	FORMAS DE ACESSOS	PRESSÃO IMOBILIÁRIA	
Barra do Graú	A3/A4	A	A	A	A	B	A	
PITIMBÚ								
Bela	A3/A4	A	A	A	A	B	A	
Abiaí	A3/A9	A	A	A	A	A	A	
Camucim	A1/B5	A	A	A	A	A	A	
Pitimbú	B5/B8	B	B	B	B	B	B	
Maceió	B5/B8	B	B	B	B	B	B	
Guarita	B5/B7	B	B	B	B	B	B	
Azul	B5/B8	B	B	B	B	B	B	
Santa Rita	B5/B8	B	B	B	B	B	B	
Praia dos Coqueiros	A5/A5	A	B	B	B	B	B	
Acaú/Pontinha	B5/B7	B	C	B	B	B	B	

<b>Quadro 4 - Relação entre o suporte físico /elemento da paisagem e as classes genéricas de uso e ocupação.</b> (Referente a coluna: 1 do Quadro 3)			
<b>Elemento paisagístico</b>	<b>Classes genéricas</b>		
	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>
<b>Suporte físico</b>	1. Áreas de relevo acidentado, recobertas por vegetação nativa, morros, falésias, costões, etc.	1. Áreas de relevo acidentado com ocupação mista, vegetação nativa + vegetação/plantio ou vegetação nativa + urbanização.	1. Áreas de relevo acidentado, totalmente urbanizadas ou com, pelo menos, mais de 50% de sua área urbanizada e sem vegetação nativa expressiva ou em recuperação.
	2. Áreas planas recobertas de matas nativas ou areões.	2. Áreas florestadas contínuas, nativas de porte ou em regeneração, inseridas ou vizinhas a aglomerações de pequeno e médio porte.	2. Áreas de relevo plano, totalmente urbanizadas ou com mais de 50% da sua área urbanizada e com vegetação plantada ou nativa em recuperação, e de pequeno porte.
	3. Lagos, lagoas e demais corpos d'água com o seu entorno totalmente coberto de vegetação nativa e com urbanização rarefeita distante no mínimo 1 km.	3. Lagos, lagoas e demais corpos d'água com urbanização de pequeno porte e rarefeita no seu entorno (até 50% da área) ou com vegetação introduzida/plantio no seu entorno (menos de 50% da área).	3. Lagos, lagoas e demais corpos d'água, inseridos em áreas totalmente urbanizadas ou em áreas com mais de 50% de urbanização no seu entorno.
	4. Dunas com entorno não urbanizado (em pelo menos 1km).	4. Dunas parcialmente envolvidas por urbanização (até 50% da área).	4. Dunas cercadas por urbanização (mais de 50%) ou em processo de urbanização.
	5. Praias e costões com entorno imediato ocupado por vegetação nativa ou em regeneração.	5. Praias e costões entremeados por pequenos núcleos de urbanização, vegetação nativa, dunas, lagoas, etc.	5. Praias, costões e lagoas totalmente inseridas em uma área urbana.
<b>Tipo urbanístico</b>	Isolada, em fragmentos, de pequeno porte (até 20.000 habitantes), de cunho histórico, cultural ou de forte apelo turístico.	Manchas e corredores de médio porte, de caráter habitacional ou turístico, nos quais a vegetação ocupa 50% da área existente, podendo ter um caráter histórico ou cultural.	Mancha urbana contínua, convencional, ocupando grande porção de território, com atividades não prioritariamente turísticas.

<b>Quadro 5 - PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA ORLA SEGUNDO TIPOS DE USO OU APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS</b> (Referente a coluna: 1 do Quadro 3)
Classe A
1. Unidades de conservação públicas ou particulares, predominando as categorias de proteção integral
2. Praias isoladas ( <i>res nullis</i> – terra de ninguém), com mais de 50% de sua totalidade formada de vegetação nativa preservada
3. Reflorestamentos particulares
4. Pequenas vilas isoladas compostas por população tradicional, com mais de 50% da área formada de vegetação nativa preservada
5. Pequenas vilas ou localidades isoladas, com habitações horizontais e mais de 50% da área formada de vegetação nativa preservada
6. Complexos hoteleiros isolados ( <i>resort</i> ) em meio a áreas predominantemente nativas
7. Complexos de lazer isolados (incluindo áreas de <i>camping</i> ) em meio as áreas predominantemente nativas
8. Chácaras de lazer (acima de 5.000m <sup>2</sup> ) ou loteamentos ambientalmente planejados, com mais de 50% de sua área com vegetação nativa preservada
9. Sítios, fazendas e demais propriedades agrícolas e/ou extrativistas, que possuem mais de 50% de sua área formada com vegetação nativa
10. Instalações militares em menos de 50% de sua área, com o restante formado de vegetação nativa preservada
11. Unidades mineradoras pontuais, não poluentes, cuja expansão esteja limitada a 5% da área total, sendo o restante formado de vegetação nativa preservada
Classe B
1. Unidades de conservação públicas ou particulares, predominando as categorias de uso sustentável
2. Reflorestamentos particulares
3. Maricultura de pequeno e médio porte
4. Complexos hoteleiros ou de lazer, isolados, cujo entorno seja constituído parcialmente, por áreas de vegetação nativa conservada e o espaço dedicado a produção agrícola e/ou atividades de lazer isoladas
5. Sítios, fazendas e demais propriedades agrícolas e/ou extrativistas, que possuam menos de 50% da área de vegetação nativa conservada ou preservada
6. Populações tradicionais, cujo espaço habitado seja menos de 50% do seu total formado por vegetação nativa conservada
7. Loteamentos/ balneários horizontais ou mistos, isolados entre si, entremeados

<b>Quadro 5 - PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA ORLA SEGUNDO TIPOS DE USO OU APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS</b> (Referente a coluna: 1 do Quadro 3)
por áreas cobertas de vegetação nativa e/ou plantações (uso misto – preponderantemente residencial)
8. Pequenos centros urbanos horizontais ou mistos
9. Instalações militares com menos de 50% de sua área ocupada formada de vegetação nativa preservada ou conservada
10. Indústrias isoladas, com menos de 50% de sua área ocupada formada de vegetação nativa preservada ou conservada.
11. Portos e/ou terminais isolados, próprios para embarcações de pequeno e médio porte, com menos de 50% de sua área ocupada formada de vegetação nativa preservada ou conservada
12. Unidades mineradoras pouco ou não poluentes, que mantenham ao menos de 50% do seu espaço total com vegetação nativa preservada ou conservada
Classe C
1. Habitacional exclusivamente (com primeira e segunda residência)
2. Habitacional predominantemente (com primeira e segunda residência)
3. Mistos habitacionais (com primeira e segunda residência), comerciais, serviços, industriais
4. Exclusivamente estabelecimentos públicos ou privados de interesse social, como escolas, hospitais, asilos, prisões e outros
5. Maricultura de pequeno, médio ou grande porte
6. Hoteleiros ou afins exclusivamente (hotéis/resorts, colônias de férias, pousadas)
7. Complexos de lazer, exclusivamente (como parques temáticos, parques urbanos, etc.)
8. Mistos – hoteleiros e outras atividades
9. Distritos ou complexos industriais, com usos industriais exclusivamente
10. Distritos ou complexos industriais e com usos diferentes
11. Portuários – exclusivamente
12. Mistos – portuários e atividades industriais
13. Mistos – portuários e atividades diversas (comércio, indústria, habitação e serviços)
14. Instalações militares, integralmente
15. Exploração mineral

Quadro 6 - PARÂMETROS DE QUALIDADE AMBIENTAL URBANA Referentes as colunas: 2, 3, 4, 5, 6, 7 do Quadro 3	
<p><b>1 Presença de Construções Irregulares</b></p> <p>Por construções irregulares, compreendem-se todas as edificações que estejam em desacordo com a legislação vigente, em especial a ambiental e a que se refere a áreas de uso comum do povo e ao patrimônio da União. Chama-se atenção para edificações sobre áreas de preservação permanente, terrenos de marinha e para as determinações constantes de zoneamentos territoriais legalmente definidos. Espera-se que a incidência desse indicador seja sempre baixa na classe A, devido à ausência, ou à baixa pressão imobiliária e disponibilidade de áreas adequadas para construção, mas poderá ser baixa, média ou alta dentro das características das classes B e C.</p>	
<p><b>1 Presença de Construções Irregulares</b></p>	<p><b>A</b> – construções irregulares não excedem 10% do total de construções existentes na orla ocupada.</p> <p><b>B</b> – construções irregulares representam 10 a 30% do total de construções edificadas na orla.</p> <p><b>C</b> – onde a ocorrência de construções desse tipo pode ser superior a 30% do total de edificações.</p>
<p><b>2 Presença de Comunidades Tradicionais</b></p> <p>Por comunidades tradicionais compreendem-se núcleos sociais com características culturais bem definidas e comuns a seus elementos, podendo ser formadas por representantes de sociedades que estão sendo reduzidas, tais como comunidades indígenas (cuja presença de reservas reconhecidas legalmente configura orla de interesse especial) e remanescentes de quilombos ou segmentos organizados em torno da atividade econômica, mantida historicamente com pouca ou nenhuma influência de outros setores, como pescadores artesanais ou de subsistência e coletores florestais. Trata-se de um parâmetro que tem grande correlação com os tipos de orla genéricos</p>	
<p><b>2. Presença de Comunidades Tradicionais</b></p>	<p><b>A</b> – orla com alta representatividade de comunidade(s) tradicional (ais) em relação ao total da população local, com pouca ou nenhuma alteração cultural relevante; ocupa pequenas vilas isoladas, essas, por sua vez, apresentando mais de 50% da área com vegetação nativa preservada.</p> <p><b>B</b> – orla onde a(s) comunidade(s) apresenta-se distribuída em núcleos, formando localidades entremeadas por ambientes quase naturais, onde menos de 50% do total da vegetação nativa está preservada. Pode ainda estar concentrada em pequenos núcleos urbanos, apresentando alterações culturais relevante.</p> <p><b>C</b> – orla onde inexistem comunidades tradicionais, ou na existência de núcleos isolados, os mesmos apresentam alterações culturais marcantes, o que inclui adoção de costumes urbanos.</p>
<p><b>3. Concentração de Domicílios de Veraneio (Segunda Residência)</b></p> <p>Este parâmetro sinaliza a presença de população flutuante e a demanda por infra-estrutura e serviços básicos, devendo ser avaliada em relação à qualidade total de domicílios. A incidência dessa variável tem alta correlação com cada classe genérica.</p>	
<p><b>3. Concentração de Domicílios de Veraneio (Segunda Residência)</b></p>	<p><b>A</b> – nessa classe, os domicílios de veraneio não devem exceder a 30% do total de domicílios.</p> <p><b>B</b> – orla donde os domicílios de veraneio podem alcançar até 50% do total de domicílios.</p>

Quadro 6 - PARÂMETROS DE QUALIDADE AMBIENTAL URBANA Referentes as colunas: 2, 3, 4, 5, 6, 7 do Quadro 3	
	C – nessa classe é freqüente a ocorrência de domicílios de veraneio em concentração acima de 50% do total de domicílios.
<p><b>4. Cobertura Urbana ou Urbanização</b></p> <p>A cobertura urbana ou urbanização deve ser avaliada pelos seus principais elementos da paisagem e estrutura de cobertura (forma, configuração paisagística e distribuição espacial), como orientado na descrição paisagística, assim como pelos tipos de ocupação existentes. Tendo em vista a natureza dessa variável e as características das classes genéricas, sua incidência em orlas da classe A será sempre baixa, na classe B média e na classe C alta.</p>	
<b>4. Cobertura Urbana ou Urbanização</b>	<p>A – Pode estar isolada, em fragmentos, ou formando corredores, com seu elemento paisagístico constituído de urbanização de pequeno porte (até 20.000 habitantes), com cobertura predominantemente horizontal. Pode apresentar configuração paisagística rústica, comum ou bairro-jardim; possui cunho histórico, cultural ou de forte apelo turístico. Área ocupada por pequenas vilas ou localidades isoladas, com habitações horizontais.</p> <p>B – Apresenta-se em manchas, forma corredores ou constitui na matriz; seu elemento paisagístico está baseado na urbanização de médio porte, com cobertura horizontal (densa) ou mista. Pode apresentar configuração rústica, comum ou bairro-jardim; possui caráter habitacional ou turístico, podendo ter um caráter histórico ou cultural. Ocupada por loteamentos / balneários horizontais ou mistos, isolados entre si, entremeados por áreas cobertas por vegetação nativa e/ou plantações (uso misto – preponderantemente residencial). Pequenos centros urbanos horizontais ou mistos.</p> <p>C – Apresenta mancha urbana contínua convencional, formando corredor ou matriz, com urbanização de grande porte; cobertura preponderantemente vertical; pode apresentar configuração comum ou bairro-jardim; ocupa grande porção de território, com atividades não prioritariamente turísticas. Ocupação exclusivamente habitacional (com primeira e segunda residência); ou preponderantemente habitacional (com primeira e segunda residência); ou mistos habitacionais (com primeira e segunda residência), comerciais, serviços, industriais; ou ocupada exclusivamente por estabelecimentos públicos ou privados de interesse social, como escolas.</p>
<p><b>5. Formas de Acesso</b></p> <p>Este parâmetro pode ser focado especificamente nas áreas ao redor da orla e nas formas de acesso predominantes, devendo-se observar os resultados da descrição paisagística. A incidência dessa variável, via de regra, deve guardar forte correlação com cada classe genérica.</p>	
<b>5. Formas de Acesso</b>	<p>A – Presença de poucas vias públicas, sem pavimentação, com acesso à orla por meio de estradas rústicas e/ou trilhas.</p> <p>B – Presença de malha viária mínima, com rua principais asfaltadas ou pavimentadas, e secundárias com pavimentação permeável (grama ou chão batido), com acessos à orla por vias transversais.</p> <p>C – Apresenta adensamento de malha viária asfaltada e acessos à</p>

Quadro 6 - PARÂMETROS DE QUALIDADE AMBIENTAL URBANA Referentes as colunas: 2, 3, 4, 5, 6, 7 do Quadro 3	
	orla por vias litorâneas.
<p><b>6. Pressão Imobiliária</b>  Segundo o Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil: Escala da União (MMA. 1996), os estudos demonstram que o crescimento brasileiro, com maior evidência nos municípios litorâneos, manifesta-se por meio de assentamentos citadinos que se expandem em todo o país, em dois processos: o crescimento urbano e a expansão da urbanização. Essa expansão torna os entornos imediatos das grandes aglomerações urbanas como as áreas de maior pressão imobiliária contemporânea. Os dados disponíveis no Macrodiagnóstico podem evidenciar o nível de pressão imobiliária atual, apoiando sua classificação em baixa, média ou alta, conforme o nível de compatibilidade com as demais características de cada classe genérica. As áreas do tipo A, a princípio, deveriam ser as que sofrem menor pressão imobiliária que as do tipo C, que por sua vez, são menos pressionadas, até por estarem consolidadas, do que as do tipo B, as de maior pressão.</p>	
<b>6. Pressão Imobiliária</b>	<p>A – orla em área urbana com crescimento lento e características de povoamento tradicional, com a maioria das residências ocupadas por pessoas cujas atividades são voltadas à economia local, principalmente o extrativismo, comércio e serviços de fornecimento de gêneros de primeira necessidade.</p> <p>B – orla em área em plena expansão, com características mistas, entre povoamento tradicional e segunda residência, com a população dividida entre o atendimento das necessidades locais e a prestação de serviços à população temporária.</p> <p>C – orla em área urbanizada, com atividades diversas e crescimento estável. A malha urbana encontra-se consolidada, com a presença de edificações modernas e atividades diversas, entre serviços e/ou atividades industriais.</p>

Quadro 7 - Relação entre tipologias de orla e classes genéricas de ocupação (Referente a coluna: 8 do Quadro 3)	
Classes de ocupação atuais	Tipologia de orla
A Trechos de orla com usos compatíveis com a preservação e manutenção das características e funções naturais.	1. Abrigada não urbanizada (ambiente protegido da ação direta das ondas, com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade);
	2. Semi-abrigada não urbanizada (ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade natural e baixo potencial de poluição);
	3. Exposta não urbanizada (ambiente sujeito à alta energia de ondas, ventos e correntes com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade natural e baixo potencial de poluição);
B Trecho de orla com usos compatíveis com a manutenção da qualidade ambiental e/ou baixo potencial de impacto.	1. De interesse especial em áreas não urbanizadas (ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, geradoras de energia, unidades de conservação, áreas tombadas, reservas indígenas, cercados por áreas de baixa ocupação, com características de orla exposta, semi-abrigada ou abrigada);
	2. Abrigada em processo de urbanização (ambiente protegido da ação direta das ondas, com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição);
	3. Semi-abrigada em processo de urbanização (ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição);
	4. Exposta em processo de urbanização (ambiente sujeito à alta energia de ondas, ventos e correntes com baixos a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição);
	5. De interesse especial em áreas em processo de urbanização (ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, geradoras de energia, unidades de conservação, áreas tombadas, reservas indígenas, cercados por áreas de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com características de orla exposta, semi-abrigada ou abrigada);
C Trechos de orla com usos pouco exigentes quanto aos padrões de qualidade e/ou compatíveis com um maior potencial impactante.	1. Abrigada com urbanização consolidada (ambiente protegido da ação direta das ondas, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética e visual);
	2. Semi-abrigada com urbanização consolidada (ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética e visual);

Quadro 7 - Relação entre tipologias de orla e classes genéricas de ocupação (Referente a coluna: 8 do Quadro 3)	
	3. Exposta com urbanização consolidada (ambiente sujeito à alta energia de ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética e visual);
	4. De interesse especial em áreas urbanizadas (ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, geradoras de energia, unidades de conservação, áreas tombadas, cercados por áreas de médio a alto adensamento de construções e população residente, com características de orla exposta, semi-abrigada ou abrigada);

### 3.4.3.1 – Síntese conclusiva da urbanização do litoral

O processo de urbanização do litoral na Área de Planejamento apresenta duas características: a primeira é pertinente ao trecho plenamente consolidado – Cabedelo e João Pessoa, correspondendo a 19 pedaços do contínuo território – as orlas identificadas; e, a segunda, é relativa ao trecho do litoral sul, Conde e Pitimbú, com espaços urbanizados entremeados de vazios e ambientes naturais predominantes, compostos por 16 partes do litoral-orlas com denominação própria.

Com efeito, nos 66 km de costa, afloram situações de risco decorrentes da degradação ambiental – erosão nas falésias, contaminação das águas pela ausência de esgotos e redução de mangues e matas notáveis pelo processo de urbanização descontrolada, causando impactos negativos aos atrativos naturais - elemento indutor do turismo.

Neste sentido uma visão estratégica capaz de orientar um processo consistente de intervenção indica a necessidade de atuar no plano de controle e na definição do uso do solo na orla da Área de Planejamento. Assim, recomenda-se:

- fortalecimento das estruturas municipais de controle do uso do solo, em especial nas áreas de interesse para implantação de empreendimentos turísticos;
- definição de responsabilidade e delegação de atribuições para o exercício da fiscalização ambiental em toda a Área de Planejamento, incorporando a criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e a sua integração com os organismos Estaduais e Federais;
- elaboração de projetos localizados de requalificação/valorização de orlas já ocupadas – com vocação para o turismo, e orlas virgens, passíveis de atrair empreendimentos turísticos;
- definição de áreas prioritárias para implantação de vias de acesso que assegurem, por um lado, a boa acessibilidade para os fluxos e, por outro, a proteção/manutenção das condições ambientais da região a ser ocupada;

- estabelecimento de grupos de orlas com características assemelhadas para a indução de empreendimentos segundo os atrativos identificados e o perfil dos produtos a serem trabalhados para a Área de Planejamento.

O quadro J apresenta os problemas e causas relativos a infra-estrutura drenagem e urbanização da orla da Área de Planejamento.

#### QUADRO J – DIAGNOSTICO E INFRA-ESTRUTURA, DRENAGEM E URBANIZAÇÃO DA ORLA – PROBLEMAS E SUAS CAUSAS

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
INFRA-ESTRUTURA		
Energia Elétrica	Não há problemas referentes ao suprimento de energia elétrica afetando negativamente o desenvolvimento de atividades turísticas	
Abastecimento d'Água	A situação atual e futura das condições de abastecimento d'água demonstram que tem capacidade excedente para atendimento as demandas do turismo	
Limpeza Urbana	Um aterro sanitário, recém inaugurado, localizado a 5,00 km da BR-101, na divisa dos municípios de João Pessoa e Sta. Rita atenderá nos próximos 20 anos aos municípios de Cabedelo, João Pessoa e Bayeux e Conde. Em Pitimbú como não há local adequado para destinação do lixo, ele é jogado em um terreno, ficando a céu aberto, poluindo o solo e os cursos d'água vizinhos, degradando o meio-ambiente.	Pitimbú é o único município da Área de Planejamento que não dispõe de local adequado para a destinação de seu lixo produzido.
Transporte Rodoviário	A malha principal atende satisfatoriamente aos municípios integrantes da Área de Planejamento. A falta de visitação e conseqüente inibição da presença de atividades turísticas no litoral ocorrem, principalmente, nas épocas de chuvas.	Os acessos inadequados ou inexistentes para as praias de interesse turísticos se constituem em problemas para o desenvolvimento do turismo no litoral
Transporte Aeroportuário	O acesso não tem a visibilidade que o mesmo requer para a sua identificação, além de apresentar um visual, de suas vizinhanças, inapropriado para o tráfego dos turistas que por ele transitam.	O acesso rodoviário a estação de passageiros é bastante precário, fisicamente, não compatível com a estrutura arquitetônica do aeroporto
Transporte Portuário	Os turistas que tem por destino a "Área de Planejamento" e seu meio de transporte é o navio éle tem que desembarcar em outro porto nordestino e chegar por rodovia.	No porto de Cabedelo não há instalação adequada para recepção de navios de passageiros. Inexiste uma "Estação de Passageiros" Em síntese os navios de passageiros não incluem o porto de Cabedelo em suas rotas.
Comunicação	Não foi encontrado nenhum problema que afete o desenvolvimento do turismo.	
Esgotamento Sanitário	Comprometimento da balneabilidade das praias pelo lançamento de esgotos nos cursos d'água locais .	Inexistência de sistema de esgotamento sanitário em grande parte dos espaços receptivos da Área de Planejamento, notadamente nas praias de Conde e Pitimbú.
DRENAGEM	<u>Alargamentos freqüentes:</u> Cabedelo, praias: Miramar,, Ponta de Matos, Formosa, Areia Dourada, Camboinha, Poço, Ponta de Campina e Intermares; João Pessoa, praia do Bessa; e Pitimbú, praia de Pitimbú.	Baixa declividade dos terrenos, ocupação desordenada e aterros indiscriminados
	<u>Ocorrência de Processos Erosivos:</u> Cabedelo, praias: Formosa e Intermares; Conde, praias de Carapibus, Tabatinga e Tambaba; e Pitimbú, praia de Pitimbú.	Ocupação urbana com desmatamento e execução de cortes e aterros incorretos
	Poluição da praia por ligações clandestinas de esgotos a rede drenagem existente:  Cabedelo, praia de Miramar; João Pessoa, praias: Manaíra e Tambáú; e Pitimbú, praia de Pitimbú.	Inexistência de sistema adequado de esgotamento sanitário

	<u>Canalização com impermeabilização de cursos d'água: Cabedelo, praia de Miramar; e, João Pessoa, praia do Bessa.</u>	Instalação de parte da drenagem localizada em linha da costa sujeita a ação das marés destruindo-se precocemente ou a falta de estruturas complementares do sistema de drenagem
URBANIZAÇÃO DO LITORAL NA ÁREA DE PLANEJAMENTO Cabedelo e João Pessoa compreendem 19 praias, num trecho de orla plenamente consolidado. Conde e Pitimbú tem espaços urbanizados entremeados de vazios e ambientes naturais predominantes, compostos por 16 praias.	Nos 60 km de orla afloram situações de riscos decorrentes da degradação ambiental que causam impactos negativos aos atrativos naturais – elementos indutos do turismo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Erosão nas falésias;</li> <li>- Contaminação das águas pela ausência de esgotos;</li> <li>- Reduções de mangues;</li> <li>- matas notáveis; e</li> <li>- urbanização descontrolada</li> <li>- Também tem reflexos as condições precárias do mobiliário urbano, destacando-se trechos de Conde e Pitimbú</li> </ul>

### 3.5 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A análise do patrimônio histórico e cultural da Área de Planejamento encerra uma percepção de sua inserção como atrativo turístico, objeto de incorporação, enquanto potencialidade, na formulação do PDITS. Dessa forma, é importante além de identificar o patrimônio material e imaterial, relevantes para os estudos, perceber sua inserção tanto nos aspectos programáticos quanto no que se refere aos planos, programas e projetos em curso.

Com efeito, o elemento essencial para proceder a análise corresponde ao **Plano Estratégico de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa**, tendo em vista ser este o atrativo que se destaca do conjunto de componentes do patrimônio histórico paraibano.

O Plano Estratégico em tela trata de uma área urbana que compreende a parte da cidade alta na qual se localizam os monumentos que compõe o **CUMN – Conjunto de Monumentos Nacionais** classificados pelo IPHAN, e ainda, a parte baixa da cidade, próxima ao antigo Porto do Capim.

Esta região ocupa uma superfície de 117 ha, dos quais 64 ha são quadras edificadas, 17 ha são praças e áreas livres e 30 ha são vias de circulação. Dos 2.193 lotes existentes, 106 constituem terrenos não edificadas, correspondendo a cerca de 5% da superfície total.

No capítulo pertinente a Avaliação do PRODETUR NE-I relativamente aos projetos implantados no segmento do Patrimônio Histórico, está explicitado nas suas conclusões que **“verifica-se que as metas estabelecidas na concepção do Projeto foram em parte atingidas, ou seja, foi gerado um fluxo de visitantes que transbordou por todo entorno e monumentos vizinhos. Houve também um significativo incremento no que diz respeito a realização de eventos. Deve-se, ainda, ressaltar que no entorno das intervenções, observa-se o início da procura de imóveis para novos investimentos privados, principalmente em equipamentos de apoio ao turismo, decorrentes dos trabalhos de revitalização, respondendo de maneira satisfatória as expectativas do Programa. Deve-se registrar que a**

**manutenção e operação dos monumentos são realizadas sob a responsabilidade de agentes não-públicos, conforme já explicitados, posto que o IAB/PB e Arquidiocese da Paraíba assumiram tais custos.”**

Tendo em vista que o Centro Histórico de João Pessoa é objeto de um conjunto de intervenções decorrentes de Plano Estratégico, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, coordenadora das ações em curso, apresenta uma análise do trabalho desenvolvido incluindo o Projeto Monumenta, devendo ser incorporado ao presente capítulo para compor as recomendações dos Termos de Referência do PDITS.

### **I - Avaliação do Plano Estratégico:**

- *Linha de Ação “Centro Histórico Turístico e Cultural”:* (1) incentivo ao turismo cultural, mediante a implantação de equipamentos culturais em monumentos e outros bens imóveis tombados, dos quais foram recuperados: Antigo Hotel Globo, Igreja de São Bento, Tribunal de Justiça do Estado (1ª etapa), Teatro Santa Roza, Biblioteca Pública do Estado, Coreto da Praça Venâncio Neiva, Casarão de Azulejos, Estação Ferroviária, Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, Memorial da Arquitetura Paraibana, Antiga Fábrica de Vinho de Cajú Tito Silva & Cia, Basílica de N. S. das Neves, Igreja de São Francisco e Convento de Santo Antônio, Igreja de N. S. do Carmo (1ª etapa), Igreja de Santa Tereza (1ª etapa). (2) mobilização dos representantes da arte e cultura para valorização do Centro Histórico, através da criação da Associação Centro Histórico Vivo - ACEHRVO. (3) Encontra-se em elaboração o estudo necessário a implantação do Museu da Cidade, na Antiga Alfândega (período colonial) e na Casa de João Pessoa (período imperial e republicano) e da Casa de Cultura Paraibana, na Superintendência da Alfândega. (4) conscientização turística nas escolas sobre o atrativo patrimônio histórico-cultural de João Pessoa. (5) Melhoria e implantação de mobiliário urbano (bancos, lixeiras iluminação, bebedouros etc) em praças do Centro Histórico e (6) Paisagismo e arborização urbana, com a recuperação: Praça Dom Adauto, Praça São Francisco, Praça Anthenor Navarro e do Largo e da Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves.

- *Linha de Ação “Centro Histórico: Centro de Oportunidades”:* (1) Regularização e instalação de um espaço voltado para o comércio informal (camelôs), onde foram criados os shoppings populares Durval Ferreira e 4400. (2) Oferecer isenção de IPTU,

- *Linha de Ação “Centro Histórico: Referência em Qualidade de Vida”:* (1) Desobstrução das ruas internas tomadas pelo comércio informal impedindo o acesso ao tráfego. (2) Recomposição ambiental do Lixão do Baixo Roger – em execução (Remoção de resíduos, Preparação de taludes e contenção, Tratamento de líquidos e gases, Compactação e remoção). (3) Programa de financiamento facilitado para o uso habitacional, (4) Transformar os grandes imóveis em habitações coletivas e (5) Programa de melhoria de condições habitacionais e de trabalho à população de baixa renda, através do programa MORADOURO, que se encontra em sua fase

*inicial de implantação, com recursos da CEF, através de seus programas PRSH (Programa de Revitalização de Sítios Históricos) e PSH (Programa de Subsídio Habitacional), onde até o final do atual semestre deverão ser iniciadas duas intervenções pilotos de requalificação de imóveis de grande porte, absorvendo um total de 15 novas habitações. (6) Revitalização do Prédio N° 02 para o Memorial da Arquitetura Paraibana.*

## **II – Projeto MONUMENTA:**

*Em março de 2001 foi realizada a Oficina de Planejamento com vistas a formular as diretrizes a serem adotadas na Carta Consulta que a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP deveria encaminhar a Unidade Central do Programa, o que não ocorreu. Ainda neste mesmo ano foram selecionados pela PMJP os técnicos que deveriam compor a Unidade Local do Programa. No entanto, não foi dada a continuidade ao processo o que, a partir de 2002, ocasionou a paralisação do MONUMENTA em João Pessoa.*

*Essas conclusões reforçam a convicção de que o Centro Histórico é um atrativo em processo de consolidação como produto turístico consagrado, devendo ser dada continuidade às intervenções propostas no Plano Estratégico. A importância do Centro Histórico é percebida, também, pela sua configuração espacial, retratada no perímetro de abrangência do Plano Estratégico – MAPA a seguir. Este MAPA indica os sítios-Cidade Alta e Porto Capim, bem como os monumentos reconhecidos nos âmbitos Federal e Estadual, além da demarcação do Projeto MONUMENTA. Estão destacadas as três intervenções do PRODETUR NE-I/PB – Museu da Arquitetura, Igreja São Frei Pedro Gonçalves e Largo de São Pedro Gonçalves.*

O investimento do patrimônio destaca os imóveis de valor histórico existentes em cada município da Área de Planejamento, cuja descrição é apresentada a seguir:

- **Centro Histórico de João Pessoa**

O Centro Histórico de João Pessoa detêm o principal acervo arquitetônico da Paraíba, relatando as diversas fases da historia local.

- **Convento Igreja de São Francisco** – O conjunto arquitetônico de São Francisco, formado pelo Convento de Santo Antônio e pela Igreja de São Francisco, situados na parte alta da cidade, foi concluído em 1770 e é o maior destaque da nossa história. A obra causa impacto pela sua grandiosidade e pela beleza do acabamento, que inclui talhas em madeira recobertas de ouro e ricas cantarias em pedra com motivos portugueses e orientais, influência da colonização portuguesa na China.

- **Convento Igreja de Nossa Senhora do Carmo** – Em barroco romano, foi tombado pelo IPHAN em 1983.
- **Hotel Globo** – integralmente restaurado foi tombado pelo IPHAEP – instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, em 26 de agosto de 1980.
- **Igreja e Mosteiro de São Bento** – Este conjunto foi construído em estilo barroco beneditino, por volta de 1590. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba, este conjunto se encontra entre os monumentos mais importantes do país, no seu estilo e de sua época.
- **Praça Antenor Navarro** – Situada na cidade baixa, a sua restauração promoveu uma reocupação dos sobrados, antes usados por comerciantes e lojistas, e que abrigam hoje espaços, como: bares, agências de publicidade e outros tipos de comércio.
- **Basílica de Nossa Senhora das Neves** – Situa-se próxima ao convento São Francisco.
- **Faculdade de Direito** – o prédio ainda guarda suas características originais, apesar de ter sofrido obras de restauração e conservação. A edificação foi erguida em 1586, pelos Jesuítas chegados à Paraíba com a finalidade de catequizar os gentios. É tombada pelo IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, desde 26 de agosto de 1980.
- **Praça Venâncio Neiva, Pavilhão do Chá** – Localizada próxima ao Palácio do Governo, foi tombado pelo IPHAEP em 26 de agosto 1980.
- **Casa da Pólvora** - A casa da Pólvora da ladeira de São Francisco foi construída por ordem de carta régia de 10 de agosto de 1704. De suas dependências pode-se observar a bela paisagem do rio Sanhauá e da várzea paraibana. Foi tombada pelo IPHAN em 24 de maio de 1938.
- **Palácio da Redenção** – construído em 1586 pelos Jesuítas, hoje é a sede do Governo do Estado. Foi tombado pelo IPHAEP em 26 de agosto de 1980.
- **Teatro Santa Roza** – Construído na administração do último governo provincial da Monarquia, Francisco Luiz da Gama Roza, tem linhas influenciadas pelo barroco italiano. Muito bem conservado, o seu interior é muito bonito. É o principal teatro de João Pessoa.

- **Praça João Pessoa** – É hoje um espaço de manifestações públicas. O monumento central atual foi instalado em 8 de setembro de 1933, com a presença do então Presidente da República, Getúlio Vargas e representa o movimento revolucionário da década de 30. Cercada por antigos e históricos prédios como: a Faculdade de Direito, o Palácio da Redenção, o Tribunal de Justiça e a Assembléia Legislativa, o logradouro também é conhecido como a “Praça dos Três Poderes”, porque lá estão situados os prédios que abrigam o Judiciário, o Legislativo e o Executivo estaduais.
  
- **Igreja da Misericórdia** – Sua edificação data do início do século XVII. De estilo maneirista, primeira fase do barroco, é especial pela sua simplicidade e chama a atenção por seus grandes paredões de pedra calcária e argamassa. Inclusive, é a única igreja antiga de João Pessoa a conservar a construção original do seu exterior. Autêntico representante da arquitetura colonial da Paraíba, em 1938 a Igreja da Misericórdia foi tombada pelo IPHAN.
  
- **Porto do Capim** – O Porto do Varadouro, popularmente conhecido como Porto do Capim, era o porto principal da cidade de João Pessoa quando o Porto de Cabedelo ainda não existia, fazendo a conexão do interior com os outros Estados. Localizado a beira do Rio Sanhauá, era neste porto onde todo o comércio do atacado e a retalho funcionava, onde eram realizados os grandes negócios da cidade. A partir de 1935, com a inauguração do Porto de Cabedelo e a efetivação do transporte ferroviário de João Pessoa para Cabedelo, o porto da cidade foi sendo gradualmente desativado, gerando a sua decadência. Existe um projeto executivo de recuperação do Porto do Capim, integrando-o aos roteiros de visitação do centro turístico.
  
- **Municípios de Cabedelo e Área do Estuário**
  
- **Fortaleza de Santa Catarina** – Guardando a entrada do Estuário do Rio Paraíba, é um monumento em pedra, construído no século XVI, que conta parte da história da Paraíba. Tomada pelos holandeses em 1637, a fortaleza foi recuperada pelos portugueses em 1645 e desde esse tempo ergue-se como uma sentinela em defesa de nossas costas; foi palco de passagens memoráveis, tendo inclusive recebido o Imperador D. Pedro II em sua visita a João Pessoa.
  
- **O farol da Pedra Seca** - está situado a 06°05'03”S e 34°48'45”W, de Greenwich, sua altura é de 16 metros acima da preamar. A inauguração ocorreu a 7 de setembro de 1873, na administração de Francisco Pereira de Sá, 37º presidente da Paraíba. Hoje, não existe mais acesso ao farol por terra, uma vez que ele se encontra totalmente ilhado. Tem um grande potencial para práticas de mergulho em seu entorno, necessitando da construção de pequena estrutura de atracação.

- **Ruínas do Convento do Almagre** – O conjunto arquitetônico do Almagre, situado em Ponta de Campina, Cabedelo, é composto do antigo convento do Almagre e da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Em 12 de agosto de 1938, a ruína da igreja foi tombada como patrimônio histórico do país, o que não evitou a sua constante degradação e o agravamento de seu estado de arruinamento. É situado em propriedade privada, em ruína e muito pouco conhecido até dos pessoenses.
  - **Hidroporto de Jacaré** – Em 1935, encontrava-se em funcionamento em Jacaré o hidroporto da Companhia Lajes, de propriedade de Henrique Lajes. Regularmente, hidroaviões tipo Catalina pousavam nas águas do rio Paraíba próximo ao hidroporto e transportavam passageiros e mercadorias, com anúncio das chegadas e partidas das aeronaves nos jornais da Capital. Hoje o hidroporto e as suas dependências estão em ruínas. O acesso por via terrestre é precário. Representa um atrativo turístico, pela sua história, a sua posição próxima à praia de Jacaré e a sua localização à beira do rio Paraíba.
  - **Igreja Nossa Senhora da Guia** – É no alto de um morro, à margem esquerda do rio Paraíba, que está a principal atração turística do município de Lucena, a 47 quilômetros da Capital. A igreja da Guia, construída por padres carmelitas, por volta de 1591, é um dos templos católicos mais antigos do país. Encravada numa área de preservação onde há resquícios de Mata Atlântica, o santuário chegou a ser utilizado como ponto de observação contra os ataques de invasores. É tombada pelo IPHAN desde maio de 1949.
  - **Mirante do Atalaia** – Erguido em Forte Velho no século XVI, servia de ponto estratégico para avistar os possíveis invasores. De lá se pode ver da enseada de Lucena à ponta de Cabo Branco, além da visão do estuário do Rio Paraíba. O mirante está em ruína, o acesso é difícil. A vista do local sobre o estuário, desde a cidade de Cabedelo e toda a linha de costa até o Cabo Branco é deslumbrante.
  - **Ruínas da Fábrica de Cimento** – A primeira fábrica de cimento da América Latina foi construída no século XIX e suas ruínas ainda podem ser encontradas na Ilha Tiriri, município de Santa Rita. O acesso se faz por barco a partir da praia do Jacaré, mas nenhum roteiro está organizado. Na mesma ilha, vizinhando as ruínas se encontra uma grande fazenda de criação de camarões.
- Monumentos históricos em Pitimbú
- **Casa-sede da Fazenda do Barão de Abiaí** – Esta casa é atualmente utilizada como escola, num assentamento do INCRA. Parcialmente reformada, guarda feições arquitetônicas da época colonial. É localizada sobre o tabuleiro a 8 km de Pitimbú. Não se vê o mar da sede da casa. O acesso é fácil através de uma estrada de barro. É cercada de vegetação e resquícios da mata atlântica.

- **O conjunto de Igrejas** – Na vila de Taquara, na entrada da cidade de Pitimbú, dominando o mar, está localizado um conjunto, inicialmente de 4 igrejas distribuídas em forma de cruz (atualmente duas igrejas estão conservadas, uma outra dentro do cemitério está em ruína e a quarta não existe mais). Em bom estado de conservação encontram – se as pequenas igrejas de Nossa Senhora da Penha de Franca e de Nossa Senhora do Rosário (a igreja dos homens pretos). O conjunto é agradável e charmoso, mas nenhuma intervenção foi realizada para transformá-lo em produto turístico.
- Existe mais duas capelas interessantes, a capela do Senhor Bonfim em Pitimbú, notável quando se entra na cidade e a capela Santa Rita em Ponta dos Coqueiros localizada em uma ilha no manguezal.

Do conjunto de imóveis notáveis, deve-se atentar para quatro imóveis que, pela localização e estágio de risco, bem como pelo potencial de uso, requerem providências imediatas, são eles:

- **Antiga Alfândega:** edificação mais antiga do Porto do Capim e que ocupa o local do antigo armazém de açúcar da coroa portuguesa no período colonial, possivelmente aproveitado na construção atual. Apresenta péssimo estado de conservação. Necessita de restauração integral, notadamente de sua coberta e da estrutura de piso do primeiro pavimento.
- **Antiga Superintendência da Alfândega:** apesar de não ser tão antiga quanto a anterior, possui arquitetura de linhas ecléticas e encontra-se em posição estratégica para a recuperação da área do Porto do Capim. Apresenta péssimo estado de conservação. Necessita de restauração integral, notadamente de sua coberta.
- **Prédio nº 62 da R. Visconde de Inhaúma:** edificação complementar a antiga alfândega. Apesar de menor importância histórica e arquitetônica que os anteriores sua restauração torna-se necessária para abrigar as atividades anexas do uso da Antiga Alfândega (Museu Histórico da Cidade). Apresenta estado de conservação regular, no entanto encontra-se com alterações em sua composição original. Necessita de restauração integral para fazê-lo retornar ao estado original.
- **Antiga Fábrica de Gelo:** Apresenta péssimo estado de conservação, tendo inclusive ruído parte da estrutura de coberta. Necessita de restauração integral, notadamente de sua coberta e a adequação de sua espacialização ao uso proposto: Núcleo de Apoio ao Turista.

De outra parte, o Inventário do Patrimônio apresenta o estágio em que se encontram os imóveis notáveis, bem como os critérios de priorização, segundo o nível deterioração. São três os estágios elencados, a saber:

## CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

<b>A</b>	O monumento encontra-se em risco de desaparecimento total
<b>B</b>	Encontra-se em risco de perda de partes importantes da construção ou do seu acervo, em médio prazo, ou; Encontra-se em risco de degradação acelerada, em médio prazo, por conta da excessiva utilização do mesmo sem os devidos cuidados para a sua proteção, ou; Necessita de serviços de maior porte para que o mesmo volte a sua feição original.
<b>C</b>	O monumento encontra-se em risco de perda de partes importantes da construção ou do seu acervo, em longo prazo, ou; Encontra-se em risco de degradação acelerada, em longo prazo, por conta da excessiva utilização do mesmo sem os devidos cuidados para a sua proteção, ou; Necessita de serviços de médio porte para que o mesmo volte a sua feição original.

### 3.5.1 – Conclusões

A análise dos atrativos relevantes apresentados no componente de patrimônio histórico enseja duas ordens de consideração: a) o conjunto é expressivo, entretanto não é comparável aos conjuntos de Salvador, Olinda, Recife e São Luiz; b) o estado em que se encontram, e a pulverização no território fragilizam o atrativo enquanto força de atração para a consolidação de um destino turístico.

Estas considerações orientam a análise para a concentração de esforços visando a identificação de imóveis exemplares que conformem um sítio de relevância, capaz de inserir-se como atração auxiliar – complementando a cesta de produtos que comporão a estratégia de captação de turistas.

De outra parte, assemelha-se a análise pertinente aos monumentos arquitetônicos notáveis, aos museus e aos eventos culturais, cuja expressão local é relevante, embora não possa ser considerada de porte suficiente para configurar um atrativo capaz de alterar fluxos turísticos em benefício do Pólo Costa das Piscinas.

Por essa razão, a continuidade dos trabalhos no Centro Histórico de João Pessoa confere uma legítima orientação programática, posto que os resultados alcançados com as intervenções do PRODETUR NE-I/PB demonstram o acerto da estratégia.

Para tanto, há que se buscar uma linha de ação assentada na promoção de ações capazes de agregar valor ao Centro Histórico, considerando:

- a ampliação das ações no entorno da área trabalhada, de modo a constituir um sítio atraente para o visitante que apresente continuidade;
- a identificação de usos e gestores que incorporem a prática do retorno dos investimentos e da sua sustentabilidade;

- a inserção do Centro Histórico e de monumentos notáveis em bom estado de conservação em circuitos turísticos estruturados, compondo uma oferta variada de atrativos.

O quadro L apresenta os problemas e causas relativas ao Patrimônio Histórico e Cultural da Área de Planejamento.

**QUADRO L – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
Plano Estratégico de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paralisação do processo do <b>Monumenta</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desinteresse por parte da Prefeitura de João Pessoa.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Multiplicação das linhas de ação propostas reduzem o efeito desejado para atração de turistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A origem dos Planos e sua visão sistêmica, impondo múltiplas áreas de atuação e pulverizando os resultados.</li> </ul>
Inventário do Patrimônio Histórico da Área de Planejamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O estágio de degradação de imóveis notáveis prejudica o atrativo, reduzindo sua capacidade de geração e manutenção de fluxo de visitantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de recursos para restauração e Plano de uso sustentável</li> </ul>
A análise qualitativa dos atrativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A pulverização da oferta e a fragilidade de serviços complementares de suporte aos fluxos turísticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de propostas que incorporem o sítio do entorno e complementem a infra-estrutura.</li> <li>• Debilidade dos roteiros e circuitos oferecidos aos turistas pelos agentes promotores – hotéis , agentes de viagens, etc..</li> </ul>

### **3.6 - ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS**

O Estado da Paraíba localiza-se na porção oriental da Região Nordeste e tem como limites geográficos ao norte o estado do Rio Grande do Norte, ao sul, Pernambuco, a oeste, Ceará e a leste é banhado pelo Oceano Atlântico por 117 quilômetros. Apresenta distância linear de 253 quilômetros no sentido Norte – Sul e 443 quilômetros no sentido Leste-Oeste. Tem em extensão territorial 56.372 km representando 0,66% da área brasileira e 3,6% da área nordestina. Mais de 90% de sua área está no Polígono das Secas.

O estado está dividido em 223 municípios, agrupados em Mesorregiões: do Agreste, da Borborema, da Mata Paraibana e do Sertão.

Importante salientar que a constituição do Estado da Paraíba, Capítulo IV tratou da proteção do meio ambiente e do solo, por sua vez, o legislador ordinário recepcionou as diretrizes constitucionais de forma a integrar a gestão ambiental ao sistema e a normalizar os vários aspectos da questão ambiental em leis, decretos e órgãos gestores.

#### **3.6.1 – Ecossistemas Principais**

São encontradas as seguintes formações no estado:

Caatinga, Formação Litorânea (formação de praias, dunas, restingas, terraços, litorâneos e manguezais), Formações Florestais (florestas pemifolia de restinga, de várzea, subperenifolia, subcaducifolia e caducifolia), Cerrados,

Campos de Várzea e formações rupestres. Os ecossistemas que abrangem a maior parte do território do estado são a Caatinga e os ecossistemas da Zona Costeira (Formação Litorânea e Formações Florestais).

Caatinga, Mata ou Floresta Branca em língua indígena, ocupa 70% da área da região nordestina, chamada sertão. Sua fisionomia desfolhada contrasta com a exuberância verde da Mata Atlântica.

No caso da Paraíba, abarca quase a totalidade do território.

Os Ecossistemas da Região das Caatingas e Floresta Deciduais do Nordeste se caracterizam pela paisagem cálida, espinhosa, seca, pedregosa e, não raro, salinizada. As caatingas podem ser classificadas como arbóreas, arbustivo-arbóreas e arbustivas. São compostas por arvoretas e arbustos decíduos, muito ramificados e freqüentemente armados de espinhos. Cactáceas e outras plantas suculentas fazem-se presentes ao lado de ervas anuais. O estoque florestal é estimado em 163.300.000 estéreos. Ao longo dos anos a Caatinga vem abastecendo o mercado econômico do estado com matéria-prima energética nos setores domiciliar, comercial e industrial.

Inexplicavelmente, a Caatinga e o Cerrado não são considerados Patrimônio Nacional, ao lado da Floresta Amazônica, Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, conforme dispõe o 4º, art. 25 da Constituição Federal.

Por sua vez, Ecossistemas da Zona Costeira, na zona das marés, caracterizam-se pelas praias e rochedos colonizados por algas. Os manguezais, também sujeitos às marés, desenvolvem-se sobre solos salinos, representando um papel de suma importância na retenção e reciclagem de nutrientes e ocorrem em parceria com os Campos Salinos. Logo acima da zona influenciadas pelas marés nas áreas rochosas emersas das ilhas e do litoral são sustentadas vegetações que variam das formas litófilas e arbustivo-arbóreas, xerofíticas até as florestais, exuberantes.

As águas doces barradas pelas dunas e cordões litorâneos costumam formar ecossistemas flúvio-lagunares onde se desenvolvem os Campos Costeiros. Por sobre os tabuleiros costeiros ou colinas desenvolve-se a Floresta Ombrófila.

Ainda em relação à Zona Costeira, é importante salientar o Estado da Paraíba criou o Programa de gerenciamento Costeiro-Gerco/PB com base no artigo 5º da lei 7661 de 16/05/1988 que, por sua vez, instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

O referido Programa cuja origem remonta a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro – decreto 12.254 de 03/12/1987 – não só produziu o diagnóstico sócio-ambiental do litoral sul como também deu suporte técnico para criação dos instrumentos de planejamento – macrozoneamento, Sistema de Informações de Gerenciamento Costeiro, Sistema de Monitoramento e os Planos de Gestão – mais adiante referidos quanto aos estágios em que se encontram.

Em relação aos remanescentes da Mata Atlântica, cabe observar o seguinte:

- a. a Mata Atlântica na Paraíba, como do resto no Brasil, tem sido o ecossistema mais devastado e que permanece sob ameaça, posto que, em razão de sua localização, foi o bioma mais atingido pelo processo de colonização, povoamento, urbanização e desenvolvimento econômico do país;
- b. Atualmente os remanescentes da Mata Atlântica na Paraíba e ecossistemas associados cobrem uma área de 727 km<sup>2</sup> (Mata Atlântica 596 km<sup>2</sup>, manguezal 118 km<sup>2</sup> e restinga 13 km<sup>2</sup>);
- c. Como forma de preservar as remanescentes da Mata Atlântica dada sua importância sócio-ambiental e econômica, existem na Paraíba 13 unidades de conservação do referido bioma (ver quadro de Áreas Protegidas);
- d. Com o objetivo de tornar mais consistente a política de conservação dos remanescentes da Mata Atlântica, o Estado da Paraíba dispõe do mapeamento da Mata Atlântica e dos ecossistemas associados e, paralelamente, reestruturou o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CERBMA/PB e criou, em parceria com o Instituto de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, um grupo de estudos para implantação de corredores ecológicos, ligando fragmentos de Mata Atlântica entre os dois Estados.

### 3.6.2 – Áreas Protegidas

Segue o quadro-resumo de áreas protegidas na Área de Planejamento – Unidades de Conservação.

Unidades	Área da unidade (ha)	Bioma abrangido	Ano de Elaboração do Plano de Manejo	Localização (município)	Pessoal na UC	Situação Fundiária
Área de Preservação Permanente Mata do Buraquinho	401	Mata Atlântica	Não	João Pessoa	-	Regularizada
Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha	-	Banco de areia	Não	Cabedelo	-	Regularizada
Parque Estadual Mata do Xém-Xém	182	Mata Atlântica	Não	Bayeux	-	Não regularizada

Fragilidades e potencialidades do Patrimônio Natural estão entrelaçadas e se agravam (as fragilidades) ou se efetivam (as potencialidades) na medida em que se compatibilizam ou não as políticas de desenvolvimento e de gestão ambiental.

No caso da Paraíba, em especial na área objeto dos investimentos do PRODETUR NE-II, tem sido feito um esforço sistemático em explorar adequadamente as potencialidades dos recursos naturais (pedológicos, pedoclimáticos, geológicos, faunísticos, a biodiversidade e os locais de valor paisagístico) de modo que estas potencialidades venham agregar valor ao produto turístico paraibano.

Neste sentido, em contraposição às ameaças aos recursos naturais decorrentes do processo desordenado de urbanização e de ocupação do solo e de atividades econômicas poluidoras, o Estado da Paraíba vem adotando iniciativas no plano institucional (normas constantes de leis orgânicas municipais, planos diretores, normas ambientais de âmbito estadual, normas de proteção as áreas de valor ambiental e paisagístico), no plano gerencial (órgãos de gestão ambiental, estadual e municipal, e capacitação institucional) e no plano programático (a exemplo das medidas adotadas pelo GERCO/PB).

Em relação ao litoral sul, tem relevo especial, para efeito de proteção e incorporação ao produto turístico, o valor paisagístico das praias, das piscinas naturais em recifes, os bancos de areia, as falésias / belvedere, a Ponta do Seixas, os remanescentes da Mata Atlântica e os ecossistemas associados de manguezais e restingas.

### 3.6.3 – Zoneamento Ambiental

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro – GERCO foi vinculado a SUDEMA, em 1990, com o objetivo de promover a gestão ambiental na zona costeira da Paraíba. A gestão ambiental aplicada pelo GERCO é um processo de planejamento físico, territorial e socioeconômico de conservação e proteção dos recursos naturais da zona costeira.

A Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro – COMEG atua na execução do programa junto a SUDEMA e tem por objetivo a realização do zoneamento do litoral paraibano, a proteção dos ecossistemas costeiros, a execução de projetos sobre estudos relativos à área e o disciplinarmente do uso e da ocupação do solo na região. Para colocar em prática suas atribuições, a COMEG utiliza quatro instrumentos básicos: O Macro-Zoneamento, o Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO), o Sistema de Monitoramento e os Planos de Gestão.

Instrumento de Gestão Ambiental Costeira

instrumento	Estágio em que se encontra*
<b>Zoneamento Costeiro – Zoneamento Ecológico – Econômico Costeiro –ZEEC</b>	Elaboração e confecção das Cartas Temáticas sobre o Litoral Sul; Elaboração e confecção de Cartas Síntese-Ambientais Parciais sobre o Litoral Sul e Norte; Elaboração e Confecção de Carta Diagnóstico Sócio-Ambiental final sobre o Litoral sul e norte; Elaboração da Proposta de Macrozoneamento do Litoral Sul e Norte das Paraíba; Levantamento de dados sobre o Litoral sul e norte do estado; Levantamento das Áreas de Manguezais

instrumento	Estágio em que se encontra*
	do estado; intercambio com as prefeituras dos municípios litorâneos; levantamento de dados sócio-econômicos e geo-ambientais junto aos municípios de Pitimbú, Caapora, Alhanda, Conde, João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Lucena, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição e Mataraca; Elaboração da Minuta do Anteprojeto de Lei sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
<b>Sistema de Informação – SIGERCO-PB</b>	Aquisição de material de informática
<b>Plano de Gestão – Planos de Gestão – PGZC</b>	Elaborados os Planos de Gestão de Cabedelo, de Gestão Integrada da Zona Costeira – Litoral Sul do Estado, compreendendo os municípios do Conde e Pitimbú; e de Gestão Integrada da Zona Costeira – Litoral Norte do estado, compreendendo os municípios de Lucena, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição e Mataraca
<b>Monitoramento – SMA/ZC</b>	Programa de balneabilidade de 49 praias e monitoramento de 15 estuários

\* Legenda: revisto, em elaboração, elaborado e/ou implantado

O GERCO atua em dois Setores 1, o Norte e o 1, o Sul.

O Setor 1, Norte, envolve os municípios de Mataraca, Baía da Traição, Rio Tinto, Marcação e Lucena. As áreas de risco/degradadas são as áreas desmatadas para plantio de cana-de-açúcar, mineração e indústrias que degradam por meio da disposição de resíduos sólidos e líquidos.

O Setor 2, Sul, envolve os municípios de Santa Rita, Cabedelo, Bayeux, João Pessoa, Conde, Pitimbú, Caapora, Alhandra. As áreas de risco/degradadas são áreas desmatadas para plantio da cana-de-açúcar, mineração, indústrias e expansão urbana nas encostas das falésias e áreas de mangue aterradas:

O estágio das etapas programadas do trabalho são o início da execução do diagnóstico do litoral norte e zoneamento preliminar do litoral sul a partir das cartas do diagnóstico socioeconômico, sócio-ambiental, zoneamento do litoral sul, monitoramento dos rios e estuários do litoral paraibano.

As interfaces institucionais existentes se realizam com a Capitania dos Portos, Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba – IDEME, IBAMA, Prefeituras dos municípios litorâneos, Secretaria do Planejamento, Universidade Federal da Paraíba e Federação dos Pescadores.

### 3.6.4 – Uso e Ocupação do Solo

Aproximadamente, 58,5% do solo paraibano está comprometido com atividade agropastoril, dos quais 29,4% correspondem às áreas cultivadas por culturas de ciclo curto, perene e semiperene do tipo cana-de-açúcar, abacaxi,

mandioca, feijão, milho e algodão herbáceo. Áreas ocupadas por recursos florestais, uso múltiplo, malha urbana, espelhos d'água e afloramentos rochosos, ocupam 29,1% da superfície restante, com 8,25% deste último valor representado por áreas de pastagens.

No estado, cerca de 98,8% das terras são de domínio privado enquanto as terras de domínio público totalizam apenas 0,6%. Desta forma, tem-se cerca de 4.333.873 ha de domínio privado, 482.985 ha caracterizados como outras propriedades particulares e apenas 30.544 ha de domínio público.

A região compreendida entre o Estuário do Rio Goiana e o Estuário do Rio Paraíba do Norte. Político-administrativamente é composta pelos municípios de Pitimbú, Caapora, Alhandra, Conde, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo e João Pessoa, sendo que os municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Conde e Pitimbú, compõem a área de abrangência dos estudos em questão.

### **3.6.5 – Capacidade de Suporte dos Atrativos Naturais e Urbanos**

- **Qualidade das águas**

A SUDEMA, monitora rios, estuários, reservatórios e as praias. As praias de nosso litoral são monitoradas semanalmente e divulgadas à população através de boletins informativos veiculados através da imprensa falada, escrita e televisionada, com a seguintes área de atuação: Municípios de Mataraca, Baía da Traição, Rio Tinto, Lucena, Cabedelo, João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Conde e Pitimbú, conforme mapa a seguir.

São analisados os seguintes parâmetros: Temperatura, Cor, Turbidez, pH, CE, SDT, OD Dbo e coliformes fecais.

O Programa de Medições Ambientais da SUDEMA, executado através da Coordenadoria de Medições Ambientais – CMA, consiste no monitoramento e análise constante de Balneabilidade das Praias e dos recursos hídricos, como também na prestação de serviços ao público em geral, através de análises físico-químicas e bacteriológicas em poços e reservatórios particulares, objetivando o controle da qualidade das águas.

Ao ser implantado pela SUDEMA em 1983, o Programa monitorava apenas 12 praias, numa área que abrangia quatro municípios. Hoje a CMA analisa e fiscaliza semanalmente as condições de balneabilidade de 49 praias das 56 existentes na Paraíba. A análise da água do mar é feita através de uma rede de amostragem composta por 52 estações de coleta distribuídas em toda a extensão dos nove municípios banhados pelo Oceano Atlântico. As concentrações de coliformes fecais são determinadas através da técnica da membrana filtrante.

Os resultados obtidos pelo laboratório da CMA são enviados através de relatórios semanais aos meios de comunicação e órgãos públicos.

Das praias monitoradas através de análises bacteriológicas, 95% apresentam classificação PRÓPRIA para o banho e qualificadas como MUITO BOA ou EXCELENTE, excetuando a praia de Costinha localizada no município

de Lucena e a praia de Manaíra em João Pessoa, que varia de BOA a REGULAR e que apresenta em 45% do universo de amostras analisadas, valores de coliformes fecais acima de 1000 UFC/100ml. A praia do Maceió localizada no município de Pitimbu, tem-se mantida IMPRÓPRIA para o banho, devido ao lançamento de esgotos sanitários "in natura" oriundos de um aglomerado urbano à montante do Maceió. Registram-se as maiores alterações nestas praias nos meses de março a agosto, período de maior precipitação pluviométrica na região (Morosine Maria, 1999).

Mapa de monitoramento da SUDEMA

Os rios são monitorados mensalmente, ou eventualmente quando necessário. São monitorados atualmente 20 (vinte) rios em 48 estações de amostragens localizadas ao longo dos corpos d'água em pontos críticos e estratégicos com vista a sua análise qualitativa.

São analisados os seguintes parâmetros, com a frequência mensal nos rios e riachos discriminados abaixo:

- Temperatura
- Cor
- PH
- Condutividade Elétrica
- Oxigênio Dissolvido
- DBO
- Coliformes Fecais

São também realizadas as seguintes análises laboratoriais esporádicas:

- Sólidos Decantáveis
- ST
- SF
- SV
- SST
- SDT
- Acidez Total
- Alcalinidade OH
- Alcalinidade CO<sub>3</sub>
- Alcalinidade HCO<sub>3</sub>
- Cloretos
- Dureza Total
- Ferro Total
- DQO

O Rio Guaju apresenta dois trechos com água de qualidade crítica em decorrência da poluição gerada por efluentes domésticos. O Rio Camaratuba também apresenta dois trechos com água de qualidade crítica causada por efluentes domésticos provenientes do núcleo urbano de Mataraca e dos efluentes industriais advindos da Usina Agicam. O Rio Mamanguape apresenta dois trechos com qualidade crítica decorrentes das proximidades dos núcleos urbanos de Rio Tinto e Mamanguape que geram efluentes domésticos e efluentes industriais da Usina Monte Alegre. O Rio Soé apresenta água de boa qualidade. O Rio Jaguaribe em João Pessoa, totalmente urbano, tem seu curso desaguando no Rio Mandacaru que por sua vez é tributário do estuário do Rio Paraíba do Norte, recebendo efluentes domésticos ao longo de todo o seu curso, tornando-se num rio com a qualidade crítica de suas águas. O estuário do Rio Paraíba, além de receber os efluentes provenientes do Rio Mandacaru, recebe também os efluentes urbanos das cidades de Santa Rita, Bayeux e

João Pessoa. Em João Pessoa boa parte dos esgotos domésticos é lançada “in natura” na ETE do Baixo Róger, que foi projetada em 1930 por Saturnino de Brito, para atender à população da época. Atualmente, funciona no limite de sua capacidade, servindo mais como tanque de acumulação, que deságua em uma gamboa conhecida como “Curva do S”. Apesar de receber os efluentes domésticos das cidades supra citadas, os estudos do monitoramento desenvolvidos pela SUDEMA, comprovam que o estuário do Rio Paraíba do Norte, ainda é capaz de diluir a poluição causada por coliformes fecais, logo após a desembocadura do Rio Mandacaru. Os demais estuários da região estudada apresentam os parâmetros analisados dentro da normalidade para estuários tipicamente tropicais.

Na região apresenta-se ainda o Rio Mussuré (João Pessoa) e um pequeno trecho do Rio Gramame, com a qualidade de suas águas considerada comprometida, devido ao fato de receberem efluentes industriais, provenientes do Distrito Industrial de João Pessoa.

Através dos levantamentos realizados em campo, foi constatado que grande parte dos estuários e rios do litoral paraibano, encontram-se assoreados, devido principalmente ao desmatamento de suas margens para expansão da atividade agrícola, onde nem mesmo as matas de galerias, protegidas por lei, foram poupadas.

#### ● **Qualidade do ar**

Para a **qualidade do ar** foram considerados os materiais particulados em suspensão, a poluição do ar causada pela queima da cana-de-açúcar e a poluição sonora nos centros urbanos mais adensados.

O material particulado em suspensão é causado, principalmente, pelo tráfego intenso de veículos na área da Grande João Pessoa e pelas fábricas de cimento instaladas em João Pessoa e Caaporã.

Outro processo que contribui para comprometer a qualidade do ar, é a ocorrência de poluição atmosférica de maior relevância, embora sazonal, relacionada com a queima da cana-de-açúcar para posterior colheita. Tal fato ocorre nos meses de agosto a janeiro, ao longo das áreas cultivadas em todo o litoral paraibano, emanando espessas nuvens de fumaça e fuligem.

A poluição sonora, atingindo níveis de decibéis acima do permitido por lei, ocorre na área central da cidade de João Pessoa, causada principalmente pelo intenso tráfego de veículos e por carros de propaganda comercial.

#### ● **Qualidade do solo**

A **qualidade do solo** diz respeito a informações sobre a erosão laminar, a erosão marinha, a erosão por voçoroca, a provável contaminação dos solos rurais por fertilizantes/agrotóxicos e a contaminação do solo por resíduos sólidos.

Praticamente todo o litoral paraibano, sofre o problema da erosão laminar, causada pela retirada da vegetação nativa e pelos tipos de solos que ocorrem neste setor, os quais são susceptíveis à erosão laminar, notadamente nas áreas em que se desenvolvem as atividades agropecuárias.

A erosão marinha está acontecendo de forma bastante acentuada em toda a costa da Paraíba, principalmente, nos trechos de praias dos municípios de Pitimbu, Conde e sul de João Pessoa, onde ocorrem as falésias vivas, bem como, em algumas praias do município de Cabedelo. No município de Lucena parte da população do distrito de Costinha e o farol da ponta de Lucena foram relocados face ao avanço desse processo erosivo instalado na costa.

Os processos erosivos causados por voçorocas identificados no litoral, ocorrem em alguns trechos das praias de Tambaba, Tabatinga, Carapibus e do Amor, localizadas no município de Conde, em trechos da praia de Barra do Gramame, no município de João Pessoa e na praia de Oiteiro em Rio Tinto. Estes processos erosivos são desencadeados devidos, principalmente, pela supressão da vegetação nativa na “borda” dos tabuleiros costeiros.

### **3.6.6 - Usos e ocupações do solo conflitantes**

A partir das diversas análises realizadas na Área de Planejamento, foram verificados diversos usos e ocupações do solo potencialmente conflitantes, considerados neste diagnóstico como conflitos de uso do solo e conflitos no campo institucional, que serão abordados a seguir:

a) com relação aos conflitos de uso do solo:

- Área Agrícola X Expansão do Distrito Industrial: este conflito diz respeito a uma tendência gradativa do distrito industrial em ocupar as áreas atualmente utilizadas pela agricultura, notadamente no município do Conde, no entorno da sede municipal, bem como no distrito industrial de Santa Rita;
- Área de Preservação Permanente/Protegida X Agricultura Intensiva: este conflito é representado por culturas que substituem a Mata Ciliar e os remanescentes de Mata Atlântica, as quais são desmatadas para dar lugar, principalmente, ao cultivo da cana-de-açúcar, o que exige esforço de monitoramento e controle;
- Mata Atlântica X Urbanização/Turismo: configura-se nas áreas de tabuleiro costeiro das praias de Tambaba, Coqueirinho e Tabatinga (mun. do Conde) e na área destinada à implantação do Centro Turístico Cabo Branco no município de João Pessoa. Neste aspecto, os planos Diretores deverão prever a compatibilização requerida para manutenção do equilíbrio ambiental;
- Área de Proteção de Mananciais X Expansões de Área Agrícola: Este conflito reveste-se de uma complexidade peculiar, devido ao fato de, legalmente, não existir um diploma legal que delimite a área de proteção aos mananciais, com isto, particularmente, ocorrem cultivos diversos nas margens da barragem Gramame/Mamuaba, sem que haja um controle

destas atividades no entorno da mesma, requerendo a feitura de norma protetora;

### 3.6.7 – Pontos Críticos

Os principais problemas ambientais do Estado da Paraíba são agravados pela ocorrência de longos e cíclicos períodos de seca que atingem a região Nordeste, quase toda inserida no semi-árido. Tais características climáticas, somadas à ação direta do homem, tomam ainda mais frágil o equilíbrio ecológico, com reflexos negativos para os recursos ambientais e conseqüentemente para a qualidade de vida de seus habitantes. A maioria dos problemas ambientais está diretamente ligada à questão social, onde a pobreza contribui decisivamente para a exacerbação de diversos problemas, destacando-se: a questão urbana/favelização; praticas agrícolas rudimentares e tecnicamente mal orientadas, inclusive com o uso indiscriminado de agrotóxicos; inexistência de esgotamento sanitário e destinação inadequada de resíduos sólidos; pesca e caça predatórias, ocupação desordenada do litoral (barracas) e desmatamento descontrolado.

Abaixo relacionamos os principais problemas ambientais no Estado da Paraíba:

Principais fatores de degradação	Localização	Principais ecossistemas afetados
Atividade Industrial	Principais centros urbanos	Costeiros (restinga, manguezais e estuários), mata atlântica e mata de agreste.
Especulação imobiliária / Expansão urbana / Favelas	Litoral, Principais centros urbanos	Costeiro, matas
Agrotóxicos	Principais bacias hidrográficas	Costeiro, M. Atlântica, de Brejo e Caatinga
Desmatamento	Litoral, Bacias hidrográficas	Costeiro, M. Atlântica, de Brejo e Caatinga
Usinas de açúcar e Destilarias de álcool	Zona da mata	Costeiro, M. Atlântica, de Brejo e Caatinga
Resíduos Sólidos	Centros urbanos	Costeiro, M. Atlântica, de Brejo e Caatinga
Esgotamento Sanitário	Centros urbanos	Costeiro, M. Atlântica, de Brejo e Caatinga
Práticas Agrícolas	Todo o Estado	Costeiro, M. Atlântica, de Brejo e Caatinga
Turismo	Principalmente no litoral	Costeiro, M. Atlântica, de Brejo e Caatinga
Pesca e Caça predatórias	Todo o Estado	Costeiro, M. Atlântica, de Brejo e Caatinga
Mineração	Todo o Estado	Costeiro, M. Atlântica, de Brejo e Caatinga

Processos erosivos tais como a erosão laminar, a erosão marinha, a erosão por voçoroca, além da provável contaminação dos solos rurais por fertilizantes/agrotóxicos e a contaminação do solo por resíduos sólidos, constitui-se notadamente num dos mais sérios problemas ambientais registrados em todo o litoral paraibano. Praticamente todo o litoral sofre o problema de erosão laminar, causada pela retirada da vegetação nativa e pelos tipos solos que ocorrem neste setor, os quais são susceptíveis à erosão laminar, notadamente nas áreas em que se desenvolvem as atividades agropecuárias.

A erosão marinha está acontecendo de forma bastante acentuada em toda a costa da Paraíba, principalmente, nos trechos de praias dos municípios de Pitimbú, Conde e sul de João Pessoa, onde ocorrem as falésias vivas, bem como, em algumas praias do município de Cabedelo.

Os processos erosivos causados por voçorocamentos identificados no litoral sul, ocorrem em alguns trechos das praias de Tambaba, Tabatinga, Carapibus e do Amor, localizadas no município de Conde, como também, em trechos da praia de Barra do Gramame, no município de João Pessoa. Estes processos erosivos são desencadeados devido, principalmente, pela supressão da vegetação nativa na “boca” dos tabuleiros costeiros.

A contaminação do solo através da disposição inadequada dos resíduos sólidos gerados nos municípios tem sido um dos problemas ambientais cuja solução evoluiu consideravelmente com a implantação do Aterro Sanitário Metropolitano da Área Metropolitana de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Lucena, Conde e Cruz do Espírito Santo. Cabe aqui registrar que todos os demais municípios que compõem a Zona Costeira da Paraíba, não possuem locais adequados e apropriados para destinação final dos resíduos sólidos urbanos, sendo sempre depositados em lixões a “céu aberto”. Havendo, portanto, necessidade de maior empenho das edilidades locais, no sentido de buscar soluções para este problema urbano.

Os solos rurais localizados nas áreas de monocultura de cana-de-açúcar e de cultivo de abacaxi, provavelmente apresentam contaminação por fertilizantes e agrotóxicos, devido ao uso constante destes produtos químicos nestas culturas. Devido ao fato de não se ter encontrado dados e/ou estudos específicos sobre a presença destes produtos na área estudada, não podemos tecer maiores informações sobre a questão ora enfocada.

O risco de contaminação dos manguezais, pode ser provocado pelo despejo de esgotos domésticos nos rios e estuários, pela deposição de resíduos sólidos, como também pelo uso de fertilizantes/agrotóxicos nas plantações que atingem até as margens dos rios/estuários.

Os mananciais de abastecimento das cidades, notadamente as Barragens de Marés e Gramame/Mamuaba, sofrem riscos de contaminação por produtos químicos como fertilizantes e/ou agrotóxicos que são utilizados na agricultura que é praticada na circunvizinhança destas barragens.

Outro problema ambiental é o de contaminação do lençol freático por efluentes sanitários. Este risco potencial se configura devido ao fato de haver em áreas de praias dos municípios de Pitimbú, João Pessoa e Cabedelo uma verdadeira “explosão” de construção de casas e edifícios pra veraneio, sendo que a solução adotada para o tratamento dos efluentes sanitários gerados nestas edificações são as fossas sépticas. Ocorre que nestes ambientes o lençol freático é bastante próximo a superfície, como é o caso das praias de Acaú, Ponta dos Coqueiros e Azul (município de Pitimbú) e das praias de Intermares, Poço, Camboinha, Ponta de Mato, Formosa, Miramar e Jacaré (município de Cabedelo), que durante o período chuvoso aflora à superfície.

Finalmente, com base nas interpretações realizadas em imagens de satélite (1990) e em cartas planialtimétricas (1970), foram reveladas uma considerável diminuição das áreas cobertas com vegetação de Mata Atlântica no setor estudado, tais observações foram corroboradas pelos levantamentos realizados em campo, bem como pelos dados apurados no Diagnóstico do Setor Florestal do Estado da Paraíba (1994), os quais indicam que da cobertura vegetal nativa do Estado restam apenas 33,35% e deste percentual só 2,98% representa a Mata Atlântica em toda a Paraíba. Assim, a eminente extinção de trechos da Mata Atlântica é hoje um processo configurado ao longo de toda zona costeira, tendo como causa principal a substituição das áreas com cobertura nativa por culturas agrícolas diversificadas.

### **3.6.8 – Conclusões**

O Patrimônio natural do Estado da Paraíba pagou o preço, como de resto o Patrimônio Natural Brasileiro, de um modelo de desenvolvimento que não levou em conta a dimensão ambiental.

O resultado é um enorme passivo ambiental

Este passivo ambiental se manifesta sob as várias formas de agressão aos elementos naturais: ar poluído, água contaminada, solo degradado e da cobertura vegetal devastada, tudo concorrendo para um grave desequilíbrio ecológico.

Com efeito, a gravidade da questão ambiental assumiu proporções tão agudas que hoje é tema global: diz respeito à manutenção da vida; forjou uma consciência política universal; passou a compor a agenda dos governos.

Desta forma, qualquer atividade pública ou privada que negligencie a variável ambiental carece de base ética, legitimidade política e viabilidade sócio-econômica.

Não pode ser de outra maneira, portanto a concepção do PDITS, instrumento que balizará os investimentos do PRODETUR NE-II, no Estado da Paraíba, especialmente levando-se em conta que o patrimônio natural do litoral sul do Estado, adequadamente tratado, agregará um valor diferenciado ao produto turístico da região.

Com efeito, o diagnóstico dos problemas ambientais da região, objeto do PDITS, constata uma situação clássica de depleção aos recursos naturais litorâneos em função das seqüelas decorrentes da urbanização desordenada, destacando-se entre elas, a antropização dos ecossistemas.

Como não há solução mágica para problemas com esta amplitude, recomenda-se realisticamente :

- intervenções corretivas: no plano legal pela adoção de normas pertinentes ao uso e ocupação do solo, qualidade da água e qualidade do ar; no plano institucional pelo fortalecimento e capacitação dos órgãos ambientais; no plano programático com investimentos na área de saneamento ambiental;

- Intervenções preventivas: no plano legal, pela atualização de normas ambientais estaduais; no plano institucional para ampliação do GERCO-PB; no plano programático, pela implantação dos planos de manejo nas áreas potenciais, pela implantação do corredor ecológico da Mata Atlântica PB/RN, e execução do Programa de Contenção de Erosão de Falésias.

De outra parte, há que se registrar impactos positivos sobre o meio ambiente existentes na Zona Costeira da Paraíba, que compreendem ações já adotadas e ou propostas, no sentido de minimizar os efeitos negativos gerados pelas atividades antrópicas.

Estas ações dizem respeito a: a) implantação de rede coletora de esgotos e ETEs; b) implantação de equipamentos antipoluentes; c) construção de Estação de Tratamento de Água Potável; d) abastecimento de água potável; e) monitoramento da qualidade do ar; f) monitoramento da qualidade da água; g) monitoramento da poluição sonora; h) construção de obras de contenção nas praias, i) criação de espaços territoriais protegidos.

No que se refere ao abastecimento d'água e esgotamento sanitário, as ações contidas no PRODETUR NE-I sinalizam para uma mudança consistente, cujos efeitos são percebidos nos efluentes, nas praias e estuários onde foram implantados sistemas.

Por outros lados, visando conter os processos erosivos marinhos foram realizadas obras de engenharia (espigões) nas praias do Cabo Branco, Manaíra (João Pessoa), Ponta de Mato, Areia Dourada, Formosa e Camboinha (Cabedelo), Costinha (Lucena).

No tocante a elementos ambientais notáveis, destaca-se a criação de espaços territoriais protegidos que corresponde à implantação de Unidades de Conservação na zona costeira paraibana, a saber:

- Jardim Botânico Benjamim Maranhão (Mata do Buraquinho) (João Pessoa);
- Reserva Ecológica da "Mata do Amém" (Cabedelo);
- Área de Preservação Ecológica "Mata do Estado" (Cabedelo);

O quadro M apresenta os problemas e causas da Área de Planejamento no tocante os Aspectos Sócio-ambiental.

#### QUADRO M – ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAL

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
ECOSSISTEMAS PRINCIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>A ocupação desordenada do litoral paraibano está prejudicando o potencial turístico dos seus recursos ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Antropização de vastas áreas de mata</li> <li>Poluição dos rios</li> <li>Lançamento de esgotos nas praias.</li> <li>Erosão das falésias.</li> <li>Falta ou debilidade do sistema de controle ambiental.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo de urbanização acelerada põe em risco tanto os ecossistemas da Zona Costeira quanto os remanescentes de Mata Atlântica – dois atributos naturais notáveis e atratores de fluxos turísticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de mecanismos eficazes do controle do uso do solo e fragilidade na conscientização da comunidade para a importância dos ecossistemas.</li> </ul>
ÁREAS PROTEGIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>As áreas protegidas estão carentes de suporte para atividade turísticas, não configurando produtos a serem utilizados pelos visitantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de Planos de manejo para as unidades de conservação contemplando definições quanto ao uso/exploração do eco-turismo.</li> </ul>
ZONEAMENTO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há identificação de problemas neste segmento</li> </ul>	
USO E OCUPAÇÃO DE SOLO	<ul style="list-style-type: none"> <li>O passivo ambiental – estoque histórico fragiliza o patrimônio natural e, por conseqüência, a sua incorporação como atributo notável para o turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Urbanização desordenada e antropização dos ecossistemas decorrentes da ausência de mecanismos de fiscalização e controle eficazes.</li> </ul>
CAPACIDADE DE SUPORTE DOS ATRATIVOS NATURAIS E URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>A qualidade das águas nos rios apresenta diferentes graus de comprometimento, com pontos críticos localizados nas áreas urbanas sem tratamento de esgoto. este fato é inibidor de novos investimentos no setor do turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistemas do tratamento de esgotos inexistentes e/ou incompletos.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A qualidade do solo apresenta problemas decorrentes da erosão que afetam diretamente os atrativos naturais, e, conseqüentemente o turismo,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Supressão de vegetação nativa e exploração agropecuária.</li> </ul>
USOS E OCUPAÇÕES DO SOLO CONFLITANTES	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os conflitos de uso do solo afetam o turismo quando atingem os atrativos naturais, sendo potencialmente graves sobre áreas de manguezais, matas e falésias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação de áreas urbanas através do parcelamento do solo, da expansão da agropecuária e de distritos indústrias</li> </ul>
PONTOS CRÍTICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo de desequilíbrio ecológico causado pelas diversas formas de ocupação/exploração dos recursos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A favelização das periferias urbanas, as práticas agrícolas rudimentares, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a ausência de destino final do lixo, adequados ambientalmente.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>A fragilidade das estruturas institucionais de controle e uso do solo.</li> </ul>

## 3.7 - CAPACIDADE INSTITUCIONAL MUNICIPAL

### 3.7.1 – Capacidade de Planejamento

De acordo com o Termo de Referência este item abordará, além da capacidade de planejamento, as condições objetivas de sua implementação. Para tanto deve-se promover uma análise referente aos seguintes instrumentos:

Lei de Uso do Solo

Lei de Meio Ambiente

Plano Diretor e Sistemas de Planejamento

Instrumento de Gestão, Controle e Fiscalização.

O quadro a seguir apresenta uma posição dos municípios da Área de Planejamento segundo os quatro instrumentos indicados acima.

MUNICÍPIO	BASE LEGAL		Sistema de Planejamento/ Plano Diretor	Instrumentos de gestão, controle fiscalização
	Lei de Uso do Solo	Lei do Meio Ambiente		
CABEDELO	Sim – 1999	Sim – 1997(1)	Sim – 1997 (1)	Sim (3)
JOÃO PESSOA	Sim – 1979	Sim – 1994 (2)	Sim – 1994 (2)	Sim (3)
CONDE	Sim – 2001	Sim – 2002 (1)	Sim – 2002 (1)	Sim (3)
PITIMBÚ	Não(4)	Sim – 2002 (1)	Sim – 2002 (1)	Sim (3)
BAYEUX	Não	Não	Não	Sim (3)

**Observações:** 1 – inclui: Capítulo Qualificação Ambiental  
 2 – inclui: Uso e Ocupação do Solo  
 Instrumento para a gestão urbana  
 Sistema de Planejamento  
 3 – Dispõe de Código de Obras e Urbanismo  
 4 – Projeto de Lei em tramitação na Câmara de Vereadores

Do ponto de vista da natureza dos instrumentos, percebe-se no conjunto que os municípios estão aparelhados, embora se note uma defasagem quanto a João Pessoa – os instrumentos são todos de 1994, carecendo provavelmente de adequação/atualização em face da vigência do Estatuto da Cidade.

De outra parte, a medição da capacidade de implementação do sistema de planejamento, em especial o controle e a fiscalização urbana, foi objeto de atenção junto a cada Prefeitura, obtendo-se o seguinte resultado:

Capacidade de Implementação	Municípios				
	Cabedelo	João Pessoa	Conde	Pitimbu	Bayeux
Estrutura Organizacional					
- órgão executor uso do solo	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
- órgão executor meio ambiente	Sim	Sim	Sim	Sim (2)	Sim (1)
- conselho de desenvolvimento urbano	Sim	Sim	Não	Não	Não
- conselho de meio ambiente	Não	Sim	Sim (1)	Não	Sim (1)
- brigada de meio ambiente	Não	Não	Não	Não	Não
- qualidade do serviço (3)	Precário	Bom	Regular	Precário	Precário
Loteamentos clandestinos	Não	Sim	Não	Sim	Não
Invasões em áreas públicas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

**Observações: 1 – Criado recentemente, em fase de estruturação**  
**2 – Projeto de Lei em Tramitação na Câmara de Vereadores**  
**3 – Avaliação feita pelos próprios executores municipais**

Este quadro permite retirar três observações: a) no conjunto, João Pessoa destaca-se com uma boa estrutura de cobertura, enquanto Pitimbu, ao contrário, demonstra grande fragilidade; b) a ausência de “brigadas do meio ambiente” encerra uma postura de desatenção/não prioridade para as questões ambientais; c) a avaliação negativa dos serviços, apresentada pelos executores indica um grau preocupante do processo de implementação dos sistemas de planejamento.

Por outro lado, é reduzida a participação da sociedade no processo de planejamento, posto que a existência dos Conselhos não significa sua efetividade, ao contrário, segundo relato local, são meros exemplos de estruturas desconectadas da gestão, servindo como anteparo ao cumprimento de formalidade legal.

### 3.7.2 – Capacidade de Administração

A estrutura de gestão e os instrumentos que demonstram o estágio organizacional e a eficiência da Administração Municipal, podem ser representadas pelos seguintes componentes:

Fontes de receita e itens de despesas;

Níveis de participação dos recursos próprio na receita total;

Composição das transferências constitucionais;

Participação da despesa com pessoal na despesa total;

Cultura de incentivos e conflitos com a sustentabilidade dos serviços;

Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que se refere as fontes de Receita e os itens de Despesa, as mesmas são aquelas previstas na Lei 4320/64.. A relevância das rubricas pode ser observada nos Quadros-Síntese dos balanços municipais (**anexo IX**). Destes quadros pode-se extrair o volume anual de recursos movimentado por cada município da Área de Planejamento, a saber:

MUNICÍPIOS	Execução orçamentária	% Sobre o Total
CABEDELO	R\$ 21.824.633,69	4,93 %
<b>JOÃO PESSOA</b>	R\$ 379.395.003,59	85,77 %
<b>CONDE</b>	R\$ 9.856.962,98	2,23 %
<b>PITIMBÚ</b>	R\$ 7.336.926,00	1,66 %
<b>BAYEUX</b>	R\$ 23.919.289,92	5,41 %
TOTAL	R\$ 442.332.816,13	100 %

No tocante ao nível de participação dos recursos próprios na Receita Total, pode-se observar que esta participação não ultrapassa dois dígitos em Pitimbú, Conde e Bayeux. Em João Pessoa a posição é razoável, ultrapassando 30% e em Cabedelo situa-se próxima de 20%, como demonstra o quadro abaixo:

MUNICÍPIOS	% Recursos próprios sobre a Receita Total
CABEDELO	18,21 (2001)
<b>JOÃO PESSOA</b>	31,43 (2003)
<b>CONDE</b>	5,69 (2002)
<b>PITIMBU</b>	3,12 (2003)
<b>BAYEUX</b>	4,77 (2003)

Trata-se de uma situação que reflete um quadro predominante nos municípios brasileiros e decorre ora de uma base econômica e uma base contributiva frágeis, ora de uma gestão tributária pouco eficiente. Em muitos casos, a relação decorre de uma combinação de ambos os fatores. O resultado é a expressiva dependência das transferências intergovernamentais associado a uma baixa capacidade de investimento.

Com relação as transferências constitucionais, o quadro a seguir contempla uma média do período 1997/2001 para cada município.

Neste aspecto, deve-se registrar que a composição das transferências é basicamente a mesma para todos os municípios, destacando-se as seguintes:

UNIÃO : FPM, IRRF, ITR, SUS, PSF, PACS, PAB  
 ESTADO : ICMS, IPVA, IPI-EXPORTAÇÃO  
 UNIÃO/ESTADO : FUNDEF

MUNICÍPIO	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
<b>CABEDELO</b>	R\$ 16.413.228,89
<b>JOÃO PESSOA</b>	R\$ 260.154.581,00
<b>CONDE</b>	R\$ 8.989.918,34
<b>PITIMBÚ</b>	R\$ 6.733.976,17
<b>BAYEUX</b>	R\$ 19.722.680,17

Por sua vez, a despesa de pessoal em relação a despesa total se mantém em patamares regulares, não apresentando níveis preocupantes, para Cabedelo, Conde e Pitimbú. Há que se avaliar a situação dos municípios de João Pessoa e Bayeux de estarem acima de 50%. O quadro abaixo apresenta a relação percentual do conjunto de municípios:

MUNICÍPIOS	Relação de despesas de pessoal sobre a despesa total (%)
<b>CABEDELO</b>	42,12 (2001)
<b>JOÃO PESSOA</b>	53,92 (2001)
<b>CONDE</b>	48,99 (2002)
<b>PITIMBÚ</b>	43,41 (2003)
<b>BAYEUX</b>	54,15 (2003)

No tocante ao possível conflito entre incentivos e a sustentabilidade dos serviços, pode-se afirmar que não há ocorrência, posto que não há registro da aplicação de incentivos de qualquer natureza, tampouco o registro da aplicação de incentivos capazes de estimular setores econômicos considerados prioritários, a despeito, por exemplo, da previsão legal do artigo 89, inciso V, do Plano Diretor de João Pessoa, e, na Lei nº 209/99 do município de Conde, conseqüente aos setores de turismo e histórico-cultural.

### 3.7.3 – Capacidade de Gestão da Exploração das Atividades Turísticas

A análise da capacidade de gestão em tela passa pelo reconhecimento de indicadores que respondam ao enfoque requerido. Para tanto, o Termo de Referência recomenda identificar:

Existência/conteúdo da base legal

Instrumentos de gestão

Sistema de informações/base de dados

Estes três componentes de análise podem ser consolidados em um quadro-síntese que indique o grau de comprometimento da gestão municipal com o setor de turismo, bem como o seu aparelhamento para apoiar/induzir a atividade. No conjunto, a posição dos municípios é apresentada no quadro abaixo:

COMPONENTES DE ANÁLISE	MUNICÍPIOS				
	Cabedelo	João Pessoa	Conde	Pitimbu	Bayeux
Base legal	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)
Plano de gestão do turismo	Não	Não	Não	Não	Não
Fundo de apoio ao turismo	Não	Sim	Não	Não	Não
Conselho de turismo	Sim	Sim	Não	Não	Não
Órgão específico de gestão	Sim	Sim	Não	Não	Não
Sistema de informações/base de dados	Não	Sim	Não	Não	Não

### **Observação: 1 – A base legal é o Plano Diretor**

Com efeito, os elementos colhidos reforçam a avaliação já apresentada quanto à execução do PRODETUR NE-I/PB, pertinente ao engajamento dos municípios da Área de Planejamento, e mais, permite afirmar que:

- os Planos Diretores das cidades de João Pessoa, Conde, Cabedelo e Pitimbu contém normas programáticas sobre o desenvolvimento do turismo e sobre gestão ambiental, tratando a questão de maneira secundária, não refletindo a importância requerida;

- a existência de uma base legal não corresponde a uma ação prática na gestão e exploração das atividades turísticas carecendo, pois, os referidos municípios de instrumentos gerenciais (gestão, controle, monitoramento, fiscalização, informação e base de dados), capazes de subsidiar uma política de desenvolvimento para o setor;

- a reduzida capacidade de investimentos dos municípios da Área de Planejamento, sendo praticamente nulas as despesas com o setor de turismo, à exceção de João Pessoa que apresenta gasto médio (97/2001) com a função esporte e turismo em torno de 2,8% do gasto total.

### **3.7.4 – Conclusões**

A capacidade institucional dos municípios da Área de Planejamento se mantém quase inalterada, se comparada com o quadro de situação anterior ao PRODETUR NE-I PB. Na verdade, percebe-se como efeitos do PRODETUR I a elaboração dos Planos Diretores e frágeis iniciativas no campo organizacional dos municípios em análise.

Neste sentido, constata-se que os sistemas de planejamento não ocupam o espaço institucional requerido pela sua importância estratégica na estrutura municipal. Reafirma-se a incapacidade de arrecadação, com uma diferenciação para João Pessoa, mantendo-se assim uma elevada dependência das transferências constitucionais.

De outra parte, a baixa representatividade e efetividade dos Conselhos reforça a constatação de que a prática da participação ainda não ocorre, seja pelo não uso por parte dos gestores políticos, seja pela acomodação/passividade da comunidade com relação a esses mecanismos de participação.

Há que observar ainda dois pontos relevantes: o primeiro diz respeito ao envelhecimento dos instrumentos de planejamento de João Pessoa; o segundo a elevada participação das despesas de pessoal em João Pessoa e Bayeux.

Diante deste quadro referencial, sugere-se como enfoque estratégico para a melhoria de desempenho das estruturas municipais diante do PRODETUR:

desenvolvimento de esforços para a inserção dos municípios em programas de modernização dos sistemas de planejamento e finanças, em especial, a arrecadação própria, como por exemplo o PNAFM;

mobilização dos atores estratégicos do setor turístico para maior presença nos Conselhos municipais, com ênfase para os Conselhos de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e de Turismo;

incorporação de ações específicas no âmbito da capacitação institucional voltados para o controle do uso do solo e a gestão ambiental municipal;

identificação dos setores que requeiram o retorno dos investimentos decorrentes da prestação de serviços, com o atrelamento de mecanismos que assegurem sua sustentabilidade.

O quadro N apresenta os problemas e causas relativos a Capacidade institucional Municipal da Área de Planejamento.

#### QUADRO N – CAPACIDADE INSTITUCIONAL MUNICIPAL – PROBLEMAS E SUAS CAUSAS

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO	Ocupação de solo em detrimento do potencial turístico e ambiental do litoral sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de estrutura das Prefeituras municipais para aplicação de legislação existente.</li> <li>Legislação incompleta e desatualizada a nível municipal.</li> <li>Falta de fiscalização das ocupações clandestinas</li> </ul>
	Pouca participação da sociedade nos processos de uso e ocupação do solo e no desenvolvimento turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>A inexistência ou ineficácia dos conselhos de desenvolvimento urbano e/ou os de meio ambiente e turismo.</li> </ul>
CAPACIDADE DE ADMINISTRAÇÃO	Pouco investimento direcionados ao desenvolvimento do turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa capacidade de captar recursos externos</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa capacidade de arrecadação dos recursos próprios.</li> </ul>
CAPACIDADE DE GESTÃO DA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	Baixa Capacidade na gestão da exploração das atividades turísticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratamento secundário para o turismo como prioridade dos Governos Municipais (despesas dos orçamentos em turismo, praticamente nulas)</li> </ul>

ITENS DE ANÁLISE	PROBLEMAS AFETANDO O TURISMO	CAUSAS DOS PROBLEMAS
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta instrumentos gerencias (gestão, controle, monitoramento, fiscalização, informação e base de dados)</li> <li>• Falta de uma estrutura voltada para a promoção e marketing do turismo.</li> <li>• Falta de integração entre os municípios na exploração das atividades turísticas do Pólo Costa das Piscinas.</li> </ul>

### 3.8 – SÍNTESE CONCLUSIVA

A implantação do PDITS, dando prosseguimento aos investimentos do PRODETUR I-PB, além de viável, produzirá efeitos muito saudáveis na economia do Estado, em especial, no tocante à criação de empregos e à geração de renda.

Se de um lado, a área de planejamento revela um dinamismo econômico muito positivo para o setor, de outra parte abriga ambientes naturais que, uma vez preservados, constituem componentes de grande atração turística.

Neste sentido, a experiência do PRODETUR NE/I-PB aconselha que a nova proposta defina focos estratégicos, intervenções localizadas capazes de ampliar qualitativa e quantitativamente os fluxos turísticos, explicitar a marca característica do Pólo Costa das Piscinas e, desta forma, trabalhar consistentemente os mercados emissores de modo a garantir um retorno econômico e social cada vez mais expressivo. Importante salientar que a área de planejamento apresenta níveis de qualificação, escolaridade e suporte de infra-estrutura em condições de responder aos impactos do programa.

A despeito das restrições devidamente identificadas neste PDITS e, sobretudo, da reconhecida desvantagem competitiva do Estado da Paraíba em relação a mercados mais tradicionais, a exemplo de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal, o produto turístico paraibano conta com singularidades que o diferencia de outros destinos, a saber:

- o baixo grau de violência verificado em João Pessoa e nos municípios componentes da área de planejamento;
- a disponibilidade de um centro urbano de médio porte ao qual se atrelam atrativos culturais, praias próximas, possibilidades de aumento dos meios de hospedagem, o que caracteriza um ambiente mais tranquilo e seguro e de melhor qualidade de vida quando comparado aos mercados concorrentes que sofrem os efeitos da aglomeração metropolitana;
- a diversidade e a riqueza dos recursos naturais do litoral do Pólo – notadamente, a configuração das praias, o visual propiciado desde a retropraia e a sua ambiência natural – contem o potencial turístico necessário

para formatar uma oferta diversificada de produtos vinculados ao turismo de sol e mar;

- as excelentes condições de navegabilidade existentes em áreas especiais do litoral, como a foz do rio Parnaíba, o entorno de Areia Vermelha e as barras dos rios, criam condições de acessibilidade aos melhores recursos naturais do Pólo;

- a existência de áreas livres ou com baixa densidade de ocupação, passíveis de ocupação turística, em praias de elevado potencial turístico, tanto em Cabedelo (praia de Camboinha) e João Pessoa (Cabo Branco), como em numerosas praias dos municípios do litoral sul;

- o significativo acervo de atrativos culturais concentrado em João Pessoa e no entorno próximo, assim como a singularidade das reservas indígenas localizadas no litoral norte passíveis de serem incorporados em produtos ou roteiros de turismo cultural.

A definição correta e a formatação adequada do produto turístico a partir das potencialidades do Estado e do atual estágio do setor, poderão representar um salto qualitativo na economia turística desde que a estratégia de abordagem promova a articulação, a mobilização e a efetiva participação dos elos que formam a cadeia produtiva do turismo.

Dentro desta perspectiva, é imprescindível a assunção de responsabilidades compartilhadas na execução do PRODETUR II-PB, cabendo um conjunto de atribuições a cada um dos atores envolvidos no processo.

Ao setor público cabe:

- sensibilizar, articular e mobilizar os empreendedores do setor, de modo a identificar dificuldades, ineficiências, e atuar conjuntamente na remoção dos problemas e na busca de soluções que inibam o desenvolvimento do turismo;

- liderar o processo de promoção do produto turístico nos centros emissores e, paralelamente, celebrar parcerias com cadeias hoteleiras nacionais e estrangeiras que assegurem a realização de investimentos de porte em novas unidades hoteleiras, tipo Resort;

- mobilizar investimentos em equipamentos turísticos capazes de alterar o perfil do turista atual – predominantemente regional e visitante de parentes -, priorizando para tanto o segmento do turismo de negócio, feira e convenções, o que ressalta a necessidade de dotar a Paraíba de um moderno Centro de Convenções;

- atuar em cooperação com o Governo Federal e os Governos Municipais no esforço de promover um desenvolvimento institucional compatível com os novos desafios; criar e articular mecanismos de fomento e incentivos, e executar programas de capacitação profissional de agentes públicos, privados, colocando em prática, também, programas de educação

comunitária para o turismo de forma que, a médio prazo, se consolide no Estado uma “cultura turística”;

- adotar e, quando for o caso, aperfeiçoar políticas de preservação e manutenção dos patrimônios histórico e natural, elementos fundamentais na configuração do destino turístico paraibano;

- adotar políticas de investimentos focados na infra-estrutura de serviços públicos que estejam diretamente relacionados com a qualidade do produto turístico e o valor estético e paisagístico dos sítios destinados à visitação.

Ao setor privado cabe:

- consolidar o associativismo empresarial relacionado com o desenvolvimento do turismo com o objetivo de participar da formulação das políticas, da identificação dos problemas que afetam o desempenho do setor como um todo e assumir uma atitude pró-ativa e cooperativa na busca de soluções e iniciativas que superem os problemas constatados.

Ao terceiro setor cabe:

- participar, como representantes da sociedade civil, dos fóruns que deliberem sobre as questões pertinentes à política de turismo, de forma vigilante e cooperativa, especialmente em relação aos impactos da atividade do setor sobre o patrimônio histórico e natural.

Esse conjunto de recomendações que irão orientar o processo de definição e escolha dos projetos e ações que estarão contempladas no Plano de Metas a seguir, deságuam numa leitura consolidada das efetivas condições de implantação do PRODETUR NE-II no Estado da Paraíba.

Com efeito, o MAPA-SÍNTESE DAS POTENCIALIDADES incorpora os elementos essenciais para o PDITS na Área de Planejamento, demonstrando no território paraibano uma sinergia entre os vários componentes que interferem na atividade turística.

Assim, a montagem do MAPA-SÍNTESE considerou como componentes estratégicas:

- Mancha urbana na Área de Planejamento
- Atrativos turísticos (antrópicos, naturais e culturais)
- Áreas litorâneas com vocação turística

- Condições de balneabilidade da água (muito boa/boa)
- Linha da costa em equilíbrio
- Unidades de conservação
- Remanescentes de Mata Atlântica
- Mangues
- Sistema Viário Estrutural
- Equipamentos de suporte (Aeroporto, Porto, Aterro Sanitário)

A plotagem desses componentes no espaço territorial da Área de Planejamento afirma a correção de sua configuração/limites, bem como indica potencialidades a serem apropriadas para o desenvolvimento turístico de Estado.

Mapa 10 - Síntese das Potencialidades